Thomas J. C. Hüsgen

VOM GETREUEN BOTEN ZUM NACHSCHÖPFERISCHEN AUTOR

Entwicklung und Anwendung eines integrierenden Modells der Übersetzungskritik

VOLUME I

PORTO

1999

Thomas J. C. Hüsgen

VOM GETREUEN BOTEN ZUM NACHSCHÖPFERISCHEN AUTOR.

Entwicklung und Anwendung eines integrierenden Modells der Übersetzungskritik.

VOLUME 1

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Doutor em Linguística Aplicada, realizada sob a orientação do Professor Doutor António C. Franco e a co-orientação do Professor Doutor Karl-Heinz Delille.

PORTO

1999

Für Paula, André und Raquel

Ich danke sehr herzlich meinem Doktorvater Professor Dr. António Capataz Franco für seine kritische Lektüre dieser Arbeit, für die anschließenden wertvollen und konstruktiven Anregungen, die mir für meine zukünftige Arbeit als Modell wissenschaftlichen Denkens dienen werden, und nicht zuletzt für die freundschaftliche Unterstützung des gesamten Projekts;

Professor Dr. Karl-Heinz Delille für die Übernahme des Zweitgutachtens zu dieser Arbeit sowie für die entscheidenden Impulse für das Thema dieser Untersuchung, die ich in seinen unvergessenen Mestrado-Seminaren zur Übersetzungskritik in Coimbra erfahren durfte;

meinen Eltern für ihr liebevolles Interesse und stetigen Ansporn;

meinem Vater für seinen unaufhörlichen Enthusiasmus und für seine einfallsreichen Hinweise bei der Diskussion der verschiedenen Aspekte dieser Dissertation;

Frau Josefina Lind für ihre Bereitschaft, mir die nötigen Hintergrundinformationen und Manuskripte zugänglich zu machen;

allen Kollegen und Freunden, die auf irgendeine Weise bei der Verfassung dieser Arbeit direkt oder indirekt mitgewirkt haben;

Herrn Rui Lopes für seine uneigennützige logistische Unterstützung und

meiner Frau für ihre engagierte Mitarbeit bei der Edition dieser Arbeit und für Liebe, Geduld und Verständnis während der letzten Jahre.

Inhaltsverzeichnis

VOLUME 1

Resumo ..... i-xxviii

0 **VORWORT** ..... I-III

1 **ÜBERSETZUNG - EINE WISSENSCHAFT?** 1

2 **DIE ÜBERSETZUNG IM ZEICHEN DER DICHOTOMIE FREIHEIT - TREUE** 4

2.1 Die Antike 6

2.2 Die Bedeutung der Übersetzung sakraler Texte in der Übersetzungsgeschichte 10

2.2.1 Der heilige Hyronymus 10

2.2.2 Die Bedeutung der Klöster und der Übersetzerschule von Toledo 13

2.2.3 Die Übersetzung in Deutschland und ihre Bedeutung für die deutsche Sprache 15

2.3 Die deutsche Romantik 27

2.4 Die bürgerlichen Übersetzer und der Übergang in die Moderne 32

3 IM ZEITALTER DER ÜBERSETZUNGSWISSENSCHAFT 36

3.1 Die 'Genesis' der modernen Übersetzungswissenschaft 37

3.2 Gegenstand und Ziel der Übersetzungswissenschaft 41

3.3 Die sprachorientierte Übersetzungswissenschaft 45

3.3.1 Übersetzung als dreiphasiger Kommunikationsprozeß 45

3.3.2 Übersetzung als zweiphasiger Kommunikationsprozeß 50

3.3.3 Die sprachenpaarbezogene Übersetzungswissenschaft 55
3.3.4 Zusammenfassender Kommentar 58

3.4 Die textorientierte Übersetzungswissenschaft 59
3.4.1 Catfords "textual equivalence" 62
3.4.2 Die Bibelübersetzer 63
3.4.3 Übersetzen als Textverarbeitung 69
3.4.4 Die Übersetzung im Zeichen der Texttypologien 74
3.4.5 Die komparatistische Schule 79
3.4.6. Snell-Hornbys Prototypologie 88
3.4.7 Zusammenfassender Kommentar 92

3.5 Die übersetzerzentrierte Übersetzungswissenschaft 98
3.5.1 Übersetzen als kultureller Transfer und spezifisches Handeln 98
3.5.1.1 Die Strategie des Übersetzens 99
3.5.1.2 Die Übersetzung als kultureller Transfer 102
3.5.1.3 Übersetzen als fachspezifisches Handeln 109
3.5.1.4 Übersetzungsrelevante Textanalyse aus funktionalistischer Perspektive 114
3.5.1.5 Zusammenfassender Kommentar 118
3.5.2 Der hermeneutische Ansatz 125
3.5.2.1 Zusammenfassender Kommentar 140
3.5.3 Der kognitive Ansatz 144
3.5.3.1 Zusammenfassender Kommentar 160

3.6 Die übersetzungskritischen Modelle 163
3.6.1 Die stilistische Übersetzungskritik 164
3.6.2 Die strukturalistische Übersetzungskritik 167
3.6.3 Die funktionalistische Übersetzungskritik 183
3.6.4 Die historisch-komparatistische Übersetzungskritik 209
3.6.5 Die hermeneutische Übersetzungskritk 215
3.6.6 Die literarische Übersetzungskritik als Möglichkeit der Gegenüberstellung von text- und kontextabhängigen Übersetzerkonzepten 220

VOLUME 2

4 ANWENDUNG DES ÜBERSETZUNGSKRITISCHEN MODELLS AUF DIE ÜBERSETZUNG VON G.R. LIND DES *Livro do Desassossego por Bernardo Soares* 234

4.1 Livro do Desassossego por Bernardo Soares in der deutschen Übersetzung von Georg Rudolf Lind 235

4.1.1 Die extra-textuelle Analyse der Rahmenbedingungen 235

4.1.1.1 Der Zieltextautor 235

4.1.1.1.1 Das Übersetzungskonzept 239

4.1.1.1.2 Repräsentative Auszüge der ZT-Rezeption in deutschsprachigen Tages- und Wochenzeitungen 246

4.1.1.2 Der Ausgangstextautor 253

4.1.1.2.1 Pessoa als Übersetzer 276

4.1.1.3 Zusammenfassung 278

4.1.2 Die textimmanenten Aspekte 282

4.1.2.1 Konfrontative Analyse auf den verschiedenen Ebenen der Expressivität 282

4.1.2.1.1 Lexikalisch-semantische Aspekte der Expressivität 283

4.1.2.1.1.1 Die denotativen Bedeutungsbeziehungen 285

4.1.2.1.1.1.1 Die Denotatsdifferenzen 288

4.1.2.1.1.1.2 Präsuppositionen 326

4.1.2.1.1.1.3 Erweiterungen und Kürzungen 331

4.1.2.1.1.1.3.1 Spezifizierungen 332

4.1.2.1.1.1.3.2 Zusätze 337

4.1.2.1.1.1.4 Semantische Straffungen und Auslassungen 351

4.1.2.1.1.2 Die konnotativen Bedeutungsbeziehungen 388

4.1.2.1.1.2.1 Idiomatik und Register 391

4.1.2.1.1.2.2 Die metaphorische Rede - Szenen hinter dem Text 397

4.1.2.1.2 Die stilistischen Aspekte der Expressivität 438

4.1.2.1.2.1 Das Orthonym und seine Heteronyme 443

4.1.2.1.2.2 Neologismen 445

4.1.2.1.2.3 Die Rhetorik des Widersprüchlichen 456
4.1.2.1.2.4 Grammatische Eigenheiten 470

4.2 Abschließende Bewertung 479

Literaturverzeichnis 499

Resumo

1 Objectivos e estrutura

Este trabalho tem como finalidade desenvolver e, posteriormente, aplicar um modelo de análise e avaliação de traduções, ou seja, de concepções tradutológicas de textos de partida (T-p) literários. Pretende, além disso, contribuir para uma maior visibilidade do trabalho de um tradutor literário, cujo perfil profissional continua pouco definido entre nós, ainda que a sua importância se torne cada vez mais evidente. Como importante intermediário entre culturas e línguas, o tradutor é com efeito a chave num processo em que a criatividade, a sensibilidade e o conhecimento se aliam num jogo permanente entre a percepção e a transformação de conteúdos e consciências. Trata-se, ainda, de sublinhar a noção de que cada tradução de um texto literário é à partida o produto de um processo interpretativo, em que se assiste a uma tentativa de convergência entre duas consciências criadoras distintas, em condições de criação igualmente diversas. Sendo assim, importa de uma vez por todas abdicar do velho mito segundo o qual o tradutor simplesmente traduziria "o que lá está", pouco mais necessitando, para a execução deste processo mais ou menos mecanizado, do que de um bom dicionário.

Tal como todas as outras actividades humanas não meramente reprodutivas, assim também a tradução deverá, pois, receber a sua legitimação e consequente valorização através da análise e avaliação científicas dos seus procedimentos e resultados. A "destronação do texto de

partida", tão proclamada por alguns teóricos (Hönig / Kuβmaul 1982; Holz-Mänttäri 1984; Reiβ / Vermeer: 1984; Vermeer 1986 entre outros), na descrição e avaliação dos respectivos textos de chegada (T-ch) não seria afinal outra coisa do que desresponsabilizar o tradutor do seu trabalho, o que, diga-se, não contribuiria, com certeza, para a consolidação do estatuto da sua profissão como actividade especializada. Parte-se, por isso, neste trabalho da premissa do T-p como condição *sine qua non* no processo de análise crítica do T-ch, sendo o T-p o ponto inicial para a análise e avaliação das decisões tradutológicas, sem, no entanto, se deixar de considerar a especificidade das condições e funções do T-ch.

Depois de uma pequena resenha no capítulo 1, que desenvolve a questão da viabilidade da Teoria da Tradução como disciplina científica, passa-se, no capítulo 2, a apresentar em esboço as teorias de tradução "pré-científicas" mais representativas da Antiguidade até ao início do século XX, que apesar de dominadas pela clássica dicotomia "liberdade *vs.* fidelidade", espelhavam já uma consciência profunda em relação à problemática específica dos processos tradutológicos. É, no entanto, só com o desenvolvimento no século XX da Teoria da Tradução moderna (em alemão: *Übersetzungswissenschaft*), cujos modelos mais significativos, com especial atenção para a área da língua alemã, são apresentados e comentados no capítulo 3, que se dá o passo decisivo, no nosso século, para o estabelecimento de uma teoria científica capaz de definir a suas próprias categorias de classificação. Dada a quantidade e variedade dos pressupostos teóricos que se propagaram principalmente após 1945, dispõem-se no trabalho os diferentes modelos em três subgrupos, conforme

a maior ênfase dada, respectivamente, à língua, ao texto ou ao tradutor no processo tradutológico. No seguimento desta organização, apresenta-se o modelo de crítica de tradução literária que se entende como tentativa de integração ecléctica dos diferentes modelos acima referidos, no sentido de suplantar as limitações de cada um inerentes às suas opções teóricas. Finalmente, a aplicabilidade deste modelo é testada no capítulo 4 na descrição e avaliação da tradução alemã de Georg Rudolf Lind da edição organizada por Jacinto do Prado Coelho do *Livro do Desassossego por Bernardo Soares.*

2 O modelo de crítica de tradução proposto

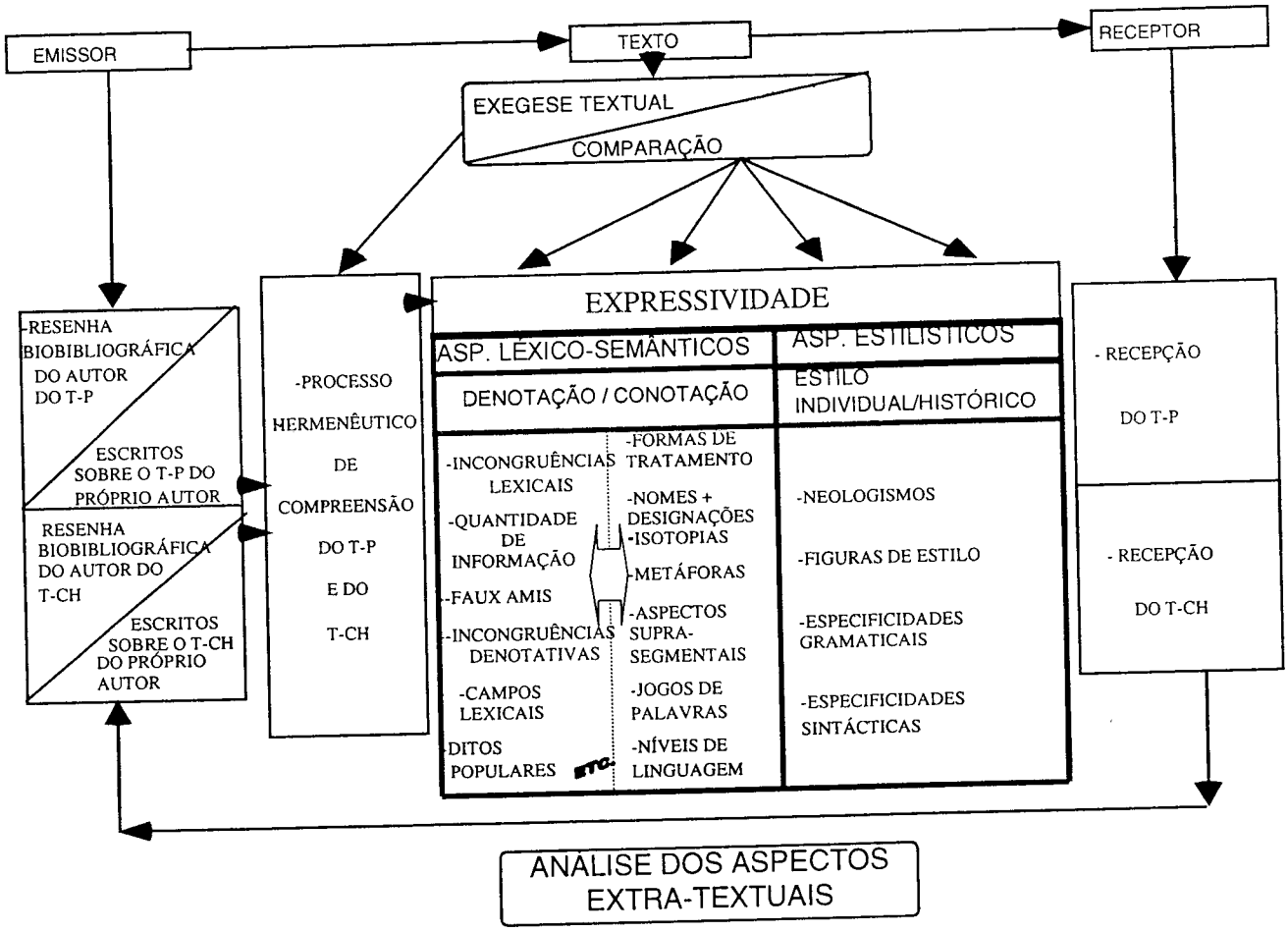
Olhando para o espectro dos modelos de crítica de tradução literária formulados nos últimos trinta anos, observa-se um processo de crescente complexidade na análise do acto tradutológico. Parece evidente que um modelo, com a finalidade de reconstruir o acto interpretativo de um determinado tradutor numa dada época, terá sempre que adoptar uma abrangência cada vez mais interdisciplinar, integrando o conhecimento adquirido pelas diferentes áreas do saber, como, por exemplo, a Linguística, a Teoria da Literatura, a Psicologia ou a Neurologia, para poder aspirar a integrar-se no estatuto de disciplina científica. Entenda-se, no entanto, que o carácter científico deste modelo de descrição e avaliação não se resume apenas a uma postura de objectividade neutra e factual, mas terá, para além disso, que ser identificado com a indispensável necessidade da perceptividade dos seus processos analíticos. Para alcançar esse objectivo,

o crítico deve ser capaz de legitimar epistemologicamente os pressupostos teóricos em que fundamenta a sua crítica da tradução, assegurando deste modo a intencionalidade e transparência das suas observações.

Da mesma maneira que a tradução, em sentido lato, necessita de um tradutor consciente de si próprio (cf. Hönig 1995: 116), assim também a crítica necessita do crítico auto-consciente, capaz de tomar uma opção teórica fundamentada, de enunciar os critérios de análise, de estabelecer a finalidade da sua crítica e de identificar o destinatário do seu trabalho. Só assim será possível salvaguardar a qualidade e a aceitabilidade de uma crítica de tradução de um texto literário. Numa fase subsequente importa ao crítico pôr em prática o seu modelo teórico, em que os dados empíricos, resultantes duma confrontação exaustiva entre o T-p e do T-ch, serão sempre vistos à luz das suas reflexões teóricas.

A fase prática do modelo crítico aqui defendido inicia-se com o estudo aprofundado das três instâncias envolvidas neste processo comunicativo, que, afinal, é a tradução, ou seja, o emissor (autor do T-p e tradutor enquanto autor do T-ch), a mensagem (T-p e T-ch), e o receptor (leitor do T-p e do T-ch e tradutor enquanto leitor) (ver Figura 1).

Níveis de Análise
de um
Modelo de Crítica de Tradução Literária



(Figura 1)

O texto literário constitui uma unidade semântica, que "nas suas estruturas semânticas, sintácticas e pragmáticas, é possibilitado e regulado originária e substancialmente por mecanismos de semiose literária actualizados pelo autor e pelo leitor – mecanismos de semiose literária que pressupõem necessariamente e que potenciam todas as virtualidades dos mecanismos da semiose literária." (cf. Aguiar e Silva 1986: 576). Ao contrário de uma perspectiva formalista, em que o texto literário é

representado ontologicamente e gnoseologicamente como liberto do autor, sendo uma entidade formal e semicamente autónoma, a perspectiva semiótica situa o texto literário e a sua análise textolinguística a um nível de maior complexidade. Tanto o conceito de *co-texto*, com os seus componentes gramaticais e não gramaticais, mas verbalmente realizados, como o de *contexto*, integrando os aspectos extratextuais como o metatexto, o intertexto, o contexto situacional, de universo simbólico e de visão do mundo, conferem à análise semiótica uma perspectiva integrada do texto, que se torna imprescindível num modelo de crítica de tradução. Daí a importância de um conhecimento aprofundado da biografia e obra do autor do T-p por parte do crítico, que só com base neste conhecimento poderá desenvolver a compreensão e sensibilidade para com a poética do autor em questão. Convém não esquecer que todo o autor faz parte de um sistema literário no qual se insere o seu processo criativo e que muitas vezes lhe oferece as razões e a motivação do seu trabalho. Com esta abertura para a dimensão histórica do texto, o crítico, tal como o tradutor, tenderá a tomar consciência dos diferentes períodos de criação na obra de um autor, muitas vezes caracterizados por evoluções contraditórias. No caso do tradutor, isso terá a uma importância acrescida quanto mais longa for a distância temporal entre o emissor e o texto por ele produzido e o receptor/tradutor, visto que, com a mudança dos horizontes de expectativa e consequente mudança das condições de recepção, o tradutor poderá ser obrigado a proceder a intervenções necessariamente coerentes e consistentes no perfil do T-p, se quiser evitar dificuldades de descodificação.(cf. House 1981: 30 e segs., Nord 1988: 198 e segs., Flor 1995: 177 e segs.).

A tradução literária afigura-se, pois, tanto como processo linguístico como literário que terá de ser compreendido numa perspectiva de estética da produção e da recepção, já que todo o tradutor é simultaneamente leitor e autor. Compete então ao crítico esclarecer de que tipo de sistema de expectativas e probabilidades ambos, autor e tradutor, poderiam partir e em que normas e expectativas assentariam os respectivos sistemas literários nos quais estariam inseridos, para poder descrever e avaliar a compreensão do texto por parte do tradutor, entendida como "fusão de horizontes" (cf. Gadamer 1975: 289 e segs. e 356 e segs.).

A produção metatextual de ambos, ou seja, textos que permitam dar uma visão das intenções e atenções que ambos empregaram no seu trabalho criativo, apresenta-se como outro factor extratextual de relevância. Os prefácios ou posfácios, que no melhor dos casos acompanham a tradução *per se*, terão no caso do tradutor uma importância significativa, já que, para além de serem um sinal de profissionalismo por parte de quem traduz, ajudam a compreender a estratégia pessoal do tradutor, dando ao crítico um instrumento precioso na avaliação dos graus de pertinência e coerência dos desvios, possivelmente verificados na posterior análise contrastiva entre o T-p e o T-ch. Será essa produção metatextual também um indicador do nível de empatia possível entre ambos os criadores, deixando transparecer, explicita ou até implicitamente nas entrelinhas, a poética de cada um. Tendo como função primordial a de escalpelizar as condições e ao mesmo tempo as noções e idiossincrasias das duas instâncias criadoras, poderá esta fase introdutória do trabalho analítico dar pistas fundamentais para uma

compreensão mais profunda e adequada dos dados empíricos, advindos de uma exaustiva análise contrastiva entre T-p e T-ch.

Mas um modelo de crítica da tradução literária que se propõe descrever e avaliar a "concepção tradutológica" (al. *Übersetzungskonzept*) do tradutor e suplantar uma visão meramente maniqueísta, limitando-se a uma taxinomia do "correcto" e do "errado", terá que forçosamente adoptar uma perspectiva hermenêutica na análise do T-ch, sendo este compreendido como produto de um acto interpretativo singular. Cabe ao crítico de tradução tornar esta interpretação do tradutor visível no T-ch e confrontá-la com a sua própria exegese, baseada numa literatura secundária representativa, evitando, por essa via, uma argumentação meramente subjectiva e impressionista. A metodologia empregue para este efeito terá sempre de ter em conta as diferenças ao nível de sistemas literários, visto que uma análise com base apenas nos aspectos da língua comprometeria, sem dúvida, o alcance da argumentação crítica seguida. A comparação do efeito que cada texto, por si, teve no respectivo sistema literário em que se insere oferece, nesse sentido, importantes pistas sobre a concepção tradutológica posta em prática pelo tradutor.

O modelo crítico de Reiβ (1971) parte destes princípios gerais, quando distingue uma categoria literária, linguística e pragmática para abranger os níveis extra e intratextuais da análise textual, sendo o texto literário caracterizado pela importância do "como algo é dito pelo autor" (ibid.: 38pp). Significa isso que, neste tipo de texto, a análise contrastiva poderá incidir, em primeiro lugar, naqueles aspectos que estão relacionados com o estilo

específico do autor, o seu idiolecto literário, que por definição representa o uso que um emissor faz do policódigo literário. Isso pressupõe que cada texto literário realiza a sua singularidade no quadro de um sistema, no qual a escrita se processa, por um lado, como acto semiótico de natureza rotineira para possibilitar a comunicação e, por outro, como acto semiótico de natureza inovadora ou até transgressiva de "desautomatização", afirmando a sua unicidade primeiramente no campo da expressividade.

Tomando isso em consideração, compete ao tradutor pôr em relevo a especificidade do autor do T-p, aproximando o leitor à "outridade" do T-p. Evidentemente cabe aqui ao crítico avaliar o modo como estas duas "expressividades" se conjugaram num "terceiro texto", que será a tradução, e como os dois idiolectos literários, que se distinguem não só pela língua que usam, como também pela personalidade de quem os forma, se fundiram num texto, que não se limita a ser apenas o T-p noutra língua. A crítica de tradução, vista dessa maneira, terá como função nuclear demonstrar e explicar aos seus leitores em que medida o T-ch se distingue do T-p.

A intuição do tradutor e, mais concretamente, a afinidade estética e, por que não, a afinidade de personalidade entre o autor do T-p e o seu tradutor ganham maior relevância argumentativa no tipo de crítica de tradução aqui defendido, dada a "ambiguidade específica" do texto literário, no qual o valor estético por vezes se sobrepõe ao valor do rigor conceptual. É exactamente a falta de afinidade entre autor e tradutor que, por vezes, deveria levar o profissional ideal da tradução, consciente e responsável, a declinar certas encomendas de tradução. Mais uma vez, não bastará ao crítico limitar-se à

descrição dos aspectos, que, por sinal, evidenciem exemplarmente o grau de afinidade detectado. Também neste caso, os resultados da análise deverão sempre ser avaliados e comparados em função da concepção tradutológica preconizada pelo tradutor e em função da sua estratégia de execução.

Como critério de avaliação das instruções intra-linguais do T-p, Reiβ (1971) propõe a equivalência a nível semântico, a adequação a nível lexical, a correcção a nível gramatical e a correspondência a nível estilístico. Querendo evitar confusões conceptuais ligadas a uma utilização quase arbitrária destes conceitos na literatura científica no âmbito da Teoria da Tradução mais recente, e para clarificar o essencial, adoptou-se neste trabalho, no âmbito da semântica e estilística, o conceito de "grau necessário de diferenciação", proposto por Hönig e Kuβmaul (1982), com a diferença de, neste trabalho, não ser tratado numa perspectiva funcional, mas sim hermenêutica, ou seja, como instrumento da avaliação da eficácia do processo tradutológico na procura do "pretendido no enunciado". Partindo do princípio de que, em larga medida, o pensamento é feito em imagens, o texto representa uma estrutura que evoca as imagens gravadas na nossa memória de trabalho através das quais acedemos ao conhecimento, visto que o "conhecimento factual que é necessário para o raciocínio e para a tomada de decisões chega à mente sob a forma de imagens." (Damásio 1994: 112). Como quadro referencial a esta concepção do pensamento e dos processos racionais, será utilizada a teoria *scenes-and-frames-semantics* de Fillmore (1977), segundo a qual, numa perspectiva de semântica profunda, uma solução suficientemente diferenciada seria sempre

aquela que possibilitasse ao leitor implícito a reconstrução da cena, ou da imagem, por detrás de "o que o texto diz".

No âmbito da avaliação da competência linguística do tradutor, que pela argumentação até aqui desenvolvida, não será primordial neste modelo, importará apontar para erros de tradução, advindos de lacunas, por parte do tradutor, no domínio das línguas envolvidas. Neste caso, deverão ser esboçadas as razões e consequências das incorrecções observadas e ser apresentadas soluções alternativas mais adequadas no entender do crítico. O erro será tanto mais grave, quanto mais ultrapassar o restrito âmbito da unidade lexical em causa, interferindo significativamente ao nível textolinguístico com a aceitabilidade e coerência do T-ch.

Finalmente, cabe a um modelo de crítica da tradução procurar descobrir se a concepção tradutológica evidenciada pela análise é recorrente na obra do mesmo tradutor, ou se, pelo contrário, essa concepção varia conforme o autor, ou mesmo, conforme o texto a traduzir. Parece que uma resposta a esta problemática ajudaria a lançar um olhar para o interior dessa caixa negra que é o processo de decisão tradutológico e seus condicionamentos, e, desse modo, a levar a um conhecimento mais aprofundado do acto de tradução. É com o objectivo de lançar algumas respostas nesse âmbito que os resultados de uma dissertação de mestrado sobre a tradução de Georg Rudolf Lind do romance *A Sibila* de Agustina Bessa Luís (cf. Hüsgen 1991) serão confrontados com os resultados, obtidos pela aplicação do modelo aqui desenvolvido (cf. Figura 1), da tradução do *Livro de Desassossego por Bernardo Soares*, também da responsabilidade de Lind.

3. Resultados da análise empírica

Após uma análise comparativa e exaustiva do T-p e do T-ch, segundo os pontos propostos no modelo acima referido, procedeu-se a uma descrição da concepção tradutológica de G. R. Lind e suas consequências.

Para uma definição contextualizada da concepção tradutológica de Lind, será proveitoso relembrar a clássica dicotomia entre traduções eruditas e poéticas. Um grande número de disputas públicas, como, por exemplo, aquela a que se assistiu entre Mathew Arnold e Francis W. Newman em relação à tradução dos textos homéricos por parte deste último nos anos 1861 e 1862, partiu destes pressupostos antagónicos e polarizadores. Enquanto uns exigiam duma tradução literária que esta tivesse sobre os leitores de chegada um efeito equivalente ao efeito do texto original sobre os seus leitores, trazendo o T-p até junto deles e, assim, para junto da cultura de chegada, os outros reclamavam duma tradução adequada um T-ch que conduzisse o leitor e a cultura de chegada para junto do texto e da cultura de partida, aceitando e até exigindo o efeito de estranhamento daí resultante. Segundo esta perspectiva, pertencem normalmente às traduções do primeiro tipo aquelas que são, em regra, da autoria de um tradutor-poeta e que, por isso, valorizam a "re-criação" poética do T-p em detrimento da fidelidade filológica, enquanto as traduções do segundo tipo, mais eruditas, fiéis, mas também amorfas e estagnadas, serão geralmente atribuídas ao tradutor académico. Esta argumentação, por exemplo, seguida por Schleiermacher, Ortega y Gasset ou Nabokov, para mencionar apenas alguns, parte do princípio que o tradutor dito académico encara o T-p como fonte de

conhecimento, que procura preservar, traduzindo escrupulosamente palavra por palavra, linha por linha. Neste contexto, os resultados deste trabalho têm também a função de ultrapassar este tipo de diferenciação e categorização simplista e até, por vezes, algo preconceituosa, demonstrando que não serve para retratar o problema da tradução literária.

Não há dúvida de que, de uma maneira muito geral, se observam duas tendências macro-estratégicas na tradução literária, ou seja, uma estratégia tendencialmente mais literal, e outra tendencialmente mais livre. Mais discutível será, no entanto, ligar a estas estratégias a dicotomia fidelidade *vs.* liberdade poética, como se uma dessas macro-estratégias levasse irremediavelmente a um ou outro efeito. Ao longo deste trabalho tentou-se evitar esta visão redutora de causa/efeito, privilegiando-se, na análise linguística dos diversos exemplos textuais, uma perspectiva holístico-hermenêutica do texto literário que permita demonstrar que uma tradução mais fiel pode, ao mesmo tempo, ser tão poética e viva, como uma tradução livre pode ser estéril e apagada. Tentou-se pois provar que, muito mais do que as referidas dicotomias liberdade *vs.* fidelidade, ou erudição vs. poeticidade, importa ao tradutor aplicar um método de tradução que lhe garanta a compreensão do T-p com todas as suas implicações, a compreensão do seu leitor e suas expectativas, que lhe transmita a consciência daquilo que está disposto a revelar ao seu leitor e, finalmente, que lhe desperte a consciência de si mesmo enquanto tradutor e a consciência da sua capacidade de exprimir o seu modo de compreensão de uma forma coerente.

Ao longo do seu trabalho de tradutor, Lind teve sempre o cuidado de fornecer ao leitor, em prefácios ou posfácios, aquelas informações relativas ao autor e à sua obra que julgava serem imprescindíveis para o seu público leitor de língua alemã. Torna-se notório que não traduzia para um leitor especializado em literatura, e muito menos portuguesa, já que assumia declaradamente o papel de divulgador da literatura lusófona na Europa Central. Tal explica porventura a sua postura na reorganização dos fragmentos do *Livro do Desassossego por Bernardo Soares* (*L.d.D.*) por sectores temáticos que, como se mostrou no capítulo 4.1.1.1.1, teve uma aceitação muito longe de ser unânime em Portugal. Propunha-se ultrapassar o carácter fragmentário, não-progressivo, dos textos que compõem o diário de Bernardo Soares, tão caro aos editores da 1º edição do *L.d.D.*, para se aproximar do seu ideal de edição que seria justamente uma edição crítica. Demonstrou-se no capítulo 4.1.1.2 que esta visão se distancia bastante daquilo que o próprio Pessoa tinha esboçado explícita ou implicitamente nos seus escritos para uma edição do *L.d.D.*, mais consentânea com a concepção, defendida por J. do Prado Coelho, enquanto obra *in progress* (J. do Prado Coelho 1983: 70). Esta vontade de intervenção explicativa, por parte de Lind, não será de todo alheia ao seu desejo de oferecer ao leitor "um livro legível" (cf. posfácio da edição alemã *Das Buch der Unruhe des Hilfsbuchhalters Bernardo Soares* (*B.d.U.*): 302), "procurando incorporar na literatura mundial («Weltliteratur») o que valha realmente a pena" (Lind 1983b: 69), rejeitando "por isso, tudo o que não [lhe] parece digno de ser conhecido fora das fronteiras de Portugal." (ibid.).

Esta sua concepção tradutológica em prol duma maior legibilidade e inteligibilidade, justificada, na sua opinião, pela sua missão divulgadora, leva o tradutor a intervir no T-p de uma forma intencional, decisiva e não consensual. Assim sendo, Lind vai ao encontro dos postulados defendidos pelas teorias funcionais que, partindo de um modelo comunicativo, elegem como objectivo primordial de uma tradução a sua inteligibilidade. De facto, não se trata aqui de um posicionamento único ou isolado na obra tradutológica de Lind. Já aquando da sua tradução do drama em fragmentos *Fausto* (cf. capítulo 4.1.1.3: 281 e segs.), Lind explica no posfácio que, apesar de ter consciência do carácter essencialmente fragmentário e incompleto da obra de Fernando Pessoa, mais uma vez se terá visto na obrigação de "proteger" o leitor de língua alemã, eliminando todas as repetições, lacunas e imprecisões. Mesmo considerando o fragmento como marca principal, não só do *Fausto* mas também, note-se, do *L.d.D.* (cf. posfácio do *Faust. Eine subjektive Tragödie.*: 209) não abdica desta postura, que J. do Prado Coelho explica pelo exagerado "didatismo do professor alemão" (cf. J. do Prado Coelho 1983: 66).

Mas a estranheza sentida em relação ao redundante e incompleto parece estender-se ao longo de toda a sua obra. Em 1988, Georg Rudolf Lind publica na revista de lusitanística alemã *Lusorama* um texto que reproduz uma comunicação do próprio, referida nos "*Erste Portugiesische Tage*" no Outono do ano anterior, em Soest/Alemanha. Nesse texto, onde apresenta a concepção tradutológica seguida na sua tradução para alemão do romance *A Sibila* de Agustina Bessa Luís, advoga a ideia de que o tradutor teria não só a possibilidade, mas ainda o dever de corrigir o T-p, usufruindo de certas

liberdades consentâneas com o seu estatuto de autor recreativo, na verdadeira asserção da palavra. Esta observação torna-se ainda mais interessante quando comparada com uma anterior concepção de tradução defendida por Lind. Num ensaio com o título "Traduzindo Fernando Pessoa" descrevia a função do tradutor da seguinte maneira:

> "Podemos concluir que o tradutor não necessita de uma personalidade poética própria, pelo contrário, é até conveniente, que não tenha uma personalidade poética para perder. Ele não deve ser outra coisa do que leal mensageiro do poeta da sua escolha. Na tradução de um grande génio encontra este tradutor a satisfação plena da sua própria ambição poética." (cf. Lind 1962: 162).

Note-se a evolução que o tradutor percorreu desde que passou de um "leal mensageiro" sem personalidade poética própria, no início da sua carreira como tradutor, a "autor recreativo" numa fase mais recente no seu trabalho como tradutor.

Voltando, pois, à concepção defendida em Soest, torna-se evidente que o postulado mais relevante se prende com o grau de dificuldade que Lind atribui à leitura da obra de Agustina Bessa Luís. Propõe-se então a certa altura "aliviar" o texto daquilo a que designa de "reflexões enigmáticas ... que provavelmente nada significam"[1], dando alguns exemplos do seu procedimento. Esta necessidade de criar um texto claro, liberto de ambiguidades, que trespassa a obra tradutológica de Lind, encontra-se igualmente no trabalho de outros tradutores de textos literários, cujo esforço

---

[1] „Kann der Übersetzer seine Vorlage korrigieren? Ich glaube, er kann es, er muß es, wenn z.B. die Autorin rätselhafte Reflexionen einflicht, die möglicherweise nichts bedeuten wie im folgenden Fall." (Lind 1988: 69).

racional parece despertar uma vontade clarificadora, que Cary define como "désir de clarté" (Cary 1963b: 131).

Na realidade, se compararmos o processo criador no momento da génese de um texto original com o momento da "re-criação" tradutológica, depara-se-nos uma diferença fundamental. Enquanto o escritor ou poeta se empenha, na expressão da sua realidade subjectiva, numa linguagem que tenta ser o espelho da sua unicidade como indivíduo, criador de realidades, transgredindo, nesse intuito, as normas do código linguístico, o tradutor, por seu lado, tenta recriar a realidade subjectiva do outro, adaptando o seu conteúdo às regras de um novo código. Enquanto o autor do T-p se questionará: como poderei dizer de modo diferente? - a pergunta do tradutor é sempre: como se diz...? Não será a diferença fundamental entre os dois processos o facto de na criação literária a ideia tentar dar forma aos mecanismos da linguagem, enquanto que no processo tradutológico esses mesmos mecanismos é que dominam a ideia? Não será essa pressão de racionalizar, exercida sobre o tradutor, responsável pelo medo que o tradutor sente perante a "ambiguidade específica" do texto literário, da qual fala Marion Faber (cf. Faber 1993), relatando da sua experiência como tradutora de textos literários?

Pensamos que esta tendência clarificadora se acentua tanto mais quanto os temperamentos e as sensibilidades estéticas diferem entre autor do T-p e autor do T-ch. Mesmo sendo um grande admirador e conhecedor da obra pessoana, Lind estruturalmente divergia muito do criador do "drama em gente". A comparação das concepções tradutológicas de ambos demonstra-

o bem. Enquanto Lind não só justifica, como por vezes até exige, a necessidade do tradutor de corrigir o T-p, Pessoa, ele próprio tradutor experiente, defendia a "«mais perfeitamente possível conformidade» da tradução com o texto original, indo ao ponto de escrever, numa página inédita, que a tradução «não deve pecar por frouxa» mas também «não deve pecar por aperfeiçoadora» e que «traduzir não é emendar» (Saraiva 1996: 45). Entrevê-se nestas linhas um choque de temperamento e personalidade divergentes. Por um lado, o espírito empreendedor, impaciente na forte vontade de mediação entre culturas, por vezes um tanto ou quanto intempestiva, e, por outro, o eu fragmentado, paralisado pelo medo do definitivo. A determinação de Lind, entenda-se a obstinação com que defendeu, por exemplo, a sua reorganização dos fragmentos do *L.d.D.* (cfr. cap. 4.1.1.1.1), contrasta claramente com o carácter introvertido e hesitante do autor do *L.d.D.*. (cf. cap. 4.1.1.2).

Parece, assim, evidente que a afinidade literária e temperamental entre autor e tradutor está estritamente ligada aos processos tradutológicos que nos ocupam. Estudos mais recentes na área da neurobiologia fornecem pistas para a compreensão deste processo nesse sentido. Num estudo com amplo impacto na comunidade científica, intitulado *O Erro de Descartes*, o neurologista português António Damásio (1994) apresenta uma teoria da racionalidade humana, em que as decisões humanas não se baseiam na razão pura, mas, pelo contrário, são guiadas pelos sentimentos. Estudando com a sua equipa doentes que, devido a determinadas lesões cerebrais, tinham perdido totalmente a capacidade de tomar decisões, chegou à conclusão de que o homem nunca seria um ser racional sem ser, ao mesmo

tempo, ser emocional. O que faltava aos doentes, acima referidos, devido às suas lesões, era precisamente a componente emocional. A lesão tinha-lhes obliterado por completo essa faceta da sua personalidade. Usando só a lógica nunca conseguiríamos escolher entre todas as alternativas que se nos apresentassem. A vida seria, em suma, como um imenso jogo, na metáfora utilizada por Damásio (1994: 215 pp), em que nunca teríamos tempo para fazer uma escolha adequada em tempo real. São justamente os sentimentos que nos permitem restringir o campo das alternativas lógicas possíveis, escolhendo a opção que se afigura mais conveniente em termos de sobrevivência a longo prazo. A opção, realizada de forma intuitiva, é apenas trabalhada e legitimada racionalmente numa segunda fase. Segundo Damásio, o erro de Descartes consiste precisamente na

> "(...) separação abissal entre corpo e mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, por um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e intangível; a sugestão de que o raciocínio, o juízo moral e o sofrimento adveniente da dor física ou agitação emocional poderiam existir independentemente do corpo. [...] a compreensão cabal da mente humana requer a adopção de uma perspectiva do organismo; que não só a mente tem de passar de um *cogitum* não físico para o domínio do tecido biológico, como deve ser também relacionada com todo o organismo que possui cérebro e corpo integrados e que se encontra plenamente interactivo com um meio ambiente físico e social". (Damásio 1994: 255 e 257).

Sendo a tradução um processo elaborado e complexo de tomada de decisão, no qual o tradutor desenvolve determinadas estratégias de uma forma consciente ou não, para não só se "apropriar" de um T-p, como também para garantir a sua transmissão, esta visão de organismo da mente

humana torna-se, sem dúvida relevante. O processo de tomada de decisão, proposto por Damásio (1994: 209 e segs.), ou seja (1) a ordenação das alternativas possíveis, (2) o estabelecimento de critérios; (3) o fornecimento dos critérios através dos marcadores-somáticos, que nos indicam as preferências cumulativas que recebemos e adquirimos, é, assim, um processo no qual "a racionalidade é configurada e modulada por sinais do corpo" (ibid.: 211pp), que nos indicam que "o processo está realmente a ser avaliado, positiva ou negativamente, em termos das preferências e objectivos do indivíduo" (ibid.: 208pp). Adoptando, neste sentido, a perspectiva da tradução como encontro de (pelo menos) duas personalidades, parece pertinente a questão de saber se uma estratégia defendendo a inteligibilidade e a legibilidade de um determinado T-ch não é mais do que uma "estratégia de sobrevivência" de uma concepção de traduzibilidade, ou por outras palavras, a tentativa de aproximar a língua e o ideolecto do outro à sua própria língua e personalidade.

Senão vejamos, Lind tinha como finalidade última partilhar com os seus leitores centro-europeus um autor por si muito admirado que, simultaneamente, diferia em muito da sua maneira de ser, de estar e também de escrever. No seu desejo imperturbável de tornar Pessoa, tão injustamente desconhecido na sua terra natal, não só conhecido, mas também "entendido", impôs ao T-p uma concepção de tradução que permitiu que a sua personalidade pujante e extrovertida, secundada por um ideolecto didatizante e clarificador se fosse sobrepondo ao discurso labiríntico de Pessoa.

Passando destes pressupostos teóricos que relacionam a concepção tradutológica de um determinado tradutor, e a sua evolução, com o processo de tomada de decisão específico no acto da tradução, o que mostrou a análise empírica dos dois textos em relação a esta problemática? Que efeito teve a concepção de tradução sobre o texto traduzido? Partindo dos objectivos da legibilidade e inteligibilidade, respectivamente, poderá constatar-se que estes foram atingidos sempre que o tradutor, utilizando explicações ou explicitações, foi capaz de evitar interferir com relações macro-textuais do T-p. Acontece, no entanto, que o seu método de tradução muito literal, progredindo praticamente palavra a palavra, frase a frase, veio, por diversas vezes, perturbar a coerência textual. As incongruências involuntárias a nível denotativo (cf. cap. 4.1.2.1.1.1.1) prejudicam sensivelmente a leitura, mesmo que o leitor tenda normalmente a preencher as quebras lógicas daí resultantes, inferindo aquilo que só a comparação dos dois textos torna visível. Lind demonstra algumas dificuldades com as polissemias (cf. ibid.: 290 pp, 293 e segs., 311 e segs.) e com a interpretação correcta das interligações sintácticas (cf. ibid.. 293 pp, 303 e segs., 318 e segs.), entre as quais se destacam as relativas e as recorrências. Para além disso, algumas vezes, o tradutor confunde semanticamente algumas palavras que se assemelham ortográfica ou foneticamente, o que leva a soluções incorrectas, que, apesar de, no cômputo geral, serem menos significativas, denotam algum descuido ou desleixo no detalhe por parte do tradutor (cf. ibid.: 320 e segs.). A maior parte destes erros tradutológicos não chegam a perturbar o leitor, como já referimos, mas tornam-se tanto mais incómodos, quanto o leitor é

literalmente obrigado a dar pela falta de rigor por parte do tradutor. Assim acontece na tradução de uma das frases centrais da obra, apontada como tal pelo próprio Lind no posfácio, onde a cita, traduzindo-a de uma maneira diferente da do texto principal (cf. ibid. 302 e segs.). O facto de ter nessa ocasião corrigido a tradução errónea que consta anteriormente do texto só vem prejudicar ainda mais a relação de confiança pretendida entre o tradutor e seu leitor mais atento, já que incompreensivelmente a correcção não chega ao texto principal. Escusado será acrescentar que este tipo de desleixo não contribui certamente para o objectivo delineado pelo tradutor de apresentar ao seu leitor um T-ch acima de tudo legível.

A nível das pressuposições (cf. cap. 4.1.2.1.1.1.2) constata-se alguma inconsequência no procedimento, como, por exemplo, nas explicações, sem dúvida necessárias, em relação ao Padre António Vieira, que inexplicavelmente só aparecem no fim do T-ch, já depois de ter sido mencionado antes no texto por diversas vezes, sem merecer qualquer tipo de comentário por parte do tradutor (cf. ibid.: 327 pp). Porém, constata-se igualmente um profundo conhecimento da cultura portuguesa por parte do tradutor alemão, que lhe permite fornecer aos seus leitores de língua alemã, na maior parte das vezes, as informações necessárias para uma compreensão mais adequada do texto.

A dicotomia legibilidade *vs.* traduzibilidade já referida transparece quando o tradutor acrescenta informação que, não sendo do domínio da cultura específica, vem dar ao T-ch uma maior clareza e transparência, retirando-lhe, por vezes, a sua "ambiguidade específica" (cf. cap. 3.5.1.5: 121pp).

Parece confirmar-se aqui o efeito da pressão racional da situação específica do tradutor, coadjuvada pelo carácter peculiar de Lind, sobre o método de tradução demasiado desambiguador e simplificador, tendo por consequência um T-ch "liberto", em grande parte, do discurso labiríntico de Pessoa.

Todavia, não deixa de ser irónico que, por diversas vezes, este procedimento tradutológico não vem acrescentar nada a uma maior legibilidade do texto, muito pelo contrário. No capítulo das especificações (cf. cap. 4.1.2.1.1.1.3.1) verifica-se que o tradutor elimina o tom difuso das impressões e percepções pessoanas, para as substituir por uma linguagem sem ambivalências e redundâncias, cujo efeito semântico e poético é bastante mais reduzido. Para atingir esse fim, Lind substitui, por diversas vezes, um termo geral por um termo específico (cf. ibid.: 334 e segs.), ou então aumenta o grau de especificação através da substituição gramatical, ou seja, por exemplo, a substituição de um artigo por um pronome possessivo (ibid.: 335 e segs.). Outra forma mais interveniente na estrutura textual por parte do tradutor é representada por aquilo a que se poderá chamar amplificação, que marca de uma maneira muito mais visível a interpretação do tradutor, transformando sensivelmente a estrutura de significação do T-p (cf. cap. 4.1.2.1.1.1.3.2). São utilizados para este fim meios sintácticos que aumentam a coesão textual, como, por exemplo, conjunções (cf. ibid.: 338 e segs.). Este tipo de intervenção textual torna-se mais questionável, quando Lind acrescenta palavras isoladas ou sintagmas inteiros que, espelhando uma interpretação subjectiva, muitas vezes duvidosa, manipulam as estruturas de significação de tal forma, que a própria coerência textual do T-ch chega a ser afectada negativamente, até

porque uma formulação mais clara e inteligível muitas vezes só é conseguida à custa de perdas significativas a nível das associações intratextuais (cf. ibid.: 343 e segs.).

Mas é no campo das restrições semânticas e das omissões deliberadas (cf. 4.1.2.1.1.1.4) que se mostra até que ponto um tradutor, provavelmente despreocupado em demasia, se atreve a interferir com as estruturas de significação do T-p, simplificando-as muitas vezes, para poder suplantar dificuldades de tradução, ou seja, para solucionar unidades de tradução problemáticas. Neste caso constata-se, na maior parte dos casos, que não foi verdadeiramente o receptor o beneficiado de tal estratégia, visto que poucas vezes contribui verdadeiramente para uma maior clareza textual. Serão normalmente muito mais estratégias de sobrevivência, no sentido damasiano (Damásio 1994: 236 pp), ou de evitação, na terminologia de Wilss (1988: 217), legitimadas racionalmente como estando ao serviço do leitor, por parte de um tradutor cuja autoconfiança lhe permite adaptar o texto à sua própria estrutura racional, declarando como dispensáveis determinados excertos, de leitura por ventura menos acessível.

No caso de Lind, são as reduções semânticas aquelas que se revelam por vezes eficazes no tratamento de unidades de tradução problemáticas, porque acabam por contribuir para soluções estilisticamente conseguidas, sem que o "intencionado" (al. das Gemeinte) seja afectado pela alteração do "dito" (al. das Gesagte) (cf. ibid.: 357 pp). O mesmo não se poderá dizer nos casos onde a estratégia da evitação levou à omissão de palavras, de sintagmas ou até de frases inteiras, quebrando a nível de estruturas

profundas, linhas isotópicas e associativas do T-p, o que, em último caso, dificulta o estabelecimento da coerência textual por parte do leitor (cf. ibid.: 358 e segs.). As omissões, muito evidentes por causa do método tradutológico eminentemente apegado às palavras, apenas poderão ser justificadas naqueles casos em que Lind prefere excluir partes de frases já incompletas no original, procedendo nesses casos de uma forma coerente (cf. ibid.: 381 e segs.).

Comparando as omissões e reduções semânticas no *L.d.D.* com, por exemplo, aquelas encontradas na tradução de Lind do romance *A Sibila*, constata-se que o tradutor alemão usou de uma forma ainda mais acentuada este método tradutológico em relação ao texto agustiniano, onde chegou a cortar quase páginas inteiras. Tudo aponta para o facto de as relações de afinidade entre Lind e Pessoa serem, apesar de tudo, mais estreitas do que aquelas que caracterizaram a relação entre o professor alemão e Agustina Bessa-Luís, cuja obra não se coibiu de "corrigir" nas suas traduções (cf. Hüsgen 1995b: 600 e segs.).

Mas é na tradução da linguagem metafórica que Lind revela as maiores dificuldades na tradução deste diário em fragmentos (cf. cap. 4.1.2.1.1.2.2). E é precisamente a sua técnica tradutológica marcadamente linear e consecutiva, fixada nas palavras, que não lhe permite vislumbrar a cena por detrás do texto, tão decisiva para uma solução tradutológica adequada, dado que a metáfora se alimenta primeiramente das relações que consegue estabelecer com o seu co-texto e o seu contexto. Sem a devida atenção as estes dois aspectos da textualidade, incorre o tradutor naquilo que se

poderia chamar a quebra dos encadeamentos metafóricos, que consiste na desagregação do enquadramento referencial da metáfora, perdendo esta no T-ch a sua legitimação como elo numa complexa teia - *textus* - de significação que o autor do T-p foi urdindo (cf. p. ex. ibid.: 410 e segs., 416 e segs.). A concepção tradutológica de Lind de criar um texto inteligível leva, mais uma vez, a uma estratégia de solução de problemas abreviada, que não ultrapassa o contexto microtextual de controlo de resultados, dificultando ao seu leitor uma visão mais completa das relações macrocontextuais da obra.

Sempre que a linguagem metafórica se baseia em mecanismos de estranhamento (cf. ibid.: 424 e segs.), junta-se aos mecanismos já referidos a relutância de Lind, e de muitos outros tradutores de textos literários, contra todo o tipo e infracção gramatical que pudesse, de alguma forma, ir contra a expectativa de aceitabilidade de um presumível leitor. Ao nível morfo-sintáctico da expressividade (cf. cap. 4.1.2.1.2) encontramo-nos aqui no aspecto mais importante no que refere aos desvios observados entre T-p e T-ch. O tradutor recai repetidamente num plano estilístico normalizador, onde, por exemplo, desaparecem todos os neologismos, tão característicos da escrita de Bernardo Soares (cf. 4.1.2.1.2.2) que, como semi-heterónimo, não sendo um duplo do poeta, o revela num certo registo. Necessitando do distanciamento que este semi-heterónimo lhe proporcionava na escrita destas confissões, transparece, todavia, nele a voz do ortónimo, concentrada e liberta da censura da consciência, espraiando em paradoxos, numa linguagem modernística e experimental, fazendo lembrar Álvaro de Campos, a sua visão do mundo fragmentado. A retórica da contradição (cf.

cap. 4.1.2.1.2.3) que daí resulta não encontra na tradução alemã um tratamento adequado. E é através de omissões (cf. ibid.: 462 e segs.) e explicações (cf. ibid.: 467 e segs.) que o tradutor tenta amenizar ou mesmo erradicar os paradoxos perturbadores, que tudo em causa põem e nada deixam.

A defesa inequívoca da aceitabilidade do seu T-ch é bem patente no tratamento tradutológico do traço mais experimentalista do texto pessoano. Para além de excluir o fragmento 19, no qual Soares/Pessoa expõe os "dois principios em fundamentos geraes de todo estylo: dizer o que se sente exactamente como se sente – claramente, se é claro; obscuramente, se é obscuro; confusamente, se é confuso -; comprehender que a grammatica é um instrumento, e não uma lei. [...] Obedeça á grammatica quem não sabe pensar o que sente." (*L.d.D. I*: 21-22), Lind apaga todas as infracções gramaticais do T-p na sua tradução (cf. cap. 4.1.2.1.2.4). Mostra, no entanto, ao fazê-lo, a sua grande habilidade linguística e estilística, que lhe permite manter o "pretendido" em formulações gramaticalmente correctas, perdendo-se, apesar de tudo, o importante carácter experimental do T-p. O princípio da traduzibilidade centrado no tradutor alia-se, neste caso, com o princípio da legibilidade centrado no leitor, deixando entrever a cena por detrás do texto.

Resumindo, constata-se que Lind demonstra ser um tradutor com um domínio sólido e, por vezes, bastante criativo não só da sua língua materna, como também do português. Consegue, por isso, geralmente captar a melodia, o fluir do texto original, que recria em largas penadas, por vezes um pouco despreocupadas, para oferecer ao seu público leitor um texto

cativante e atractivo na sua clareza e transparência. Não abdica, para atingir esse fim, de alterações da estrutura de superfície do T-p que, ao lado dos desvios involuntários, aparecem com demasiada frequência e acabam por interferir de uma forma significativa com as estruturas profundas do texto português. Será então inevitável que a legibilidade e inteligibilidade seja ganha à custa da coerência interna do discurso pessoano. Ordenando e estruturando, explicando e omitindo, corrigindo e preparando, intervém de uma forma exageradamente vincada nas estruturas do T-p, criando um texto em língua alemã, sem dúvida merecedor de ser lido por um grande público, mas que nem sempre consegue fazer jus à "escrita atormentada" (Babo 1982: 355) de um sujeito em processo que se defronta com o mundo, corporalizando a Língua, estruturando o corpo fragmentado no texto através da escrita.

0. VORWORT

Die Aufgabe dieser Arbeit besteht im wesentlichen darin, ein Modell zur Beschreibung und Bewertung von Übersetzungen bzw. Übersetzungskonzepten literarischer Ausgangstexte zu erstellen und an einem Musterbeispiel anzuwenden. Besonderer Bedeutung wird dabei dem Übersetzer zukommen, der als Mittler zwischen Sprachen und Kulturen in der Wahrnehmung und Verarbeitung fremder Bewußtseinsinhalte seine Kreativität und Persönlichkeit in einem dauernden Wechselspiel einander gegenseitig bedingender Faktoren einbringen kann und muß. Diese Arbeit soll auch dazu beitragen, daß das doch allgemein recht diffuse Bild des Übersetzers, speziell von literarischen Texten, durch das Sichtbarmachen seiner Tätigkeit an Profil gewinnt. Damit soll gleichzeitig das Bewußtsein dafür intensiviert werden, daß eine Übersetzung eines literarischen Textes immer nur eine mögliche Interpretation einer individuellen Übersetzerpersönlichkeit ist, die auf das Produkt einer anderen Persönlichkeit trifft und unter veränderten Schaffensbedingungen eine mögliche Konvergenz sucht, und keinesfalls das Ergebnis eines automatisierten oder auch automatisierbaren Prozesses ist, bei dem der Übersetzer eben nur das übersetzt „was dasteht". Wie jede andere Tätigkeit auch, wenn sie denn nicht als pure Reproduktion verstanden werden will, soll in diesem Sinne ihre Bestätigung in der Beschreibung und Bewertung ihres Vorgehens erfahren. Die von einigen Autoren proklamierte „Entthronung des Ausgangstexts", die sicher nicht zur Profilierung der Übersetzungstätigkeit beiträgt, da sie als Versuch des Übersetzers verstanden werden kann, sich

der Verantwortung für sein „Expertenhandeln" zu entziehen, wird in diesem Modell durch die Prämisse des Ausgangstexts als „sine qua non der Übersetzung" ersetzt. Der Ausgangstext bleibt weiterhin der Ausgangspunkt für die übersetzerischen Entscheidungen, obwohl natürlich die spezifische Situation und ggf. die spezifischen Funktionen des Zieltexts bei diesen Entscheidungen auch in die Überlegungen mit einbezogen werden müssen. Letztlich aber gründen sich die übersetzerischen Entscheidungen immer auf ausgangstextbezogenen, textinternen und -externen Faktoren und auf der spezifischen Beziehung zwischen Ausgangstext und Zieltext.

Nachdem in Kapitel 1 zunächst einmal der Frage nachgegangen wird, inwiefern die Übersetzung als wissenschaftliche Disziplin gelten kann, folgt in Kapitel 2 eine einführende Übersicht über die repräsentativsten und in ihrer Auswirkung nachhaltigsten vorwissenschaftlichen Übersetzungstheorien und -theoretiker, die allesamt noch unter der allgemeinen Dichotomie „Freiheit oder Treue" standen. Die endgültige Loslösung von dieser allzu reduzierenden Fragestellung vollzieht sich im 20. Jahrhundert mit dem Einsetzen der modernen Übersetzungswissenschaft. Im Kapitel 3 werden die einflußreichsten theoretischen Ansätze des sog. wissenschaftlichen Zeitalters beschrieben, wobei diese je nach Schwerpunktverlagerung ihres Beschreibungsmodells auf entweder Sprache, Text oder Übersetzer zusammen dargestellt werden. So wird das im Anschluß daran entwickelte Modell denn auch als Versuch verstanden, diese die verschiedenen Theorien abgrenzenden Schwerpunkte in einem übersetzungskritischen Ansatz zusammenzuführen, der unter Berücksichtigung der den Übersetzungsprozeß bedingenden Faktoren, eine

integrierte und integrierende Beschreibung der Übersetzungsleistung zuläßt. Schließlich soll im 4. Kapitel das bisher entwickelte Modell am Beispiel der deutschen Übersetzung von Georg Rudolf Lind des *Livro do Desassossego por Bernardo Soares* exemplifiziert werden.

1 ÜBERSETZUNG - EINE WISSENSCHAFT?

Das zwanzigste Jahrhundert markiert den Beginn des Technologiezeitalters, in dem die Wissenschaft eine bisher nicht gekannte Dominanz gewinnen konnte, die sich auf allen Ebenen menschlichen Lebens und Erlebens in einer Vielzahl von Phänomenen bemerkbar machte. Der allgemeine Diskurs wird immer mehr von Statistiken, geheimnisvollen Datenbanken, Autobahnen der Information und allmächtigen Experten überlagert. Welcher Politiker leistet sich nicht einen wissenschaftlichen Mitarbeiter, der gleich dem Orakel zu Delphi ihm den richtigen Weg in die Zukunft weisen soll, fundiert auf den untrüglichen Erkenntnissen einer objektiven Wissenschaft. Es ist daher nicht weiter verwunderlich, daß in diesem Zeitalter der „exakten Wissenschaften" der Natur im weiten Sinne diejenigen, die sich mit Dingen des Menschen beschäftigen, an wissenschaftlichem Status verloren haben.

Weit zurück in die Geschichte der Wissenschaften reicht die Annahme, daß sie, losgelöst von jeglicher Subjektivität, in der Lage seien, der Wahrheit auf die Spur zu kommen und menschlichem Handeln die Gewißheit des Richtigen zu geben. Das glaubt man zu erreichen, wenn man sich hinter einem Schutz bietenden Mantel von Methode und Vernunft tatsächlich den Regeln einer „noch" funktionierenden Umwelt unterwirft, indem man sie sich paradoxerweise zu eigen macht. Erkenntnistheoretisch geht also der Wissenschaftsgedanke auf die Prämisse zurück, daß dieser Positivismus die Überprüfbarkeit seiner Sätze voraussetzt, wobei Logik als Methode und Exaktheit als Ziel postuliert werden. Zwar wurde schon sehr

früh wie z. B. von D. Hume (1711-1776) die scheinbar klare Beziehung zwischen Ursache und Wirkung in Frage gestellt. Jedoch war die Frühzeit der Wissenschaft der Sprache, als die naturwissenschaftliche Methode auf menschliche Phänomene angesetzt wurde, noch bestimmt von einem „antiquierten Muster wissenschaftlicher Exaktheit" (Paepcke 1986: 36). Man ging von eindeutigen Zuordnungen und darauf aufbauenden deduktiven Systemen aus, auf welche die Übersetzungen sich stützen sollten. Bezeichnend für diese Entwicklung ist, daß die in den Anfängen stehende moderne Übersetzungswissenschaft in Deutschland, wie sie die Leipziger Schule (Otto Kade, Gert Jäger und Albrecht Neubert) oder Übersetzungstheoretiker wie Wolfram Wilss, Katharina Reiß und Werner Koller vertraten, sich als Subdisziplin der Angewandten Sprachwissenschaft verstand und für sich das wissenschaftliche Prinzip in Anspruch nahm. Alles, was vorher in den traditionellen Übersetzungsschulen betrieben worden war, wurde „vorwissenschaftlich", „subjektiv", ja sogar als „naiv" klassifiziert (vgl. Snell-Hornby 1988: 14). Diese Übersetzungswissenschaft übernahm die Perspektiven und Methoden der exakten Wissenschaften, insbesondere der Mathematik und der formalen Logik. Zentraler Begriff dieses Ansatzes war die Äquivalenz, deren konkrete Definition aus der Mathematik übernommen worden war. Diese Beziehung einer 'umkehrbar eindeutigen Zuordnung' wurde jedoch durch die Übersetzungspraxis schnell ad absurdum geführt. Diese Entwicklung beschränkte sich allerdings nicht nur auf den deutschsprachigen Raum, sondern vollzog sich auch in England (J.C. Catford, M.A.K. Halliday, R.T. Bell, P. Newmark u.a.), den USA (vor allem E.A. Nida) und Frankreich bzw. Kanada (J.P. Vinay, J. Darbelnet, A. Malblanc u.a.). Alle diese Entwicklungen hatten das Konzept der

Übersetzungsäquivalenz gemeinsam, das die traditionelle Dichotomie „Treue" oder „Freiheit", die bis in die Antike zurückführte, ersetzte.[1]

[1] Wilss dazu: „Ein zweiter Problemfaktor ist die notorische Kontroverse über die richtige Perspektive des Übersetzungsvorgangs - wortgetreue oder freie Übersetzung, zielsprachenabgewandte oder zielsprachenzugewandte Übersetzung. Erst seitdem die Sterilität dieser Kontroverse erkannt ist und das interlinguale tertium comparationis zentraler Bezugspunkt übersetzungstheoretischer Fundierungsbemühungen geworden ist, beginnt die ÜW methodisch und begrifflich schärfere Konturen anzunehmen." (1980: 10).

2 DIE ÜBERSETZUNG IM ZEICHEN DER DICHOTOMIE FREIHEIT - TREUE

Die Auseinandersetzung mit Fragen der Übersetzung geht weit in die Geistesgeschichte der Menschheit zurück und befaßt sich im Grunde mit einem der Grundbedürfnisse des Menschen - nämlich das ihm genetisch vorgegebene Bedürfnis zur Kommunikation zu befriedigen, d.h. bestimmte mentale Prozesse über das Medium der Sprache 'über-zu-setzen' oder wie Humboldt es ausdrückte „die sich ewig wiederholende Arbeit des Geistes, den artikulierten Laut zum Ausdruck des Gedankens fähig zu machen" (zitiert nach Wandruszka 1984: 10). So gesehen ist die monolinguale Kommunikation schon ein Akt des Übersetzens. Wenn man sich die verschiedenen, in Enzyklopädien enthaltenen Definitionen dazu anschaut, wird deutlich, daß dieser Begriff ('übersetzen' / 'Übersetzung') in erster Linie auf die multi-linguale Kommunikation bezogen wird. Interessant in diesem Zusammenhang ist die Tatsache, daß im dtv-Brockhaus-Lexikon (1988) unter dem Begriff 'übersetzen' folgendes zu lesen ist: „Umwandeln eines in einer Programmiersprache codierten Programms in die Maschinensprache einer Datenverarbeitungsanlage." Erst unter der Eintragung 'Übersetzung' werden die natürlichen Sprachen berücksichtigt: „die Übertragung von Gesprochenem oder Geschriebenem aus einer Sprache (Ausgangssprache) in eine andere (durch einen Übersetzer oder Dolmetscher)." Der aufmerksame Leser kommt nicht umhin festzustellen, daß eine gewisse Unsicherheit den Enzyklopädisten berührte, da er der korrekten Zuordnung zuliebe eigentlich „durch einen Dolmetscher bzw. Übersetzer" hätte schreiben müssen. Im weiteren wird eine der Kernfragen der Übersetzung angesprochen: „Freie Übersetzung oder Nachdichtung ist der Versuch, das

Original im anderen sprachlichen Medium neu zu erschaffen." Gerade diese Frage nach der möglichen Freiheit und notwendigen Treue, die darüber entscheiden, ob eine Übersetzung noch eine Übersetzung genannt werden kann oder nicht, beschäftigte über die Jahrhunderte die Gelehrten.

Die allgegenwärtige Präsenz der Übersetzung als alltägliche Realität einer vielsprachigen Menschheit mit den damit verbundenen Verständigungsproblemen, die im Turmbau zu Babel mythologisch verdichtet wurden, führte schon sehr früh zu einer Auseinandersetzung mit dieser Frage. Es war gerade diese Alltäglichkeit, die der Übersetzung das Statut einer eigenständigen Wissenschaft so schwer machte.[2] Noch heute ist dieses Statut der Übersetzungswissenschaft nicht unumstritten und z. B. ist in der Macropaedia der *Encyclopaedia Britannica* die Eintragung 'translation' nicht eigenständig vorhanden, sondern wird nur in einem sprachbezogenen Beitrag erwähnt.

Es kann nicht das Ziel dieser Arbeit sein, die Geschichte des Übersetzens von den Anfängen bis zur Gegenwart zu untersuchen, sondern es kommt in diesem Zusammenhang darauf an, die Entwicklung in diesem Bereich zu skizzieren, um den heutigen Stand der

---

[2] Dieser schwierige Weg kann an der Entwicklung in der Bedeutung des deutschen Wortes ‚Dolmetschen' veranschaulicht werden. Ursprünglich in der kleinasiatischen Mitannisprache 'talami' zu finden, findet es über das Türkische 'tilmác' (Mittelsmann, der die Verständigung zweier Parteien ermöglicht, die verschiedene Sprachen reden) und dann über das Magyarische seinen Weg ins Mittelhochdeutsche, wo es im 13.Jahrhundert zu 'tolmetsche' mutiert und im Sinne Luthers in seinem berühmten „Sendbrief vom Dolmetschen" aus dem Jahre 1530 für die schriftliche Übertragung benutzt wird, während Schleiermacher 1813 in seiner nicht minder berühmten Abhandlung „Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersezens" das Übersetzen alltäglicher Gebrauchstexte im Gegensatz zu Kunstwerken meinte. Heute versteht man darunter die mündliche Sprachmittlung. Leider ist auch im wissenschaftlichen Zeitalter der Übersetzung dieses „terminologische Wechselbad" keinesfalls eine bereits überwundene Kinderkrankheit und somit oft die Ursache für tiefgreifende Mißverständnisse, was im Verlauf dieser Arbeit noch zu zeigen sein wird.

Übersetzungswissenschaft zeitlich, und nicht zuletzt auch philosophisch, zu kontextualisieren. George Steiner hat in seinem Standardwerk *After Babel* den Versuch unternommen, die Geschichte der Übersetzung von Cicero und Horaz ausgehend in vier zeitlich klar umrissene Perioden zu unterteilen. Der in dieser Arbeit versuchte Ansatz möchte diese eher rigide Periodisierung vermeiden, die besonders in der Geistesgeschichte immer wieder problematisiert wurde, um die im Laufe der Geschichte hervorragenden Denker, die einen besonderen Einfluß auf die ihnen nachfolgende Entwicklung der Übersetzung hatten, in ihrer Zeit vorzustellen und in Zusammenhang zu bringen. Dabei muß berücksichtigt werden, daß die Diskussion um die Übersetzungsfrage im Laufe der Zeit weder linear noch logisch, rational verlaufen ist. Vielmehr standen sich nicht selten diametral entgegengesetzte Interessen gegenüber, die theoretische Ansätze und methodologische Postulate in ihren Dienst stellten.

2.1 Die Antike

Es ist allgemein üblich, den Mittelmeerraum, besonders das antike Griechenland, als die Wiege der europäischen Kultur anzusehen. Was für die Philosophie, die Wissenschaften und Künste insgesamt zutrifft, gilt nicht für die Übersetzung. Im Griechenland der Antike spielte das Interesse für fremde Sprachen eine sehr geringe Rolle, da die Griechen, Träger der Hochkultur, davon ausgingen, daß die anderen das Griechisch zu lernen hätten. Eine der wichtigsten und wohl die erste in Teamarbeit erstellte Übersetzung der Antike ist die von Ptolemaios II (308- 246 v.Chr.) in Auftrag gegebene Übertragung des Alten Testaments, die *Septuaginta* . Die von 72

meist jüdischen Übersetzern auf der Insel Pharos angefertigte Übersetzung übertrug den hebräischen Text in das vom alexandrinischen Judentum gesprochene Griechisch und gilt als die erste Übersetzung aus dem Hebräischen in eine europäische Sprache.

Das alte Rom, das nach dem Niedergang Athens dessen Rolle übernommen hatte, stand kulturell noch ganz im Zeichen der hellenischen Kultur. Zwar hatten die Römer auch kein großes Interesse an fremden Sprachen, obwohl gerade die Eliten meist zweisprachig waren, da das Griechische als Kultursprache eine enorme Bedeutung hatte. Jedoch kam den Übersetzern im römischen Reich eine wachsende Bedeutung zu, und oft wurden sie mit diplomatischen Missionen beauftragt. Was bei den Griechen noch „hermeneuein" (erklären) hieß, wandelte sich bei den Römern zu „verto, converto, transverto, imitare, reddere, translatare" (vgl. van Hoof 1991: 14-15). Gerade dieses Verständnis weist auf den unterschiedlichen Ausgangspunkt und Stellenwert der Übersetzung in beiden Kulturen hin. Während bei den Griechen die Übersetzung eher komplementären Wert besitzt, geht es den Römern vielmehr um eine Einverleibung kulturellen Gutes, das die eher praktisch und kriegerisch veranlagten Römer für sich von anderen übernehmen wollten. Dort findet man den ersten europäischen Übersetzer, der für seine Übersetzertätigkeit in die Geschichte eingegangen ist - Livius Andronicus (284-205 v.Chr.). Dieser ehemalige griechische Sklave machte sich daran, zweitrangige griechische Autoren ins Lateinische zu übertragen (vgl. van Hoof 1991: 15). Ihm folgen eine Reihe anderer Übersetzer aus dem Griechischen wie Gnaeus Naevius (270-200 v.Chr.), Quintus Ennius (239-169 v. Chr.) und seine Schüler - u.a. Titus Marcus Plautus (254-184 v. Chr.) und Publius

Terentius (185-139 v.Chr.). Im I. Jahrhundert v. Chr. erscheinen die großen Namen römischer Übersetzungskultur: Cicero (103-43 v.Chr.), Catullus (84-54 v.Chr.) und Horaz (65-8 v.Chr.). Alle diese Übersetzer hatten das Ziel griechische Literatur und Philosophie zu vermitteln, festzuhalten, um dadurch auch die eigene Kultur und Sprache zu bereichern (vgl. Bassnett 1991: 43-45).

In diesem kulturhistorischen Zusammenhang muß man die von Cicero aufgenommene Dichotomie von Wort und Sinn verstehen, die in der Antithese „Non ut interpres, sed ut orator" zum Ausdruck kommt. Es ging demnach darum, ob eine Übersetzung sich interpretierend am Wortlaut der Textvorlage zu orientieren habe, oder gleich dem Redner, vornehmlich die Wirkung auf das Publikum berücksichtigen sollte. Es ist zwangsläufig so, daß Cicero, der große Rhetoriker und Verfasser des *De oratore*, natürlich die Perspektive der Hörers bevorzugte und vom Übersetzer verlangte, daß dieser das Werk so zu verändern habe, daß es die größtmögliche Wirkung auf den Leser habe:

Ich übersetzte die Gedanken, ihre Formen, oder, wie man auch sagen kann, ihre Figuren, jedoch in eine Sprache, die unserer Gepflogenheit angemessen ist.[3]

Diese Wirkungsäquivalenz widerspricht so z. B. dem Modell/Kopie-Konzept des Griechen Platon, der die Identität und Gleichheit als „gutes Abbild" des Originals sieht und das „schlechte Bild" oder Scheinbild in jener

---

[3] „[...] nec conuerti ut interpres, sed ut orator, sententiis iisdem et earum formis tamquam figuris, uerbis ad nostram consuetudinem aptis" (vgl. „De optimo genere oratorum", V.14. In: *Op. Rhet.*, Vol. II. G. Friedrich 1893.).

Kopie sieht, die die Ungleichheit, die Andersheit, schafft, um den Anschein der Ähnlichkeit zu simulieren. Das römische Konzept der „Sinn-für-Sinn-Übersetzung" im Gegensatz zur üblichen „Wort-für-Wort-Übersetzung" bei der Übertragung griechischer Redekunst hat jedoch gerade in der griechischen Kultur, wohlgemerkt aber nicht in griechischer Übersetzungskultur, ihren Ursprung. Die hohe Wertschätzung, die die Römer der griechischen Kultur und Rhetorik entgegenbrachten und die sie deswegen mit Gewinn in ihre eigene Kultur zu übertragen wünschten, veranlaßte sie dazu, ein ihre Sprache und Kultur erneuerndes Übersetzungskonzept zu verfechten. Dies wird besonders im ästhetischen Sinne bei Horaz in *De arte poetica* deutlich, in der er die große Tradition antiker Dichtungsästhetik in eine neue, durch eigene Erfahrung gefestigte Ordnung bringt. Bei Horaz vereinigt sich im großen Dichter Verstand und Gefühl, d.h. das Werk müsse „belehrend und ans Herz rührend (utile et dulce)" sein, und er verachtete den unbegabten, von der Muse verlassenen Dilettanten. Gerade das Musische erschien ihm zu erhalten notwendig. In diesem Sinne bestand die Kunst des Übersetzens bei Cicero darin, einen Ausgangstext einer genauesten Interpretation zu unterziehen, um ihn dann in eine Zieltextversion überführen zu können, die es sich leisten könne, den Sinn wiedergeben zu wollen, um seine Muse, seine Rhetorik wirkungsäquivalent an seine Leser weiterzugeben. Der Übersetzer solle dann auch bereit sein, die Verantwortung gegenüber seinem Leserpublikum zu übernehmen (vgl. Bassnett 1991: 44). Dieses Konzept erhob die Mündigkeit des Übersetzers zu einem der Grundprinzipien der Übersetzung. Man sollte hierbei natürlich nicht vergessen, wie Bassnett hervorhebt, daß der römische Leser die Übersetzung als Metatext verstand, da er ja generell

des Griechischen mächtig war, und somit die Arbeit des Übersetzers als komparatistische Stilübung gesehen werden konnte. Dabei ging der Übersetzer von einem Zielpublikum aus, das den Ausgangstext schon im Original kannte (vgl. ibid.: 45). So darf man denn auch die Äußerungen der beiden Römer, nicht als Verteidigungsrede für das „freie" Übersetzen verstehen, was immer auch damit gemeint wird. Denn ging es Cicero um die Rhetorik und nicht um die Übersetzung an sich (vgl. hierzu Seele 1995: 24 ff), so ging es Horaz seinerseits um den wahren Dichter, der nicht, wie seinerzeit bei gewissenhaften Übersetzern üblich, wortwörtlich an seinen Vorlagen haften bleiben sollte, sondern seinem Genie und seiner handwerklichen Technik freien Lauf zu lassen habe.

2.2 Die Bedeutung der Übersetzung sakraler Texte in der Übersetzungsgeschichte

2.2.1 Der heilige Hieronymus

Mit dem Aufkeimen des Christentums beginnt eine neu Ära in der Übersetzungsgeschichte. Die Übersetzung literarischer, wissenschaftlicher und administrativer Texte wird allmählich von der Übersetzung religiöser Texte an Bedeutung übertroffen. Mit der Expansion des Christentums beginnt die Notwendigkeit der Übertragung der heiligen Texte in eine Vielzahl von Sprachen wie das Koptische, Äthiopische, Georgische, Armenische, Gotische usw. Obwohl bis Mitte des 3. Jahrhunderts das Griechische praktisch die einzige Sprache des Christentums gewesen war, wurde schon im 2. Jahrhundert die LXX (Septuaginta) ins Lateinische

„Vetus Latina" übersetzt. Im Jahre 384 endlich gibt der Papst Damasus I. (305-384) dem hl. Hieronymus den Auftrag, diesen Text erneut zu überarbeiten. Bis zu seinem Tod im Jahre 420 arbeitet dieser an einer neuen Version, wobei er sich auch auf die griechischen Texte stützt. So entsteht die „Vulgata", neben der englischen und deutschen wohl die beste Bibelübersetzung aus dem Hebräischen überhaupt.

Hieronymus übernahm ungefähr 400 Jahre später wiederum Ciceros Ansatz als Leitsatz für seine Bibelübersetzung. In dem für das Mittelalter wohl bedeutendsten Brief *Ephisthola ad Pamachium: De optimo genere interpretandi* (395-396), wo er sich konkret auf Cicero beruft (vgl. Störig 1973: 1), thematisiert Hieronymus die wichtigsten Probleme, die sich einem Übersetzer generell stellen. Dabei bezieht er sich dann immer wieder auf seine ganz spezielle Aufgabe, nämlich die Bibel neu zu übersetzen. In diesem Brief zitiert er das Vorwort zu seiner eigenen Übersetzung der *Chroniken* des Eusebius' und stellt fest, daß eine Wort-für-Wort-Übersetzung sich absurd anhören würde.[4] Wie Hermans (1992) hervorhebt, ist dabei interessant, daß sich Hieronymus auf eine allgemein akzeptierte Vorgehensweise des Übersetzers bezieht, die eine Wortwörtlichkeit verlangt, auch auf die Gefahr hin, daß der Text durch aus der Wörtlichkeit entstehende Absurditäten völlig entstellt wird. Die kanonisierte Übersetzungshaltung im Mittelalter, die in seiner Formulierung durchscheint und gegen die er sich in der Tradition Ciceros letztlich wendet (vgl. ibid.: 97), versah den Übersetzer demnach mit der Pflicht ('interpretis officium'), das

---

[4] „[...] si ad verbum interpretor, absurde resonant; si ob necessitatem aliquid in ordine vel in sermone mutavero, ab interpretis videbor officio recessisse". Zitiert nach Theo Hermans (1992: 96).

heilige Original in seiner Ganzheit völlig unverändert wiederzugeben. Tatsächlich vertritt Hieronymus hier einen Standpunkt, der im Mittelalter durchaus nicht mehrheitsfähig war. Der Beweis dafür ist auf der einen Seite die Tatsache, daß dieser Brief eine Verteidigung seiner Übersetzung darstellt, die wegen ihrer allzu freien Auslegung in Sachen der Doktrin heftig kritisiert worden war, und auf der anderen Seite, daß er selbst die Übersetzungen der „Heiligen Schrift", in der die Wortfolge göttlichem Willen entspricht, aus dieser Konzeption ausschließt.[5] Daß diese Einschränkung weniger seine eigentliche Einstellung spiegelt, sondern eher ein Zugeständnis an den Zeitgeist bedeutet, zeigt sich in dem von Vilela (Vilela 1994: 17) angedeuteten Widerspruch, Beispiele für sein 'freies' Vorgehen ausgerechnet aus Bibelübersetzungen zu ziehen. Die Wörtlichkeit bei der Bibelübersetzung hatte schon im frühen Mittelalter eine lange Tradition, wie die griechische Version *Hexapla* des hebräischen Alten Testaments von Aquila aus dem ersten Jahrhundert dokumentiert, die der Übersetzer durch seinen wörtlichen Abdruck so unidiomatisch geschrieben hatte, daß sie für unleserlich galt und, wie Hermans (1992: 97) feststellt, nur von den jüdischen Gemeinden gelesen wurde.

Die im frühen Mittelalter vorherrschende Ansicht, daß nur die Wörtlichkeit dem Objekt gerecht werde, hängt wohl damit zusammen, daß im Frühstadium der Christenheit die Übersetzungen aus dem Griechischen, der Sprache der ersten christlichen Kirche, ins Lateinische von größter Bedeutung für die aufstrebende Gemeinschaft war. Der Sprachduktus des

---

[5] „Ego enim non solum fateor, sed libera vuoce profiteor me in interpretatione graecorum absque scripturis sanctis, ubi et ordo uerborum mysterium est, sed sensum exprimere de sensu." Zitiert nach Vilela (1994: 17, Fußnote 7).

Griechischen schien in diesem Kontext dem herben Charakter des Alten Testaments näher zu stehen als das blumige Latein der großen Rhetoriker, so daß die Wörtlichkeit ein Mittel darstellte, dem Lateinischen eine ihm nicht eigene Strenge zu verleihen. Die Wörtlichkeit stand so ganz im Dienste des „Wissens um die Sache" („rerum cognitio"), für das die „Eleganz des Stils" („luculaentiae orationis lepos") geopfert wurde. Ein anderer, sicher gewichtiger Grund war wohl auch die Tatsache, daß das literale Übersetzungsverhalten den Übersetzer nicht mit dem Inhalt der Übersetzung kompromittierte, da er lediglich Wörter von der einen Sprache in die andere übertrug, ohne den Text einer Aneignung, einer Interpretation zu unterziehen, die u.U. eine Identifikation mit demselben indizieren könnte (vgl. Hermans 1992: 98).

2.2.2 Die Bedeutung der Klöster und der Übersetzerschule von Toledo

Nach dem Untergang des römischen Imperiums war Europa in die Barbarei versunken, und mit ihm schwand die Bedeutung der Übersetzung. Bis hinein ins 12. Jahrhundert blieb das Wissen eine wohlbehütete Domäne der Klöster, die eifersüchtig darauf achteten, daß ihr angesammeltes Wissen die engen Klostergemäuer nicht verließ. Es ist jedoch auch ihr Verdienst, daß die alten griechisch-lateinischen und arabischen Kulturen in dieser Zeit nicht für immer verloren gingen. In einer Epoche der Gebiets- und Glaubenskämpfe gewann das Dolmetschen eine gewichtige Rolle und die Dolmetscher genossen höchstes Ansehen (vgl. van Hoof 1991: 20). Das 12. Jahrhundert leitet durch eine Reihe von historischen Ereignissen eine neue Ära, auch in der Übersetzung, ein. Es ist das Jahrhundert, in dem,

nach dem entscheidenden Sieg 735 bei Poitiers von Karl Martell über die Mauren, die *Reconquista* auf der Iberischen Halbinsel in eine entscheidende Phase tritt, und die Mauren immer weiter zurückgedrängt werden, bis 1492 mit der Eroberung Granadas sie endgültig vom europäischen Festland vertrieben werden. Als Alfons II. von Kastilien 1085 Toledo erobert, fallen ihm die wichtigsten Bibliotheken der damaligen Welt in die Hände, wo nicht nur die Originale der arabischen Wissenschaft, sondern auch griechische und arabische Übersetzungen der antiken Texte aufgehoben waren. In kurzer Zeit wird Toledo zum wichtigsten Sammelpunkt der Wissenschaftler und Gelehrten Europas. Daß diese Übersetzerhochburg eine entscheidende Rolle für die kulturelle und besonders wissenschaftliche Wiedergeburt Europas gespielt hat, zeigt das Beispiel des sicher bedeutendsten Übersetzers dieser Zeit - Gerhard von Cremona (1114-1187), der in seinen ca. 74 Übersetzungen aus den Bereichen der Mathematik, Physik, Astronomie und Medizin u.a. die Wissenschaft des antiken Griechenlands und Arabiens für Europa zurückgewann. Der intensive Kontakt zweier so ungleicher Kulturen, die eine die aufstrebende und wissensdurstige christlicher Prägung, die andere die dekadente und wissensbeladene Kultur des Islam, führt zu einer Art Symbiose, die letztlich der Übersetzung eine zentrale Rolle im Aufholen verlorener Zeit verleiht. Der endgültige Durchbruch dieser geistigen Erneuerung, der die Renaissance charakterisieren wird, geschieht trotz allem sehr langsam und wird besonders in Spanien durch die heilige Inquisition zuerst einmal zurückgeworfen. Auch sie wird das Übersetzungskonzept ihrer Zeit mitbestimmen.

Tatsächlich ist die Kirche die alles dominierende Macht im Mittelalter. Sie bestimmt die Grundsätze, nach denen richtig übersetzt wird. Da die Klöster fast ausschließlich die Orte der Gelehrsamkeit geworden sind, machen die Übersetzungen religiöser Texte das Gros der Übersetzungen aus, die überaus normativ angelegt sind. Das Prinzip der Wortwörtlichkeit feiert seine Triumphe, und es kann einen Übersetzer durchaus das Leben kosten, sollte sich herausstellen, daß er sich allzu große Freiheiten genommen hat, die ihn der Häresie schuldig machen.

2.2.3 Die Übersetzung in Deutschland und ihre Bedeutung für die deutsche Sprache

Es ist daher nicht zu verwundern, daß es in Deutschland gerade ein Kirchenreformer ist, von dem fundamentale Impulse ausgehen für das Entstehen der „deutschen Sprache" und auch eines neuen Übersetzungskonzeptes. Die Entwicklung im deutschsprachigen Raum wird im weiteren etwas eingehender behandelt werden, zumal die Bedeutung der Übersetzungsfrage hier eng mit dem Entstehen einer Hochsprache verbunden ist.

In althochdeutscher Zeit war die Kirche die Trägerin der Schriftkultur, und die einzige geschriebene Sprache war bis ins 8. Jh. hinein das Latein. Die Notwendigkeit einer geschriebenen Form der germanischen Sprache wurde auch deswegen immer dringlicher, da diese Schriftsprache den Verständnisübungen aus dem Lateinischen dienen sollte. Ein erster Schritt, die germanischen Lautungen durch das lateinische Alphabet

wiederzugeben, mußte noch getan werden. Das Ergebnis dieser überaus schwierigen Aufgabe war „die älteste schriftlich überlieferte Sprachform der Völker, die sich „deutsch" nannten" (König 1978: 61) - das Althochdeutsche. Bei den Übersetzungsübungen war es jedoch keine leichte Aufgabe, das neue Weltbild und Gedankengut des Christentums in der nach völlig anderen Kategorien ausgerichteten vordeutschen Sprache der Heiden auszudrücken. Die Lösungen stellten immer nur „eine mehr oder minder große Annäherung ans Latein der offiziellen Kirchensprache" (ibid.: 71) dar, wobei Fremdwörter, Lehnwörter oder Lehnbildungen eine überaus wichtige Rolle übernahmen und den Grundstock für einen neuen Wortschatz bildeten. Aus diesem Grund ist in der überlieferten ahd. Übersetzungsliteratur religiöser Natur die Interlinearversion als sklavische Wort-für-Wort-Übersetzung die wichtigste Verfahrensweise. Ein besonderer Hinweis auf eine gewisse Parallelität zwischen der neuen und alten Schriftsprache gibt es im Bereich der profanen Literatur, der sog. ahd.-lat. Mischliteratur, in der das Lateinische und Althochdeutsche gleichberechtigt nebeneinander stehen. Man kann also durchaus behaupten, daß die „geschriebene deutsche Sprache [...] in ihren Anfängen das Resultat einer Übersetzungstätigkeit" (Koller 1984: 39) ist. „Indem sich die ahd. Sprache in den Übersetzungen in die „Zwangsjacke" des Lateins pressen läßt, lernt sie nicht nur die christliche und antike Kultur in deutscher Sprache zu bewältigen, sie ist schließlich fähig, das Latein als Fach- und Literatursprache abzulösen" (ibid.). Gerade dieser Emanzipationsprozeß der deutschen Sprache wird immer wieder die Übersetzungskonzeptionen der verschiedenen Epochen spiegeln, und es ist sicherlich kein Zufall, daß gerade in diesem Sprachraum die Beiträge zur Übersetzung „qualitativ und

quantitativ" (Apel 1983: 39) zeigen, daß hier das Problem der Übersetzung ausführlicher behandelt wurde als anderswo (vgl. Kloepfer 1967: 133).

Es ist dann auch in der mittelhochdeutschen Zeit, die das hohe und späte Mittelalter umfaßt, in der die deutsche Sprache im Neben- und Miteinander mit dem Latein immer speziellere Anwendungsbereiche gewinnt. Schließlich bildet sich im 14. und 15. Jhd. das Deutsche als Prosa- und Fachsprache endgültig heraus. Die wachsende Übersetzungspraxis, besonders außerhalb der Klöster, treibt die „Erweiterung und Differenzierung des Begriffs- und Wortinventars und der Syntax" (Koller 1984: 40) voran und nach „400 Jahren ahd. Sprach- und Übersetzungsarbeit verfügt das Deutsche über alle Möglichkeiten, die zur Wiedergabe lateinischer Konstruktionen und Inhalte notwendig sind" (ibid.). Es ist jedoch zu berücksichtigen, daß diese nicht-einheitliche Schriftsprache sich hauptsächlich außerhalb der Klöster entwickelte, wo das Lateinische dominierte. „Die 'mhd. Hochsprache' ist für uns am ehesten in der klass. höf. Ritterliteratur greifbar" (König 1978: 78), in der jedoch christliche Werte künstlerisch sublimiert vermittelt werden. Das neue sprachliche Selbstverständnis zeigt sich in mhd. Lyrik, wo die Formen der 'freien' Bearbeitung französischer Vorlagen überwiegen, während im theologischen Bereich die Tradition der wörtlichen Übersetzung weiter fortgeführt wird.

Erst in der Epoche der frühneuhochdeutschen Zeit „beschleunigt sich der Prozeß der Ablösung des Lateins als Schriftsprache durch das Deutsche" (Koller 1984: 41), das erst ganz allmählich einen verbindlichen Schreibstandard entwickelt. Die wirtschaftliche und soziale Entwicklung, die eine größere Mobilität mit sich bringt, ersetzt die mittelalterlichen

Gesellschaftsstrukturen, und die Ideen des Humanismus eröffnen Europa den Weg in die Renaissance. Daß diese Vereinheitlichung im Deutschen Hand in Hand mit einer neuen Übersetzungskonzeption geht, zeigt sich im Wirken Martin Luthers, der sich in die Tradition Ciceros einreiht: „rem tene, verba sequuntur" (erfasse die Sache, dann folgen die Worte von selbst).

Das 16. Jhd. ist in Europa von einer Reihe von Bibelübersetzungen in europäische Sprachen geprägt[6], denen der Druck des hebräischen Pentateuch 1482 in Bologna und der kompletten hebräischen Bibel 1488 vorausgegangen waren. Diese für damalige Verhältnisse rasante Entwicklung wäre natürlich ohne die Erfindung des Buchdrucks, die zwangsläufig zu einer größeren Verbreitung der Schriftsprachen allgemein führte, undenkbar gewesen. In keinem Land war diese Entwicklung von entscheidenderer Art als im deutschen Sprachraum, da sich jetzt die Möglichkeit bot, nicht nur eine verbindliche Schriftsprache zu entwickeln, sondern auch das Lateinische durch diese neue Sprache zu ersetzen.

Luthers *Sendbrief vom Dolmetschen* (1530), in dem er „die für seine Übersetzung maßgebenden hermeneutischen Grundsätze entwickelte" (Hüsgen 1991: 1), bedeutet einen entscheidenden Umschwung in der Praxis der Bibelübersetzung. Seiner Ansicht nach muß der Übersetzer in erster Linie ein sicheres Sprachgefühl für den Rhythmus und die Textmelodie haben und eine innere Nähe zu dem Thema des Textes spüren, um ihn angemessen in die Zielsprache übertragen zu können.

---

[6] Das Neue Testament erscheint in übersetzter Form u.a. zwischen 1494-1536 und 1525 in England, 1494 -1516 in Holland, 1522 in Deutschland ,1529 und in erneuerter Version 1550 in Dänemark, in Schweden zwischen 1526 - 1541, und die tchechische Bibel wird zwischen 1579 -1593 veröffentlicht.

Luther ging es, wie vielen anderen humanistischen Übersetzern der Renaissance, um ein gründliches philologisches Verständnis, das das bis dahin dominierende Prinzip der wörtlichen Wiedergabe ersetzen sollte. So gewinnt die Praxis der Interpretation eine ganz zentrale Rolle im Gedankengut der Renaissance (vgl. Hermans 1992: 99-100). Obwohl einige Frühhumanisten, wie der spanische Übersetzer Alfonso de Madrigal in seinem Vorwort zu *Comento de Eusebio,*[7] zwar die alte Dichotomie Ciceros als mögliche Übersetzungslösung anerkannten, die wörtliche Übersetzung dennoch bevorzugten, führt das wachsende philologische Interesse immer mehr zu hermeneutischen Auseinandersetzungen mit der Vorlage, die Übersetzungen „ut orator" zunehmend akzeptierbarer machen. Auch in Deutschland hatten die Frühhumanisten (Nicklas von Wyle u.a.) und vor ihnen noch die Vertreter der „Wiener Schule" zwei Übersetzungstypen unterschieden, die dieser Dichotomie entsprachen. Doch mit Luther erfährt das Prinzip des Verdeutschens den entscheidenden Durchbruch und ermöglicht infolgedessen gleichzeitig das Entstehen einer deutschen Nationalsprache.

Sein Übersetzungsprinzip bemüht sich um die allergenaueste Wiedergabe des Sinnes, ohne sich sklavisch an das Wort zu binden. Man müsse von dem Sinn der zu übersetzenden Sprache ausgehen, diese aber dann so übersetzen, daß das Übersetzte den Regeln der Zielsprache (ZS) entspräche. Ziel der Übersetzung sei also eine sinngemäße Übertragung,

---

[7] „Dos son las maneras de trasladar: una es de palabra a palabra, et llamase interpretacion, otra es poniendo la sentencia sin seguir las palabras, la qual se faze comunmente por mas luengas palabras, et esta se llama exposicion o comento o glosa [...] En la segunda se fazen muchas adiciones et mudamientos, por lo qual non es obra del autor, mas del glosador." Zitiert nach Hermans (1992: 100).

die, um Schleiermachers berühmte Formulierung vorwegzunehmen, möglichst den Leser in Ruhe läßt, indem sie im wahrsten Sinne des Wortes verdeutscht.[8] Er bemüht sich das Werk in Richtung des Lesers zu bewegen, was ihn nicht daran hindert, gleichzeitig zu verlangen, daß der Urtext an den Stellen beibehalten werden müsse, d.h. wörtlich übersetzt werden müsse, wo Fragen des Glaubens mit Worten verbunden seien (vgl. Luther, in Störig 1973: 25). Wichtig in diesem Zusammenhang ist also die Tatsache, daß Luther die Übersetzungsentscheidung als individuelle Interpretation auslegt und einen übersetzungsmethodischen Determinismus ausschließt. Folgerichtig konnte er die Übersetzung auch nur als ein Produkt seiner Zeit sehen, das im Laufe der Zeit veraltet und einer Überarbeitung bedarf, was er auch für seine eigene Bibelübersetzung geltend machte.

Dementsprechend kommt Bassnett zu der Erkenntnis, daß generell die Bibelübersetzer der Renaissance sich auf drei Schwerpunkte konzentrierten:

1. Fehler der vorhergehenden Versionen auszubügeln, die entweder auf fehlerhafte Manuskripte oder auf mangelnde Kompetenz von seiten der Übersetzer zurückzuführen waren;

2. Texte zu produzieren, die in einer flüssigen und verständlichen Sprache geschrieben waren;

---

[8] „Als wenn Christus spricht: 'Ex abundantia cordis os loquitur' (Matth. 12, 34). Wenn ich den Eseln soll folgen, die werden mir die Buchstaben vorlegen und so dolmetschen: Aus dem Überfluß des Herzens redet der Mund. Sage mir: ist das Deutsch geredet? Welcher Deutsche verstehet solches? [...] Denn 'Überfluß des Herzens' ist kein Deutsch, so wenig als das Deutsch ist: Überfluß des Hauses, Überfluß des Kachelofens, Überfluß der Bank, sondern so redet die Mutter im Haus und der gemeine Mann: Wes das Herz voll ist, des gehet der Mund über. Das heißt gutes Deutsch geredet [...] ". In: Bischoff, K. (Hrsg.) (1965

3. Fragen des Dogmas zu klären und die Schriften in ihrer übersetzten Form nicht als bloßen Metatext zu vermitteln. (vgl. Bassnett 1991: 49).

Die Renaissance mit der Ausbildung neuer, an der Antike orientierter Kulturinhalte und -formen, mit der Loslösung aus der mittelalterlichen Eingebundenheit in die kirchliche und feudale Ordnung und mit einem aufstrebenden Bürgertum, teilt der Übersetzung eine wichtige Rolle zu. Hier zeigt sich zum ersten Mal eindeutig der Anspruch des Individuums, sich selbst und seiner Zeit Ausdruck zu verleihen. Wie Cary (1963) betont, ist die ansetzende Reformation auch in erster Linie ein Disput zwischen Übersetzern.[9]

Wie so oft in der Geschichte folgt einer Zeit des Umbruchs und der Veränderung eine Zeit der Rückwärtsorientierung. Die durch die Renaissance eingeleitete Erneuerung wird nicht weitergeführt. Deutschland erlebt die Schrecken des 30jährigen Krieges (1618-1648), und die zweite Jahrhunderthälfte wird von der Bedrohung der Türken, die erst 1683 endgültig vor Wien geschlagen werden, beherrscht. In dieser Epoche des Übergangs zur neuhochdeutschen Epoche, in der sich die deutsche Sprache als vollwertige Literatursprache etabliert, verliert die Übersetzung allgemein an Bedeutung. Aus übersetzungstheoretischer und theoriegeschichtlicher Sicht sind Opitz (1597-1639) und Schottel (1612-1676) die bedeutendsten Denker dieser Zeit, die zwar die Gleichwertigkeit der deutschen Sprache anerkennen, die „eines poetischen und oratorischen

---

= 2. unveränd. Auflage): *Martin Luther: Sendbrief vom Dolmetschen.* Tübingen: Niemeyer. S.17-18.

[9] „(...) The Reformation, after all, was primarily a dispute between translators. Translation became an affair of State and a matter of Religion (...)." Cary (1963: 7).

Stils fähig ist, der seinen Vorbildern in nichts nachsteht" (Koller 1984: 42), sie allerdings für ausbaufähig und -bedürftig ansehen. Opitz' wie Schottels Übersetzungsarbeit versteht sich als „Arbeit an der Sprache", d.h. die Übersetzungstätigkeit als Mittel zur Spracherneuerung. Diesem Ziel dient dann auch Schottels von der Sprache aus zu verstehendes Prinzip der Verdeutschung. Schottel übernimmt dabei in seinem Werk *Deutsche Haubt-Sprache* (1663), in dem er ein Kapitel der Übersetzung widmet, das Gedankengut Opitz', der schon 1624 sein *Büchlein von der deutschen Poeterey* veröffentlicht, eine Art Poetik, die der deutschen Dichtkunst ihre ersten Regeln vorgibt, die den aufwallenden Phantastereien des Barock Einhalt gebieten sollen. Von dieser neuen Dichtkunst verlangt er auch eine neue Literatursprache, die sich von den verschiedenen Dialekten loslöst und erhabenen Gedanken Ausdruck gibt. Um zu beweisen, daß die deutsche Sprache zu dem fähig ist oder gemacht werden kann, übersetzt er selbst aus den antiken und einigen modernen Sprachen.

Nachdem dieser Übergang vollzogen ist, wird die neuhochdeutsche Zeit im Zuge der deutschen Aufklärung zuerst von Johann Gottsched (1700-1766) und seinem Leipziger Kreis geprägt. Im 18. Jahrhundert, dem Jahrhundert der Deutschen Klassik, erfährt die Übersetzung einen erheblichen Aufschwung. Dieser Aufschwung zeichnet sich jedoch hauptsächlich im praktischen Bereich ab, da die theoretische Auseinandersetzung erst im folgenden Jahrhundert ihre Blütezeit erlebt. Mit der Verbreitung des deutschen Rationalismus im Zeitalter der Aufklärung setzte sich immer mehr der Gedanke durch, daß das Wissen dem gemeinen Volk zugänglich gemacht werden müsse, um eine bessere und gerechtere Gesellschaft zu ermöglichen. Einen Weg, dieses Ziel zu

erreichen, sah man darin, die gelehrten Schriften, hauptsächlich aus dem Lateinischen und Griechischen, aber auch aus dem einen großen Einfluß in Deutschland ausübenden Französisch, ins Deutsche zu übersetzen. Einer dieser großen Übersetzer war Gottsched (1700-1766), der 1732 die *Critische[n] Beyträge* gründet, die erste deutsche Zeitschrift, die sich ausschließlich mit Übersetzungsproblemen beschäftigt und in der er sein Konzept vorstellt. Seine Perspektive steht ganz im Zeichen der Herausbildung einer einheitlichen Schriftsprache. So werden in den Kritiken der Zeitschrift zuerst die Sprache und der Stil der Übersetzungen behandelt, bevor man sich mit den Vorgaben des Originaltextes beschäftigt (vgl. van Hoof 1991: 223-224). In seiner *Grundlegung einer Deutschen Sprachkunst* (1748) legt Gottsched das Fundament zu seinen Überlegungen. Er vertritt zwar eine rationalistische Sprachauffassung, nach der zwischen Sprachen prinzipielle Übersetzbarkeit besteht; doch sind für Gottsched Übersetzungen erst dann gut, wenn sie der aufklärerischen normativen Poetik entsprechen. Sollte das Original diesen Regeln nicht entsprechen, hat der Übersetzer das Recht zu korrigieren. Auf jeden Fall hat die Übersetzung ganz deutsch zu sein. Dabei verlangt er, daß der Übersetzer möglichst nicht zu interpretieren habe, solange dieses Vorgehen nicht auf Kosten der Regeln einer Zielsprache gehe. Obwohl sporadisch aus dem Gottsched-Kreis einige Stimmen sich gegen den rationalistischen Sprachbegriff erheben, die strenge Trennung zwischen Form und Inhalt in Frage stellen und unter der Schönheit des Originals auch seine Fremdheit verstehen, bleibt dem Gottschedschen Sprachbegriff, in dem die Gegenstände der Gedanken universell sind und nur in ihrem sprachlichen Ausdruck eine unterschiedliche Ordnung erfahren, für lange Zeit uneingeschränkte Geltung vorbestimmt.

Infolgedessen beschäftigt sich der Übersetzer mit dieser Ordnung, da die andere allen gleich gegeben ist (vgl. Apel 1983: 41-42).

Während Gottsched, was die modernen Sprachen angeht, hauptsächlich aus dem Französischen übersetzte, setzte sich einer seiner größten Widersacher, Johann Bodmer (1698-1783), mit der englischen Sprache auseinander. Bodmer ist einer der ersten Übersetzer in Deutschland, der die Übersetzung aus Bewunderung für den Originaltextautor aufnimmt und nicht aus linguistischen, patriotischen oder pädagogischen Gründen. Seine intellektuelle und ästhetische Kongenialität zu dem Werk John Miltons ist der Auslöser für seine Version von *Paradise Lost*, die unter dem Titel *Verlust des Paradieses* 1724 veröffentlicht wird. Bodmer und auch Breitinger (1701-1776) sehen im Gegensatz zur Gottschedschen Schule die Qualität der Übersetzung in ihrer Beziehung zum Originaltext und nicht in der Qualität des muttersprachlichen Ausdrucks. Ihnen geht es in erster Linie um die Treue zum Original, was in Deutschland so ein Novum ist. Sicherlich ist das auch ein Zeichen dafür, daß sich die deutsche Literatursprache mit Klopstock, Lessing, Schiller und Goethe definitiv etabliert hat und daß nun andere Gesichtspunkte in den Vordergrund rücken. Die Übersetzung ist zu diesem Zeitpunkt reif, eine unabhängige Funktion zu übernehmen, sich von der Sprache zu emanzipieren.

Breitingers Sprachauffassung geht von einer „Identität der Gedanken mit anderen Zeichen" (Apel 1983: 43) aus, als er vom Übersetzer verlangt, „daß er ebendieselben Begriffe und Gedancken, die er in einem trefflichen Muster vor sich findet [...] mit anderen gleichgültigen [...] und bekannten Zeichen ausdrücke" (Breitinger 1740: 139). Darüber hinaus verlangt er für

das Zeichen aber auch, daß es „einen gleichen Eindruck auf das Gemüthe des Lesers mache" (Breitinger 1740: 139). Zu Recht, scheint es mir, betont Apel, daß sich an dieser Stelle Breitingers Auffassung von der Gottscheds unterscheidet, da nun das Gefühl, das auch andersartig sein kann, ins Spiel gezogen wird (vgl. Apel 1983: 43-44). Die Berücksichtigung des Gefühls, daß nicht nur von Bedeutung ist, was mit Wörtern bezeichnet wird, sondern wie es bezeichnet wird, führt letztlich dazu, daß Breitinger einen Umschwung in der Behandlung des Übersetzungsproblems bedeutet.

Johann Gottfried Herder (1744-1803) führt den Ansatz Breitingers weiter. Er sieht in der Übersetzung die Möglichkeit des Menschen sich zu erheben und zu befreien und geht so weit, daß er in der Übersetzung einen persönlichen Akt des individuellen Ausdrucks sieht. „Herder hielt den berufenen Übersetzer für ein schöpferisches Genie, sein Werk für ein Originalwerk, sofern er 'seinem Original und seiner Sprache Genüge' tue, nicht aber wenn seine Arbeit nur ein 'Schwanken zwischen zwo Sprachen und Singarten' ist - dann allerdings sei es 'unausstehlich' " (Dedecius 1986: 102). Herder versteht die Sprache als Ergebnis der Auseinandersetzung des Menschen mit seiner Umwelt, wobei die Vielfalt der Sprachen die Identität der Gruppen kenntlich mache und zugleich sichere. Die Übersetzung soll diese Vielheit nicht auflösen, sondern an der Ausbildung von Verschiedenheit mitwirken, indem sie nicht versucht, dasselbe in einer anderen Sprache zu sagen, als viel eher ein Anderes hervorzubringen. So betrachtet kann „keine Übersetzung [...] nun mehr in einer anderen Sprache [sagen], sondern bringt selber immer ein Anderes hervor. (...) Übersetzung wird hier bestimmt als Vermittlung zwischen den Zeiten, den verschiedenen Ausbildungsstufen der Sprachen und der Vermittlung der Nationalsprachen

untereinander" (Apel 1983: 48-49). Seine nach-schöpferischen Shakespeare-Übersetzungen wie *Othello*, *Was ihr wollt*, *Der Kaufmann von Venedig* u.a. zeugen in ihrer poetischen Ausstrahlung und Kraft von diesem Ansatz, bei dem es dem Übersetzer vornehmlich um die treue Wiedergabe der Vision einer Shakespearschen Atmosphäre geht. Die Herdersche Sprachtheorie verändert die Reflexion der Sprachtheorie insoweit, daß sie postuliert, das Wesen der Welt sei sprachlich, zumal Gedanken und Gefühle an ihre spezifische sprachliche Form gebunden seien.

Dieser Aspekt kommt bei Goethe (1749-1832), selbst ein begeisterter Übersetzer, in seinen Schriften zur Übersetzung zum Ausdruck. In seinen *Noten und Abhandlungen zu bessern Verständnis des west-östlichen Divans* (vgl. Goethe, in Störig 1973: 34-7) unterscheidet Goethe zwischen prosaischer und parodistischer Übersetzung, wobei es eine dritte Art, die man nach seinem Empfinden bei Voß erahnt, in ihrer vollendeten Form noch nicht gibt, bei der das Verhältnis zwischen Inhalt und Form identisch ist, während bei den anderen beiden, je nach Stand nationaler Literaturentwicklung, noch eine Gewichtung nötig ist. Demnach ist Luthers Bibel ein Beispiel der prosaischen Übersetzung, mit Gewicht auf dem Inhalt, und Wielands Shakespeare-Übersetzungen Beispiel der parodistischen Methode, die die Form, so weit es geht, mit berücksichtigt. Interessant ist, daß bei ihm alle drei Formen ihre Legitimation durch den Empfänger der Übersetzung erhalten. Auf der untersten Kulturstufe ist die Wirkung der einfachen prosaischen Form konsequenterweise genauso gerechtfertigt, wie in einer „höchsten Kulturstufe" die dritte Art es ist. Jedoch ist bei Goethe der Übersetzungsbegriff, im Gegensatz zur Romantik, nicht historisch zu sehen. Die Übersetzungsarten unterliegen nicht einem linearen Prozeß, der auf die

Erfüllung eines idealen Zustandes hinausläuft. Vielmehr wiederholen sich die Epochen der Übersetzung. Die Bewegung, die hier vollzogen wird, hat etwas Apriorisches und Wiederkehrendes, das sie auf die Ebene des Naturhaften hebt.

2.3 Die deutsche Romantik

Der Grundstein für die romantische Übersetzungsauffassung ist zweifelsohne gelegt und wird bald darauf von den Gebrüdern Schlegel theoretisch ausgebaut.

In Friedrich Schlegels (1772-1829) Notizheften zur *Philosophie der Philologie* von 1797 stellt der Schriftsteller und Sprachphilosoph eine neue Philologie vor, die eine klare Unterscheidung zwischen Klassik und Moderne trifft und eine „daraus resultierende Abkehr von der Nachahmungspoetik" (Apel 1983: 51) verlangt. Diese neue Philologie macht sich in Anschluß daran zur Aufgabe, die historische Perspektive bei der Betrachtung von Sprache und Dichtung anzusetzen. Aus diesem Selbstverständnis heraus entwickelt sich die Vorgabe, „die Gegenstände in ihrem Werden" (ibid.) zu betrachten und gleichzeitig dieses Werden zu thematisieren. Diese Geschichtlichkeit des Gegenstandes prägt auch Schlegels Gedanken zur Übersetzungstheorie, in der er das Konzept der Nachbildung ablehnt. Die Übersetzung wird so zu einer Phase im Fortleben des Kunstwerks und ist selbst „ein neues Werk und somit Moment der werdenden Kunstform" (ibid.). Nach einer Formulierung von Novalis (1772-1801) wird der Übersetzer so zum „Dichter des Dichters" (Novalis, in Störig 1973: 32-3).

Schon 1798 unterschied Novalis drei Typen von Übersetzungen voneinander: die 'grammatische' Übersetzung, eine 'philologisch korrekte', jedoch auch stagnierende Übersetzung im Stile J.J. Eschenburgs (1743-1820), die 'verändernde' Übersetzung poetischer Art, die auch Erneuerung in die Zielsprache bringt, wie das z. B. Wielands Übersetzung getan hatte, ohne daß dies jemals das Ziel des Übersetzers gewesen wäre, und zuletzt die 'mythische' Übersetzung, die einzig und allein den reinen Charakter des individuellen Kunstwerks, sein Ideal, wiedergibt. Alle drei Stufen sind jedoch auf ein Ziel hin gerichtet — auf die Zeit, wo die Menschheit mit einer Stimme reden kann, wo, um mit Benjamin zu sprechen, die Einheit der reinen, wahren Sprache wiederhergestellt ist (vgl. Benjamin, in Störig 1973:156-169).

A. W. Schlegel (1767-1845), der es, wie Apel (1983: 73) zeigt, bei seiner Übersetzung schon sehr viel „einfacher" hatte als Wieland (1733-1813), weil er nicht zuletzt auch auf Wielands Übersetzung zurückgreifen konnte, geht von einer Übersetzungsdefinition aus, in der „der ächte Übersetzer (...) nicht nur den Gehalt eines Meisterwerkes zu übertragen, sondern auch die edle Form, das eigentliche Gepräge zu bewahren weiß (...)" (in Störig 1973: 98). Das, was zur Zeit Wielands noch als unmöglich galt, nämlich z. B. die „ottave rime" (Stanze) ins Deutsche zu übertragen, wurde von Schlegel und dann auch von Johann Diederich Gries (1775-1842) in seinen Ariost-Übersetzungen erfolgreich durchgeführt. A. W. Schlegel, Tieck (1773-1853) und Gries verhalfen der Übersetzung in der Zeit der Romantik zu ihrem Höhepunkt, indem sie die Übersetzung der Dichtung gleichstellten und die Sprache als dynamisches Vehikel sprachlich-ästhetischer Normen ansahen.

Dieser dynamische Aspekt charakterisiert den „wohl wichtigsten theoretischen Beitrag zur Übersetzungsproblematik im 19. Jhd." (Stolze 1994: 16). In einer 1813 verlesenen Abhandlung „Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersezens" (in Störig 1973: 38-70) verlangt Friedrich Schleiermacher (1768-1834), von einer Sprachphilosophie Humboldtscher Prägung ausgehend[10], vom Übersetzer, daß er „Gedanken und Gemüth beherrscht" (Störig 1973: 41) und dazu auch die Gabe, beide zum Ausdruck bringen zu können. Er spricht in dieser Lesung Übersetzungsprobleme und Aporien an, die noch heute zur Diskussion stehen. Wenn der Gedanke den Gegenstand beherrscht, so Schleiermacher, dann wird die Tätigkeit des Übersetzers schwieriger, da „keinem einzigen Wort in einer Sprache eins in einer anderen genau entspricht" (ibid.: 42). Der Übersetzer steht in diesem Fall zwischen Schriftsteller und Leser, die eine Sprache voneinander trennt, und muß eine Entscheidung treffen: „Aber nun der eigentliche Uebersezer, der diese beiden ganz getrennten Personen, seinen Schriftsteller und seinen Leser, wirklich einander zuführen, und dem letzten, ohne ihn jedoch aus dem Kreise seiner Muttersprache heraus zu nöthigen, zu einem möglichst richtigen und vollständigen Verständniß und Genuß des ersten verhelfen will, was für Wege kann er hiezu einschlagen? Meines Erachtens giebt es deren nur zwei. Entweder der Uebersezer läßt den Schriftsteller möglichst in Ruhe, und bewegt den Leser ihm entgegen; oder er läßt den Leser möglichst in Ruhe und bewegt den Schriftsteller ihm entgegen" (in

---

10 Humboldt, Wilhelm, *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwickelung des Menschengeschlechts,* 1836. Sprache ist demnach für Humboldt „als tiefster Ausdruck der menschlichen Natur eine dynamische, spontane Größe; nicht nur *ergon,* sondern auch *energeia: Man muß die Sprache nicht sowohl wie ein todtes Erzeugtes, sondern weit mehr wie eine Erzeugung ansehen ...«",*

Störig 1973: 47). Schleiermacher entscheidet sich für die Methode, die den Leser nicht in Ruhe läßt, sondern den Leser zum Schriftsteller bewegt, damit er versteht, wie der Autor sich selbst übersetzt hätte, wäre er der Sprache des Zielpublikums mächtig - und nicht, wie er gesprochen hätte, wenn er z. B. Deutscher statt Römer gewesen wäre. Der Leser soll den Geist der Sprache und die Eigentümlichkeit des Autors bemerken können. Das Fremde soll letztlich erfahrbar gemacht werden, auch auf die Gefahr hin, ungelenk zu erscheinen. Die eigene Sprache soll in die andere Sprache insoweit übergehen, daß in der Übersetzung die 'Ursprache' erhalten bleibt.[11] Venuti (1995) sieht in dieser Einstellung nationalistische Beweggründe Schleiermachers, der 1813 auf dem Höhepunkt französischer Besetzung, 8 Monate vor der entscheidenden Schlacht bei Leipzig, gegen die dominante französische Übersetzungsmethode der Assimilierung die Überlegenheit einer verfremdenden Methode stellt: „His theory of foreignizing translation should be seen as anti-French because it opposes the translation method that dominated France since neoclassicism, viz. domestication, making the foreign author travel abroad to the target-language reader" (ibid.: 107) - und zieht die Parallele zu der anglo-amerikanischen Übersetzungstheorie des 20. Jhds., wo Nidas (1964)

(Kindlers Literatur Lexikon, Bd.22, S.9683), wobei Sprache die bildende Kraft des Gedankens ist.

[11] Wie Schleiermacher, so vertritt auch Goethe die Meinung, daß die Übersetzung einen erneuernden Einfluß auf die Zielsprache ausüben soll. Er sieht in dieser Methode den letzten Schritt einer kulturgeschichtlichen Entwicklung: „Weil man aber weder im Vollkommenen noch Unvollkommenen lange verharren kann, sondern eine Umwandlung nach der andern immerhin erfolgen muß, so erlebten wir den dritten Zeitraum, welcher der höchste und letzte zu nennen ist, derjenige nämlich, wo man die Übersetzung dem Original identisch machen möchte, so daß eins nicht anstatt des anderen, sondern an der Stelle des andern gelten soll.
Diese Art erlitt anfangs den größten Widerstand; denn der Übersetzer, der sich fest an sein Original anschließt, gibt mehr oder weniger die Originalität seiner Nation auf, und so entsteht

„dynamische Äquivalenz" (vgl. hier Kap. 3.4.2) vorherrscht: „Any dismissive treatment of Schleiermacher maintains the forms of domestication in English-language translation today; hindering reflection on how different methods of translating can resist the questionable values that dominate Anglo-American culture. Schleiermacher can indeed offer a way out" (Venuti 1995: 118).

In dem Sinne schreibt Wilhelm v. Humboldt (1767-1835) in seiner Einleitung zu einer metrischen Übersetzung des *Agamemnon:*... „[man kann] nicht verlangen, dass das, was in der Ursprache erhaben, riesenhaft und ungewöhnlich ist, in der Uebertragung leicht und augenblicklich fasslich seyn solle" (Humboldt, in Störig 1973: 71-96) und weist gleichzeitig auf die Schwierigkeiten hin, die seine Methode der Übersetzung des *Agamemnon* dem Leser schuf.

A. W. Schlegel, Schleiermacher und Humboldt verbindet „die Auffassung der Sprache als Bewegung, als Geschichte und Erbschaft, als Bedingung der Möglichkeit der Freiheit, der Individuation und des Sozialen. Die Insistenz auf die Methodik des Verstehens zielte auf die Herstellung von Identität, auf verstehenden Anteil des Individuums am Geschichtsprozeß" (Apel 1983: 59).

---

ein Drittes, wozu der Geschmack der Menge sich erst heranbilden muß" (Goethe, in: Störig 1973: 36).

2.4 Die bürgerlichen Übersetzer und der Übergang in die Moderne

Nach diesem erstaunlichen Sprung in der ersten Jahrhunderthälfte erfährt die Entwicklung in Deutschland einen erneuten Rückschlag durch die bürgerlichen Übersetzer wie Wilamowitz-Moellendorf (1848-1931), Schreyvogel (1768-1832), Heyse (1830-1914), Bodenstedt (1819-1892) und Simrock (1802-1876) u.a., die das Prinzip der Verständlichkeit, das auf das 18. Jhd. zurückweist, von Neuem aufgreifen. Ihr gemeinsames Ziel ist es, das Original zu vereinfachen, zu kürzen, um es an Sprache und Mentalität der Zielleserschaft anzupassen. Sie sind die typischen Vertreter einer Tendenz, die K. Schäfer in *Ueber die Aufgabe des Uebersetzens* (1839) in einem Satz zusammenfaßt: „Eine Uebersetzung muss vor Allem deutsch sein!"

Die Tatsache, daß gerade diese Zeit durch eine große Anzahl von Übersetzern und Übersetzungen geprägt ist, täuscht nicht darüber hinweg, daß die erneuernde Bewegung der Romantik erst am Ende dieses Jahrhunderts ihre Weiterführung erfährt. Besonders um Stefan George (1868-1933) und Hugo von Hofmannsthal (1874-1929) bildet sich eine Gruppe, die die Dynamik der Sprache erkennt, die für sie nicht „die Negation der Tradition" (Apel 1983: 61), sondern einen Versuch darstellt, „die Tradition selbst zu dynamisieren" (ibid.). Aus diesem Kreis tritt besonders der Literaturwissenschaftler Friedrich Gundolf (1880-1939) hervor, der bei seinen Überlegungen von der Romantik ausgehend bei seinen Shakespeare-Studien die Dialektik des Kunstwerks - die Dialektik zwischen dem Alten und Neuen, zwischen dem Fremden und Eigenen, zwischen dem Besonderen und Allgemeinen erkennt und so den Gedanken

Georges Nachdruck verleiht, daß die Übersetzung nicht dazu verurteilt ist, sich innerhalb der von einer Sprache gesetzten Grenzen zu bewegen, sogar im Gegenteil die Aufgabe hat, an der Veränderung der Sprache mitzuwirken.

Im 20. Jahrhundert findet George in Rudolf Borchardt (1877-1945) und Walter Benjamin (1892-1940) zwei Nachfolger, die sich jedoch „weit vom herkömmlichen Begriff der Übersetzung entfernen" (ibid.: 63). Beide kommen auf eine Art mythische Definition, wobei Borchardt in der Übersetzung den Katalysator für eine generelle Grenzauflösung sieht, die einen deutschen Dante möglich macht und Dante gleichzeitig in eine „höhere Kategorie" einordnet. Diese wäre dann eine allgemein-europäische Stilform, die ihre englische und ihre französische, ihre deutsche und, eben in ihm, ihre reinste, ihre italienische Ausdrucksmöglichkeit hat (vgl. Borchardt, in Störig 1973: 148). Walter Benjamin spricht in seinem Aufsatz *Die Aufgabe des Übersetzers* (in Störig 1973: 159-69) von der Einheit der reinen, wahren Sprache, die das Endprodukt eines Sprachprozesses sei, in dem die Übersetzung zur Ergänzung des Originaltextes wird. Die Übersetzung ist für ihn wie bei Novalis ein Stadium im historischen Fortleben des Werkes. Die Übersetzung wird so eine vorläufige Art, sich mit der Fremdheit der Sprachen auseinanderzusetzen, zu einer Probe im Wachstum der Sprache, eine Stufe in Richtung „auf ein letztes, endgültiges und entscheidendes Stadium aller Sprachfügung" (vgl. ibid.: 162). Die *Intention auf die Sprache*, die „Art des Meinens" des Originals soll durch die Übersetzung zum Gemeinten werden, was die Forderung nach „Wörtlichkeit" der Syntax, „die Konstellation eines je in einem Werk Zusammengeordneten", verlangt. Die wahre Übersetzung verdeckt

Benjamins Meinung nach nicht das Original, sondern läßt es durchscheinen, jeweils aber aus einer anderen historischen Perspektive.[12] Die Vorstellung einer historisch motivierten Relativität verbindet Benjamin mit Wolfgang Schadewaldt (1900-1974), der in *Das Problem des Übersetzens* (1927) das Streben nach Treue als Ziel des Übersetzers sieht, das sich je historisch verschieden äußert.

Der ewige Kampf zwischen Tradition und Erneuerung, der die Entwicklung der Übersetzungs- und Sprachwissenschaft beherrscht, wurde immer dort am erkennbarsten, wo es zu einem deutlichen Bruch in der Weltanschauung kam. Das 20. Jahrhundert ist in diesem Sinne geprägt durch Auf- und Abbruch. Obwohl die Nachkriegsgeneration einige bedeutende Übersetzer wie Erich Fried (1921-1988), Arno Schmidt (1914-1974), Hans Wollschläger (*1935), Hans Magnus Enzensberger (*1929) u.a. hervorgebracht hat, kam es doch zu „einem Bruch in der Tradition der Diskussion" (Apel 1983: 67), die vielleicht zuletzt durch Enzensberger in seinem Vorwort zu seiner Molière - Übersetzung (*Der Menschenfeind*, 1979) angefacht wurde. Hier erklärt er die Entbehrlichkeit des Historizismus und übersetzt die Verse des Originals im heutigen Sprachgebrauch, um zu zeigen, daß auf diese Weise die Natürlichkeit gewährleistet werden kann (vgl. Enzensberger 1979: 109).

---

[12] Szondi (1978) schreibt hierzu: „Der historische Index einer Übersetzung gibt insofern den historischen Stand nicht bloß, ja primär überhaupt nicht der verwendeten Sprache, sondern der Sprachverwendung an: er verweist nicht so sehr auf eine bestimmte Sprachstufe als vielmehr auf eine bestimmte Sprachkonzeption. In der Differenz der Intention auf die Sprache, der Art des Meinens, von Original und Übersetzung hat Benjamin die Legitimität, ja die Notwendigkeit des Übersetzens gesehen, einer Differenz, die zugleich die Frage nach Treue oder Freiheit von Übersetzungen die Prämissen entzieht" (ibid.: 326).

Wie wir also gesehen haben, kreiste die übersetzungsmethodische Diskussion, wie sie vor allem im 18. und 19. Jahrhundert geführt wurde, immer um die Frage der treuen/freien oder entfremdenden/verfremdenden Übersetzung, d.h. das Problem wurde auf zwei Alternativen reduziert: Entweder wird so übersetzt, daß die Übersetzung die formale, sprachlich-stilistische Struktur und die inhaltliche Struktur des Originals so weit wie möglich durchscheinen läßt, oder die Übersetzung paßt sich in formaler und inhaltlicher Hinsicht der Zielsprache an. Aus dieser Diskussion heraus entwickelte sich im 20. Jahrhundert die moderne Übersetzungswissenschaft, die diese Dichotomie überwand und versuchte, das Übersetzen als eine spezifische Sprachverwendung theoretisch anzufassen und wissenschaftlich zu beschreiben. Man hatte erkannt, daß die traditionelle Theorie auf der einen Seite zu normativ vorgegangen war und auf der anderen Seite das Forschungsobjekt zu sehr beschränkt hatte. Die Bibel und die großen Werke der Antike waren zu sehr Ausnahmefälle der Übersetzertätigkeit, als daß sie als Paradigma einer allgemeinen Theorie fungieren konnten. Darüber hinaus wurde zulange die von Schleiermacher explizit ausgedrückte Dichotomie zwischen dem „eigentlichen Übersetzen" und „bloßem Dolmetschen" (vgl. Snell-Hornby 1988: 10) übernommen, wobei er unter Dolmetschen all die schriftlichen und mündlichen Übersetzungen verstand, die in den alltäglichen Bereich fielen wie kaufmännische, verwaltungstechnische oder juristische Gebrauchstexte, die es eigentlich nicht wert waren, 'wissenschaftlich' behandelt zu werden. Gerade dieser Bereich ist es jedoch, der dem Übersetzer im 20. Jahrhundert den Status eines Berufes verleiht und ihn aus seinem Elfenbeinturmdasein befreit.

3 IM ZEITALTER DER ÜBERSETZUNGSWISSENSCHAFT

Nach dem Zweiten Weltkrieg beginnt eine neue Ära für die Übersetzung in Deutschland, die durch eine immer fortschreitendere Professionalisierung der Übersetzertätigkeit geprägt ist. Die Nachfrage nach kompetenten Übersetzern wurde durch die zunehmende Verflechtung der internationalen Beziehungen nachhaltig gefördert. 1946 wird das Institut für Übersetzen und Dolmetschen der Johannes-Gutenberg-Universität zu Mainz in Germersheim gegründet und bald darauf folgen das Institut für Übersetzen und Dolmetschen der Universität des Saarlandes (1948) in Saarbrücken, das Sprachen- und Dolmetscherinstitut (1952) in München und das Institut für Übersetzen und Dolmetschen der Ruprecht-Karl-Universität zu Heidelberg, das als Dolmetscherschule schon seit 1936 existierte. Im anderen Teil Deutschlands, in dem der gesamte Fremdsprachenbereich unter russischer Federführung in der Fremdsprachenschule Leipzig zusammengefaßt wird, entsteht 1950 in dieser Stadt die Staatliche Fachschule für Fremdsprachen, die 1956 letztlich zum Dolmetscher Institut der Karl-Marx-Universität zu Lepzig umbenannt wird.

Die zunehmende Formalisierung des Berufswegs geht mit einem wachsenden Berufsbewußtsein einher und schon im Jahr 1955 verbinden sich die beiden wichtigsten Berufsgenossenschaften und gründen den „Bundesverband für Dolmetscher und Übersetzer" (BDÜ), der noch im gleichen Jahr seine Publikation, das *Mitteilungsblatt des BDÜ* herausbringt. Die Übersetzer literarischer und wissenschaftlicher Textsorten organisieren sich im „Verband deutschsprachiger Übersetzer literarischer und

wissenschaftlicher Texte" (VDÜ), der seit 1963 regelmäßig die Zeitschrift *Der Übersetzer* herausbringt. In der damaligen DDR wird von der „Kammer der Technik Groß-Berlin" 1961 die Gründung der „Arbeitsgemeinschaft der technischen Übersetzung" vorgenommen, die es sich zum Ziel macht, die Qualität der technischen Übersetzungen zu verbessern. 1962 wird dem „Verband deutscher Journalisten" die „Sektion Dolmetscher und Übersetzer" hinzugefügt. Daß diese Entwicklung sich nicht nur auf Deutschland beschränkt, beweist die Tatsache, daß 1953 der BDÜ, als einer der ersten nationalen Übersetzerverbände überhaupt, Gründungsmitglied der „Fédération Internationale des Traducteurs" (FIT) unter der Ägide der UNESCO wird.

Im Laufe der 70er und 80er kommen besonders in Westdeutschland noch einige Übersetzer- und Dolmetscherschulen dazu, die meist aus den sprachwissenschaftlichen Bereichen der Universitäten und Fachhochschulen entstehen. Die Übersetzungswissenschaft, in Kanada 'Translatology', 'Traductologia' in Spanien, 'Translation Studies' in den Niederlanden und Belgien, steht im Zuge dieser Entwicklung zunehmend unter Legitimierungsdruck, und die Notwendigkeit einer allgemeinen Übersetzungstheorie wird vermehrt als dringlich empfunden.

3.1 Die 'Genesis' der modernen Übersetzungswissenschaft

Die moderne Übersetzungswissenschaft hat ihren Ursprung in zwei zuerst parallel zueinander verlaufenden Entwicklungen. Nach Kriegsende nimmt die Komputertechnik ihren bis heute anhaltenden Triumphzug wieder

auf, der für einige Zeit ins Stocken geraten war. Zwar waren schon vor dem Krieg in den USA und in Deutschland einige vielversprechende Fortschritte gemacht worden, doch konzentrieren sich während des Krieges die technologischen Anstrengungen noch im Bereich einer nicht komputerbeherrschten und -gesteuerten Rüstungsindustrie. Doch noch im Jahre 1945 stellt eine Gruppe von Wissenschaftlern den ENIAC vor, der als erster freiprogrammierbarer Elektronenrechner zu den Maschinen der ersten Anlagengeneration gehört. Diese Entwicklung führt zu den ersten privatwirtschaftlich nutzbaren Rechnern, die vor allem von Remington Rand unter der Bezeichnung UNIVAC schon kurz nach 1950 verfügbar sind und bereits 1952 zu der ersten Hochrechnung eines Wahlergebnisses in den USA verwendet werden. Elektronenrechner beginnen ihren Siegeszug durch die unterschiedlichen Anwendungsbereiche, wobei die Übersetzung zum ersten Mal in das Interesse der Technologielobby gerät. Diese Entwicklungsphase wird durch das Aufkommen einer neuen Wissenschaft der Sprache gefördert. Denn der Elektronenrechner verlangte nun von den Komputer- und Sprachwissenschaftlern, daß sie die natürlichen Sprachen so formulierten und algorithmisierten, „daß Texte vom Computer in der AS (Ausgangssprache) analysiert und in der ZS (Zielsprache) synthetisiert werden konnten" (Stolze 1994: 44).

Dieser revolutionären Entwicklung kam auf dem Gebiet der natürlichen Sprachen der Umstand entgegen, daß der Schweizer Ferdinand de Saussure (1857-1913) ein neues Zeitalter in der Sprachtheorie eingeläutet hatte, das von dem Gedanken eines systematischen Zusammenhangs zwischen allen Erscheinungen einer Sprache bestimmt war. Bisher hatten die Sprachwissenschaftler des 19. Jhds. und des beginnenden 20. Jhds.

sich überwiegend historisch-vergleichenden Studien von der Sprache gewidmet. Die epochemachende Entdeckung der genetischen Verwandtschaft der meisten Sprachen Europas mit dem wiederentdeckten Sanskrit hatte das Hauptaugenmerk auf die historische Entwicklung der indoeuropäischen Sprachen und die lautgesetzlich gestützte Möglichkeit ihrer Herleitung aus gemeinsamen Wurzeln gelenkt. Saussures Hauptwerk, der *Cours de linguistique générale*, der nach seinem Tode erst im Jahre 1916 von ehemaligen Schülern anhand von Kollegnachschriften herausgegeben wurde, leitete das Interesse der Sprachforscher wieder auf eine querschnitthaft-synchrone Sprachbetrachtung, die zur Grundlage der modernen Linguistik wurde. Jedoch hatte zunächst diese neue Bewegung wenig Anhänger gefunden. Ebensowenig konnten sich die Wissenschaftler der Prager Schule, allgemein als die Väter des Strukturalismus angesehen, gleich durchsetzen.

Mehr Gehör verschaffte sich in den Gründerjahren der Linguistik die nordamerikanische Strömung, die auf den Ideen Edward Sapirs (1884-1939) und Benjamin Lee Whorfs (1897-1941) entstanden war. Der als Sapir-Whorf-Hypothese bekanntgewordene Ansatz, der seinerseits auf das Gedankengut Johann Gottfried Herders und Benedetto Croces (1866-1952) zurückgreift, gipfelte in der Formulierung eines sprachlichen Relativitätsprinzips, das das Denken der Menschen von der Grammatik der Sprachen, die sie benutzten, abhängig machte.

Der nächste Meilenstein wird in den fünfziger Jahren mit den Forschungsergebnissen des Amerikaners Noam Chomsky gesetzt, der in seinem Erstaunen darüber, daß einer, der eine bestimmte Sprache erlernt

hat, also als „kompetenter" Sprecher gelten kann, unbegrenzt viele Sätze generieren kann, die nicht nur er versteht sondern alle weiteren kompetenten Sprecher dieser Sprache, die Erklärung dafür in einer Grammatik suchte, die der Annahme entsprach, daß bestimmte sprachliche Grundprinzipien, sog. linguistische Universalien, angeboren sind und das Grundmaterial bieten, auf dem der kompetente Sprecher grammatisch richtige Sätze erzeugt, die durch bestimmte Transformationsmechanismen geregelt werden. Die generative Transformationsgrammatik verhalf der Linguistik in Europa, wo in den sechziger Jahren ein regelrechter Linguistik-Boom entfacht wird, endgültig zum Erfolg. Diese Entwicklung in der Sprachwissenschaft ist letztlich entscheidend für das Entstehen der Übersetzungswissenschaft, die als Subdisziplin der Sprachwissenschaft geboren wird. Die Linguistik, indem sie die Sprache als komplexes Zeichensystem zum Zweck der Kommunikation definierte, erlaubte es, dieselbe unter Anwendung der wissenschaftlichen Methode systematisch und 'objektiv' zu analysieren und zu beschreiben und ihre Ergebnisse zu verifizieren bzw. zu falsifizieren. Wie Radegundis Stolze treffend zusammenfaßt, hat die „semiotische Zeichentheorie, die Generative Transformationsgrammatik und die Universalientheorie [...] das Verhältnis zwischen Sprache und Denken [beleuchtet]. Sie haben wesentliche Anstöße zur Entwicklung moderner Übersetzungstheorien gegeben" (Stolze 1994: 41).

3.2 Gegenstand und Ziel der Übersetzungswissenschaft

Der Ausgangspunkt für die wissenschaftliche Auseinandersetzung mit dem Problemkomplex der Übersetzung war also die Frage wie der Übersetzer handeln muß, um folgende Ziele zu erreichen: a) Interlinguale Textsynchronisation, die den spezifischen Zielen des AT-Autors und den spezifischen Bedürfnissen des ZT-Rezipienten gerecht wird (vgl. Snell-Hornby, in Snell-Hornby (Hrsg.): 12-13) b) Kompensation von interlingualen syntaktischen, semantischen und sozio-kulturellen Unterschieden (Nida/Reyburn 1981). Der Begriff der Übersetzungswissenschaft markiert den Paradigmawechsel von einer spekulativen Übersetzungstheorie zu einer empirisch begründeten Theorie, was durch den Begriff 'Wissenschaft' deutlich gemacht wird.

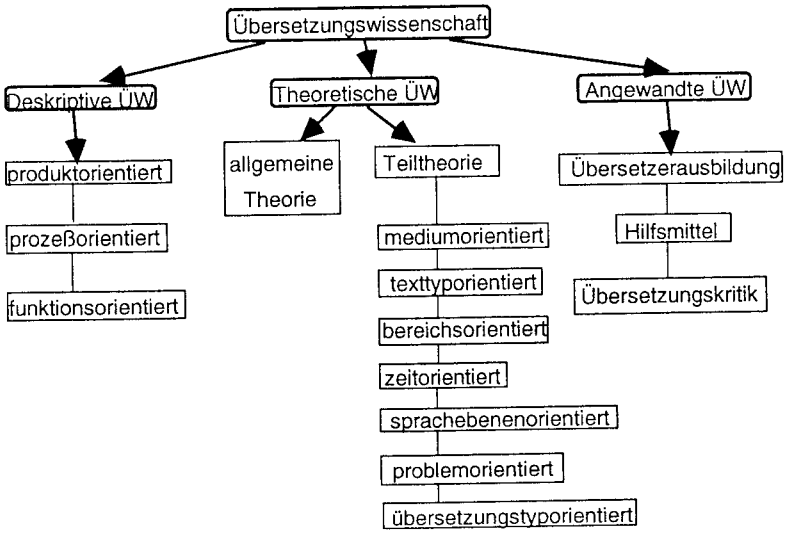
Die Übersetzungswissenschaft, wie die Wissenschaftstheorie es verlangt, soll das Objekt seiner Untersuchung beschreiben und erklären und daraus eine angemessene Methodologie entwickeln. Die verschiedenen theoretischen Ansätze, die sich innerhalb der Übersetzungswissenschaft haben durchsetzen können, unterscheiden sich auch in Hinsicht auf die Definition des Inhaltes einer Übersetzungswissenschaft. Möchte man alle Definitionen so weit wie möglich zusammenfassen, so könnte man einen gemeinsamen Nenner in folgenden Forschungsbereichen finden:

1. die Ausgangstextanalyse;
2. der gesamte Bereich des interlingualen interkulturellen Transfers;
3. das Zielsprache-Ergebnis;
4. der Übersetzer;

Es müßten sich aus einer adäquaten Übersetzungstheorie demnach Methoden entwickeln, die a) angemessene Verfahren für eine übersetzungsrelevante mikro- und makrotextuelle Textanalyse, für die Beschreibung und Erklärung der interlingualen und interkulturellen Transferprozesse und die Beschreibung und Erklärung des Transferergebnisses anbieten, und b) das Erstellen fundamentierter Kriterien für eine prospektive (prozeßorientierte) und retrospektive (ergebnisorientierte) Dimension gewährleisten (vgl. Wilss 1993: 25-26).

Nun läßt sich die Übersetzungswissenschaft in verschiedene Teildisziplinen aufteilen, die ihren Forschungsgegenstand unterschiedlich gewichten und unterschiedliche Ziele verfolgen. Holmes (1987), der 1972 im 3. AILA-Kongreß unter dem Titel „The Name and Nature of Translation Studies" (erst 15 Jahre später in ausführlicher Form im *Indian Journal of Applied Linguistics* erschienen) das Aufgabenfeld dieser aufstrebenden Wissenschaft zu definieren versucht, versteht die Übersetzungswissenschaft als empirische Wissenschaft. Entsprechend besteht ihre Aufgabe darin, das Phänomen der Übersetzung als Prozeß und als Produkt zu beschreiben, was einer *Deskriptiven Übersetzungswissenschaft* zukäme. Die *Übersetzungstheorie* als solche würde Grundlagenforschung betreiben, die die Phänomene erklärbar und kalkulierbar machen könnte, während die *Angewandte Übersetzungswissenschaft* sich mit praktischen Fragen der Übersetzung beschäftigen müsse (vgl. Figur 1). Die *Deskriptive Übersetzungswissenschaft* ließe sich in drei Hauptbereiche aufteilen: a) produktorientierte Untersuchungen, die sich mit einzelnen Übersetzungen auseinandersetzen und Übersetzungsvergleiche synchroner oder

diachroner Natur durchführen und in Zukunft in einer umfassenden Geschichte der Übersetzung ihren Niederschlag finden; b) prozeßorientierte Untersuchungen, die einen Blick in die „black-box" des Übersetzers wagen und sich mit kognitiven Fragen der Übersetzung beschäftigen; c) funktionsorientierte Untersuchungen, die rezeptionstheoretisch ausgerichtet sind und sich auf die Auswirkungen des übersetzten Textes auf die Zielkultur konzentrieren. Die *Theoretische Übersetzungswissenschaft* dagegen macht sich die Erkenntnisse der Deskriptiven Übersetzungswissenschaft, aber auch anderer wisssenschaftlicher Disziplinen, zu eigen, um Prinzipien, Modelle und Theorien zu entwickeln, die die Übersetzung als Produkt und Prozeß umfassend beschreiben - dazu gehören auf der einen Seite Entwürfe für eine allgemeine Übersetzungstheorie und auf der anderen Seite Formulierungen von Teiltheorien, die sich auf bestimmte Aspekte oder Formen der 'Translation' beschränken (vgl. Figur 1).



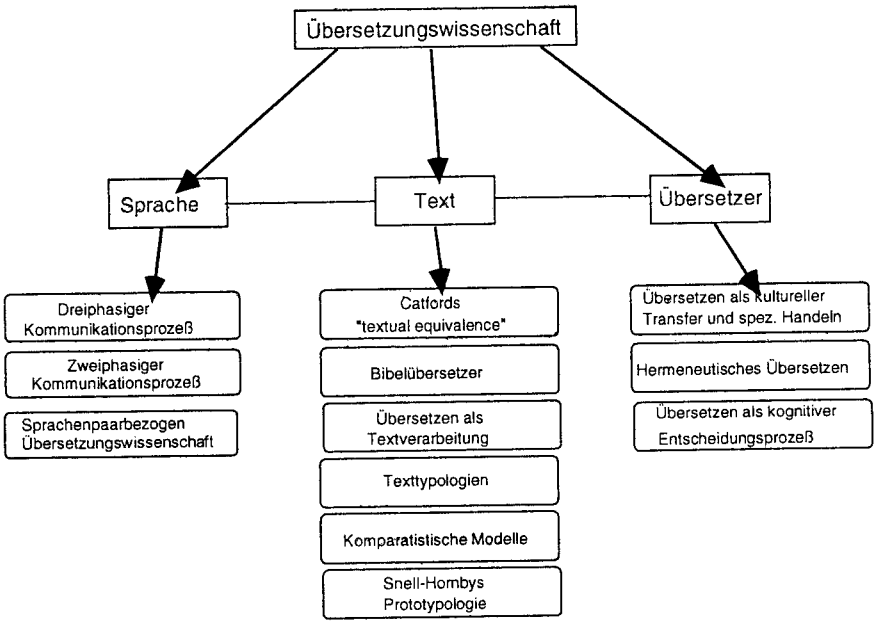
Figur 1 (abgewandelt nach Holmes 1987: 9-24)

Der dritte von Holmes vorgeschlagene Bereich ist die *Angewandte Übersetzungswissenschaft,* die allgemein die Ausbildung der Übersetzer/Dolmetscher im Auge hat und zur größeren Effektivität der Übersetzungspraxis beitragen soll, indem sie die Hilfsmittel verbessert und mittels der Übersetzungskritik die Qualität schon übersetzter Texte prüft.

Die gegenwärtige Arbeit übernimmt diese Einteilung von Holmes nur stellenweise, wenn es darum geht, bestimmte Ansätze innerhalb der Übersetzungswissenschaft zu lokalisieren. Im übrigen werden die verschiedenen Ansätze so gruppiert, daß sie je nach Schwerpunkt ihres Ausgangspunktes - Sprache, Text, Übersetzer - zusammengefaßt werden.[13] Die wichtigsten Ansätze der Übersetzungswissenschaft werden daraufhin untersucht, wie sie die o. g. vier Hauptbereiche behandeln, und wie sie den zentralen Begriff jeder translatologischen Theoretisierung, die Äquivalenz, definiert haben (vgl. Figur 2).

---

[13] Wie jede abstrahierende Schematisierung ist die klare Abtrennung der verschiedenen Ansätze ein künstliches Konstrukt, das dem Nebeneinander, oft auch Durcheinander, der verschiedenen „Übersetzungstheorien" nicht immer gerecht werden kann. Mit ein Grund für die Schwierigkeit bei der Abgrenzung der verschiedenen Ansätze ist der nur geringe Kontakt zwischen den einzelnen Forschungsansätzen, die z.T. den gleichen Begriff für verschiedene Sachverhalte benutzen und auch umgekehrt (man vergleiche die verschiedenen Äquivalenzdefinitionen oder auch die Begriffe „Übersetzungswissenschaft" und „Übersetzungstheorie"). Auf der anderen Seite bietet diese Tatsache die Möglichkeit, sich komplementierende Ansätze gegenüberzustellen und in einem zweiten Schritt eklektisch zu einem einheitlicheren theoretischen Unterbau zusammenzufassen. Gerade in der Übersetzungswissenschaft zeigt sich, daß ein neuer Wissensbereich zuerst einmal von Forschern erschlossen wird, die, aus unterschiedlichen Disziplinen kommend, das Untersuchungsobjekt unter ihrer Perspektive betrachten und sich dem Bereich widmen, den der neue Wissensbereich mit seiner Ausgangsdisziplin gemeinsam hat. Ein weiterer Schritt in der Entwicklung einer Wissenschaft bedeutet demnach der Zusammenschluß der verschiedenen Ansätze zu einem autonomen Konstrukt, das sich nun als unabhängige Diziplin, jedoch durchaus auch interdisziplinär, weiterentwickelt.



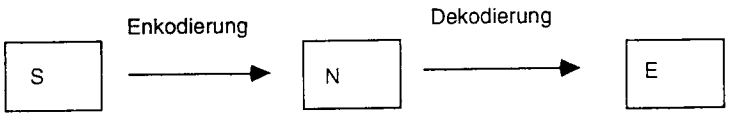
Figur 2

3.3 Die sprachorientierte Übersetzungswissenschaft

3.3.1 Übersetzung als dreiphasiger Kommunikationsprozeß

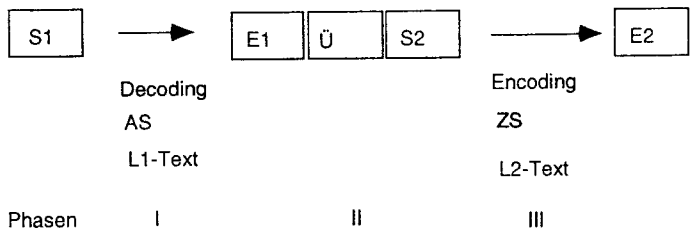
Wie der Name schon erahnen läßt, geht dieser Ansatz von einem allgemeinen Kommunikationsmodell aus. Der Sprache wird in der Gesellschaft die Rolle des Kommunikationsmittels zugeschrieben. Dieser instrumentale Charakter der Sprache, der bereits bei Platon im Kratylos-Dialog betont wird, führt letztlich dazu, Sprache als einen Prozeß der Informationsübertragung zu verstehen. Bezeichnenderweise ist es ein amerikanischer Fernmeldeingenieur, Shannon, der 1949 ein Kommunikationsmodell aufstellt, das Moles 1963 um die für die sprachliche Kommunikation notwendige Komponente *Repertoire* (oder Code) erweitert. Als Grundeinheiten enthält dieses Modells „*Sprecher* und *Hörer* mit ihrer Fähigkeit zur Kodierung und Dekodierung, einen gemeinsamen

(konventionellen) *Code/Zeichenvorrat* als Durchschnittsmenge Z1, Z2 mit syntaktischen, semantischen und pragmatischen Regeln, die Übertragung (*Kanal*, *Medium* - optisch, akustisch, taktil) sowie den Hinweis auf mögliche Störungen (*Lärm*, *Rauschen*)" (Lewandowski 1985: 537). Der Kommunikationsprozeß verläuft als zielgerichteter und gegenseitiger Verständigungsprozeß, in dem „jemand einen Gedanken/eine Vorstellung äußert und ein anderer diese versteht, indem er aufgrund eines übereinstimmenden sprachlichen und enzyklopädischen Wissens die Zeichen/Signale in gleicher oder ähnlichen Weise interpretiert" (ibid.: 538). Der Sender (S) einer Nachricht kodiert eine Nachricht (N) zu Übermittlungszwecken, die der visierte Empfänger (E) dekodieren muß, um die Nachricht zu verstehen. Der Ablauf dieses Prozesses wird in der sogenannten Lasswellschen Formel zusammengefaßt: **Wer** sagt **was** mit **welchen Mitteln** zu **wem** mit **welcher Wirkung**? Die Information in diesem Kommunikationsmodell fließt zwischen Sender und Empfänger wie folgt:



In der ehemaligen DDR fand das Kommunikationsmodell unter Übersetzungswissenschaftlern besonders in der Leipziger Schule unter Otto Kade, Albrecht Neubert und Gert Jäger in den 60er Jahren seine Anhänger, die die Übersetzungswissenschaft als Teildisziplin der Angewandten Sprachwissenschaft verstanden und die mit der „subjektiv - zufälligen"

Übersetzungsbetrachtung endgültig brechen wollten.[14] In der Übersetzung sahen sie den Fall der Kommunikation, in dem sich zwischen Sender und Empfänger eine dritte Instanz einschaltet, die den Umkodierungsprozeß vor dem Empfänger vollzieht, da dieser als nicht Teilhabender am Sender-Zeichenkode nicht dazu in der Lage ist. Es ist also die Aufgabe des Übersetzers den Informationsgehalt einer Nachricht für einen Empfänger in den „richtigen Kode" zu bringen. Aus diesem Übersetzungsverständnis resultiert die Äquivalenzauffassung der Invarianz. Die Nachricht muß bei diesem Prozeß invariant gehalten werden, während der Kode umgeschlüsselt wird.[15] Der Übersetzungsprozeß als zweisprachiger Kommunikationsvorgang läßt sich nach Kade (1968: 203) in drei Phasen beschreiben:



---

[14] Einige wichtige Beiträge dieser Autoren hierzu:
Jäger (1970), (1975);
Kade (1964), (1968);
Neubert (1968:1981), (1973), (1975);

[15] „ Die Problematik der Translation resultiert daraus, daß bei der Umschlüsselung (d.h. beim Vollzug des Kodierungswechsels) im Bereich der *parole* (d.h. bei der Aktualisierung der sprachlichen Mittel) auf der Inhaltsebene ein 1:1-Verhältnis zwischen AS-Elementen und ZS-Elementen erreicht werden muß, obwohl im Bereich der *langue* (d.h. in den Relationen zwischen AS-System und ZS-System) die Nichtübereinstimmung der semantisch-funktionellen Seite verschiedensprachiger Zeichen (der AS-Zeichen und ZS-Zeichen) die Regel ist." (Kade 1968: 75).

An diesem Modell wird die „code-switching" Funktion des Übersetzers deutlich, der nun zwischen zwei Kommunikationspartnern steht und als AS-Nachricht-Empfänger (E1) durch seine Kodierungstätigkeit den Kommunikationsfluß aufrecht erhält. Deutlich erkennt man an diesem Modell darüber hinaus auch, wie hoffnungsvoll diese Theorie an die rein maschinelle Übersetzung glaubte, da man in den Anfängen der modernen Sprachwissenschaft durchaus davon ausging, daß diese Wissenschaft es fertig brächte, die Sprache so zu formulieren und zu algorithmisieren, daß der Computer AS-Texte analysieren und entsprechende ZS-Texte synthetisieren könnte. Schnell erkannte man schließlich auch, daß dieses Unterfangen Schwierigkeiten barg, die man so bisher nicht in Erwägung gezogen hatte, und so wurden als erstes die literarischen Texte von den Untersuchungen ausgenommen, weil es zur Natur der literarischen Schöpfung gehöre, „schöpferisch intuitiv das Wortmaterial zu handhaben" (ibid.: 47). Der „künstlerischen Prosa" wurden die „pragmatischen Texte" gegenübergestellt, die „Sachprosa aller Art" umfaßte, d.h. wissenschaftlich-technische, juristische, verwaltungstechnische und kommerzielle u.a. Texte. Dabei ging es hauptsächlich darum, all die Texte auszusondern, die im traditionellen Sinne formbetont seien, wo also Form und Inhalt eine Einheit darstellten. Die pragmatischen Texte wurden entsprechend als nicht formbetonte, sachbezogene Gebrauchstexte definiert.

Wichtigstes Forschungsobjekt der Leipziger Schule war also die Sprache, die kontrastiv behandelt wurde, d.h. in kontrastiven Gegenüberstellungen wurden Äquivalenzbeziehungen bestimmt, die auf den Ebenen der Grammatik und der Lexik zu beschreiben waren und die

gleichzeitig Grundstock für Übersetzerhandbücher oder gar Übersetzungsgrammatiken sein sollten (vgl. Neubert 1973: 19). Kade (1968) schlägt ein Äquivalenzmodell mit vier „potentiellen" Äquivalenztypen vor: die „totale Äquivalenz" (reine Eins-zu-eins-Entsprechung), die „fakultative Äquivalenz" (Eins-zu-viele-Entsprechung: wie dt. *Spannung* - engl. *voltage, tension, suspense, stress, pressure*), die „approximative Äquivalenz" (Eins-zu-Teil-Entsprechung: dt. *Himmel* - engl. *heaven / sky*) und die Null-Äquivalenz (Eins-zu-Null-Entsprechung: kulturspezifische Begriffe wie dt. *Privatdozent*).[16] Deutlich wird in dieser Äquivalenzdefinition die Wortgebundenheit dieses linguistischen Ansatzes, der sich in der Praxis für eine Allgemeine Übersetzungstheorie als zu eng formuliert herausstellte (vgl. Snell-Hornby 1988: 20).

Von der Kontrastiven Linguistik unterscheidet sich dieser Ansatz darin, daß er nicht auf einen Systemvergleich zweier oder mehr Sprachen aus ist (vgl. Nickel 1973), sondern der Übersetzungswissenschaft geht es hauptsächlich um eine „parole"-bezogene Untersuchung, in der konkrete Texte in konkreten Kontexten behandelt werden. Vom Programm her ist dieser Ansatz gleichzeitig retro- und prospektiv, da auf der einen Seite retrospektiv die Sprache in Texten analysiert und gegenübergestellt wurde. Auf der anderen Seite gehörte das Erstellen von Übersetzungsgrammatiken in den prospektiven Bereich - ein Ziel, das aber in der Praxis aus naheliegenden Gründen nicht umgesetzt werden konnte.

---

[16] Dieses Modell wird von Reiß (1971), Diller /Kornelius (1978) und Koller (1987 und 1997) übernommen.

3.3.2 Übersetzung als zweiphasiger Kommunikationsprozeß

In Westdeutschland kamen Wolfram Wilss und Werner Koller in den frühen 70er Jahren dem Leipziger Ansatz am nächsten.[17] Besonders Wilss, der an der Universität des Saarlandes früh an einem Projekt der automatischen Übersetzung gearbeitet hat, war anfänglich sehr sprachorientiert und definiert den Übersetzungsprozeß als „mehr oder minder erfolgreichen Versuch einer Synchronisation von syntaktischen, lexikalischen und stilistischen Regelapparaten zweier Sprachen, einer Ausgangs- und einer Zielsprache" (Wilss 1977a: 13) oder als „einen Transfer von einer Ausgangssprache zu einer Zielsprache hin angelegt; dabei kann der Übersetzungsprozeß sowohl von der Grundsprache zur Fremdsprache wie auch von der Fremdsprache zur Grundsprache hin - mit jeweils spezifischen Transferschwierigkeiten - verlaufen" (ibid.: 68). Seiner Meinung nach beruht die Übersetzungsproblematik auf einer „fehlenden Spiegelbildlichkeit", die „ihre Ursache einmal im unterschiedlichen syntaktischen und lexikalischen Ausdruckspotential von Ausgangssprache und Zielsprache [hat], zum anderen im stilistischen Erfahrungs- und Präferenzbereich des einzelnen Übersetzers" (ibid.: 69). Daraus schlußfolgert er, daß das Ziel des Übersetzungsprozesses „die optimale Synchronisation des ausgangssprachlichen und des zielsprachlichen Textes" (ibid.) ist und daß die Übersetzungswissenschaft als ein „Teilgebiet des synchron-deskriptiven Sprachvergleichs" (ibid.) zu betrachten ist, die ihrem Wesen nach der Sprachverwendungslinguistik und nicht der

---

[17] Vgl. hierzu Wilss (1971), (1973); Koller (1969), (1972).

Systemlinguistik zugeordnet werden muß. So sieht Wilss denn auch im Übersetzen „einen sprachlichen Formulierungsprozeß, in dessen Verlauf der Übersetzer durch eine Folge von *code-switching*-Operationen eine von einem ausgangssprachlichen Sender (S1) produzierte Nachricht in einer Zielsprache reproduziert und sie damit dem zielsprachlichen Empfänger (E2) zugänglich macht; Übersetzen ist damit als *interlingual translation* oder *translation proper* charakterisiert" (ibid.: 62). Dieser „Transkodierungsprozeß" wird drastischer von Koller definiert: „Linguistisch kann die Übersetzung als Umkodierung oder Substitution beschrieben werden: Elemente a1, a2, a3, ... des Sprachinventars L1 werden durch Elemente b1, b2, b3, ... des Sprachinventars L2 ersetzt" (Koller 1972: 69f.).

Wilss vertritt im Gegensatz zur Leipziger Schule das Zwei-Schritt-Schema (Dekodier- oder Verständnisphase und Enkodier- oder Rekonstruktionsphase), das den Originaltextautor ausklammert, indem er sich auf Koschmieders Modell beruft (vgl. Koschmieder 1965). Demnach handelt es sich beim Übersetzen um eine „code-switching"- Operation (vgl. Wilss 1977b: 626), nach dem der Transfer weitgehend automatisiert ist. Wilss geht davon aus, daß dieses Schema die doppelte Funktion des Translators als AT-Empfänger und ZT-Sender deutlicher zum Ausdruck bringe. Dabei suggeriert dieser Ansatz, wie Nord meiner Meinung nach passend formuliert, „daß rezeptive Kompetenz in der Ausgangssprache und produktive Kompetenz in der Zielsprache bereits die Voraussetzung für das Translator-Sein bedeuteten" (Nord 1988: 35). Obwohl die Parallelen zur Leipziger Schule offensichtlich sind, gewinnt bei Wilss, wie auch bei Koller,

die Textbedeutung zunehmend an Gewicht[18], und das bisherige Konzept wird sogar erweitert:

„Übersetzen ist ein Textverarbeitungs- und Textverbalisierungsprozeß, der von einem ausgangssprachlichen zu einem möglichst äquivalenten zielsprachlichen Text hinüberführt und das inhaltliche und stilistische Verständnis der Textvorlage voraussetzt" (Wilss 1977a: 72).[19]

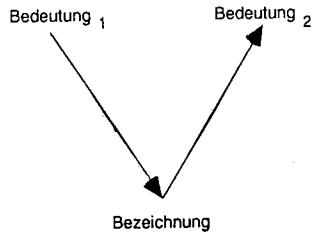
Diesen Gedanken nimmt auch Coseriu auf, als er feststellt, daß die Übersetzung es „ausschließlich mit Textinhalten zu tun" (Coseriu 1981b: 186) hat, und Übersetzen soviel bedeutet wie „für schon identifizierte Bezeichnungen in der Zielsprache Bedeutungen finden, die genau diese Bezeichnungen ausdrücken können" (Coseriu 1978: 21ff.). Sein zweiphasiges Modell geht von der Unterscheidung zwischen Bedeutung (der in einer Einzelsprache als solcher und durch die sprachlichen Oppositionen dieser Sprache selbst gegebene Inhalt im Bereich der Grammatik und im Bereich des Wortschatzes) und der Bezeichnung (die außersprachliche Referenz, der Bezug auf die jeweils benannte außersprachliche Wirklichkeit). Demnach geht der Übersetzer zuerst „semasiologisch" vor, wenn er bei der Textauslegung den sprachlichen Zeichen (also der Bedeutung$_1$) eine Bezeichnung zuordnet. In der zweiten Phase dann geht er „onomasiologisch" vor, indem er von der Bezeichnung

---

18 Die Entwicklung von Wilss' übersetzungstheoretischen Überlegungen ist ein paradigmatisches Beispiel für die Abhängigkeit der linguistischen Übersetzungstheorie von der theoretischen Entwicklung neuer linguistischer Perspektiven: vom Strukturalismus über die Textlinguistik zur Psycholinguistik.

19 Vgl. zu Wilss' textlinguistischem Ansatz Kapitel 3.4.

ausgehend eine entsprechende Bedeutung2 ermittelt und somit die Bezeichnung auf eine Bedeutung der Zielsprache zurückführt:



Coseriu (1981: 187)

Übersetzt werden also Bezeichnungen, die sprachlich in den Bedeutungen sichtbar werden. Coseriu spricht dabei von Äquivalenzen „nicht als Äquivalenzen zwischen den Bedeutungen selbst, sondern stets über die Bezeichnung: Es handelt sich in jedem Fall um konkrete Entsprechungen in der Bezeichnung des Außersprachlichen" (Coseriu 1981b: 187). Um seinen Standpunkt zu verdeutlichen, weist Coseriu auf Denison (1981), der den Begriff des „entsprachlichen" (bei Coseriu der semasiologische Prozeß) und den Begriff des „versprachlichen" (bei Coseriu der onomasiologische Prozeß) geprägt hat. Der Übersetzer muß sich sozusagen erst einmal von der Ausgangssprache lösen und die außersprachliche Realität erfassen, um in einem zweiten Schritt diese Vorstellung wiederum in einer neuen Sprache zu „kodifizieren". So erklärt Denison die Interferenz als mißglückten Prozeß der Entsprachlichung, wo also (nach Coseriu) Bedeutung2 von Bedeutung1 beeinflußt worden ist, wobei dieser Interferenzprozeß Symptom einer im Laufe der Zeit

auftretenden Konvergenzerscheinung zwischen Sprachen entspricht (vgl. Denison 1981: 270).

Obwohl diese Ansätze eine neue Phase der Übersetzungswissenschaft andeuten - die Übersetzungseinheit Wort oder gar Morphem wird (zumindest theoretisch) abgelöst durch die Texteinheit, die von Filipec (1971) zum ersten Mal gefordert worden war - kreisen auch sie, wie gesehen, um den zentralen Begriff der Äquivalenz. „Dem interlingualen Kommunikationsvorgang wie dem Transferprozeß liegt jeweils die Forderung nach inhaltlicher Invarianz zugrunde" (Stolze 1994: 57), so kommentiert Stolze die beiden bisher hier vorgestellten Modelle, die sicherlich von einer „unverfälschten Wiedergabe" von Übersetzungseinheiten, welcher Definition auch immer, ausgehen und die die wissenschaftliche Methode anwenden, um „für die Untersuchung von Übersetzungsschwierigkeiten einen kohärenten Beschreibungs- und Begründungszusammenhang zu entwickeln, der seinerseits als Basis für eine qualitative, übersetzungsdidaktisch relevante Gewichtung und Typologisierung von Übersetzungsschwierigkeiten zu gelten hat" (Wilss 1977a: 196). Daher wird der literarische Text auch von diesem Ansatz weitgehend ignoriert.[20]

---

[20] Koller (1988: 86) beschreibt die Schwierigkeiten, denen sich der Übersetzer gegenübersieht, der literarische Texte übersetzt, wie folgt: „ (...) die Konfrontation eines Übersetzers mit einer ganzen Reihe teilweise widersprüchlicher, schwer miteinander zu vereinbarender Bedingungen und Faktoren, die zu berücksichtigen sind, wenn man unter linguistischem Aspekt konkrete Übersetzungsfälle beschreibt, erklärt und bewertet:
- die Ausgangssprache und die Zielsprache mit ihren strukturellen Eigenschaften, Möglichkeiten und Zwängen,
- die „Welt", wie sie in den Einzelsprachen unterschiedlich klassifiziert wird,
- unterschiedliche Wirklichkeiten in ihren einzelsprachspezifischen Repräsentationen,
- der AT mit seinen sprachlichen, stilistischen und ästhetischen Normen im Kontext der sprachlichen, stilistischen und ästhetischen Normen der AS,
- sprachliche, stilistische und ästhetische Normen in der ZS und auf Seiten des Übersetzers,

3.3.3 Die sprachenpaarbezogene Übersetzungswissenschaft

In Frankreich entwickelte sich schon Ende der 50er Jahre ein übersetzungstheoretischer Ansatz, der sich besonders mit Übersetzungstechniken auseinandersetzte und die Frage zu operationalisieren versuchte, wie man die auch von den o. g. Ansätzen verlangte Invarianz gewährleisten könne. „Die Vertreter der **Stylistique comparée** initiierten eine systematische Beschreibung von Übersetzungsverfahren aufgrund des Vergleichs der Oberflächenstrukturen von Sprachen" (Stolze 1994: 59). Die 1958 publizierte *Stylistique comparée du français et de l'anglais* von Jean-Paul Vinay und Jean Darbelnet war der erste Versuch, eine Übersetzungsmethode auf rein linguistischer Basis zu entwickeln. Ihr folgt 1961 die *Stylistique comparée du français et de l'allemand* von André Malblanc. Gemeinsam hatten diese Autoren grundsätzlich die Annahme, daß es möglich sei, von einer Übersetzungstechnik zu sprechen, die die individuelle Methode des Übersetzens ablösen und generalisierbare Lösungen, gestützt auf kontrastiven Sprachvergleichen, anbieten könne. Selbstredend gehen auch diese Autoren von einer „potentiellen Äquivalenz" aus, die stark wortorientiert ist. Ladmiral, der die *Stylistique* von Vinay / Darbelnet zwar als eines der besten Übersetzungshandbücher seiner Zeit preist (Ladmiral 1979: 19), kritisiert gleichzeitig in einer Fußnote hauptsächlich bei Malblanc,

---

- implizite und/oder explizite Übersetzungstheorie des Übersetzers,
- Übersetzungstraditionen,
- Übersetzungsprinzipien/-vorschriften und Selbstinterpretation des Autors,
- praktische Bedingungen, unter denen der Übersetzer arbeitet, bzw. arbeiten muß.". All dies verhindert das, was Koller für den linguistischen Ansatz verteidigt: syntaktische, semantische, stilistische und pragmatische Regelmäßigkeiten in Beziehungen zwischen AT und ZT zu bestimmen. Sie erschweren die Darstellung potentieller Äquivalente auf Wort-, Syntagma-, Satz- oder Textebene. Vgl. hierzu Koller (1990).

bedingt aber auch bei Vinay / Darbelnet, daß sie zu sehr einer „idealistischen Linguistikideologie" humboldtscher Prägung unterliegen, die hinter dem Genie der Sprache die Seele des Volkes erahnen.[21] Im Gegensatz zu Wilss beispielsweise sind ihre Bemühungen rein praktischer Natur und sie führen auf didaktisch-konkrete Weise das aus, was die bisher besprochenen Ansätze weitgehend theoretisch postuliert hatten, nämlich wie man übersetzungstechnisch die „interlingualen Strukturdivergenzen auf inhaltlich und stilistisch adäquate Weise zu neutralisieren" (Wilss 1977a: 62) imstande sei. Ihre Übersetzungsverfahren[22], die sich aus einer Unmenge von Beispieldiskussionen aus den Sprachenpaaren Englisch-Französisch (Vinay / Darbelnet) und Deutsch-Französisch (Malblanc) entwickelten, hielten hauptsächlich in zahlreichen Übersetzungslehrbüchern Einzug.[23]

In Deutschland fand diese Art der Übersetzungsstilistik auch Anhänger unter den linguistisch orientierten Übersetzungswissenschaftlern, wobei R.W. Jumpelt (1961) einer der ersten ist, der die Terminologie, wenn auch verändert, der *Stylistique comparée* übernimmt. Wie in allen bisher vorgestellten Modellen, die von einer inhaltlichen Invarianz ausgehen,

---

[21] (4) „Mais, ces limites une fois indiquées, il reste que l'ouvrage de J.-P. Vinay et J. Darbelnet est un auxiliaire méthodologique très précieux, ne fût-ce qu'en raison des nombreux exemples dont il illustre les outils conceptuels qu'il met en oeuvre. La St*ylistique comparée du français et de l'allemand* de A.Malblanc (1966) ne mérite pas les mémes éloges, car elle est notamment encore trop entachée d'une idéologie linguistique idéaliste qui, dans le sillage de la philosophie humboldtienne, tend à imaginer une <âme des peuples> derrière <le génie de la langue> .... Mais il faut reconnâitre aussi que J.-P. Vinay et J. Darbelnet n'échappent pas toujours tout à fait eux-mêmes à ce reproche" (Ladmiral 1979: 21).

[22] Die *Stylistique Comparée* entwickelte sieben Übersetzungsprozeduren:
1. **emprunt** (Direktentlehnung); 2. **calque** (Lehnübersetzung); 3. **traduction littérale** (wortgetreue Übersetzung); 4. **transposition** (Wortartwechsel), 5. **modulation** (Wechsel der Blickrichtung); 6. **équivalence** (pragmatische Entsprechungen); 7. **adaptation** (textuelle Kompensation von soziokulturellen Unterschieden).

[23] Siehe Truffaut (1963, 1980), Friedrich (1969), Henschelmann (1980), Gallagher (1981) (1982), Hammer / Henschelmann (1983).

schließt auch Jumpelt die literarischen Texte aus seinen Betrachtungen aus. Ihn interessieren lediglich die „pragmatischen Übersetzungsgattungen“[24], bei deren Übersetzung man „primär die Inhalte der Aussagen wiedergeben” (ibid.: 26) muß. Die Tendenz, Übersetzungsvorgänge bestimmten Gesetzmäßigkeiten zu unterwerfen, Prozesse darzustellen, die objektiv von Dritten nachzuvollziehen sind, stellen natürlich diese Art von stark normierten Texten in den Vordergrund, in denen es tatsächlich in der Regel um Sachverhalte, also Inhalte geht, um Texte mit überschaubaren syntaktischen Mustern und normierter Terminologie, die für Jumpelts Vorhaben, Bedingungen, Probleme und Verfahren der Herstellung von Invarianz zu analysieren und zu beschreiben, besonders geeignet schienen. In diesem Zusammenhang behandelt er mit besonderer Ausführlichkeit die Umsetzungsprozeduren, die „mit einer gewissen Zwangsläufigkeit oder [...] hohen Wahrscheinlichkeit wiederkehren” (ibid.: 175). Jumpelts Beitrag, der seine Bedeutung in der Beschreibung von Übersetzungstechniken bei naturwissenschaftlich-technischen Texten gewonnen hat, spiegelt ein besonderes Problem der Übersetzungswissenschaft generell, das bis heute weiterbesteht, nämlich die Tatsache, daß gleiche Bezeichnungen von den Theoretikern unterschiedlich definiert und verwendet werden. Was Jumpelt unter Modulation, Transposition, Substitution und Adaptation versteht, ist keinesfalls deckungsgleich mit den Begriffen der *Stylistique comparée* (vgl. ibid.: 72-101).

---

[24] Zu den *pragmatischen Übersetzungsgattungen* gehören: Texte der Naturwissenschaften, der angewandten Wissenschaften, der Sozialwissenschaften, sowie besondere Arten wie Urkunden, Handelskorrespondenz, etc. (vgl. Jumpelt 1961: 25).

3.3.4 Zusammenfassender Kommentar

Die unter 3.3 vorgestellten sprachenpaarbezogenen Modelle haben insgesamt das Primat der Sprache im Übersetzungsprozeß gemeinsam und postulieren zu ihrem Hauptziel die Invarianz auf Inhaltsebene zwischen Übersetzungseinheiten, die über den Satz nicht hinausgehen. Sie haben das Verdienst, als erste die Übersetzungsdiskussion über die traditionelle Dichotomie Treue-Freiheit hinaus getragen und einer wissenschaftlichen Methode unterzogen zu haben. Ihre anfängliche Naivität, die im Fahrwasser der ersten strukturalistischen Sprachtheorien gedeihen konnte, die Übersetzung als rein sprachlichen Prozeß zu verstehen, kann und wird jedoch heute von den meisten Theoretikern nicht mehr akzeptiert, wie die Entwicklung selbst der Vertreter der hier vorgestellten Modelle beweist. Der linguistisch-kontrastive Ansatz erwies sich als ungeeignet, die Vielfalt und spielerische Flexibilität der sprachlichen Möglichkeiten wiederzugeben. Hauptsächlich das Postulat der „inhaltlichen Invarianz", die sich aus den sprachlichen Kodierungsoperationen ergeben sollte, erwies sich für die meisten als unhaltbar, da sprachphilosophisch „eine intersubjektive Begriffsgleichheit von der Sprache her nicht bewiesen" (Stolze 1994: 57) werden kann. In den folgenden Jahren wird jedoch die Äquivalenzdiskussion die Theoriebildung, nicht nur in Deutschland, beherrschen, wozu sicherlich diese frühen wissenschaftlichen Theoretiker entscheidend beigetragen haben. Kritik fand dabei immer wieder die Auffassung, Übersetzen sei eine Form der 'Transkodierung', die folglich eigentlich nur einer reaktiven Verhaltensautomatik bedürfe. Dem wurde von

verschiedenen Theoretikern[25] in der Folgezeit die Fertigkeit der aktiven Expertenroutine entgegengesetzt, die im Übersetzen eine „kreative, ganzheitliche Umorganisierung „nicht intuitiv festgelegter" (Wilss 1992: 32) sprachlicher Übersetzungseinheiten, sondern in ganzen Texten und kommunikativen Strategien verpackter kulturspezifischer und kognitiver Botschaften („Informationsangebote", Reiß+Vermeer 1984, 35ff.) für einen individuellen, situationsspezifischen Zweck" (Risku 1994: 251) sehen.

Darüber hinaus ist im allgemeinen in der Übersetzungstheorie die Auffassung einer „Technik des Übersetzens" der *Stylistique Comparée*, auch durch das relative Versagen der Maschinellen Übersetzung, als restlos operationalisierbares Modell aufgegeben worden. Doch spielen die Übersetzungsprozeduren, die aus ihren Arbeiten hervorgegangen sind, noch heute in der Übersetzungsdidaktik eine große Rolle (vgl. Königs 1987a). Der stark normative Charakter dieser Modelle, die „ihre Untersuchungen ausschließlich an Wörtern und syntaktischen Fügungen" (Stolze 1994: 75) orientierten, erwies sich in der Praxis für eine allgemein gültige Übersetzungstheorie als unzureichend.

3.4 Die textorientierte Übersetzungswissenschaft

In der Linguistik setzte sich Ende der 60er Anfang der 70er Jahre ein neues Gebiet sprachwissenschaftlicher Forschung durch - die Textlinguistik. Ihr Forschungsgegenstand sind 'Texte', „d.h. solche sprachlichen Einheiten, die mehr als einen Satz umfassen (können) - und deshalb im Rahmen einer

---

[25] vgl. hierzu z. B. Correia (1989b), Hönig (1992), Witte (1992), Risku (1994).

Syntax nicht mehr beschreibbar sind -, die wir aber dennoch als zusammenhängende Einheit empfinden" (Linke / Nussbauer / Portmann 1991: 212).[26] Bemerkenswert dabei ist, daß der Bibelübersetzer K.L. Pike (1967) einer der ersten Forscher war, der eine umfassende Sprachtheorie entwickelt, von ihm als *Tagmemics* bezeichnet, „eine Wissenschaft von der Strukturierungs- und Kombinationsfähigkeit sprachlich-sozialer Verhaltensmuster" (Gipper 1978: 222).

In einer ersten Entwicklung setzte sich eine sprachsystematische Textlinguistik durch, die noch stark von der strukturalistischen Linguistik und der generativen Transformationsgrammatik geprägt war. Diese Textlinguistik „versteht sich (wie vorher die „Satzlinguistik") ausdrücklich als eine Linguistik der „Langue" bzw. der Kompetenz", wo „die Textbildung (die Textkonstitution) durch das Regelsystem der Sprache gesteuert wird und auf allgemeinen, sprachsystematisch zu erklärenden Gesetzmäßigkeiten gründet" (Brinker 1988: 14). Ziel dieser Textlinguistik ist, diese „allgemeinen Prinzipien herauszufinden und systematisch zu beschreiben" (ibid.). Jedoch bleibt der Satz als Hauptstruktureinheit des Textes, der als eine kohärente Folge von Sätzen verstanden wird, wobei der Begriff der Kohärenz „grammatisch gefaßt wird" (ibid.).

In einer zweiten Phase entsteht die kommunikationsorientierte Textlinguistik Anfang der 70er Jahre, die sich vor dem Hintergrund der linguistischen Pragmatik entwickelt, „die die Bedingungen sprachlich-

---

[26] Im deutschen Sprachraum hatten folgende Autoren besonderen Einfluß auf die Entwicklung der Textlinguistik: Harweg (1968); Isenberg (1970); Brinker (1971), (1973), (1985); Gülich / Raible (1972), (1977); Schmidt (1973); Gülich / Heger / Raible (1974);

sozialer Verständigung zwischen den Kommunikationspartnern einer bestimmten Kommunikationsgemeinschaft zu beschreiben und zu erklären versucht und sich dabei in sprachtheoretischer Hinsicht vor allem auf die innerhalb der angelsächsischen Sprachphilosophie entwickelte Sprechakttheorie (J.L. Austin, J.R. Searle) stützt. Unter pragmatischer (sprechakttheoretischer) Perspektive erscheint der Text nicht mehr als grammatisch verknüpfte Satzfolge, sondern als (komplexe) sprachliche Handlung, mit der der Sprecher oder Schreiber eine bestimmte kommunikative Beziehung zum Hörer oder Leser herzustellen versucht" (Brinker 1988: 15). Ziel der Untersuchung von Texten ist die Funktion, die den Handlungscharakter des Textes und die Art des kommunikativen Kontakts festlegt.

Beide Ansatzpunkte, der sprachsystematische und der kommunikationsorientierte, sind „als komplementäre Konzeptionen zu betrachten und eng aufeinander zu beziehen" (Brinker 1985: 17). Jedoch zeigt sich gerade in der Entwicklung der Übersetzungswissenschaft, daß die ersten textzentrierten Ansätze schwerpunktmäßig sprachorientiert waren. Die Textlinguistik hat dazu beigetragen, die Übersetzungseinheit zu erweitern, so daß aus dieser Perspektive eine Übersetzung sich vom Ausgangstext über die Strukturunterschiede der Sprachen hinaus unterscheidet und daß die Erklärungsmodelle, die sich auf die traditionelle kontrastive Analyse stützten, nicht mehr als ausreichend empfunden wurden.

Dressler (1973,1978); Coseriu (1981a); de Beaugrande / Dressler (1981); Kalverkämper (1981).

3.4.1 Catfords „textual equivalence"

Ein solcher Ansatz geht von dem britischen Autor J.C. Catford (1965) aus, der gestützt auf die systemische Grammatik von M.A.K. Halliday, die „die Kontext- und Situationstheorie von Firth, Aspekte der Stratifikationsgrammatik Lambs, der Tagmemik Pikes und des Prager Sprachfunktionalismus integriert" (Lewandowski 1985: 1084), den Begriff „textual equivalence" prägt.[27] Der Bezugsrahmen für Äquivalenzbeziehungen ist der Text, wobei Textäquivalenz das Ergebnis einer Reihe von einzelnen Textäquivalenzen ist, die über Informantenbefragung oder systematische Verschiebeoperationen gesichert werden. Übersetzen bedeutet demnach das Austauschen von Textmaterial in einer Sprache durch gleichwertiges Textmaterial in einer anderen Sprache, wobei der Situationskontext maßgeblich für die Bedeutung ist, da Catford wie Weisgerber, Sapir und Whorf die Sprache als semantisch geschlossenes System versteht, wo Bedeutung ein einzelsprachliches Phänomen ist. Obwohl die Übersetzung auf der Ebene der *parole* verstanden wird, ist der Kommunikationszusammenhang in seinem Modell ausgeklammert, womit der Bezug auf die erste Phase der Textlinguistik deutlich wird.

Theoretisch distanziert sich Catford zwar von den Transfer- und „code-switching"-Theorien, die die Übersetzung als reine „Umschlüsselung"

---

[27] In dem Sinne definiert er: „In *translation*, there is substitution of TL meanings for SL meanings: not transference of TL meanings into SL. In transference there is an implantation of SL meanings into the TL text. These two processes must be clearly differentiated in any theory of translation" (Catford 1965: 35).

verstanden haben, sein Modell ist trotz allem jedoch noch geprägt von einer sprachsystematischen Orientierung, wie seine „translation rules" deutlich machen, die eindeutig auf eine linguistisch-sprachenpaarbezogene Theorie zurückweisen, zumal diese Übersetzungsregeln Übersetzungsäquivalente ermitteln sollen, die „kontextfrei für verschiedene Ebenen der Grammatik" (Stolze 1994: 73) festgelegt werden. Ein innerer Widerspruch ist kaum zu leugnen, denn auf der einen Seite betont Catford die Situationsabhängigkeit der Äquivalenzbeziehungen, und auf der anderen Seite formuliert er genaue Regeln („translation shifts") im Stile der *Stylistique comparée*, die einem Übersetzer zeigen sollen, wie er „ausgangssprachliche in zielsprachliche Grammatikstrukturen umwandeln kann" (ibid.: 73). Catfords Theoriegebilde signalisiert den Übergang von der sprachenpaarbezogenen zur textlinguistischen Übersetzungswissenschaft, indem er den Text in seinem konkreten Kontext ins Zentrum seiner theoretischen Überlegungen stellt. Es gelingt ihm allerdings nicht, sich völlig von der sprachzentrierten Perspektive zu lösen und seine „Überlegungen verharren beim Einzelwort und Satz als der Basiseinheit auf der parole-Ebene" (ibid.: 74). Indes gelingt es ihm letztlich nicht, was er theoretisch als Anspruch formuliert hat, nämlich über Wörter, Syntagmen und Sätze hinaus einen Blick auf die Übersetzungseinheit „Text" als übergreifende Einheit zu werfen.

3.4.2 Die Bibelübersetzer

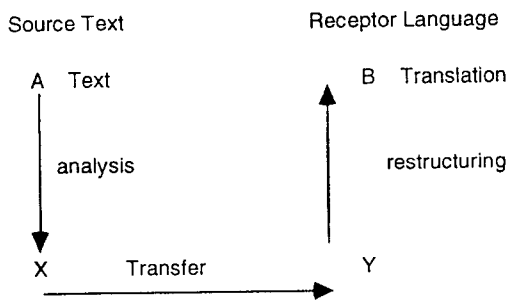
Einen entscheidenden Impuls gewinnt der textbezogene, kommunikationswissenschaftliche Ansatz von Eugene A. Nida, der im Auftrag der United Bible Societies in New York in seinem zunächst kaum

beachteten Werk *Toward a Science of Translation* (1964) den Übersetzungsprozeß vor dem Hintergrund der language-and-culture-Forschung von B.L. Whorf und der anthropologisch orientierten Linguistik, der allgemeinen Semantik, der logistischen Sprachanalyse eines B. Russel und L. Wittgenstein, der Sprachpsychologie und kulturbezogenen Philologie wissenschaftlich zu beschreiben versucht. Aus seiner Erfahrung mit Bibeltexten entwickelt er ein Modell, das die Übersetzungsmethode dem Text, in diesem Fall der Bibel, anpaßt. In den bisher vorgestellten Ansätzen ging es meist um solche Textsorten, in denen die „Wirkung" eine Nebenrolle spielte, und wie schon gesagt (vgl. hier Kap. 3.3.1), überwiegend Gebrauchstexte untersucht wurden. Den Bibelübersetzern stellte sich im Gegensatz dazu das Problem, eine bestimmte Nachricht in einem neuen kulturellen Kontext zu vermitteln, während sie im Humboldtschen Sinne davon ausgingen, daß die Sprache an ein bestimmtes Weltbild gekoppelt ist, oder anders, daß die Sprache ein bestimmtes Weltbild prägt bzw. die Sprache davon geprägt ist. So wurde primär die Reproduktion der Nachricht zum wichtigsten Ziel der Übersetzung erklärt: „Translating must aim primarily at 'reproducing the message'. To do anything else is essentially false to one's task as a translator" (Nida / Taber 1969: 12). Folgerichtig kommt man dann zu dem Schluß, daß eine Übersetzung erst als solche gelten mag, wenn sie zielsprachlich korrekt die Nachricht einem Zielspracherezeptor vermittelt, in anderen Worten, wenn die Übersetzung nicht nach Übersetzung klingt - „The best translation does not sound like a translation. (...) A conscientious translator will want the closest natural

equivalent" (Nida / Taber 1969: 13). Dieses Prinzip des „closest natural equivalent", das dem an anderer Stelle formulierten Prinzip der „dynamischen Äquivalenz" vorausgeht (Nida 1964: 139), bedeutet grob gesehen das lutherische Verdeutschen, da es auf dem Prinzip der äquivalenten Wirkung beruht. Dieses Prinzip wird dem der „formalen Äquivalenz" (im Extremfall die wortwörtliche Übersetzung) gegenüberstellt, das die verfremdende Methode Schleiermachers evoziert, indem es auf die äquivalente Wiedergabe von Form und Inhalt abzielt. Dieser Äquivalenzbegriff der dynamischen Äquivalenz ist so stark empfängerbezogen, daß Nida die Bezeichnung „Zielsprache" (target language) durch „Rezeptorsprache" (receptor language) ersetzt. Man sollte indes hierbei nicht vergessen, daß es einen Unterschied in der Bedeutung zwischen dem dt. 'Äquivalenz' und dem engl. 'equivalence' gibt, worauf schon Snell-Hornby (1988: 21) hinweist. Während im Englischen 'equivalence' approximativ verstanden wird z. B. „translation is a valid representative of the original in the communicative act" (Beaugrande, nach Snell-Hornby 1988: 21), versteht man im Deutschen unter 'Äquivalenz' eine je nach Ausrichtung eng definierte Bedeutungsbeziehung, die wissenschaftlich nachvollziehbar sein soll. Nida meint mit dem Äquivalenzbegriff nicht eine zu erreichende Bedeutungsgleichheit, sondern er bezeichnet damit „eine Übersetzungsprozedur" (Stolze 1994: 93). „Formal equivalence focuses attention on the message itself, in both form and content. In such a translation one is concerned with such correspondences as poetry to poetry, sentence to sentence, and concept to concept. Viewed from this formal orientation, one is concerned that the message in the receptor language should match as closely as possible the different

elements in the source language. (...) A translation of dynamic equivalence aims at complete naturalness of expression, and tries to relate the receptor to modes of behavior relevant within the context of his own culture; it does not insist that he understands the cultural patterns of the source-language context in order to comprehend the message" (Nida 1964: 159). Zweifelsohne wird durch die vorgeschlagene Übersetzungsprozedur das bisher „heilige Original" zugunsten einer gesicherten Botschaft entthront. Betont werden muß aber, daß bei Nida die Übersetzungsentscheidungen auf dem Ausgangstext gründen, wie Reiß (1990) es im Widerspruch zu Vermeer (1978) verlangt, für den der Ausgangstext nur Mittel zu einem neuen Text ist. Nida entwickelt auf dieser Basis ein System von Prioritäten, die das Übersetzen „sowohl vom Aspekt der sprachlichen Formen her, als auch unter Einbezug der Reaktion der Empfänger und der Situation der Übermittlung betrachtet" (Stolze 1994: 81). Die dritte Priorität „the aural (heard) form of language has priority over the written form" (Nida / Taber: 14) verdeutlicht die sehr auf die Bibelübersetzung bezogene Theoriebildung. Es ist unnötig darauf hinzuweisen, daß diese Priorität sich auf viele andere Textsorten nicht anwenden läßt. Nidas Ansatz ist deshalb eine textsortenspezifische Übersetzungstheorie, die eine spezifische Übersetzungsmethode entwickelt, die sich ausschließlich auf Übersetzungsbeispiele dieser Textsorte, hier: biblische Texte, stützt. Nidas Ansatz ist für eine textlinguistisch orientierte Übersetzungswissenschaft deshalb relevant gewesen, da er durch seine Studien zu erkennen gegeben hat, daß verschiedene Textsorten nicht nur verschiedene übersetzungsmethodische Ansätze, sondern auch verschiedene Äquivalenzmaßstäbe erfordern.

Anders als Wilss, der Koschmieders Zwei-Schritt-Modell vertritt, legt Nida seiner Methode ein Drei-Schritt-Modell zugrunde:



Nida/Taber (1982: 33)

Bei der Ausgangstextanalyse, dem ersten Schritt, werden die Oberflächenstrukturen bezüglich ihrer grammatischen und semantischen Strukturen untersucht. Der zweite Schritt beinhaltet den Transfer, in dem das analysierte Material vom Übersetzer von der Ausgangssprache in die Zielsprache transferiert wird, um im dritten Schritt umstrukturiert zu werden, d.h. das transferierte Material wird der Zielsprache so angepaßt, daß die Botschaft in einem für den Zielspracherezeptor akzeptierbaren Text vermittelt wird.[28]

Welche Rolle innerhalb der Ausgangstextanalyse die Analyse der Sprachstrukturen noch einnimmt, zeigt der Umstand, daß der „grammatischen Analyse" ein ganzes Kapitel gewidmet ist (vgl. Nida / Taber 1969: 33-55). Daneben wird der semantischen Analyse („referential

[28] Nida / Taber formulieren es so: „(1) analysis, in which the surface structure (i.e., the message as given in a language A) is analyzed in terms of (a) the grammatical relationships and (b) the meanings of the words and combinations of words, (2) transfer, in which the analyzed material is transferred in the mind of the translator from language A to language B,

meaning" und „connotative meaning") das Hauptinteresse entgegengebracht (vgl. ibid.: 56-98). In der dritten Phase wird dann der textfunktionalistische Ansatz eindeutig, wo die Wirkung der stilistischen Elemente vorrangig behandelt wird. Es ist überhaupt hervorzuheben, daß Nida / Taber eine besondere stilistische Schulung ¨für die Übersetzer verlangen, damit sie lernen, alle Möglichkeiten der Sprache auszuschöpfen, um andere möglichst effizient anzusprechen: „ (...) we are concerned that people learn something about the total resources of a language and discover those features of their own language which influence people favorably or unfavorably" (ibid.: 161).[29]

Aus diesem Gedanken heraus entwickelt sich auch die besonders von den Übersetzungslinguisten vorgetragene Kritik, daß die hier vertretene Äquivalenzauffassung zu frei definiert ist und „die Bestimmungsfaktoren im Empfängerbereich [ ] so vielfältig und so heterogen [sind], daß eine Festlegung von regelhaften Beziehungen kaum mehr möglich erscheint" (Koller 1987).[30] Ein weiterer Kritikpunkt an diesem Modell ist der aus der „Manipulation School" kommende Vorwurf, daß Nidas Äquivalenzkonzept

---

and (3) restructuring, in which the transferred material is restructured in order to make the final message fully acceptable in the receptor language" (1969: 33).

[29] Dieser Aspekt macht Nida /Taber zu den Vorreitern der sogenannten „Funktionalen Translationstheorie", die die Übersetzung als Sondersorte des kommunikativen Handelns verstand, die kulturspezifisch ist. Besonders deutliche Gemeinsamkeiten können zur Skopostheorie von Vermeer (1982) ausgemacht werden, in der das Translat ein „Informationsangebot" in einer Zielkultur anbietet, das es aus einem Informationsangebot einer Ausgangskultur übernommen hat. Entscheidender Unterschied ist, daß im Gegensatz zu diesen Modellen bei Nida / Taber dem Ausgangstext als konstitutivem Element des Zieltextes mehr Bedeutung beigemessen wird.

[30] Auch Wilss (1977a) äußert sich kritisch zu all den Modellen, die nicht auf rein linguistischen Operationen funktionieren, da diese die am Übersetzungsprozeß beteiligten Variablen in „einer exhaustiven wissenschaftlichen Darstellung nur schwer" (ibid.: 76) erschließen können. Trotzdem akzeptiert er das Ziel der Übersetzung als „die Herstellung von Kommunikation zwischen Angehörigen verschiedener Sprachgemeinschaften", was „die

das Überlagern dominanter Kulturen über Satelliten-Kulturen fördert und die ethnozentrische Gewalt dieser dominierenden Kulturen ausbaut (Venuti 1995: 21ff).

Wie auch immer ist Nidas Ansatz von vielen als die erste übersetzungswissenschaftliche Abhandlung angesehen worden, ein Versuch, das Übersetzen von Texten wissenschaftlich zu beschreiben, indem man von einer vollständigen Ausgangstextanalyse ausgehend die Botschaft des Textes als Ganzes erfaßt. Gleichzeitig schärft dieser Ansatz den Blick auf extratextuelle Merkmale eines Textes wie z. B. den kulturellen Kontext und die damit verbundene Zeitgebundenheit einer Übersetzung, die die Verabsolutierung der sprachlichen Fragen der sprachenpaarbezogenen linguistischen Schulen in Frage stellt. Allerdings löst auch Nida sich in seinen beiden Hauptwerken nicht völlig von Methoden der linguistischen Theorien und beschäftigt sich hauptsächlich mit Inhalts- und Wirkungsäquivalenten auf syntaktischer Ebene.[31]

3.4.3 Übersetzen als Textverarbeitung

Einige von den in ihren Anfängen sprachenpaarorientierten Übersetzungstheoretikern machten Ende der 70er in Deutschland die Entwicklung der strukturalistischen Linguistik zur Textlinguistik mit und

---

Einbettung der Übersetzungswissenschaft in ein kommunikationwissenschaftliches Paradigma erklärt" (ibid.: 76) und rechtfertigt.

[31] Später distanziert sich Nida von dieser Methode: „We are no longer limited to the idea that meaning is centered in words or even grammatical distinctions. Everything in language, from sound symbolism to complex rhetorical structures, carries meaning" (Nida 1985: 119).

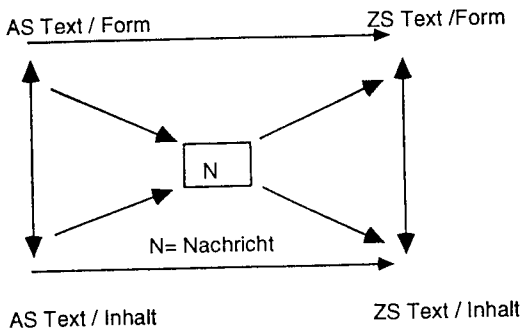
veränderten ihr zwar noch sehr sprachenbezogenes Modell gemäß der ersten Phase der Textlinguistik und setzen sich dabei mit Nidas Modell auseinander.

Wilss (1977a), der die Übersetzungswissenschaft noch in dieser Phase als „Teilgebiet des synchrondeskriptiven Sprachvergleichs" (ibid.: 69) betrachtet und sich dabei gleichsam wie Catford u.a. auf Halliday beruft,[32] räumt jedoch ein, daß die Übersetzungswissenschaft im Gegensatz zur Kontrastiven Linguistik und dem plurilingualen Sprachvergleich wegen ihrer ausgeprägten Textbezogenheit nicht zur Systemliguistik zu zählen ist. So definiert Wilss: „Übersetzen ist ein Textverarbeitungs- und Textreverbalisierungsprozeß, der von einem ausgangssprachlichen Text zu einem möglichst äquivalenten zielsprachlichen Text hinüberführt und das inhaltliche und stilistische Verständnis der Textvorlage voraussetzt" (ibid.: 72). Wie Nida hebt Wilss die Bedeutung einer Ausgangstextanalyse mit besonderer Gewichtung auf semantischen und stilistischen Eigenheiten hervor und übernimmt die Forderung Nidas nach dem „closest natural equivalent": „Ausgangspunkt aller übersetzungswissenschaftlichen Überlegungen ist letztlich die Tatsache, daß das Ziel interlingualer Textintegration nicht nur semantischer, sondern auch stilistischer Art ist" (ibid.: 82).

---

[32] „The theory and method of comparing the working of different languages is known either as 'Comparative Discriptive Linguistics' or as 'Contrastive Linguistics'. Since translation can be regarded as a special case of this kind of comparison, comparative discriptive linguistics includes the theory of translation" (Halliday et al. 1965: 112).

Wilss' Vorschlag unterscheidet sich jedoch von Nidas Ansatz in der modellhaften Darstellung des Übersetzungsprozesses, den Wilss als Zwei-Schritt-Schema im Gegensatz zu Nidas Drei-Schritt-Schema verstanden haben will, weil „es die Tätigkeit des Übersetzers wirklichkeitsnäher abbildet" (ibid.: 96). So verbessert er Nidas Modell dadurch, daß er den inhaltlichen und stilistischen Wechselbezug in einem Zwei-Schritt-Schema sichtbarer macht:



Ausdrücklich betont Wilss an dieser Stelle, daß mit diesem Modell „eine übersetzungstheoretische Zielvorstellung formuliert [ist], die vom qualitativen Gleichgewicht zwischen ausgangs- und zielsprachlichem Text ausgeht" (ibid.: 97). Zwar übernimmt Wilss die neuen Erkenntnisse der Textlinguistik für seine Übersetzungstheorie, doch bleibt sein normativer, kontrastiver Ansatz, der immer noch auf eine Übersetzungsgrammatik ausgerichtet ist, weiter bestehen, wenn er verlangt, daß eine textlinguistisch orientierte Übersetzungswissenschaft unter Berücksichtigung transferspezifischer Fragestellungen „ein Forschungsprogramm entwickeln muß, dessen erster Durchgang darin besteht, eine Anzahl von Texten übersetzungsrelevanter

Textsorten mit identischer Textfunktion unter vergleichendem Gesichtspunkt zu untersuchen und daraus Strukturgesetzmäßigkeiten auf syntaktischer, semantischer und pragmatischer Ebene abzuleiten. Dabei empfiehlt es sich zunächst aus methodischen Gründen, Texte paarweise miteinander zu vergleichen und die jeweils gewonnen Ergebnisse auf ihre Verallgemeinerungsfähigkeit hin zu überprüfen" (ibid.: 146). Es geht hier also um „textsortenspezifische Transferregularitäten" (ibid.: 147), bei denen „individualstilistische Gesichtspunkte beim interlingualen Transfer zweitrangig sind und wo konnotative Textelemente eine untergeordnete Rolle spielen oder gar nicht zum Tragen kommen" (ibid.). Ausdrücklich werden literarische Texte oder, allgemeiner ausgedrückt, fiktive Texte ausgeklammert, da sie Regularitäten, d.h. normative Äquivalenzforderungen nicht zulassen. So haben seiner Meinung nach Fachtexte den Vorteil, daß bei ihnen das „Prinzip der Mehrfachübersetzbarkeit eines und desselben Textsegments [...] auf lexikalischer Ebene" (ibid.: 148) nicht möglich ist.[33]

Vorsichtiger formuliert es Koller (1997), bei dem jedoch vergleichbar mit Wilss die normative Äquivalenzauffassung vorherrscht: „Eine Übersetzung ist das *Resultat einer sprach-textuellen Operation*, die von einem AS-Text zu einem ZS-Text führt, wobei zwischen ZS-Text und AS-Text eine *Übersetzungs- (oder Äquivalenz-)relation* hergestellt wird" (ibid.:16). Übersetzen definiert er als einen „sprachlich-textuellen Prozeß, bei dem AS-Ausdrücken (Lexemen, Syntagmen, Sätzen) ZS-Ausdrücke zugeordnet werden. Die linguistische Übersetzungswissenschaft beschreibt die

---

[33] Diese Perspektive wird später von Wilss (1988) selbst relativiert, als er im Zuge der Psycholinguistik sich mit der Rolle des Übersetzers im Übersetzungsprozeß auseinander-

potentiellen Zuordnungsvarianten (Äquivalente) und gibt die Faktoren und Kriterien an, die die Wahl von aktuellen Entsprechungen bestimmen" (ibid.: 125). Nicht zu übersehen ist an dieser Stelle die AT-zentrierte Perspektive, die im Gegensatz zu Nida steht. Da Übersetzen als Textreproduktion verstanden wird, ist konsequenterweise die Äquivalenzforderung sehr viel enger definiert als vergleichsweise bei Nida, und daher sind Textbearbeitungen, Umformulierungen, adressatenspezifische Anpassungen, die Nida ausdrücklich verlangt, bei Koller (wie auch bei Wilss) nicht annehmbar.[34] Vielmehr wird aufgrund einer „Hierarchie der in der Übersetzung zu erhaltenden Werte" eine „Hierarchie der Äquivalenzforderungen bezüglich des betreffenden Textes bzw. des betreffenden Textsegments" (ibid.: 266) aufgestellt, die, anders als bei Nida, die Kompensation eines Wertes an anderer Stelle ausdrücklich ablehnt (vgl. ibid.: 263).

Wilss' wie auch Kollers Ansatz sind also, wie gesehen, in ihrem normativen und hauptsächlich retrospektiven, deskriptiven Charakter Weiterentwicklungen der sprachenpaartheoretischen Entwürfe, die unter Berücksichtigung der textuellen und kontextuellen Bezüge Übersetzungen auf ihre Äquivalenzbeziehungen hin untersuchen, wobei Wilss hinsichtlich seines Übersetzungsprojektes im Bereich der maschinenunterstützten Übersetzung seinen Akzent auf die Regularitäten setzt, die eine

---

setzt, und die mentalen Prozesse in seiner Theorieauffassung an Bedeutung gewinnen (vgl. hierzu Kapitel 3.5.3).

[34] Koller entwickelt auf Kades (1968) „potentiellen Äquivalenten" bestimmte Übersetzungsverfahren und unterscheidet dabei verschiedene Äquivalenzarten: a) die denotative Äquivalenz, b) die konnotative Äquivalenz, c) die textnormative Äquivalenz, d) die pragmatische Äquivalenz und e) die formal-ästhetische Äquivalenz (vgl. Koller 1997: 241ff).

Operationalisierung der eingegangenen Daten im Sinne einer möglichen Automatisierung des Übersetzungsvorgangs möglich machen sollen.

3.4.4 Die Übersetzung im Zeichen der Texttypologien

Die in diesem Kapitel vorzustellenden Modelle bedeuten einen weiteren Schritt in der Anwendung von textlinguistischen Verfahrensweisen in der Übersetzungswissenschaft. Sie gehören in die zweite Phase der o. g. Entwicklung. Die Konzentration auf die Texte führte dazu, daß man immer stärker die Notwendigkeit verspürte, die kommunikative Interrelation zwischen Ausgangstext, Texttyp, Übersetzer und Rezeptor des Zieltextes zu erklären. Bedeutsam für diese Entwicklung war ein in der Praxis zunehmender textypologischer Diversifikationsprozeß, der sich theoretisch in den übersetzungsrelevanten Texttypologien spiegelte und der die Idee einer globalen, umfassenden Theorie zugunsten einer Anzahl von texttypenorientierten Übersetzungstheorien ersetzte. Während Catford (1965), Nida (1964), Nida / Taber (1969), Wilss (1977a) und Koller (1987; 1997) die Ausgangstextanalyse in die Überlegungen mit einbeziehen und den Versuch starten, über Wörter und Sätze als Übersetzungseinheiten hinauszugehen, werden nun die verschiedenen Textsorten methodisch und systematisch voneinander unterschieden, und es werden ihnen verschiedene Übersetzungsverfahren zugeordnet, da sie auf unterschiedliche Weise ihre Textkohärenz entwickeln.

Reiß (1971; 1976) hat mit ihrer Texttypologie für alle Texttypen das systematisch und umfassend darzustellen versucht, was vorher andere Autoren im Ansatz schon versucht hatten:

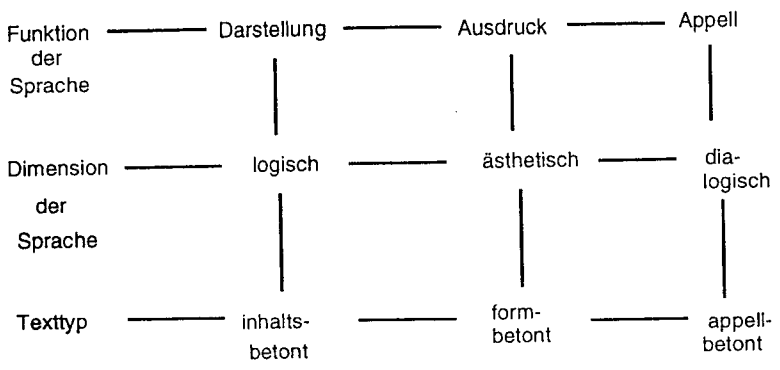
- Fedorov (1953) mit seiner Unterscheidung zwischen informativ-dokumentarischen, politisch-rhetorischen und künstlerischen Texttypen;
- Jumpelt (1961) mit einerseits ästhetischen, subjektbezogenen Texten und andererseits pragmatischen, sachbezogenen Texten;
- Nida (1964) mit primär referentiellen und primär emotiven Texten;
- Mounin (1965: 1967) mit seiner Unterscheidung zwischen religiösen, literarischen, lyrischen, technischen Texten, Synchronisationstexten, Kinderbüchern und Theaterstücken;
- Neubert (1968) mit seinen ausschließlich ausgangssprachlich, primär ausgangssprachlich, ausgangs- und zielsprachlich und primär oder ausschließlich zielsprachlich gerichteten Texten, und
- Irmen (1971) mit seinen kontemplativen, senderorientierten und aktionalen, empfängerorientierten Texten;
- Kloepfer (1967), Levy (1969), Meschonnic (1973), de Beaugrande (1978), Holmes et al. (1978), Rose (1981) mit ihrer ausschließlich für literarische Texte geltenden Beschreibung.

In einem Werk, in dem es der Autorin um ein Modell für eine objektive Bewertung von Übersetzungen geht, ist es ihr erklärtes Ziel „ein sowohl trag- als auch ausbaufähiges methodologisches Modell vorzulegen, dessen

Rahmen soweit gespannt ist, daß alle Textarten von ihm erfaßt werden und alle Phänomene des Übersetzens eingeordnet werden können, das aber andererseits nur so weit spezialisiert ist und ins Detail geht, daß es als Modell hinreichend praktikabel bleibt." Reiß (1971: 8). Sie stützt sich dabei auf Bühlers Organon-Modell und differenziert drei Grundtexttypen: „der Darstellungsfunktion der Sprache gemäß - *inhaltsbetonte Texte*; der Ausdrucksfunktion der Sprache entsprechend - *formbetonte* Texte; und der Appellfunktion zufolge - *appellbetonte* Texte" (ibid.: 32).[35] Als Sondersorte wird der audio-mediale Text verstanden, zu dem „alle jene Texte [gehören], die als gesprochenes Wort eines außersprachlichen Mediums bedürfen, um zum Hörer zu gelangen" (ibid.: 49). Bei Reiß (1971) besteht der Übersetzungsprozeß zwar auch noch aus einem „Aufspüren potentieller Äquivalenzen" (ibid.: 56), doch ist die Auswahl der optimalen Äquivalenz kontextabhängig, d.h. abhängig von sprachlichen wie auch außersprachlichen Situationskontexten. Demnach gibt ein Text auf der einen Seite Instruktionen semantischer, lexikalischer, stilistischer und grammatischer Art auf, die das zentrale Problem des Übersetzens sind (vgl. ibid.: 68), und auf der anderen Seite spielen außersprachliche

---

35 Das dieser Unterscheidung unterliegende Beziehungsnetz zwischen Sprachfunktion, Sprachdimension und Texttyp gestaltet Reiß wie folgt:



Determinanten, wie der engere Situations-, der Sach-, der Zeit-, der Orts-, der Sprecher - Empfängerbezug, die affektiven Implikationen u.a. eine entscheidende Rolle für das richtige Verständnis des Textes (vgl. ibid.: 55-88).

Reiß setzt sprachliche und pragmatische Kriterien an und weist ausdrücklich darauf hin, daß außer diesen funktionalen Aspekten auch personale Faktoren wie z. B. die Persönlichkeit des Übersetzers in den Übersetzungsprozeß mit einfließen.

Ist diese Untersuchung (1971) als übersetzungskritischer Ansatz noch ausschließlich retrospektiv orientiert, verändert Reiß in einer weiterführenden Abhandlung (1976) die Blickrichtung - es werden den verschiedenen Texttypen[36] konkrete Textsorten zugeordnet, wobei der Texttyp prospektiv[37] darüber entscheidet, welche Übersetzungsmethode

---

36 Aufgrund der Mischformen wird der Ausdruck „Textsorte" in der Linguistik bewußt vage gehalten und bezeichnet jede Erscheinungsform von Texten, die durch die Beschreibung bestimmter, nicht für alle Texte zutreffender Eigenschaften charakterisiert werden kann, während „Texttyp" eine theoretische Bezeichnung ist für Texte, die im Rahmen einer spezifischen Texttypologie beschrieben und definiert sind (vgl. hierzu Isenberg 1978; Gülich 1986).

37 Ausschließlich retrospektiv ist dagegen Kollers (1992) Vorschlag „übersetzungsrelevanter Textgattungen". In der Tradition der Transfertheorien (vgl. 3.3.1) steht Kollers Unterscheidung der „zwei Haupttextkategorien Fiktiv- und Sachtexte" (ibid.: 272ff), die auf der unterschiedlichen Erwartungshaltung des Lesers gegründet ist. Während die Fiktivtexte vor allem literarische Texte sind, werden die Sachtexte in drei Kategorien aufgeteilt: a) Sachtexte allgemeinsprachlichen Charakters (Gebrauchstexte); b) Sachtexte allgemein- und fachsprachlichen Charakters (z. B. populärwissenschaftliche Texte); Sachtexte fachsprachlichen Charakters (z. B. wissenschaftlich - technische Fachliteratur).
Vier Kriterien bestimmen die Unterschiede zwischen den Texten: a) Soziale Sanktion bzw. praktische Folgen; b) Fiktionalität; c) Ästhetizität; d) Intralinguistische, soziokulturelle und intertextuelle Bedeutungen.
Koller unterstreicht ausdrücklich, daß sich „die Übersetzungswissenschaft überhaupt hüten sollte, Anweisungen für die Praxis zu formulieren. Als empirische Wissenschaft sollte sie vielmehr die angewendeten Verfahren, ihre Funktionen, ihr Vorkommen und quantitative Verteilung in verschiedenen Textsorten, ausgehend von konkreten Übersetzungsfällen beschreiben" (ibid.: 271).

anzuwenden ist.[38] Reiß' Modell ist so gesehen sicherlich „mit eher normativem als deskriptivem Einschlag" zu verstehen, wie Wilss (1977: 141) es formuliert. So verlangt sie für expressive Texte z. B., in denen die künstlerische Aussage die Textfunktion ausmacht, einen Äquivalenzmaßstab, der die Analogie der künstlerischen Gestaltung gewährt, da das Kennzeichen des künstlerischen Textes die Senderorientiertheit ist. Der Übersetzer muß dementsprechend autorgerecht übersetzen, um eine Wirkung beim Sender zu ermöglichen, die den Individualstil des Autors wiedergibt (vgl. Reiß ^{2}1983: 20). Katharina Reiß führt diese pragmatische Perspektive später zusammen mit Vermeer (1984) weiter, wo der Zweck der Übersetzung letztlich den Übersetzungsprozeß bzw. -methode bedingt (vgl. Kap. 3.5.1.2).

---

[38] Die (1971) vorgeschlagenen Texttypbezeichnungen erfahren (1976) eine Änderung, die jedoch keine definitorischen Konsequenzen signalisieren:
a) Informativer Texttyp (inhaltsbetont): Bericht, Aufsatz, Urkunde, Gebrauchsanweisung, Kommentar, Sachbuch...
b) Expressiver Texttyp (formbetont): Roman, Novelle, Lyrik, Lehrgedicht, Schauspiel, Komödie, Biographie...
c) Operativer Texttyp (appellbetont): Predigt, Propaganda, Reklame, Satire...
Vergleichsweise geht Newmark (1988) vor, der ebenfalls vom Bühlerschen Modell ausgehend, drei Grundtypen aufstellt: a) die formbetonten, „expressiven" (*expressive*) Texte wie Gedichte, Romane, Reden, Essays usw.; b) die inhaltsbetonten, „informativen" (*informative*) Texte, die seiner Meinung nach die Mehrheit der zu übersetzenden Texte ausmachen, meist schlecht geschrieben seien und deswegen eine Korrektur nicht nur zulassen, sondern sogar verlangen; c) die empfängerorientierten, „vokativen" (vocative) Texte, die hauptsächlich aus Werbetexten, Anleitungen und Billigromanen bestehen (vgl. ibid.: 39ff). Jedoch meint Newmark, anders als Reiß (1976), die von einer kommunikativen Äquivalenz spricht, daß angesichts der Tatsache, daß die drei Grundtexttypen sowohl kommunikativ als auch semantisch übersetzt werden müßten, die meisten „vokativen" und „informativen" Texte zu wörtlich und die „expressiven" Texte zu frei übersetzt würden (vgl. ibid.: 50).

3.4.5 Die komparatistische Schule

Während die linguistischen Übersetzungstheorien dem Ausgangstext ein großes Gewicht in der Betrachtung des Übersetzungsprozesses beimessen, setzte sich besonders in den 80er Jahren eine entgegengesetzte Strömung durch, die in ihrer Entwicklung hauptsächlich von der Literaturwissenschaft geprägt ist. Die Wissenschaftler der „Translation Studies" oder auch *vertaalwetenschap*, die anfänglich die Übersetzung als Subdisziplin der Komparatistik verstanden haben[39], wenden sich vom Ausgangstext ab, um sich dem Zieltext zu widmen. Gleichzeitig erlebt in der Literaturwissenschaft die Rezeptionstheorie und -ästhetik ihren Durchbruch. Diese deskriptive Übersetzungswissenschaft beschäftigt sich mit der Aufnahme der Übersetzung durch seine Leser bzw. seinen zielkulturellen Kontext zu einem bestimmten historischen Zeitpunkt. Folgerichtig wird die Übersetzung als rezeptive Produktion angesehen, bei der der Übersetzer als Leser/Übersetzer mitbestimmende Teilinstanz der literarischen Semiose ist.

In Anlehnung an die russischen Formalisten (besonders Tynjanov) und Prager Strukturalisten (z. B. Mukarovsky) wird der Gehalt eines Kunstwerks aus dem Verhältnis Autor-Werk-Leser bzw. Sender-Botschaft-Empfänger bestimmt, wobei das Werk als unselbständiges Zeichen bzw. Informationsträger zu betrachten ist, das als Medium der Übertragung von

---

[39] Bassnett (1991) stellt fest, daß sich die „Translation Studies" in den 80er Jahren zu einer eigenständigen Disziplin entwickelt haben, innerhalb derer die Komparatistik ein Forschungszweig u.a. ist: „Indeed, there are now so many people working in the field of Translation Studies that some of the old assumptions about the marginality of this work have been radically challenged, principle among which is the notion that the study of translation can be relegated to a sub-category of Comparative Literature. The current perspective reverses that assessment and proposes instead that comparative literature be considered a branch of the much wider discipline that is Translation Studies" (ibid.: XI).

vorausgesetzten Bedeutungen funktioniert und umgekehrt selbst als Mittel der Übernahme von bestimmten Gehalten dienen kann, die ihm vom Empfänger entgegengebracht werden. „Diese Verwandlung von Kunstwerken in Objekte, die eine Relation von Gesichtspunkten enthalten, die je nach Blickpunkt vom Betrachter als Bedeutung aktualisiert werden können" (Nemec / Solms 1979 : 200), bildet die Basis für die für die „Translation Studies" grundlegende Definition von Itamar Even-Zohar (1978) der Literatur als Polysystem. Darunter verstehen die Forscher der Tel Aviver Schule um Even-Zohar wie Gideon Toury und Shelley Yahalom eine Theorie als Rahmen für die Behandlung der Übersetzung als kulturell-semiotisches Phänomen (vgl. Toury 1992), das in Anlehnung an Heidegger und Gadamer mit der Geschichte verbunden ist und aus der Geschichtlichkeit ein Prinzip erhebt.[40] Die Annahme einer dynamischen, sich verändernden Bewegung in der Literatur und des heterogenen Charakters des Kunstwerks widersetzt sich bewußt dem begrenzenden Normverständnis der klassischen Systembegriffe. Es zielt auf ein Verständnis von System als ein hierarchisch strukturiertes Netzwerk von ko-existierenden, rivalisierenden und sich widerstrebenden Systemen, die im Zusammenspiel den Kampf um den Leser zwischen Innovation, über primäre Texte, und Tradition, über sekundäre Texte, austragen. Dabei wird in Ziel- und Ausgangsliteratur ein historisch jeweils dominantes, zentrales

---

[40] Für Toury bedeutet „System" gleichzeitig „Geschichtlichkeit", da das eine Voraussetzung für das andere ist, und deshalb hält er die Fragestellung eines Symposiums in Göttingen *Geschichte und System in der literarischen Übersetzung* als grundsätzlich falsch (vgl. Toury 1992: 47) und weist dabei gleichzeitig auf eine der Hauptschwierigkeiten dieser Übersetzungstheorie insgesamt hin, nämlich wie de Geest (1992) es formuliert: „the appealing simplicity and the flexibility of the concepts used have unfortunately contributed to what could be called a 'common sense' approach, whereby the original, technical concepts have often been applied in a less technical, rather loose manner (ibid.: 33).

oder hegemoniales System von einem oder mehreren peripheren Systemen unterschieden, und es wird untersucht, inwiefern periphere oder neu von außen eingeführte Elemente nun ihrerseits das Zentrum bilden, bis auch sie im Rahmen der literarischen Evolution ersetzt werden. Es geht auch darum Even-Zohars Annahme zu überprüfen, daß Randkulturen dazu tendieren mehr zu übersetzen als zentrale, einflußreiche Kulturkreise. Natürliche Konsequenz dieses Ausgangspunktes ist sicherlich eine viel kritisierte, begrenzende Konzentration auf die Zielkultur. Es geht also um die Fragen, welche Rolle eine Übersetzung oder eine bestimmte Menge von Übersetzungen in der Zielkultur übernehmen oder übernommen haben, welche Tendenzen dadurch verstärkt oder verdrängt werden oder worden sind, welche sprachlichen Muster geschaffen, nachgeahmt, vermieden werden oder worden sind.

Aus dieser 'teleologischen' Definition resultiert eine Erweiterung des Übersetzungsbegriffes auch auf Übersetzungsprozeduren, die z. B. die linguistische Übersetzungstheorie nicht mehr als Übersetzung akzeptieren würde. Eine Übersetzung wird nicht mehr in ihren Beziehungen zum Ausgangstext betrachtet, sondern in ihrem spezifischen Stellenwert innerhalb der zielkulturellen Literatur. Am Beispiel des spezifischen Verhaltens des hebräischen Übersetzers von Tom Freuds Adaptation von Ludwig Bechsteins Version des Schlaraffenlandmärchens exemplifiziert Toury (1992) wie die Theorie des Polysystems Übersetzung versteht. Er zeigt, wie der Übersetzer, selbst ein bedeutender Schriftsteller, in der Zielsprache und -kultur den Ausgangstext durch den Filter des fremden Modells einer reimenden Anekdote laufen läßt, um die für die Schlaraffenland-Tradition so charakteristische parataktische, 'formlose'

Struktur zu vermeiden, die für ein hebräisches Leserpublikum nicht akzeptabel gewesen wäre. Die Prinzipien der Anekdote werden der russischen Literatur entlehnt, die dem Zielpublikum sehr viel näher steht und den hebräischen Schriftstellern zu der gegebenen Zeit als Reservoir für lückenfüllende Elemente und Modelle diente. Dieses Übersetzerverhalten soll ein, wenn auch extremes Beispiel dafür sein, daß erstens Übersetzungsentscheidungen bestimmten *patterns* gehorchen und regelbestimmt sind und zweitens, daß die Grundprinzipien, die diese Entscheidungen regulieren, ihren Ursprung in der Zielliteratur haben und das Beziehungsnetz dieser Literatur widerspiegeln.

Dieser breit angelegte Übersetzungsbegriff ist schon an sich Programm, da sich dieser Ansatz ausschließlich mit Fragen der literarischen Übersetzung auseinandersetzt, die die bisher besprochenen Theorien, wenn überhaupt, nur beiläufig behandelten. Darüber hinaus gewinnt die Übersetzung aus dieser Perspektive und als eminent primärer Text in der Zielkultur das Statut innovativer und kreativer Produktion, die als eigenständiger Texttyp integrativer Bestandteil der Zielliteratur wird und nicht mehr als Reproduktion eines „anderen Textes" sekundarisiert wird. Die Übersetzung wird so zum „eigenständigen Akt der Produktion eines literarischen Textes (...), der die von der historischen Kultur des Verstehens und von der Tradition der Interpretationen je und je festgelegte 'Sprache des Originals' dialogisch in der 'Sprache der Übersetzung' beantwortet und aus einer vorgängigen Reifikation befreit" (Poltermann 1988: 37).

Auf diesem Konzept baut das theoretische Konstrukt einer anderen bedeutenden europäischen Schule auf - die sog. niederländische

„Manipulation School" um Theo Hermans, André Lefevere, José Lambert u.a., die ihren Namen von einer 1985 veröffentlichten Anthologie von Aufsätzen mit dem Titel *The Manipulation of Literature. Studies in Literary Translation* bekommen hat. Ausgangspunkt dieser Anthologie ist die von Hermans formulierte These in der Einführung zu diesem Buch: „From the point of view of the target literature, all translation implies a degree of manipulation of the source text for a certain purpose" (1985: 9).[41] Gleich am Anfang wird hier im krassen Gegensatz zu der bis dato hauptsächlich linguistisch ausgerichteten deutschen Übersetzungswissenschaft der Äquivalenzbegriff, der den Ausgangstext zum Maß aller Dinge macht, fallengelassen. Die Veränderung, d.h. die Manipulation, wird nicht nur angenommen, sondern unzweifelhaft vorausgesetzt. Es geht darum, die Art der Manipulation festzustellen und zu deuten. Dabei wird die Linguistik als Analyseinstrument für die literarische Übersetzung von vornherein ausgeschlossen: „Linguistics has undoubtedly benefited our understanding of translation as far as the treatment of unmarked, non-literary texts is concerned. But as it proved too restricted in scope to be of much use to literary studies generally - witness the frantic attempts in recent years to construct a text linguistics - and unable to deal the manifold complexities of literary works, it became obvious that it could not serve as a proper basis for the study of literary translation either" (Hermans 1985: 10). Hieraus wird ersichtlich, daß die „Translation Studies" die deskriptive Analyse gegenüber

---

[41] Bassnett und Lefevere fassen das Programm in der Einführung der Herausgeber zu Venuti (1995) wie folgt zusammen: „Translation is, of course, a rewriting of an original text. All rewritings, whatever their intention, reflect a certain ideology and a poetics and as such manipulate literature to function in a given society in a given way. Rewriting is manipulation, undertaken in the service of power, and in its positive aspect can help in the evolution of a literature and a society".

dem normativen, bewertenden Ansatz verteidigt und Übersetzung in erster Linie als historisches Produkt betrachtet. Grob gesehen werden die Methoden der komparatistischen Literaturbetrachtung übernommen, indem verschiedene Übersetzungen des gleichen Originaltextes beschreibend verglichen werden, oder es wird die Rezeptionsgeschichte einer Übersetzung in der Zielkultur studiert, um festzustellen, welchen Stellenwert und welchen Einfluß die Übersetzung auf die Zielsprachelitteratur hat ausüben können. Daneben werden Vergleiche durchgeführt, die die sprachlichen und rhetorischen Konventionen innerhalb des Ausgangs- und Zieltextes analysieren, es werden Normen der Übersetzungskritik und Übersetzungstheorie innerhalb bestimmter Literatursysteme und -epochen usw. behandelt. Normen interessieren diese literarischen Übersetzungswissenschaftler als kulturbedingte Einschränkungen nur insofern, daß sie die Produktion und Rezeption der Übersetzung unabhängig vom Ausgangstext mitbestimmen und Spuren aufgeben über die intertextuellen Beziehungen zwischen Literaturen[42], in denen es immer wieder um die Frage der Beziehung zwischen den zu einem historischen Zeitpunkt dominanten und peripheren Literaturen geht, und wo die Übersetzung zum Instrument imperialistischer Kulturpolitik wird (vgl. z. B. Mehrez 1992, Jaquemond 1992, Venuti 1995).[43] Der Übersetzung wird in

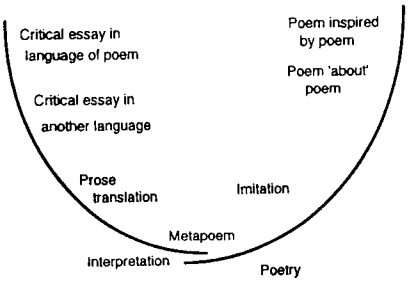
---

[42] Hermans (1985) hierzu: „ (...) an approach to literary translation which is descriptive, target-oriented, functional and systemic; and an interest in the norms and constraints that govern the production and perception of translations; in the relation between translation and other types of text-processing; and in the place and role of translation both within a given literature and in the interaction between literatures" (ibid.: 10f).

[43] Im Klappentext zu Venutis (1995) letzter Abhandlung heißt es: „It shows how fluency prevailed over other translation strategies to shape the canon of foreign literatures in English, and it interrogates the ethnocentric and imperialist cultural consequences of the domestic values that were simultaneously inscribed and masked in foreign texts during this period".

diesem Rahmen als formender Kraft eine zentrale Rolle im problematischen Verhältnis zwischen Ideologie, Veränderung und Machtverhältnisse in der Literatur zugeteilt. Um dies zu untersuchen, wurden mittlerweile schon eine große Anzahl von Fallstudien durchgeführt, die anhand von Übersetzervorwörtern herauszufinden versuchten, inwiefern ihre Kriterien das allgemein akzeptierte Übersetzungskonzept einer bestimmten Gemeinschaft widerspiegelte und worauf dieses Konzept zurückzuführen sei. Besondere Bedeutung maß z. B. Theo Hermans (1985) in einer seiner Studien den Metaphern bei, mit denen die Übersetzer ihre eigene Tätigkeit beschrieben, um Rückschlüsse auf dominante Konzepte zu ziehen.

Ein weiteres Konzept, das in der literarischen Übersetzungswissenschaft zu einer wesentlichen Arbeitshypothese geworden ist, wurde von James S. Holmes 1968 auf dem Breslauer Kongreß vorgestellt. Holmes schlägt den Begriff des „Metagedichts" vor und definiert das Übersetzen als „metatextuelle" Produktion. Die Übersetzung eines Gedichts läge demnach zwischen der reinen Interpretation, in einem Essay z. B., und der Imitation eines Gedichts, wo z. B. ein Gedicht von einem anderen inspiriert worden ist. In folgendem Schema versuchte er die Beziehung modellhaft darzustellen:



Das „Metagedicht" befindet sich also auf dem Schnittpunkt zwischen Interpretation und Nachahmung, und so gesehen gibt der Übersetzer neue Versionen eines gegebenen Texts, die Holmes nicht als ideale, perfekte, definitive Übersetzung, sondern als eine mögliche, zu einer gegebenen Zeit akzeptierbare, individuelle Leseart verstanden haben will (vgl. Holmes 1970).

Popovic (1976b) verstärkt den systemischen Ausgangspunkt dieses Ansatzes, indem er ihn um die Perspektive der Operationalität und Funktionalität erweitert. Während diese Aspekte bei der Polysystem-Theorie als sozio-semiotischer Ansatz nur implizit angedeutet sind, werden Begriffe wie System und Operationalität bei Popovic durch die Verbindung mit dem systemischen und empirischen literaturwissenschaftlichen Ansatz von Siegfried J. Schmidt und der Siegener Gruppe eindeutig, wo Literatur zu einem Sub-System sozialer kommunikativer Interaktion wird. Die Übersetzung ist demnach eine kommunikative Handlung in einem System literarischer Kommunikation, wobei dieses sozial-kommunikative Sub-System sich in vier operationale und funktionale Kategorien aufteilen läßt: a) Produktionsbereich (Ausgangs- Zieltext, Ausgangstext- Zielttextproduzent); b) Vermittlungsbereich (Textverarbeitung des Ausgangstextes, Textverarbeitung des Zieltextes); c) Rezeptionsbereich (Rezeption und / oder Rezeptoren des Ausgangstextes, Rezeption und / oder Rezeptoren des Zieltextes; d) Verarbeitungsbereich (Verarbeitungsbereich des Ausgangstextes, Verarbeitungsbereich des Zieltextes).

Turk (1992) knüpft an dieses Modell an, wenn er von einem Forschungsansatz ausgeht, der keinem „linguistischen, sondern

soziologischen Systembegriff" (S.IX) unterliegt, in dem „nicht das Textsystem der Literatur, sondern das Sozialsystem der literarischen Kommunikation" (S.IX) der Gegenstand ist. „Um die Interaktion in und zwischen den Literaturen (...) zu erfassen", müsse man empirische Verfahren anwenden. Die ausschließliche Konzentration auf hermeneutische bzw. historisch-philologische Betrachtungsweisen bringe nur einen Bruchteil der tatsächlich relevanten Faktoren in den Blick (S.IX).

Das Verhältnis von Norm und System sieht Turk darin, „daß dem System nach immer mehr Realisationen möglich sind, als der Norm nach erlaubt werden. Die Leistung der Norm besteht darin, aus der Fülle des Möglichen, das aus einem System hergeleitet werden kann, eine begrenzte, entscheidbare Auswahl verbindlich zu machen (...) Soziale Systeme sind auf Intendierbarkeit angelegt. Intendierbarkeit bzw. Intendiertheit ist dann lediglich eine andere Umschreibung für das, was Luhmann, anknüpfend an Weber und Husserl, 'sinnkonstituierend' bzw. 'sinnkonstituiert' nennt. Soziale Systeme sind in der kleinsten Einheit stabilisierte Erwartungshaltungen, wobei die Stabilisierung der Möglichkeit antizipierter Nicht-Entsprechungen Rechnung trägt, deren Register keineswegs von vornherein festgelegt ist. Diese Offenheit sozialer Systeme drückt sich vor allem auch darin aus, daß Regeln und Grundsätze nur nach Maßgabe ihrer Zustimmungsfähigkeit befolgt werden müssen. (...) Mit der Intendierbarkeit bzw. Intendiertheit sozialer Ordnungen ist der Grund für die Offenheit und die Instabilität umschrieben" (S. XIV). Turk meint, daß nur der systemische Ansatz es möglich macht, Literaturen unter den Gesichtspunkten der „politischen und kulturellen Identität unabhängig von der Sprache" (S. XV) zu unterscheiden. Darüber hinaus sind systemtheoretische Erklärungen in

der Lage, Struktur- und Funktionswandel in der Literatur zu beschreiben. So ist die Rolle der Übersetzungsforschung in einem solchen Ansatz „das Zusammenspiel von Konservation, Differenziation und Innovation in der Übersetzung zureichend würdigen zu können" (S. XVI).

Die Normen rein sprachlicher Natur, die entsprechend hauptsächlich vom Ausgangstext ausgehen, werden so weit ausgeklammert, daß sowohl die Übersetzungskritik wie auch eine Übersetzerausbildung, die Übersetzungsfertigkeiten (z. B. im Sinne Wilss') vermitteln soll, kategorisch abgelehnt wird. Snell-Hornby stellt daher treffend fest, daß in diesem Fall jeder Text, der sich selbst als Übersetzung ausgibt, als solcher akzeptiert wird und werden muß und gleichzeitig als Bestandteil des Systems der Zielliteratur gilt (vgl. Snell-Hornby 1988: 25).

3.4.6 Snell-Hornbys Prototypologie

Auf dem Begriff des Polysystems der Literatur aufbauend entwickelt Snell-Hornby (1988) einen holistischen Ansatz, der die starren Kategorisierungen der bisher vorgestellten Modelle aufsprengen will, die ihrer Meinung nach nur zu wenig aussagekräftigen, fragmentarischen Analysen geführt haben. Sie schlägt eine Textprototypologie vor, die im Gegensatz zum traditionellen, taxonomisch definierten Modell von Reiß (1971, 1976) steht, und versucht verschiedene Methodologien in einer interdisziplinären Offenheit zu integrieren. Diese holistische Auffassung, die auf Arbeiten von Fillmore (1977), Lakoff (1977) (1982) und Antilla (1977) zurück verweist, ist Ausdruck eines Ganzheitlichkeitsprinzips, das sich in der

Sprachwissenschaft in den 80ern durchsetzt und von einigen auch als *Gestaltlinguistik* bezeichnet wird. Die herkömmliche Kategorisierungstheorie wird in Frage gestellt und „im wesentlichen als objektivistisch und reduktionistisch" (Vannerem / Snell-Hornby 1986: 187) abgetan. Snell-Hornby stützt sich darüber hinaus bei ihrer Prototypologie auf die „natürlichen Kategorien" der Psychologin Eleanor Rosch (1973), die experimentell nachweisen konnte, „daß der Mensch nach Prototypen kategorisiert, d.h. die natürliche Kategorie hat eine fokale Mitte und verschwommene Ränder" (Vannerem / Snell-Hornby 1986: 187) und daß die Grundkategorien nicht von den realen Objekten abhängig sind, sondern von der Art und Weise wie der Mensch mit dem Objekt interagiert, es perzipiert und benutzt (vgl. Snell-Hornby 1988: 28). Hieraus resultiert ein dynamisches Gestalt-Modell der Beziehungen im System, wobei die zentralen Kategorien einen idealisierten, prototypischen Fokus repräsentieren und Mischformen zum konzeptuellen Gerüst gehören und nicht etwa als unerwünschte Ausnahme (wie bei Reiß) abgetan werden.[44] Dieses Stratifikationsmodell der fließenden Übergänge von einer Makroebene A bis zur Mikroebene F soll alle Arten von Übersetzungen, von der literarischen bis zur technischen Übersetzung und die verschiedenen

---

[44] Das vorgeschlagene Stratifikationsmodell geht von Textsorten und übersetzungsrelevanten Gesichtspunkten aus, die auf eine Makroebene A bis zur Mikroebene F hinunter verteilt sind, wobei die Übergänge im Sinne einer Prototypologie fließend sind: Ebene A kennzeichnet die überkommenen Übersetzungstypen, in und zwischen denen die verschiedenen Textsorten von der Bibel bis zur Fachübersetzung (Ebene B) auszumachen sind. Ebene C führt die nicht-sprachlichen Wissens- und Erfahrungsbereiche (z. B. Kulturgeschichte, Sachwissen usw.) auf, die die Übersetzung mitgestalten. Ebene D bezeichnet die wichtigsten Aspekte und Kriterien, die den Übersetzungsprozeß an sich regulieren und mit der Fähigkeit zusammenhängen, den Sinn des Textes zu verstehen. Ebene E beschäftigt sich mit den linguistischen Teildisziplinen - von der historischen Linguistik bis hin zur Psycholinguistik- , die bei der Übersetzung jeweils virulent werden. Die letzte Ebene F berücksichtigt die phonologischen Gesichtspunkte wie

Methoden, derer sie bedürfen, abdecken, in der Erkenntnis, daß die Übersetzung viele Teildisziplinen anspricht, jedoch weder auf die Summe der sich überlappenden Teildisziplinen begrenzt, noch in der Abhängigkeit einer einzigen gesehen werden kann. Als in sich eigenständige Wissenschaft verlangt Snell-Hornby von der Übersetzungstheorie eine ihr eigene, unabhängige Methode, die der Komplexität der Übersetzung gerecht wird. Diese Methode verlangt von dem Übersetzungswissenschaftler, daß er sich mit all dem beschäftigt, was sich zwischen den Teildisziplinen, Sprachen und Kulturen befindet. Darüber hinaus muß sich der Forscher im Sinne der Gestaltpsychologie darüber im Klaren sein, daß eine Teilanalyse niemals das Verständnis des Ganzen gewähren und daß das Ganze nur aus einer „top-down" Perspektive behandelt werden kann, d.h. die Analyse der Gesamtstruktur erfolgt von der Makro- bis zur Mikroebene. Aus dem Grund sollte eine Typologie starre Grenzen vermeiden und sie durch ein Spektrumkonzept ersetzen, das keine starren Dichotomien zuläßt. Um diesen Vorsatz zu erfüllen, soll es bei der Textanalyse nicht um die Beschreibung bestimmter Einzelphänomene gehen, sondern um die Offenlegung des Beziehungsgeflechts, in dem sich ihre komplexe Bedeutung aus ihrer Relevanz und Funktion im weiteren Kontext des Textes, der Situation und Kultur ergibt.[45]

Rhythmus, Sprechbarkeit, phonologische Effekte u.a., die für die verschiedenen Übersetzungsbereiche von unterschiedlicher Bedeutung sind.

[45] In diesem Zusammenhang kritisiert Snell-Hornby (1988) das Konzept der zweisprachigen Wörterbücher, das noch auf einem verhängnisvollen Äquivalenzbegriff beruht und den konkreten Gebrauch in der Situation nicht berücksichtigt. Das Problem des Übersetzers liegt darin, daß er im Wörterbuch ein Lexem ohne Kontext mit einem Lexem in-Kontext vereinbaren muß, ohne ein explizites Kriterium dafür geboten zu bekommen. Sie verlangt daher eine Reorganisation der Wörterbücher, in der die drei folgenden Bereiche differenziert dargestellt werden: „1. *Terminology, Nomenclature* - e.g. oxygen: Sauerstoff, reproduktionsfähige Vorlage: camera-ready copy; 2. *Internationally known items and sets* - e.g. Saturday: Sonnabend / Samstag, typewriter: Schreibmaschine (...); 3. *Concrete objects,*

Wichtiges Instrument der so verstandenen Textanalyse ist das von Snell-Hornby zusammen mit Mia Vannerem (1986) angewandte Scenes-and-frames-Konzept von Fillmore (1977), das an ein Rahmenmodell anknüpft, das „oft vorkommende Konstellationen und Ereignisse des täglichen Lebens in einem als semantisches Netzwerk konzipierten Modell von der Welt" (Lewandowski 1985: 818) sieht. Dieser bestimmte Rahmen „scene" wird demnach durch linguistische Formen „frames", vor allem von Verben, aktiviert. Die Aufgabe der Semantik ist nach Fillmore die Untersuchung kognitiver Szenen, die durch Äußerungen geschaffen oder aktiviert werden. Denn wenn ein Sprecher z. B. ein Verb gebraucht, wird beim Hörer die gesamte mit diesem assoziierte *scene* aktiviert und durch eine bestimmte Wortwahl unter eine Perspektive gebracht, d.h. daß man „zu jeder linguistischen Form (frame) zunächst mittels eigener Erfahrung bzw. einer Situation Zugang" (Vannerem / Snell-Hornby 1986: 185) findet. Diese „gestalt-like conception" (Fillmore 1977: 60) plädiert für eine integrierte Ansicht der Sprachstruktur, des Sprachverhaltens, des Sprachverständnisses und des Spracherwerbs, der in der Übersetzungswissenschaft bei Snell-Hornby (1988) zu der integrierten übersetzungswissenschaftlichen Methode führt, in der der Prozeß des Verstehens in Relation zur Situation, dem soziokulturellen Hintergrund und der individuellen Erfahrung gesetzt wird. Übersetzung wird hier als komplexe Kommunikationshandlung definiert, in der der Ausgangstextautor, der Leser als Übersetzer, der Übersetzer als Zieltextautor und der Zieltextleser

---

basic activities, stative adjectives - e.g. chair: Stuhl, Sessel, cook, boil: kochen; 4. *Words expressing perception and evaluation, often linked to socio-cultural norms* - e.g. bilow, foreboding, gleam, bleak, nag - keifen, kitschig, gemütlich; 5. *Culture-bound elements* - e.g.haggis, wicket, drugstore - Pumpernickel, Privatdozent, Sechseläuten" (ibid.: 107).

interagieren. Der Übersetzer gewinnt unter dieser Perspektive die Rolle des kreativen Empfängers, der „zum einen die vom Text-frame gelieferte Information verarbeitet, zum anderen sein eigenes prototypisches Wissen einbringt, um seine eigene Szene hinter dem Text zu schaffen. Daraus ergibt sich zwangsläufig ein sehr dynamisches Konzept der Übersetzung" (Vannerem / Snell-Hornby 1986: 193), das den statischen Charakter der traditionellen Modelle überwindet.

Unter diesem Gesichtspunkt hängen die Übersetzungsprobleme nicht mehr vom Ausgangstext ab, sondern von der Bedeutung dieses Textes für die Zielsprache-Rezeptoren als Mitglieder eines bestimmten Kulturkreises. Dementsprechend muß der Übersetzer zwar bilingual, aber in erster Linie bikulturell sein, um seiner Kreativität und als aktiver Rezeptor eines Textes auch seiner Zielkultur gerecht werden zu können. Hier wird die Verbindung dieses Ansatzes zur Hermeneutik und Rezeptionsästhetik noch einmal deutlich.

3.4.7. Zusammenfassender Kommentar

Die textorientierte Übersetzungstheorie, die der angewandten Übersetzungsforschung zuzuordnen ist, hat allgemein gesehen folgendes Forschungsprogramm:

a) linguistische Analyse der Ausgangstextstruktur;

b) Anbieten von semantisch, funktionalistisch und pragmatisch befriedigenden Erklärungen für die Distribution der lexikalischen und syntaktischen Textelemente;

c) Deduktion von adäquaten Übersetzungsmethoden;

d) Erstellen von texttypspezifischen Kriterien zur Bewertung von Übersetzungen.

Darüber hinaus beinhaltet die textorientierte Übersetzungswissenschaft als teils hermeneutisches, teils analytisches Forschungsgebiet deskriptive, explanative und normative Forschungsaspekte, wobei der Übersetzungsprozeß eine Kombination von obligatorischen und fakultativen, konstanten und variierenden Textelementen umfaßt, die der Übersetzer unter Berücksichtigung des konkreten Texttyps durch regelbewußtes Verhalten und Kreativität jeweils adäquat (hier gemäß der Textspezifik) in der Zielsprache wiederzugeben hat.

Was bei Catford letztlich noch nicht über Wörter und syntaktische Fügungen hinausging, bei Nida zu eng an der Erfahrung der Bibeltexte geknüpft war, findet bei Reiß (1971; 1976) zum ersten Mal eine systematische Behandlung. Besonders kritisch wurde z. B. von Koller (1987) und Seguí (1990) die allzu starre Einteilung in drei Grundtypen behandelt - „Texte können etwa die Hauptfunktion haben, zu *überzeugen*, Sachverhalte weniger darzustellen als zu *bewerten*, zu *belehren*, zu *unterhalten*, zur *Reflexion anzuregen* usw. Gerade die Text*arten*, die dem Texttyp *inhaltsbetonte Texte* zugeordnet werden, machen die Problematik und die Beliebigkeit der Dreiteilung deutlich. So haben *Pressekommentare* unter

Umständen auch die Funktion, über Sachverhalte zu informieren; ihre Hauptfunktion ist aber bekanntlich ebenso häufig (...) diese Sachverhalte zu *werten* und zu *bewerten* (...)" (Koller 1987: 200-201). Ähnlich argumentiert Seguí (1990), wenn er an Reiß' Texttypologie die Tatsache kritisiert, daß es sich hierbei nur um eine idealtypische Einteilung handelt - idealtypisch, weil die drei Typen nie in purer Form auftreten, sondern in Mischformen - und deswegen den praktischen Anspruch nicht erfüllen kann. Er schlägt dagegen vor, die Zeichenfunktionen als solche (und nicht allgemeine Textfunktionen) zu berücksichtigen und diese „als zusätzliches Kriterium zur Eingrenzung der sog. Übersetzungseinheiten" heranzuziehen. „Konkret würde dies so aussehen, daß man bei jedem Text alle (ob drei oder mehr) idealtypischen Raster von Funktionen und deren Realisierungsmitteln ansetzt und im gleichen Maße anwendet, wie die jeweilige Sprachfunktion im Text vertreten ist" (Seguí 1990: 51). Im Grunde wiederholt sich die Kritik an dem Reißchen Modell (vgl. u.a. auch Wilss 1977a: 142ff; Stolze 1982: 112ff), in dem, was Snell-Hornby (1988) durch das Prototypen-Modell (vgl. Kap. 3.5.1.2) zu überwinden versucht, nämlich die Schwächen einer traditionellen Taxonomie, die das Objekt zu einem statischen, klar umrissenen Phänomen zusammenstreicht und der Realität, besonders humanwissenschaftlicher Objekte, nicht gerecht wird. Der Texttypologie bleibt unbestreitbar das Verdienst, die textorientierte Übersetzungswissenschaft von der stark sprachenzentrierten Überlegung gelöst und die Aufmerksamkeit auf die außersprachlichen Bedingungen gelenkt zu haben. Die Weiterentwicklung dieses Ansatzes mündet in einem

kulturgeprägten Übersetzungsverständnis[46], das in den 80er Jahren in Deutschland die „pragmatische Wende" (vgl. Snell-Hornby 1988: 67) einläutet.

War die Theorie des Polysystems in erster Linie als Reaktion auf die präskriptiven Theorien der „linguistischen Gebrauchstextübersetzungswissenschaft" entstanden, so wurde jedoch Toury, der Argumentation von van Leuven-Zwart (1991) folgend, gerade von den niederländischen Theoretikern z.T. mißverstanden. Wie sie feststellt, war es zwar Tourys Ziel, die Normfrage im Sinne „wie soll übersetzt werden?" aus der theoretischen Übersetzungswissenschaft herauszuhalten, um sich statt dessen mit der Frage „wie wird zu einem bestimmten Zeitpunkt übersetzt und warum?" auseinanderzusetzen. Dies bedeutete für ihn aber nicht, daß der Übersetzungsvergleich aus der Übersetzungswissenschaft gestrichen werden sollte. Van Leuven-Zwart (1991) betont ausdrücklich, daß Toury dem Übersetzungsvergleich zwischen Ausgangstext und Zieltext innerhalb der deskriptiven Übersetzungswissenschaft einen hohen Stellenwert beimaß, da dieser Vergleich in der Lage wäre, Auskunft über das Übersetzunskonzept des Übersetzers zu geben. Eine weiterführende Aufgabe könnte es dann sein, sich zu fragen, inwiefern ein Konzept kultursystemisch zu erklären sei und welche konkurrierenden Konzepte es unter den Zeitgenossen gab. Dieser Aspekt, so klagt van Leuven-Zwart sicherlich nicht ganz zu Unrecht, sei größtenteils übersehen worden, und so hätten sich die Untersuchungen der klassischen „Translation Studies" zu sehr auf die Funktion der Übersetzung im Zielsystem und die verschiedenen

---

46 Vgl. hierzu Hönig / Kußmaul (1982); Reiß / Vermeer (1984); Holz-Mänttäri (1984) u.a..

historischen Übersetzungskonzepte ohne konkrete Übersetzungsuntersuchungen konzentriert. Die Konsequenz sei eine zunehmende Entfremdung zwischen der Übersetzungswissenschaft und den Praktikern gewesen, der in den Vorwurf mündete, daß die Untersuchungen der „Translation Studies" wenig mit Übersetzungswissenschaft zu tun hätten und vielmehr in den Bereichen der Literaturgeschichte, der Literatursoziologie und Rezeptionstheorie anzusiedeln seien. Indem sie den Übersetzungsvergleich so hoch einschätzt, unterstreicht van Leuven-Zwart nachdrücklich auch die von Holmes (1988) vertretene Meinung, daß die Deskriptive Übersetzungswissenschaft die drei Forschungsfelder der prozeß-, produkt- und funktionsorientierten Untersuchung zwar umfaßt, aber die produktorientierte Untersuchung der funktionsorientierten vorangehen muß, um zu verwertbaren Ergebnissen zu gelangen (vgl. van Leuven-Zwart 1992: 43). Zweifellos stellt van Leuven-Zwarts Vorschlag einen Versuch dar, der kritischen Betrachtung, gerade von Seiten der Praktiker, zu begegnen, die in Snell-Hornbys Urteil über die „Manipulation School" zum Ausdruck kommt: „(...) their preoccupation with the descriptive method at the expense of evaluation tends to make some of their writings mere exercises in literary history devoid of that hermeneutic component which relates past writings to modern thinking and hence makes them live. It remains to be seen whether the new paradigm will fulfil its potential or banish literary translation once again to the precincts of the ivory tower" (1988: 25f). In dieser Einschätzung kommt gleichzeitig auch der wichtigste Verdienst der „Translation Studies" zur Sprache, nämlich die Einbeziehung der literarischen Übersetzung in die theoretischen Überlegungen, die allzu vereinfachende Modelle der

Übersetzung zu überwinden halfen und die Aufmerksamkeit auf neue Faktoren leiteten, die in anderen, weiterführenden Modellen zur Entfaltung gelangten, ohne daß die „Translation Studies" selbst ihre Daseinsberechtigung verloren hätten. Neben dieser Erneuerung verhalf die Deskriptive Übersetzungsforschung dazu, die atomistische Forschungsmethode der linguistischen Schulen zu überbrücken und zu einer synthetischen Methode zu finden, die die Übersetzung und den Übersetzer in einem Netzwerk von Beziehungen betrachtet, und die es dem Forscher möglich macht, „Trends zu erkennen, die Dominantsetzung oder Entmachtung bestimmter Übersetzungsmethoden auszumachen, die Prioritätensetzung einzelner Translate systematisch zu beschreiben" (Kohlmayer 1988: 147).

Snell-Hornbys Modell der Prototypologie, das zweifellos der Übersetzungswissenschaft neue Perspektiven eröffnet hat und „einen Entwurf einer interdisziplinären Integrierung verschiedenster Ansätze" (Stolze 1994: 151) in einer neuen Übersetzungswissenschaft geschaffen hat, um ihrer Forderung nach einer Neuorientierung der Übersetzungswissenschaft Ausdruck zu geben (vgl. Snell-Hornby 1986a), ist allerdings nur ansatzweise (z. B. Anwendung der scenes-and-frames Semantik) gelungen, neue Erkenntnisse für den Praktiker bereitzustellen. Wie sie selbst festhält, war ihr wichtigstes Anliegen, unbrauchbare Konzepte („Schubladentheorien"), Vorurteile (Übersetzen hat etwas mit Wörtern zu tun) und fixe Ideen (Äquivalenz, traditionelle Wörterbücher) zu denunzieren und zu widerlegen (vgl. Snell-Hornby 1988: 131-133), und „was Theorie und Praxis betrifft, dürfen wir uns keinen Illusionen hingeben. Wir stehen

nämlich erst am Anfang eines sicherlich langwierigen Integrierungsprozesses" (Snell-Hornby 1986b: 28).

In Bezug auf die in 3.3 behandelten Theorien unterscheiden sich diese Ansätze, beeinflußt von der Prager Schule, der Sprechakttheorie von Austin und Searle, von der psychologischen und soziolinguistischen Perspektive insgesamt darin, daß sie erstens eine Weltsicht vertreten, die synthetisch und nicht abgrenzend taxonomisch aufgebaut ist, zweitens die Sprache nicht als isoliertes, isolierbares Phänomen, sondern als in enger Beziehung zur Umwelt und anderen menschlichen Bereichen stehend betrachten, drittens von kulturspezifischen Unterschieden ausgehen und nicht von Universalien, und viertens eine empirisch induktive Methode anwenden, die am konkreten Sprachmaterial arbeitet.

3.5. Die übersetzerzentrierte Übersetzungswissenschaft

3.5.1 Übersetzen als kultureller Transfer und spezifisches Handeln

Endgültig entthront wird der Ausgangstext von den sogenannten Funktionalen Übersetzungstheorien. Während z. B. der Übersetzer in den Deskriptiven Übersetzungstheorien zumindest theoretisch, wie Kohlmayer (1980) zeigt, noch als „Diener zweier Herren" verstanden wird, der zwischen Adäquatheit („Adequacy") und Akzeptabilität („Acceptability") (vgl. Toury 1980: 140ff), d.h. zwischen Originaltreue und Lesernähe einen Kompromiß sucht, entwickelt sich in Deutschland eine Theorie, die den Ausgangstext als ein Informationsangebot betrachtet, das von einem Translator, dem Produzenten einer Translation, in eine Zielkultur übertragen werden soll und

wo „oberstes Kriterium für eine Translationsentscheidung [...] die (zu begründende) Funktion des Translats als Zielinformationsangebot [ist]" (Reiß / Vermeer 1984: 86).[47] Die Übersetzung, terminologisch neu definiert und durch den Begriff „Translation" ersetzt, ist jetzt eine Sondersorte des kommunikativen Handelns, das kulturspezifisch ist und dessen oberstes Kriterium der funktionale Zweck des Translats ist.

3.5.1.1 Die Strategie des Übersetzens

Hönig und Kußmaul (1982) publizieren in Deutschland als erste ein als Lehr- und Arbeitsbuch konzipiertes Werk, das diese neue Perspektive in einer zusammenhängenden Theorie darzustellen versucht. Dabei gehen sie von einem Textbegriff aus, der den Text als den verbalisierten Teil einer Soziokultur definiert (vgl. ibid.: 58). Der Text ist demnach in eine Situation eingebettet, die wiederum durch den sozio-kulturellen Hintergrund konditioniert ist, und kann folglich in Anlehnung an die Zeichentheorie von Peirce (1931/1960) nicht als fertiges Bedeutungsgefüge behandelt werden, sondern als Bedeutungspotential, das je nach Interesse und Situation verschieden realisiert werden kann. Der Übersetzer, der immer in Funktion des Adressaten übersetzt, wird so gesehen zum aktiven Element, das den

---

[47] Hier ist der Funktionsbegriff klar von dem der „Translation Studies" zu unterscheiden, wo die Funktion systemisch verstanden wurde, d.h. es ging um die Funktion der literarischen Übersetzung innerhalb des Polysystem der Zielkultur. Reiß / Vermeer (1984) verstehen diesen Begriff kommunikationstheoretisch als Zweck, für den ein Informationsangebot in einer sprachlichen Interaktion produziert wird. Der Unterschied liegt gerade darin, daß der systemische Begriff implizit davon ausgeht, daß die Funktion übersetzerunabhängig ist, da die Übersetzung ihre Funktion erst als fertiges Produkt in dem literarischen Gesamtsystem der Zielkultur erhält, während die funktionale Übersetzungstheorie den Zweck der Übersetzung als wichtigstes Kriterium einer gezielten Übersetzungsstrategie seitens des Übersetzers postuliert.

Ausgangstext den Bedürfnissen des Zieltextlesers anpassen muß. Eindeutig wird der pragmatische Aspekt besonders betont, d.h. Sprache ist erst Bedeutung, wenn das kommunikative Ziel der Sprachverwendung erkannt ist, und jede sprachliche Tätigkeit ist somit ein Handeln, das von konkreten Entscheidungen abhängig ist. Konsequenterweise muß der Übersetzer die Entscheidungen des Ausgangstextsenders nachvollziehen können, um dann selbst Entscheidungen zu treffen, die den Zweck der Senderentscheidungen des Ausgangstextautors in der Zielsprachekultur am besten wiedergeben. Die Textfunktion gibt dabei an, inwiefern die außersprachlichen Determinanten differenziert werden müssen, zumal das Herauslösen des Ausgangstextes aus seinem soziokulturellen Kontext nicht willkürlich gehandhabt werden soll, sondern als nachvollziehbares Kalkül: „Übersetzung ist möglich, weil die jeweils zu bestimmende Textfunktion in der ZS angibt, bis zu welcher Grenze hin die soziokulturellen Determinanten aus der AS zu übertragen sind. Es wäre in der Tat unmöglich, auch nur einen Text zu übersetzen, wenn der Übersetzer nicht das Recht hätte, den Text aus seinen soziokulturellen Bedingungen herauszulösen, und ihn in der ZS auf die soziokulturellen Erwartungen seiner Adressaten zu berechnen. Nur darf dieses Herauslösen nicht willkürlich geschehen, es muß einem nachvollziehbaren Kalkül folgen. Nichts anderes meinen wir, wenn wir von der Strategie des Übersetzers sprechen" (Hönig / Kußmaul 1982: 53).[48]

---

[48] Hönig (1988) definiert selbst: „Hönig / Kußmaul verstehen unter Strategie den planmäßigen Vollzug pragmalinguistischer Instruktionen, die von der prospektiven Textfunktion (Z) gesteuert werden und den sprachlichen Handlungsbedarf und -rahmen auf allen linguistischen Ebenen festlegen" (ibid.: 10).

Aus dieser Perspektive heraus entwickeln die Autoren den Begriff des „notwendigen Grades der Differenzierung", weil sie die überkommenen Äquivalenzdefinitionen ersetzen und über das Wort *notwendig* „auf die funktionale Abhängigkeit" (Hönig / Kußmaul 1982: 63) der Entscheidungen verweisen wollen. Unter der Prämisse des Übersetzers als Experten, der verantwortlich für das kommunikative Gelingen seiner Übersetzung ist, gehen die Autoren davon aus, daß „die kommunikative Funktion des ZS-Textes festzulegen ist, und daß sich dann aus dieser durch den notwendigen Grad der Differenzierung ein für diese Übersetzung verbindliches Qualitätsurteil ergibt" (Hönig / Kußmaul 1982: 62). Der Grad der notwendigen Differenzierung bedeutet entsprechend, daß der Übersetzer z. B. „ein Lexem nicht nur als einen Eintrag im Lexikon betrachtet, der sich in verschiedene Sememe gliedert, die sich weiter in Seme differenzieren lassen, daß man nicht in erster Linie versucht, die in einem Semem enthaltenen Seme möglichst vollzählig in einem ZS-Wort zu aktualisieren, sondern daß man sich fragt: Was ist im jeweiligen Kontext im Hinblick auf die Funktion meiner Übersetzung eigentlich relevant?" (Kußmaul 1984: 52) oder „Wie differenziert muß ich an dieser Stelle sein, um mein kommunikatives Ziel zu erreichen?" (Hönig / Kußmaul (1982: 63).

Der Übersetzungsprozeß wird von den Autoren als „prospektiver" Prozeß wie folgt beschrieben: „Er [der Übersetzer] nimmt den AS-Text als Übersetzer zur Kenntnis und bezieht ihn auf seine Situation als Übersetzer. Er präzisiert den Übersetzungsauftrag und legt die kommunikative Funktion des ZS-Textes fest, wobei er sich an den pragmatischen Erwartungen seiner Adressaten orientiert. Aus dieser kommunikativen Funktion leitet er den notwendigen Grad der Differenzierung ab, indem er die relevante

Grenze zwischen Verbalisierung und soziokulturellem Situationshintergrund im AS-Text bestimmt, und dann als Sender des ZS-Textes auf dem Hintergrund der soziokulturellen Situation seiner Adressaten den notwendigen Grad der Differenzierung seiner Verbalisierung festlegt" (Hönig / Kußmaul 1982: 58).

3.5.1.2 Die Übersetzung als kultureller Transfer

Hönigs und Kußmauls theoretisches Konstrukt, das zum ersten Mal in seiner Ausführlichkeit die Funktion des Zieltextes zum letztlich entscheidenden Kriterium erhob, basierte z.T. auf Einzelstudien des Heidelberger Professors Hans Jürgen Vermeer (vgl. Vermeer 1978, 1981, 1982, 1983), der 1984 zusammen mit seiner Kollegin Katharina Reiß ein eigenes Modell entwirft, das die „Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie" in einer gleichnamigen Monographie vornehmen will und das, wie Hönig und Kußmaul, das Primat des Zwecks (Skopos) postuliert. Die Translationstheorie, die wie bei Kade (1968) Dolmetschen und Übersetzen umfaßt und terminologisch eine eigene Begrifflichkeit aufbaut, wird als spezielle Handlungstheorie aufgefaßt[49], die von einer Situation ausgeht und von einer Funktion gesteuert wird, die von einer Übersetzungsauftragsanalyse und -vergabe bestimmt ist. Translation als Sondersorte interaktionalen komplexen Handelns, wo Übersetzen nicht

---

[49] Im Vergleich zu Hönig (1982) und Snell-Hornby (1988), die die Eigenständigkeit der Übersetzungswissenschaft hervorheben, wird die Translation bei Reiß / Vermeer (1984) noch als „Unterdisziplin der Angewandten Sprachwissenschaft, Abteilung Pragmatik," (Reiß / Vermeer 1984: 1) eingeordnet, die Teil einer Kulturwissenschaft sei. Erst später (vgl.

lediglich eine sprachliche Angelegenheit ist, verlangt den idealen Übersetzer, der nicht nur plurilingual, sondern auch plurikulturell ist. In diesem Kontext ist der Ausgangstext für den Übersetzer (Translator) nur Mittel zum neuen Text (Zieltext), dessen Sprache als Text in einer Situation, als Teil einer Kultur mit einer bestimmten Funktion gesehen wird. Der Ausgangstext ist sozusagen nicht mehr als ein Informationsangebot aus einer Ausgangssprache und deren Kultur, in diesem spezifischen Fall, an einen Translator, der, indem er übersetzt, seinerseits ein Informationsangebot in einer Zielsprache und deren Kultur über ein Informationsangebot seinen Zielrezipienten anbietet. So erfüllt der Text eine zweifache Funktion in der kommunikativen Interaktion. Auf der Objektebene dient der Text der Übertragung einer Information, auf der Meta-Ebene dem Erreichen eines bestimmten Ziels (vgl. Vermeer 1990a).[50] Reiß / Vermeer (1984) fassen die Theoriebasis einer allgemeinen Translationstheorie wie folgt zusammen:

„(1) Trl.= f (Sk)

Translation ist eine Funktion ihres Skopos.

(2) Trl. = IA_Z $(IA)_A$

Translation ist ein Informationsangebot in einer Zielkultur und deren Sprache über ein Informationsangebot aus einer Ausgangskultur und deren Sprache.

Vermeer 1986 und 1990) setzt Vermeer seine Theorie schärfer von der Sprachwissenschaft ab.

[50] Diesen von Vermeer vorgeschlagenen Ebenen fügt Witte (1992) die „Interaktionsebene" (ibid.: 120) hinzu, auf der die Interaktionspartner etwas über sich selbst und ihre jeweilige Definition/Interpretation der Kommunikationssituation (einschließlich des jeweiligen Partners) kommunizieren.

(3) Trl. c IA_A x IA_Z

Das Informationsangebot einer Translation wird als abbildender Transfer eines Ausgangsangebots dargestellt. Die Abbildung ist nicht eindeutig umkehrbar.

In einer kulturspezifisch engeren Fassung der Behauptung gilt: Translation ist imitierender Transfer eines Ausgangsangebots" (Reiß / Vermeer 1984: 105).

Und weiter:

„(4) Ein Translat muß in sich kohärent sein.

$N_{Trl.}$ $\underline{k}$ Sit_R

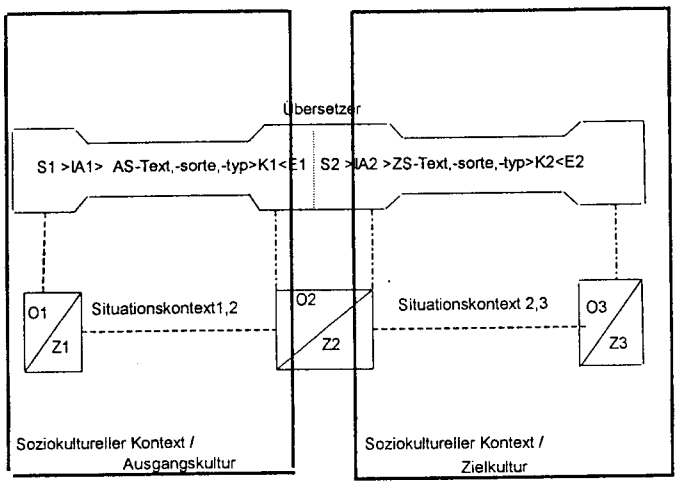
(5) Ein Translat muß mit dem Ausgangstext kohärent sein.

$N_{Trl.P_e}$ $\underline{fid}$ $N_{Trl.R_{ipr}}$ $\underline{fid}$ N_{R_d}

(6) Die angeführten Regeln sind untereinander in der angegebenen Reihenfolge hierarchisch geordnet („verkettet")" (Reiß / Vermeer 1984: 119).

Diese Definition einer „'prospektiven' Theorie vom skoposbedingten translatorischen Handeln" (Vermeer 1990a: 59) rechtfertigt die Feststellung, daß ein Translat nie die wörtliche Wiedergabe eines Ausgangstextes sein kann, sondern jede Übersetzung führt zwangsweise zu Ausdrucksveränderungen, die durch den kulturellen Abstand bedingt sind. Je größer dieser kulturelle Abstand ist, desto mehr greift der Translator aktiv in den Prozeß ein und formuliert eine dem Zielrezipienten „angepaßte" und in sich kohärente Botschaft. In diesem Sinne unterscheiden die Autoren denn auch die Termini *Adäquatheit* und *Äquivalenz* deutlich voneinander. *Adäquatheit* als Kernbegriff definiert bei der Übersetzung „eine Relation zwischen Ziel- und Ausgangstext bei konsequenter Beachtung eines Zwecks (Skopos), den man mit dem Translationsprozeß verfolgt" (Reiß / Vermeer 1984: 139), während *Äquivalenz* als Sondersorte von *Adäquatheit*

(z. B. bei literarischen Texten) eine Relation bezeichnet „zwischen einem Ziel- und einem Ausgangstext, die in der jeweiligen Kultur auf ranggleicher Ebene die gleiche kommunikative Funktion erfüllen (können)" (Reiß / Vermeer 1984: 139-140). Daher verwerfen Reiß und Vermeer für die Translation das Modell der zweistufigen Kommunikation mit Transkodierung eines Ausgangstexts in einen Zieltext und dem damit verbundenen starren und normativen Äquivalenzbegriff und stellen dem ein Faktorenmodell zur Ermittlung übersetzungsrelevanter Äquivalenzkriterien für die Translation gegenüber, „das das objektiv gegebene Bedingungsgefüge für einen Übersetzungsprozeß schematisch darstellt" (Reiß / Vermeer 1984: 148):



(Reiß / Vermeer 1984: 148)

Ich übernehme zur Erklärung des Faktorenmodells die Paraphrase von Stolze (1994: 166): „Der **Übersetzer** nimmt als alles entscheidender Faktor die zentrale Stellung im Translationsprozeß ein. Wie alle anderen Faktoren ist er eine variable Größe (translatorische Kompetenz, Verständnis von AS-

Text, subjektive Qualitätsvorstellungen, Entscheidung über Übersetzungstyp).

Der Produzent (Sender: **S_1**) des Ausgangstextes macht mit seinem Text ein Informationsangebot (**IA_1**) an Ausgangstextrezipienten (Empfänger: **E_1**). Wird dieser Text rezipiert, so kommt ein Kommunikationsakt (**K_1**) zustande.

Einmal ist hierbei der **AS-Text** selbst als Textindividuum zu beachten. Dieser repräsentiert aber auch eine Text**sorte**. Jeder Text ist zudem die mehr oder weniger geglückte Realisierung eines übersetzungsrelevanten Text**typs**. Die Entscheidung für den Primat einer der drei Grundformen und ihre eventuelle Hierarchie in einem Text wird die Sprachzeichenwahl für den gesamten Text beeinflussen und den Übersetzer zu unterschiedlichen Übersetzungsstrategien zwingen.

Die Sprachzeichenwahl für die Konstituierung des Ausgangstextes als Realisation eines Texttyps und einer Textsorte ist eng verknüpft mit dem **Situationskontext$_{1,2}$**, gekennzeichnet durch eine Vielzahl von Faktoren, aus denen wir hier exemplarisch Ort und Zeit (**O/Z**) der Verbalisierung herausgreifen.

Schließlich ist ein für das Übersetzen ausschlaggebender Faktor der **soziokulturelle Kontext** eines Ausgangstextes, denn natürliche Sprachen sind von ihrer Kultur geprägt.

Alle diese genannten Faktoren beeinflussen nun auch die Verbalisierung des Informationsangebots (**IA_2**) für den Rezipienten des Translats (**E_2**) durch den **Übersetzer**. Der **Situationskontext$_{2,3}$** der Translation differiert

vom Kontext des Ausgangstextes, und der Kontext der Translationsrezeption von beiden. Die sozio-kulturelle Einbettung des Translats ist eine andere als die des Ausgangstextes.

Der **Übersetzer**, der gleichzeitig Rezipient des Ausgangstextes und Produzent des Zieltextes (**E_1** und **S_2**) ist, entscheidet, ob er sein Informationsangebot demselben Text**typ** und derselben Text**sorte** zuweisen will / soll / kann, und wählt danach seine Übersetzung" (vgl. Reiß / Vermeer 1984: 149-153).

Bemerkenswert ist, daß in diesem Faktorenmodell (in erster Linie von Reiß erstellt, vgl. auch Reiß (1986) (1989)) der zentrale Begriff des „Skopos" nicht mit einbezogen wird, was schon auf eine latente Divergenz zwischen Vermeer und Reiß in bezug auf den Status des Ausgangstextes hindeutet, denn während Vermeer die „Entthronung des heiligen Originals" konsequent in seinen weiteren Arbeiten fortführt, distanziert sich Reiß zunehmend von diesem Standpunkt. In Reiß (1990) vertritt die Autorin die zentrale These, daß der Ausgangstext der Ausgangspunkt für die übersetzerischen Entscheidungen bleiben sollte, obwohl natürlich die spezifische Situation und die spezifischen Funktionen der Zieltexte bei diesen Entscheidungen auch in die Überlegungen mit eingeschlossen werden müssen. Letztlich aber gründen ihrer Meinung nach die übersetzerischen Entscheidungen immer auf ausgangstextbezogenen Faktoren und auf den spezifischen Beziehungen zwischen Ausgangstext und Zieltext. Sie widerspricht ausdrücklich „dem Verzicht auf die Verabsolutierung des Ausgangstexts" (vgl. Gardt 1989: 31) und „Entthronung" (Vermeer 1986: 49) des Ausgangstexts in der modernen Übersetzungstheorie und plädiert dafür,

„daß jede übersetzerische Entscheidung - und jede Beurteilung dieser Entscheidung - sich letzten Endes am AT [Ausgangstext] orientieren und an ihm messen lassen muß" (Reiß 1990: 32). Der Übersetzer muß in der Analysephase Text 1 im Sinne des Textproduzenten rezipieren und das „intuitive Textverständnis, das sich beim Lesen einstellt, auf seine Tragfähigkeit hin" (Reiß 1990: 35) überprüfen. Erst danach setzt die übersetzungsrelevante Analyse (vgl. Hönig 1986 und 1989) ein. Dem schließt sich die Reverbalisierungsphase an, in der der Übersetzer immer in der Lage sein sollte (1), „seine übersetzerischen Entscheidungen mit der jeweiligen Translatfunktion zu begründen" und (2) „vom Auftraggeber spezifizierte Translatfunktionen u.U. als nicht realisierbar oder als nicht opportun nachzuweisen" (Reiß 1990: 37). Zusammenfassend kommt sie zu dem Ergebnis, daß „sowohl für die Wahl der Übersetzungsstrategien im Blick auf eine gegebene Translatfunktion als auch, was den Vergleich und die Beurteilung von Übersetzungslösungen anbelangt, der AT, und zwar Text 1 nicht nur das *sine qua non*, sondern die unverrückbare Bezugsgröße, das Maß aller Dinge beim Übersetzen" (Reiß 1990: 39) ist.

Vermeer dagegen vertritt die Ansicht, daß es in erster Linie darauf ankommt, daß „das Translat - unabhängig vom Ausgangstext! - in sich auf dem Hintergrund des zielkulturellen Vorverständnisses kohärent ist" (Vermeer 1986: 52), so daß der Translator „immer nur eine (seine) Interpretation der Intention des Ausgangstextautors und -gegenstandes" (Vermeer 1994a: 179) liefert, was für den individuellen Translator heißt, er soll „jene Bedingungen realisieren, die seiner Wertsetzung am ehesten optimal entsprechen" (ibid.: 178). Also gibt es „ 'das' Translat für 'den' Ausgangstext nicht (...) Translate unterscheiden sich je nach der

Interpretation eines Ausgangstextes, nach ihrem Skopos und (damit) dem/den anvisierten Rezipienten - so wie eben jeder Text und jede Handlung überhaupt" (Vermeer 1990a: 64). Die unterschiedliche Entwicklung der beiden Theoretiker ist kaum zu verkennen und ist letztlich die Verkörperung der gegenseitigen Positionen in der schon alten Diskussion um die Frage der Freiheit des Übersetzers. Es ist bei Reiß nicht überraschend, daß sie den Status des Ausgangstextes höher bewertet als Vermeer, da sie von den Texttypologien (vgl. Kap. 3.4.4) ausgehend eine Theorie entwickelt, während bei Vermeer die Übersetzung als kultureller Transfer im Mittelpunkt steht, der „kulturspezifisch gewertete Entscheidungen impliziert" (Vermeer 1986b: 52).

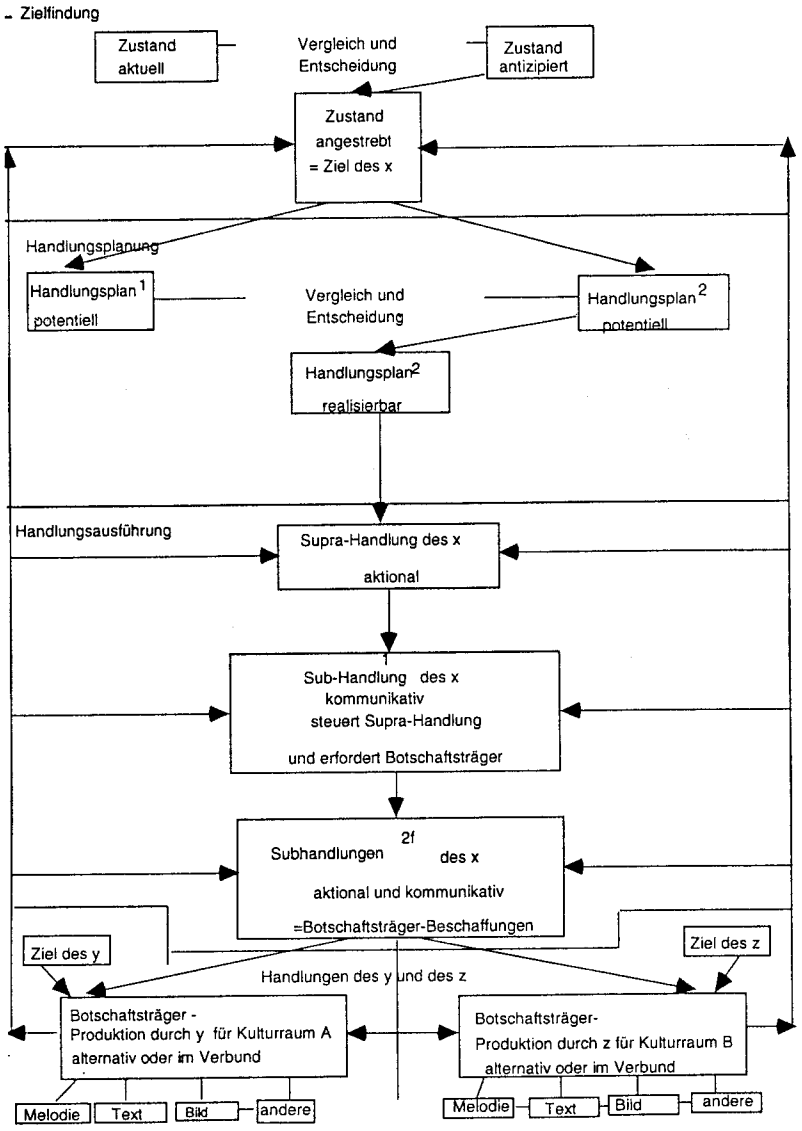
3.5.1.3 Übersetzen als fachspezifisches Handeln

Justa Holz-Mänttäris Theorie der Translation als Expertenhandeln gilt im allgemeinen als die radikalste Form der skoposorientierten Ansätze, die dem Text jeglichen Eigenwert abspricht und ihn der Zweckverwendung absolut unterordnet. In ihrer langjährigen Praxis als Übersetzerin/Translatorin erfuhr Holz-Mänttäri, daß dieser Beruf den Translator vor ein komplexes, zweck- und zielbezogenes Entscheidungsnetz stellt (vgl. Figur 3)[51], in dem er „nicht als Mittler im Verlauf eines (zwei- oder mehrstufigen) Kommunikationsprozesses gesehen [werden kann], sondern

---

[51] Die Expertenhandlung als Handlungsgefüge wird hier in einem Modell zusammengefaßt, in dem neben- und untergeordnete Handlungen zusammenspielen. Es werden die Schritte Zielfindung (Vergleich aktueller / angestrebter Zustand) - Handlungsplanung (Vergleich potentiell[1] / potentiell [2] /und realisierbar) - Handlungsausführung (Supra- und Subhandlung) unterschieden, die bei der Botschaftsträgerproduktion zum Tragen kommen.

als eigenständig und eigenverantwortlich handelnder Experte" (Holz-Mänttäri 1986: 354).



Figur 3 (in: Holz-Mänttäri 1986: 353)

Der Translator ist somit nicht Kommunikationsverlängerer, wie es die zwei- oder mehrstufigen Transfermodelle postuliert haben, vielmehr ist er in einem Handlungsgefüge als kooperierender Experte im Zusammenspiel zwischen Entscheidungsbefugten (z. B. Initiator, Fachexperten und

Rezeptor) Textproduzent für fremden Bedarf. Die daraus resultierende Distanz, die den Translator von dem Bedarfsträger und von der Verwendungssituation des von ihm zu produzierenden Botschaftsträgers trennt, nennt sie „Expertendistanz" (vgl. Holz-Mänttäri 1984: 57-68), die der Translator durch seine Expertenhandlung zu überwinden hat. Einerseits setzt er die genaue Bedarfserfassung durch Produktspezifikation (auch mit Hilfe von Bedarfsträgern, die dazu alleine wegen fehlender Expertise nicht in der Lage sind) und translatorische Adaptation voraus, die es dem Translator ermöglicht, trotz fehlenden direkten „feed-backs" von seiten der Rezipienten, durch kognitive, systematische und zweckdienliche Strategien zu eruieren, ob der von ihm produzierte Text in der verwendeten Situation funktionsgerecht ist oder nicht, um sich ggf. zu korrigieren. Ausgangspunkt für Holz-Mänttäris Überlegungen ist das Modell der arbeitsteiligen Gesellschaft, in der der Experte Aufgaben übernimmt, weil „einer etwas weniger gut zu tun glaubt als andere, und jemand das Gewünschte für ihn tut" (Holz-Mänttäri 1986: 356). Sie hebt dabei besonders hervor, daß die Entscheidungen des Translators in ihrer Funktionsbezogenheit immer von dem Translator begründbar bleiben, zumal die Funktion des zu produzierenden Textes und ggf. seiner Teile das Ergebnis einer Absprache zwischen den intervenierenden Seiten dieses Kommunikationsvorgangs sein kann/soll. Wie bei Vermeer und Hönig / Kußmaul wird die Bedeutung des Ausgangstextes der retrospektiven Ansätze relativiert, da es bei der Translation nicht um die „Übersetzung" von Texten, Textteilen oder gar Sprachen geht (vgl. Holz-Mänttäri 1984). Translatorische Entscheidungen sind hauptsächlich das Ergebnis von funktionalen Gruppenentscheidungen, bei denen die Textstrukturen des Ausgangstextes, Holz-Mänttäri bezeichnet

den Text deswegen als „Botschaftsträger", nur eine Nebenrolle spielen. Der „Experte für interkulturelle Kommunikation" verarbeitet „zu kommunizierende Sachverhalte und Koordinationsstrategien, sprachliche und andere Kommunikationsmittel als Material und benutzt verschiedenartige Werkzeuge" (Holz-Mänttäri 1986: 367), mit denen er als „professioneller Texter oder Textdesigner [...] Designtexte für die Verwendung durch andere in deren Handlungsituation [entwirft und produziert]" (Holz-Mänttäri 1993: 303).

Aus diesem Konzept heraus entwickelt sich Holz-Mänttäris besonderes Interesse an der Beschreibung von Berufsprofilen, die die geeignete Translatorenausbildung gewährleisten sollen, in der „die ererbte und erlernte Kommunikationsfähigkeit des Individuums [...] nun zu Expertenkompetenz artifiziert und professionalisiert werden muß" (Holz-Mänttäri 1986: 370). Die auf Expertenwissen basierte Freiheit des Translators muß durch eine praxisorientierte Ausbildung die Qualität des professionellen Handelns garantieren, wobei es die Aufgabe der Translatologen (Professoren, Dozenten, Lektoren usw.) sein soll, die theoretischen Grundlagen zu erarbeiten, die das „Konzept für translatorisches Expertenhandeln" (Holz-Mänttäri 1986: 370) beschreiben und einen Translator hervorbringen, der „Experte für die Ausführung des Handlungskonzepts 'Translation'" (Holz-Mänttäri 1984b: 84) ist. Holz-Mänttäris didaktisches Konzept kommt so den Forderungen Stellbrinks (1984 und 1985) entgegen, der die traditionelle Ausbildung an Übersetzerschulen und Universitäten sehr kritisch bewertet: „Die Studenten sollten in einem Seminar zur Übersetzungstheorie nicht mit den vielfältigen Möglichkeiten der Übersetzung des englischen „it" in das Gälische vertraut

gemacht werden, sondern sie sollten lernen, daß eine Übersetzung lediglich ein Glied in einer Kette zur Erreichung eines Gesamtzieles ist, deren Zweck nicht in der Übersetzung, sondern in der Erreichung des Gesamtzieles besteht" (Stellbrink 1985: 26, zitiert nach Snell-Hornby 1988:48).

Zusammenfassend definiert Holz-Mänttäri (1986: 366) translatorisches Handeln als Expertenhandlung wie folgt:

„Durch „translatorisches Handeln"
als Expertenhandlung
soll ein Botschaftsträger „Text"
im Verbund mit anderen Botschaftsträgern
produziert werden,
ein Botschaftsträger „Text",
der in antizipierend zu beschreibender Rezeptionssituation
zwecks kommunikativer Steuerung von Kooperation
über Kulturbarrieren hinweg
seine Funktion erfüllt".

3.5.1.4 Übersetzungsrelevante Textanalyse aus funktionalistischer Perspektive

Christiane Nord (1988) entwickelte im Rahmen der funktionalistischen Übersetzungstheorie ein Textanalysemodell, das die theoretischen Erkenntnisse der oben vorgestellten Modelle (handlungsorientierte und funktionalistische Translationskonzepte) für die Didaktik und Praxis der Übersetzung nutzbar machen will. Sich vom Radikalismus des Holz-Mänttärischen Modells distanzierend[52], führt sie den ethisch verstandenen Begriff der Loyalität gegenüber sowohl dem Ausgangstext-Sender als auch dem Zieltextempfänger ein, der „neben der Funktionsgerechtigkeit als oberstem Ziel (...) gleichzeitig aber auch eine bestimmte Form der Anbindung an den Ausgangstext" (Nord 1988: 32) fordert. Unter dieser Anbindung des Translators versteht sie, daß „er die Intention des Autors nicht verfälscht" (Nord 1988: 32), indem er als „Textproduzent-in-Z, der in fremdem Auftrag, aber unter Berücksichtigung der Loyalität gegenüber seinen Handlungspartnern einen funktionsgerechten ZT produziert" (Nord 1989: 100). Sie unterscheidet in diesem Zusammenhang zwei Funktionsrelationen zwischen Ausgangstext und Translat: a) die dokumentarische Funktion, wo das Translat „*Dokument* einer vorangegangenen, ausgangskulturellen Kommunikationshandlung" (Nord

---

[52] Hierzu schreibt Nord (1988: 31): „Holz-Mänttäri sieht translatorisches Handeln offenbar als den Oberbegriff zu Translation an, wenn sie schreibt:
Translatorisches Handeln ist folglich auffassbar als das Handlungskonzept 'Translation' für den Translations-Experten und das Kooperationsmuster 'Bedarfsträger + Translations-Experte' für den Bedarfsträger und den Translator resp. alle Sozietätsmitglieder (Holz-Mänttäri 1984: 42f.).
Die Produktion eines bestimmten (Ziel)Textes unter translationsähnlichen oder nicht-translatorischen Bedingungen, aber ohne Anbindung an einen vorgegebenen Ausgangstext,

1989: 102) sein kann; b) die instrumentale Funktion, wo das Translat „(Kommunikations)**instrument** in einer neuen zielkulturellen Kommunikationshandlung [ist], für das der AT (...) eine Art Modell abgibt" (Nord 1989: 102). Beide Transferfunktionen verlangen je nach Transferzweck und Transferfokus verschiedene Transferprozeduren, die bei der Dokumentfunktion Wort-für-Wort, wörtliche, philologische oder exotisierende Übersetzungen sein können, während die Instrumentfunktion, funktionskonstante, funktionsvariierende oder korrespondierende Übersetzungen verlangt (vgl. Nord 1989: 102-105).

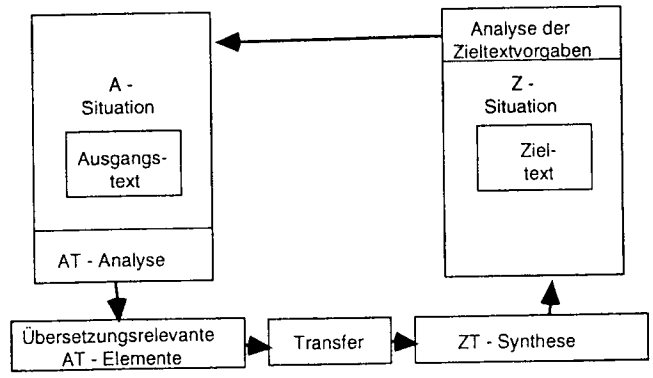
Die Aufgabe der Textanalyse ist es entsprechend „festzustellen, welche Elemente des AT [Ausgangstextes] bewahrt werden können und welche zur Erfüllung des Skopos in welcher Weise verändert werden müssen" (Nord 1988: 33f.). Nord übernimmt die Auffassung von Reiß / Vermeer (1984), „nach welcher der Translator dem Zieltextrezipienten ein Informationsangebot über das Informationsangebot des AT macht" (Nord 1988: 37) und ergänzt die Funktion des Auftraggebers, der durch die Formulierung des Auftrages das Informationsangebot mitsteuert.

Der Übersetzungsprozeß, wie er hier verstanden wird, vollzieht sich in einem zirkulären Prozeß (Figur 4) im Sinne der modernen Hermeneutik-Auffassung der kybernetischen Bewegungen, in denen „jeder Schritt 'vorwärts' gleichzeitig mit einem Blick 'zurück' verbunden wird, daß jede neue Erkenntnis im Laufe des Analyse- und Verstehensprozesses

---

ist jedoch nach meinem (durch den in unserer Kultur geltenden Übersetzungsbegriff zweifellos geprägten) Verständnis nicht als „Translation" zu bezeichnen".

gleichzeitig auch zurückwirkt auf vorherige Erkenntnisse, die dadurch bestätigt oder aber auch korrigiert werden" (Nord 1988: 40), wobei der erste



Figur 4 In: Nord (1988: 39)

Schritt die Analyse der Zieltextvorgaben und der zweite Schritt die Ausgangstextanalyse vorsieht, wo das „Hauptaugenmerk auf den Textelementen [liegt], die entsprechend dem Skopos für die ZT-Formulierung von besonderer Bedeutung sind" (Nord 1988: 38).

Indem Nord den Text in einer Kommunikationssituation versteht, in der er eine bestimmte Funktion ausübt, unterscheidet die Autorin Faktoren der kommunikativen Situation, die textinterner und textexterner Natur sind und die mittels der von Lasswell entwickelten W-Fragen[53], die Nord „im Hinblick

---

[53] WER übermittelt
WOZU
WEM
über WELCHES MEDIUM
WO
WANN
WARUM
einen Text

auf ihre Relevanz für die Translation zum Teil restriktiver interpretiert" (Nord 1988: 286), herausgearbeitet werden können.

Diese übersetzungsrelevante Textanalyse ist vordergründig für den Übersetzungsunterricht entwickelt worden, um die Rezeption von Texten von der Beliebigkeit zu befreien, indem die Aufmerksamkeit des Übersetzers auf die von diesem Ansatz entwickelten relevanten Faktoren gelenkt wird, und um die theoretischen Erkenntnisse in einem in der Praxis anwendbaren Modell operationalisierbar zu machen und ist damit „die Didaktisierung des von Reiß / Vermeer (1984) theoretisch entwickelten Faktorenmodells der Translation" (Stolze 1994: 176). Dabei geht es der Autorin um die Erstellung eines Modells, das in seiner theoretischen Grundlegung sprachen- und kulturunabhängig ist, in dessen methodologischer Grundlegung jedoch aus einem kulturspezifischen und sprachenpaarspezifischen Teil besteht (vgl. Nord 1987)[54], der seine Verwendbarkeit demonstrieren soll.

---

einen Text
mit WELCHER FUNKTION?
WORÜBER
sagt er
WAS
(WAS NICHT)
in WELCHER REIHENFOLGE
unter Einsatz WELCHER NON-VERBALEN ELEMENTE
in WELCHEN WORTEN
in WAS FÜR SÄTZEN
in WELCHEM TON
mit WELCHER WIRKUNG? (Nord 1988: 41).
Diese Fragen können nach ihrem Bezug auf die Kommunikationssituation bzw. auf den Text den textexternen und den textinternen Faktoren zugeordnet werden.

54 In dem im Vorjahr der Veröffentlichung ihres didaktischen Textanalysemodells *Textanalyse und Übersetzen* (1988) erschienenen Artikel über Übersetzungslehrwerke stellt Nord (1987) zehn Thesen zum Thema „Übersetzungslehrbuch" vor, die mit entscheidend für das Konzept der übersetzungsrelevanten Textanalyse gewesen sind.
„These 1: Übersetzungslehrbücher ohne klar definierte, theoretisch-methodische Grundlage sind als Lehr- oder Arbeitsbücher zum Übersetzen nicht geeignet.
These 2: Ein Übersetzungslehrbuch muß ausdrücklich an einen bestimmten Adressatenkreis gerichtet und an dessen Zielsetzungen orientiert sein.

3.5.1.5 Zusammenfassender Kommentar

Die funktionalistische Translationstheorie entsteht im Ursprung im Spannungsfeld zweier extremer Positionen in der Bewertung „der Wertveränderungen von Textelementen und Texten beim Transfer eines Ausgangstextes in einen Zieltext" (Reiß / Vermeer 1984: 29). Die eine Position linguistischer Prägung ignoriert die soziokulturellen Determinanten im Transferprozeß und setzt $I_1 = I_2$ und geht in dem Sinne von einer anzustrebenden Inhaltsinvarianz im Transferprozeß aus. Im Gegensatz dazu sieht die andere extreme Position die Sprache als ein wirklichkeitsinterpretierendes Phänomen, das die Dinge im Lichte einer spezifischen Perspektive erblicken läßt. Der daraus resultierende sprach-kulturelle Relativismus macht die Übersetzung unmöglich, da eine Verbindung zwischen den verschiedenen Perspektiven nicht ohne Verfälschung möglich ist (Sapir-Whorf-Hypothese). Die Skopostheorie soll nun eine Strategie bieten, die sich in der Mitte dieser Extreme ansiedelt und zwar „genau dort, wo Textfunktion des ZS-Textes und soziokulturelle Determinanten sich schneiden" (Hönig / Kußmaul 1982: 52-53) (vgl. auch

---

These 3: In ein Übersetzungslehrbuch gehört so wenig 'abstrakte' Übersetzungstheorie wie möglich und soviel anwendbare und angewandte Theorie wie für die Bearbeitung des Übungsmaterials nötig.
These 4: Die Arbeit mit dem Übersetzungslehrbuch soll zur selbstständigen Bewältigung der behandelten Übersetzungsprobleme auch außerhalb der Lehrbuchsituation anleiten.
These 5: Das Übersetzungslehrbuch muß zum sachgerechten Gebrauch der für die Überwindung von Übersetzungsschwierigkeiten erforderlichen Hilfsmittel anleiten.
These 6: Ein Übersetzungslehrbuch sollte neben Übersetzungstexten auch ausgangs- und zielsprachliche Parallel- und Vergleichstexte und fertige Übersetzungen enthalten.
These 7: Die Auswahl der Texte bzw. Textsorten ist adressatenabhängig.
These 8: Texte, über deren Originalsituation keine (expliziten oder aus der Präsentation erschließbaren) Informationen vorliegen, sind unübersetzbar.
These 9: Die Übersetzungen von Texten eines Übersetzungslehrbuches ist kein 'Wert an sich', sondern ein Mittel zum Zweck: Mit jedem übersetzten Text muß die translatorische Kompetenz des Lernenden gezielt erweitert werden.
These 10: Musterübersetzungen und Übersetzungsvarianten ohne Angabe des Bezugsrahmens sind didaktisch wertlos" (ibid.: 65-82).

Reiß / Vermeer 1984: 26-29). Mit anderen Worten wird die Wertveränderung als unvermeidlich akzeptiert, jedoch durch die Funktion des Textes genau festgelegt, was „verfälscht" werden darf und was nicht. Die Veränderung wird als zweckgerichtetes Adaptieren eines Ausgangstextes an die kulturspezifischen Lesererwartungen der Zielkultur nicht nur legitimiert, sondern vorausgesetzt.

Hönig und Kußmaul (1982) zeigen ungewollt, daß diese Argumentation zuweilen Alibifunktion hat. Um zu zeigen, wie die Wertveränderung eines Textes als „nachvollziehbares Kalkül" gerechtfertigt ist, greifen sie die englische Bezeichnung *public school* heraus und formulieren zwei Sätze, in denen die gleiche Bezeichnung eine andere Funktion hat und entsprechend auch eine unterschiedliche Übersetzung erfahren muß. So wird für den Satz „When his father died, his mother couldn't afford to send him to Eton any more." die Übersetzung „Als sein Vater starb, konnte seine Mutter es sich nicht mehr leisten, ihn auf eine der teuren Privatschulen zu schicken". Sie rechtfertigen ihr Vorgehen auf recht skurrile Weise: „Selbstverständlich sind solche Beispiele künstlich, weil sie fälschlich suggerieren, daß Übersetzer Sätze zu übertragen haben. Doch für unsere Zwecke wollen wir so tun, als ob diese beiden Sätze nicht nur Äußerungen, sondern auch der ganze Text wären" (sic!) (Hönig / Kußmaul 1982: 53). Dabei unterläuft den Autoren methodisch ein Fehler, denn abgesehen davon, daß diese Einzelbeispiele nicht gerade den Blick auf das Textganze eröffnen, wird es versäumt, jegliche Kontextangaben zu geben, die im theoretischen Konzept dieses Ansatzes eine fundamentale Rolle spielen. Die Argumentation wird unglaubwürdig, da ja den Autoren zufolge kontextloses Übersetzen nicht möglich ist. Das erklärt vielleicht die übertriebene Behandlung dieses

Beispiels, auf die Newmark (1988: 198) hinweist. Es könnte nämlich durchaus die Funktion des Textes sein, Elemente der fremden Kultur unübersetzt zu vermitteln, zumal wenn sie allgemein bekannt sind.[55] Dann wäre eine Übersetzung wie „Als sein Vater starb, konnte seine Mutter es sich nicht mehr leisten, ihn auf die renommierte Eton-Privatschule zu schicken." sicherlich zu vertreten. Dieses Beispiel deutet darüber hinaus auf ein weiteres Problem dieses Ansatzes hin, der dem Übereifer des Übersetzers, von dem Neubert spricht, entgegen kommt, alles übersetzen zu wollen und den Leser allzu „protektionistisch" zu behandeln. Letztlich wird in ihrem Lehr- und Arbeitsbuch, in dem es im Kapitel 8 um Wortbedeutungen und im Kapitel 9 um syntaktische Probleme geht, eine Worttheorie vorgestellt, die in der Praxis nicht über Einzelbeispiele hinausgeht.

Mit dieser Problematik eng verbunden ist eine der Hauptvorgaben der Skopostheorie von Vermeer und auch des Konzeptes von Holz- Mänttäri - die Entthronung des heiligen Originals (von der auch Hönig / Kußmaul sprechen). Zweifellos hat dieser funktionalistische Ansatz neue Impulse für die Übersetzungstheorie gebracht, indem unter pragmatischer Perspektive neue Faktoren in den Blickwinkel gerückt worden sind, die bis dato vernachlässigt worden waren (vgl. Franco 1997: 19f). Die neue Sichtweise mußte sich dennoch den Vorwurf gefallen lassen, nicht mehr genau

---

[55] Newmark (1988: 198) schreibt dazu: „Hönig and Kussmaul carry the functional theory of translation to its extreme, when they translate 'those double-barrelled names' as 'those proud names' (*jene stolzen Namen*) and 'his mother couldn't afford to send him to Eton any more' as 'his mother couldn't afford to send him to one of the expensive private schools any more' (*seine Mutter konnte es sich nicht mehr leisten, ihn auf eine der teuren Privatschulen zu schicken*). They are right in assuming that, for the TL reader, the functions of 'double-barrelled names' and of 'Eton' are more important than their descriptions in this context but

definieren zu können, was man eigentlich noch als Übersetzung betrachten darf und was nicht. Im Anschluß fragt man sich weiter, ob diese allzu „marktorientierte" (vgl. Kohlmayer 1988) Theorie die sprachliche Kommunikation nicht zu sehr banalisiere und auf ihren einfachsten Nenner herunterqualifiziere. Es stellt sich die Frage, ob z. B. in der Literatur sich der Text auf ein Informationsangebot reduzieren lasse, der dann zielgerecht auf den Erwartungshorizont des Zielpublikums zugeschneidert werden solle. Der Text als Ware, die verkauft werden muß, diese Vision distanziert viele Theoretiker von den Thesen Vermeers et alii. Gerade die Literatur ist auf neue, fremde Impulse angewiesen, die gerade durch das Durchbrechen erwarteter, kollektiver Normen gewonnen werden können. Eine Theorie, die nur „einem Herren dient", ist letztlich nicht in der Lage, einem anderen Herren gerecht zu werden, zumal der andere Herr eine eigenständige und individuelle Natur besitzt. Der Übersetzer macht sich so zum Herren über den einen, um dem anderen zu dienen. Ich teile die Ansicht von Cerny (1991), der anläßlich einer Untersuchung von Arno Schmidts Übersetzung der *Ligeia* Poes davon ausgeht, daß die Übersetzung den Individualstil eines AT erkennbar machen soll, und der sich daher gegen eine Eindeutschung eines Werkes ausspricht, was das Postulat „der Analogie der Form", das aus Reiß' und Vermeers (1984) Äquivalenzdefinition als „Adäquatheit bei Funktionskonstanz zwischen Ausgangs- und Zieltext" (Reiß / Vermeer 1984: 140) folgerichtig mit sich bringt. Vielmehr vertritt er die These Schleiermachers, der die Aufgabe des Übersetzers darin sieht, „den Leser die Fremdheit des Ausgangstextes spüren zu lassen und falsche

---

both 'double-barrelled names' and 'Eton' are significant cultural facts and normally the TL reader should not be deprived of them".

Vertrautheit zu vermeiden" (Cerny 1991: 146). Besonders in der Fremdheit zeige sich der „schöpferische Aspekt der Übersetzung" und die Voraussetzung sei gegeben, „die Möglichkeiten der eigenen Sprache auszuweiten". Der Verstoß gegen die Konvention bewirke die Verfremdung, die die russischen Formalisten als „die Bedingung des literarischen Wandels erkannten". Demnach obliegt es dem Übersetzungskritiker die „Art von Äquivalenz zwischen AT und ZT" zu eruieren und nach der Meinung des Übersetzers über den Autor, nach seiner Übersetzungskonzeption und Sprachauffassung zu fragen und „nicht zuletzt nach der literarischen Affinität zwischen Übersetzer und Autor" zu forschen (vgl. Cerny 1991: 146). Vermeer unterschätzt die Anpassungsfähigkeit und Wandelbarkeit der Sprachen, wenn er in einem Aufsatz zur Hermeneutik Schleiermachers behauptet, daß das verfremdende Übersetzen, wie es Schleiermacher vertritt, nur innerhalb einer Kultur möglich ist, da es unmöglich sei „die Kultur eines Werkes (bzw. wieder seines Ausgangsautors) so [zu] übersetzen, daß sich der Leser des Translats in diese (Ausgangs)kultur versetzt fühlen kann" (Vermeer 1994a: 173). Darüber hinaus scheint es mir, daß es nicht Schleiermachers Ziel war, den Leser in die fremde Kultur zu versetzen, dann wäre dem Leser möglicherweise alles fremd, sondern es ging ihm vielmehr darum, den Leser die fremde Kultur verspüren zu lassen, indem er zwar „den Bereich seiner Muttersprache nicht verlassen muß" (Schleiermacher zitiert nach Vermeer 1994a: 173), aber doch ihr unkonventionelle, von der Ausgangssprache abgeleitete Formulierungen zuläßt, die somit z. B. die stilistischen Eigenarten des Ausgangstextes assimilieren.

Die Skopostheorie kann, so gesehen, der Besonderheit des literarischen Textes und der Sprache nicht vollauf gerecht werden und wird so zu einer Theorie einer marktorientierten Trivial- und Gebrauchsliteratur.[56] Dieser Logik folgend faßt Kohlmayer (1988) die am Skoposmodell am häufigsten geübte Kritik zusammen: „Der Übersetzer, der die Intention des Autors ignoriert und dem angeblich vernommenen 'Leserwunsch' unterordnet oder anpaßt, bevormundet jenen Teil des Publikums, dem am Kennenlernen der Intention des Autors mehr liegt als daran, ein zensiertes, dem Zielsystem konformes Informationsangebot über das Original zu erhalten. Zweitens ist keine Zielsprache und Zielkultur so *statisch* und lernunfähig, daß der Übersetzer gezwungen wäre, all das, was aus historischen Gründen in Zielsprache und -kultur unbekannt ist, in Altbekanntes zu verwandeln. Der kompetente literarische Übersetzer wird sich nicht damit begnügen, den absoluten Primat des Klischees anzuerkennen, sondern sich bemühen, auch historisch Niedagewesenes auszudrücken" (Kohlmayer 1988: 151). Ähnlich argumentierend, hebt Newmark (1991: 106) die Tatsache hervor, daß die Konzentrierung auf die Funktion einer Übersetzung zu einer unzulässigen Vereinfachung des Übersetzungsprozesses führt: „What was not grasped was the danger of oversimplification that is inherent in functionalism, the concentration on the message at the sacrifice of the richness of the meaning and to the detriment of the authority of the source language text".

---

[56] Vgl. hierzu auch Gardt (1989), der einräumt, daß diese theoretischen Modelle sich in erster Linie für Gebrauchstexte eignen, wo die handlungspragmatischen Einbindungen sinnkonstituierend sind. „Je weniger dies der Fall ist (etwa bei literarischen Texten) und je extremer die Begriffe von Handlung und Zweck gehandhabt werden, desto problematischer scheint (...) eine pragmatische Übersetzungstheorie zu sein" (ibid.: 53).

Daß die Theorie des Skopos in der Praxis sich nicht so radikal vom Ausgangstext lösen kann, wie sie es in der Theorie verlangt, zeigt das Textanalysemodell von Nord, das sich ausdrücklich auf Vermeers Theorie beruft. In ihrem Modell spielt gerade der Ausgangstext eine konstituierende Rolle für den Zieltext, der durch die in der Lasswell-Formel enthaltenen Fragen bis ins kleinste Detail durchleuchtet wird.[57] Im Bereich der Syntax sind für sie „neben den klassischen syntaktischen Stilmitteln wie z. B. Chiasmus, Parellelismus, Aposiopese und Ellipse [...] Abweichungen von der syntaktischen Norm zur Erzielung einer besonderen Wirkung ein interessantes stilistisches Mittel. In solchen Fällen muß zunächst die Art der Abweichung ermittelt werden; dann ist die Funktion der Abweichung zu bestimmen und, bei einer entsprechenden Zielvorgabe, die Möglichkeit einer Übertragung zu überprüfen" (Nord 1988: 139). Der Seiltanz zwischen Theorie und praktischer Handhabung führt zu einer fragwürdigen Argumentation, denn, was für eine andere Funktion kann die Abweichung schon haben, als einfach abweichend sein zu wollen? Was heißt in diesem Kontext eine „entsprechende Zielvorgabe" oder, anders gefragt, was wäre eine nicht entsprechende Zielvorgabe? Anscheinend mißt Nord den Zieltextvorgaben selbst nicht viel Bedeutung bei, da sie in dem weiter unten aufgeführten Beispiel zu diesem Punkt, einer Übersetzung der Erzählung „Los cachorros" von Mario Vargas Llosa, die Zielvorgaben nicht vorgibt, die eigentlich das Kriterium des translatorischen Handelns sein sollten. Und was heißt letztlich „die Möglichkeit einer Übertragung zu prüfen"? Ist die

---

[57] Wie wichtig der Ausgangstext für das Modell von Nord ist, beweist der Blick in das Inhaltsverzeichnis. Von insgesamt vier Kapiteln (das fünfte Kapitel bringt Textbeispiele, an denen das Modell exemplarisch angewandt wird) sind zwei ausschließlich mit dem Ausgangstext beschäftigt (141 Seiten von 202).

Abweichung in manchen Sprachen nicht möglich? Wahrscheinlich meint die Autorin eine Abweichung, die in der Zielsprache genau so abweicht, wie es der Ausgangstext tut. Ihr Beispiel deutet in diese Richtung, da sie eine wörtlichere Übersetzung vorschlägt als die von ihr kritisierte von W.A. Luchting, die sie ablehnt. Von einer „Entthronung des heiligen Originals" kann man hier wohl kaum sprechen.

3.5.2 Der hermeneutische Ansatz

Die Hermeneutik als philosophische Erkenntnistheorie konzentriert sich auf die Auslegungskunst und eine auf das Verstehen zentrierte Lehre vom Menschen. Ihr liegt die Einsicht zugrunde, daß der Mensch als ein auf Verstehen hin angelegtes Wesen gar nicht umhin kann, die Erfahrung von Geschichte in Sinn zu verwandeln, gleichsam hermeneutisch zu verkraften, um leben zu können. Welterfahrung ist demnach immer an Weltdeutung gebunden.

Der hermeneutische Ansatz in der Übersetzungswissenschaft konzentriert sich folglich vor allem auf die interpretatorische Arbeit des Verstehens, indem der Übersetzer den Ausgangstext seiner Auslegung unterzieht. Wichtiger Ausgangspunkt dieser Überlegungen ist die Sprachphilosophie in der Tradition Diltheys und Heideggers von Hans-Georg Gadamer[58], für den die Sprache nicht nur das Mittel ist, „mit welchem

---

[58] Szondi (1978) bezeichnet Wilhelm Dilthey und Schleiermacher als die Neubegründer der philosophischen Hermeneutik, die auf dem Höhepunkt des Deutschen Idealismus die Analyse des Verstehens vertreten. „Schleiermacher wurde durch Diltheys Arbeiten zum Vorbild der Hermeneutik unseres Jahrhunderts. Sprach aber Dilthey noch von der Analyse

der Mensch dem anderen anzeigt, was er denkt und will, sondern Sprache hat Bedeutung in sich." (Paepcke 1986: 483). Die Sprache ist ein Zusammenhang von Sinngehalten, in den der Mensch hineingeboren wird und den er sich zu eigen macht. Der Mensch „lebt im Medium der Sprache" wie Gadamer einmal formuliert hat (vgl. Gadamer 1975: 362). Ein wichtiger Ausgangspunkt für seine philosophischen Überlegungen, die ihn „später auf ein Grundproblem der Hermeneutik führen sollte, die Sprachlichkeit des Verstehens" (Gadamer 1989: 3N), war eigentlich eine der Grundfragen der Übersetzung, nämlich die Frage, wie gebe ich Begriffe einer fremden und vergangenen Lebenswelt in Begriffen unserer eigenen Lebenswelt wieder? Aus dieser Überlegung heraus entwickelte er die Einsicht, daß „Sprache erst im Gespräch ihr eigentliches Leben hat" (Gadamer 1989: 4N) und das die Übersetzung den Extremfall des hermeneutischen Vorgangs, die Verdoppelung des Gesprächs, bedeutet (vgl. zum Thema Übersetzung bei Gadamer 1975: 362-365). Voraussetzung ist dann für eine funktionierende Kommunikation das Suchen nach einem gemeinsamen geistigen Horizont (z. B. in einem Gespräch). Nur dort kann man eine Frage stellen, wo man schon ein bestimmtes Vorwissen mitbringt, „wo man Ganzes aus den Teilen und Teile aus dem Ganzen versteht. Solche Vorverständnisse sind

---

des Verstehens als dem *sicheren Ausgangspunkt für die Regelgebung,* so wurde es in seiner Nachfolge immer mehr Brauch, vom Höhenflug einer Philosophie des Verstehens zur irdischen Praxis der Auslegung und ihrer Methodenlehre nicht mehr zurückzukehren. Heidegger hat 1927 in *Sein und Zeit* vom Verstehen als einem Existenzial gehandelt, und sein Schüler Hans-Georg Gadamer, der 1960 *Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik* unter dem Titel *Wahrheit und Methode* vorlegte, verwahrt sich energisch dagegen, daß man von seinem Buch eine Methodenlehre erwarten könne. Fragt man heute nach Schleiermachers Lehre vom Verstehen, so empfiehlt es sich (...) die Überlegungen Schleiermachers zur Praxis des Verstehens zu beachten, seinen Entwurf einer neuen, auf die Beobachtung des Sprachmaterials gegründeten Hermeneutik. Sie zeigt Schleiermacher als möglichen Lehrmeister für eine noch ausstehende neue Interpretationslehre, zu deren Ausarbeitung die Literaturwissenschaft mit der neueren Sprachwissenschaft sich verbünden muß, um über jene heute übliche Praxis der Interpretation hinauszugelangen, die meist wenig mehr ist als der Rechenschaftsbericht eines Literaturgenießenden" (ibid.: 108-109).

sprachliche, kulturelle, existentielle Situationen, an denen der Einzelne partizipiert" (Hirschberger 1961: 219). Jedes Verstehen bewegt sich „innerhalb der hermeneutischen Regel, daß man das Ganze aus dem Einzelnen und das Einzelne aus dem Ganzen verstehen müsse. (...) Die Antizipation von Sinn, in der das Ganze gemeint ist, kommt dadurch zu explizitem Verständnis, daß die Teile, die sich vom Ganzen her bestimmen, ihrerseits auch dieses Ganze bestimmen. (...) Die Aufgabe ist, in konzentrischen Kreisen die Einheit des verstandenen Sinnes zu erweitern. Einstimmung aller Einzelheiten zum Ganzen ist das jeweilige Kriterium für die Richtigkeit des Verstehens. Das Ausbleiben solcher Einstimmung bedeutet Scheitern des Verstehens" (Gadamer 1975: 275).

Dieser 'hermeneutische Zirkel' verlangt von dem Verstehenden, daß er sich dem anderen öffnet, sich auf eine neue Erfahrung empathisch einläßt. Während die analytischen Theorien Distanz zum Objekt der wissenschaftlichen Betrachtung halten und dabei auf die objektive Erfahrung bauen, um transsubjektive Erfahrungshorizonte aufzubauen, setzt die hermeneutische Erkenntnistheorie auf der Basis eines sinnstrukturierenden Vorverständnisses auf die verstehende Aneignung des Objektes, die vom Verstehenden ein Zusammenführen von Horizonten verlangt, was Gadamer unter dem Begriff der 'Horizontverschmelzung' veranschaulicht.[59] Der analytischen Horizontbeobachtung, die die Person

---

[59] Hierzu schreibt Gadamer: „Wir waren davon ausgegangen, daß eine hermeneutische Situation durch die Vorurteile bestimmt wird, die wir mitbringen. Insofern bilden sie den Horizont einer Gegenwart, denn sie stellen das dar, über das hinaus man nicht zu sehen vermag. Nun gilt es aber den Irrtum fernzuhalten, als wäre es ein fester Bestand von Meinungen und Wertungen, die den Horizont der Gegenwart bestimmen und begrenzen, und als höbe sich die Andersheit der Vergangenheit dagegen wie einen festen Grund ab. In Wahrheit ist der Horizont der Gegenwart in steter Bildung begriffen, sofern wir all unsere

hintanstellt, um die Sache in all ihren beobachtbaren Dimensionen objektiv zu ergründen und zu dokumentieren, wird die hermeneutische Horizontverschmelzung gegenübergestellt, wo das Individuum die Sache auf sich zu bewegen läßt und sein Verhalten dem Objekt gegenüber durch die persönliche Weltansicht und Biographie bestimmt ist. Der Einzeltext ist so gesehen eine organische Ganzheit, die produktiv nur empathisch behandelt werden kann, d.h. als Ergebnis einer individuellen Texteinfühlung, die der Einmaligkeit des Textes gerecht werden muß.

So wird aus dem Textverstehen ein Lernprozeß, in dem vorhandenes Wissen mobilisiert und bereichert wird. Je größer der kulturelle, historische, sprachliche und funktionale Abstand des Übersetzers zum Text ist, desto schwieriger wird sein Verstehen. Die systematische Textexegese, die noch nicht realisierte Aspekte des Textgehaltes ins Bewußtsein ruft, die vorher im intuitiven Verlauf unbewußt geblieben sind, versucht dieses Hindernis zu überwinden und das Gemeinte im Gesagten offenzulegen. Dabei sind die Textoberflächenstrukturen, das Gesagte, nur ein Indiz einer umfassenderen Realität, die hinter jeder Oberflächenstruktur eines Textes liegt und durch Horizontverschmelzung sichtbar wird. In diesem Sinne verlangt die Übersetzung einen Mitvollzug des Gemeinten, der sich von den Oberflächenstrukturen zu lösen weiß und mimetisch eine neue, künstlerisch nachgestaltende Struktur ergibt, die nicht auf Treue, sondern auf Identifikation gegründet ist.

Vorurteile ständig erproben müssen. (...) Es gibt so wenig einen Gegenwartshorizont für sich, wie es historische Horizonte gibt, die man zu gewinnen hätte. *Vielmehr ist verstehen immer der Vorgang der Verschmelzung solcher vermeintlich für sich seiender Horizonte* " (Gadamer 1975: 289).

Auf dieser Argumentation baut Radegundis Stolzes (1992) Konzept des hermeneutischen Übersetzens auf, das sie den linguistischen Perspektiven gegenüberstellt, und wo sie konkret an Wilss' *Kognition und Übersetzen* (1988) Kritik übt. Die Übersetzungswissenschaft wird als selbständige Disziplin, die sich von der allgemeinen Sprachwissenschaft losgelöst hat, angesehen, und erklärtes Ziel der Autorin ist es, die Kluft zwischen Praktikern und Theoretikern zu überwinden, indem die Theorie die Beobachtung des praktischen Vollzugs und Beschreibung der Praxis ist, um Unwägbarkeiten der Praxis lösen zu helfen und so die Motivation des Praktikers zur Theorie zu wecken. Übersetzungswissenschaft wird vor allen Dingen als angewandte Wissenschaft verstanden, die „eigenständigen Gebrauch von unterschiedlich erzielten Forschungsergebnissen" (Stolze 1992: 265) machen könne. Diese Multiperspektivität, „die dem Wesen des Übersetzens entspricht" (Stolze 1992: 265), mache „die wissenschaftliche Erforschung von Einzelaspekten des Übersetzungsprozesses (...) [zur] Voraussetzung und Teil einer hermeneutisch orientierten Übersetzungswissenschaft" (Stolze 1992: 265), die, wie sie an anderer Stelle definiert, „diejenigen sprachwissenschaftlichen und kognitiven Methoden, welche im Sinne translatorischer Kategorien die individuelle Übersetzungslösung begründen helfen" (Stolze 1994: 234), sammelt und beschreibt. Eine so verstandene Übersetzungswissenschaft trägt im Stile der „traductologie productive' von Ladmiral (1988: 41) zur Konzeptualisierung der Übersetzungspraxis bei.

Ladmirals *théorèmes*, Vorläufer des Stolzschen Modells, in *Traduire: théorèmes pour la traduction* (1979) entwickelt, stellen ein hermeneutisches

Konzept vor (vgl. 1979: 216-233), in dem der Übersetzer in einem metakommunikativen Prozeß, wie der Autor die Übersetzung definiert, den Sinn eines Textes wiedergibt. Die Vorstellung der Übersetzung als 'Transkodierung' von sozusagen gleichwertigen Terminologien wird entschieden zurückgewiesen. Ladmiral sieht in der Rezeption eines Ausgangstextes durch den Übersetzer die Interpretation, die sich in der Auslegung eines Textes manifestiert und die einen Sinn herstellt, der die Bedingungen der Zielkultur und Zielsprache berücksichtigt und daher gleichzeitig von ihnen mit geprägt ist (vgl. 1979: 232). In diesem Sinne sind die Übersetzungen Durchführungen, vergleichbar mit den musikalischen Durchführungen der virtuosen Interpretationen eines Solisten. Der Übersetzer wird seiner subalternen Stellung enthoben und zum Schriftsteller des Schriftstellers. Was Marcel Proust für die Pflicht des Schriftstellers hält („Le devoir et la tâche d'un écrivain sont ceux d'un traducteur" (1979: 233)), gilt umgekehrt, nach Ladmiral, auch für den Übersetzer.

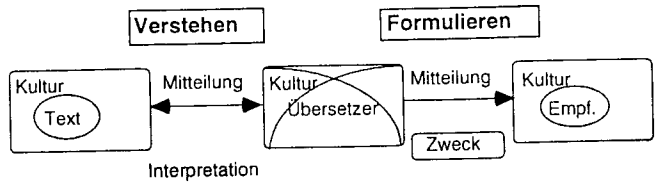
Ladmiral geht in *Traduire: théorèmes pour la traduction* zur Veranschaulichung seiner Theorie von zwei Begriffen von Habermas aus, die er ins Französische übersetzen möchte (anläßlich seiner Übersetzung (1973) ins Französische von „Technik und Wissenschaft als Ideologie" (1968)). Dabei stellt er fest, daß der Übersetzer in manchen Fällen Übersetzungslösungen finden muß, die den Begriff entweder erweitern („incrémentalisation") oder verkürzen („entropie"). Das liegt daran, daß manche Begriffe der einen Sprache bestimmte Inhalte vermitteln, die dem scheinbar „äquivalenten" Begriff der anderen Sprache fehlen. So hat der Übersetzer die Möglichkeit, entweder den zielsprachlichen Begriff zu erweitern, wenn es sich um einen Schlüsselbegriff handelt, oder er gibt eine

den Ausgangsbegriff reduzierende Lösung, wenn es sich um einen für den konkreteren Text unwesentlichen Begriff handelt (vgl. 1979: 218-220). Diese Übersetzungsentscheidung („choix de traduction", S.220) ist Ausdruck einer Differenz in der semantischen Konnotation eines Begriffes in zwei Sprachen. Da der Sinn und nicht Wörter übersetzt werden („on ne traduit pas des mots mais des idées" (Daniel Moskowitz, in: Vinay / Darbelnet (1968: 37)), kann es durchaus passieren, daß das ausgangssprachliche Wort in der Übersetzung ein anderes Gesicht bekommt, um denselben Sinn zu erhalten („il faut que le sens «passe» , quoi qu'il en coûte, et fût-ce au prix d'une telle distorsion, qui fait perdre au mot le visage connu et unique qu'il présente dans l'original", S.220). Die Übersetzung als metakommunikativer Prozeß verlangt vom Übersetzer die metakommunikative Entscheidung, ob der Text(ausschnitt) womöglich eine erläuternde oder gar reduzierende Übersetzung verlangt. Diese sich wiederholende Interpretationsfrage nennt Ladmiral „la quodité traductive" (1979: 224). Ziel einer jeden Übersetzungsentscheidung sollte es dabei sein, das Werk dem Leser nahezubringen. Ladmiral (1993b) greift die schon alte Dichotomie zwischen zieltextorientierter und ausgangstextorientierter Übersetzung auf und unterscheidet zwischen der literalen („literalism") und semantischen („semanticism") Übersetzungsmethode. In Eugene Nidas „formal equivalence" sieht er die Grundlage für die ausgangstextorientierte Übersetzungsmethode („the way of translating (and of theorizing about translation), of the sourciers" (Ladmiral 1993b: 42)), die er ablehnt, und in Nidas „dynamic equivalence" die zieltextorientierte Methode „the way of translating (and of theorizing about translation), of the ciblistes" (ibid), die er vertritt. Er faßt die Unterschiede zwischen beiden Methoden wie folgt

zusammen: „The sourcerers put the emphasis on the linguistic „signifier" or „signifying form" (signifiant) and on the double instance of the source language, essentializing its contingency, as if languages could speak for themselves. On the contrary, the 'targetteers' stress neither the signifying form nor the correspondent units of signification (signifiés) but the global meaning of the author's message, i.e., of the discourse to be translated (parole vs. language, according to de Saussure) that they undertake to render with all proper and specific means of the contingent and 'idiomatic' target-language" (ibid). Obwohl Ladmiral eine Kompromißoption, die er das literarische Modell einer Übersetzungstheorie nennt, vorgibt und die bestimmte ausgangstextliche Faktoren hervorhebt, ist seine Vorliebe für zieltextorientierte Übersetzungsmethoden nicht zu übersehen: „we have to render 'effects' of the text: semantic effects and stylistic effects, litterary or poetic effects, or even comical effects, etc. We do not have to imitate, to 'ape' the form, the 'signifier'. Translation is not mere linguistic mimicry" (ibid.: 48). Er sucht die Loslösung der Bedeutung eines Textes von seiner Oberflächenstruktur, um in der Übersetzung die geistige Welt in den Zeichen der Zielsprache neu entstehen zu lassen: „La traduction constitue, a cet égard, un dispositif privilégié d'appréciation esthétique et d'analyse linguistique (ou „textologique"), car elle „décroche" du langage la réalité référentielle (qui, encore une fois, n'existe pas); elle la „déverbalise", de par les vertus et les nécessités de cette mort des signifiants de langue-source qui est le préalable à la réincarnation des signifiés en langue-cible" (1993a: 293). Entscheidend für Stolze ist an Ladmiral dann auch, daß „er aus dem **Blickwinkel des Übersetzers** argumentiert" (Stolze 1994: 188).

Es ist dann auch die Rolle des Übersetzers, die von Stolze in einem neuen Licht gesehen werden will. Sie kritisiert die bisherigen Modelle gerade darin, daß sie „durch die ausschließliche Betrachtung der Objekte der Translation, Text und Übersetzung, oder der unterschiedlichen Kulturen als Hintergrund oft de[n] Blick auf das Subjekt der Translation, den Übersetzer, völlig verstellt [haben]. Uns scheint jedoch gerade hier der wesentliche Ansatzpunkt für eine Übersetzungstheorie zu liegen" (Stolze 1992: 18). Stolze setzt sich für eine humanorientierte Übersetzungstheorie ein, in der der Übersetzer in einem Mitteilungsgeschehen (vgl. Figur 5) als Haupthandelnder und „sozial und historisch geprägtes Individuum (ibid.: 19) bei der Vermittlung einer Mitteilung, die wiederum in eine spezifische Kultur und Situation eingebettet ist, Formulierungsentscheidungen auf Grund seiner Interpretation trifft, die das Gemeinte so in der Zielsprache wiederzugeben versuchen, daß die beabsichtigte Wirkung erzielt wird und sprachlich die Übersetzung in der Zielsprache nicht erkennbar ist, dem Original jedoch möglichst nahe kommt.

Mitteilungsgeschehen



Figur 5

In diesem Prozeß sind die von Stolze aufgeführten linguistischen Kategorien des Verstehens (Kategorien der Rezeption) und Formulierens (Kategorien der Produktion) beim Übersetzen von zentraler Bedeutung, da diese Kategorien des Übersetzens[60] dem Praktiker das Instrumentarium vermitteln, „mit denen die Übersetzungslösungen erläutert und begründet werden können" (Stolze 1994: 196). Besonders wird von der Autorin darauf hingewiesen, daß die Übersetzungslösung als Ergebnis eines Optimierungsprozesses verstanden und „nicht wie in einer linearen Transferprozedur 'auf einmal' hergeleitet wird" (Stolze 1992: 266). Als grundlegende Erneuerung sieht Stolze den übergreifenden Charakter ihres Modells an, das statt einer an der Textoberfläche klebenden „Textanalyse" für die Textexegese plädiert, die „im Sinne einer Darstellung des eigenen Textverständnisses als Vorbereitung für das Übersetzen" (Stolze 1994: 196) durchgeführt wird. Daraus resultiert die Aufhebung der Textsorten/-typenunterscheidung, weil jeder Einzeltext unabhängig von seiner Typenzugehörigkeit hinsichtlich der Kategorien untersucht werden kann. Die

---

60 Stolze (1992) unterscheidet fünf translatorische Kategorien:
1. Thematik: diese Kategorie richtet den Blick auf das Textganze und soll zur Identifikation mit der Sache des Textes beitragen; entspricht dem, was in anderen Modellen mit der Lasswell-Formel abgefragt wird und ein Vorverständnis entwickeln soll. (Vgl. 1992: 89-122)
2. Semantik: soll zur semantischen Kohärenz beitragen, indem über das Beschreibungsinstrument der Strukturellen Semantik und der Wortfeldtheorie die Bedeutungsstränge (Isotopieebenen) identifiziert werden. (vgl. ibid.: 123-154)
3. Lexik: hier geht es um Fragen der Fachkommunikation wie Fachwortschatz, Fachdenken und den damit verbundenen nötigen sprachlichen Kompensationsstrategien. (vgl. ibid.: 155-194)
4. Pragmatik: zentrale Frage ist in dieser Kategorie „Für wen wird die Übersetzung angefertigt und wozu?". Sowohl Kulturunterschiede wie auch Wissensunterschiede zwischen Ausgangstextempfänger und Zieltextempfänger werden mit dem Skopos eines Textes in Zusammenhang gebracht, was ggf. zu Kompensationsstrategien von seiten des Übersetzers führen soll (vgl. ibid.: 195: 230).
5. Stilistik: wichtige Kategorie, in der das bisher untersuchte ihren Niederschlag hat. Stil wird als sinnstiftender Faktor verstanden, der besonders in der Literatur Zeichen der Kreativität des Autors ist, der der Übersetzer gerecht werden muß, indem er, im Falle der Literatur, diese Kreativität nachempfindet. Bei anderen Textsorten muß z. B. der Norm der jeweiligen Textsorte oder den situativen Sprachebenen entsprochen werden (vgl. ibid.: 231-264).

Ergebnisse der Exegese sollen nicht interlingual verallgemeinert werden, sondern im spezifischen Einzelfall der Übersetzung behandelt werden, und die jeweilige Gewichtung der translatorischen Kategorien, die keinesfalls immer gleich ist, wird folglich ebenfalls individuell gesehen, da man von einer allgemeinen „Hierarchisierung der Übersetzerentscheidungen" nach Vermeer absieht: „Texte sind sehr komplexe individuelle Gebilde, und es bleibt stets die Aufgabe der Übersetzers, für den konkreten Einzelfall zu entscheiden, welche translatorische Kategorie aus dem genannten Spektrum wichtig wird und wie die Hierarchisierung der Formulierungsentscheidungen zu begründen ist" (Stolze 1992: 268).

Eng mit dem übersetzungstheoretischen Konzept eines sprachlichen Entscheidungsprozesses ist die Ablehnung eines deskriptiven Postulats der Äquivalenz verbunden. Zwar verlangt Stolze, daß Einzelstrukturen auf Textebene genauer untersucht werden und Begründungen für deren Ähnlichkeit oder Verschiedenheit durchaus gefunden werden sollen, auch wenn der ganze Text als eigentliche äquivalente Übersetzungseinheit gesehen wird, doch geht es ihr nicht darum, Äquivalenzforderungen zu diskutieren, sondern vielmehr darum, prozeßorientierte Maßstäbe des Umgangs mit Texten zu behandeln. Bei ihr wird die Frage virulent, welche Aspekte wichtig werden, wenn ein Text und eine Übersetzung als jeweils Ganzes einander gegenüber gestellt werden sollen.

Aus der Evolutionstheorie übernimmt sie den Begriff der Symmetrie, wobei die Symmetrie zwischen Ausgangstext und Zieltext eine anzustrebende Sinneinheit des Gemeinten zwischen Textvorlage und Übersetzung meint, die in der Symmetrie der lokalen Differenz erfahren

wird. So ist der Symmetriebegriff nicht ein fixiertes Postulat, sondern ein Weg, der durch ständige Optimierung erreicht werden kann / soll, jedoch als unabschließbar angesehen werden kann, wie es die Evolution in Natur und Wissenschaft ist. Der Symmetriebegriff der Evolutionstheorie wird in der Übersetzungswissenschaft Stolzscher Prägung zur 'Stimmigkeit', die den Äquivalenzbegriff ersetzen soll und dann erreicht ist, „wenn das Gemeinte mühelos beim Leser ankommt" (ibid.: 72). Diese etwas vage Formulierung läuft darauf hinaus, daß vom Zieltext verlangt wird, durch gleichwertige Assoziationen im Sinne Coserius symmetrische Welten zu evozieren, die beim Leser keine „Entfremdung" bewirken: „Dies gelingt nur, wenn im Sinne der Hermeneutik „deverbalisiert" wird, wenn die Übersetzung unabhängig von den Strukturen des Ausgangstextes formuliert wird" (Stolze 1994: 207). Demnach können Einzelelemente nie losgelöst vom ganzen betrachtet werden. Die Gesamtsymmetrie ist nicht an einzelnen Textausschnitten festzumachen, und damit steht die Konzeption des Übersetzens als evolutiver Prozeß im Gegensatz zum Wilsschen Übersetzungsmodell der methodisch kontrollierten, funktional bestimmten Transferprozedur (Wilss 1988: VII).

Stolze vertritt den Standpunkt, daß Übersetzen immer die Freiheit des Übersetzers bedeutet, die die Genauigkeit in Bezug auf die Aussage unabhängig von Wörtlichkeit oder Strukturähnlichkeit zwischen Texten beinhaltet: „Wenn das Übersetzen nicht als ein „Transfer von Zeichen" gesehen wird, dann hat der Übersetzer in der Tat eine „Freiheit" im Sprachlichen, wenn er kreativ nach zielsprachlichen Formulierungen sucht, die den Inhalt möglichst genau wiedergeben. Übersetzen heißt Neuformulieren einer verstandenen Aussage, und die sprachliche Freiheit

von den syntaktischen Strukturen ist zentral" (Stolze 1990: 6). Stolze steht für eine kreative Formulierungsfreiheit ein, die sich gegen die These der Codeumschaltung wendet. Letztlich kommt es auf „die **Genauigkeit der Inhaltswiedergabe** und die **Wirkung des Ganzen**" an (Stolze 1994: 208).

Eine Theorie, die sich dermaßen auf die Person des Übersetzers konzentriert und ihm gleichzeitig ein hohes Maß an Verantwortung zuteilt, muß sich natürlich auch mit der Übersetzerkompetenz auseinandersetzen und definieren, worin das konkrete Können des Übersetzers bestehen sollte. In der Übersetzerkompetenz sieht Stolze das Zusammenspiel mehrerer Faktoren wie die doppelte Enkulturation, die Kreativität, das Sprachgefühl, die linguistischen Kenntnisse, die Wissensbasis und, *last but not least*, die Intuition. Die Fähigkeit des Übersetzens geht nach Stolze (1992) über ein Zusammenwirken von methodisch-folgernden, analytischen (Descartes) und intuitiv begreifenden, ganzheitlichen Denken (Pascal). Die Intuition, d.h. die Fähigkeit zu ganzheitlich-synthetischem Erfassen von Zusammenhängen und Situationen ist nicht funktionell und instrumentell zu verstehen, sondern basiert auf assoziativ organisierter Erfahrung und findet ihren Ausdruck in spontaner Evidenz und, obwohl Erfahrung durchaus subjektiver Natur ist, ist das Ergebnis eines intuitiven Lösungsvorgangs in der Argumentation der Autorin objektiv auf seine Zielsetzung und Effektivität nachprüfbar. In ihrer Auffassung von Intuition im Übersetzungsprozeß wendet sich Stolze (1992) entschieden gegen die Wilsssche Auffassung „'Intuition kategorial und prozessual dingfest machen' zu wollen", denn bei ihr kommt es darauf an, „das Gemeinte im Gesagten zu identifizieren und zu prüfen, ob intuitiv gefundene sprachliche Übersetzungslösungen auch wirklich situativ angemessen sind. Die Intuition beim Übersetzen wirkt

spontan und greift daher den methodischen Überlegungen und Begründungen stets vor. (...) Die mentalen Prozesse erfolgen im Zusammenwirken zwischen einem unkontrollierten Arbeitsraum (Gedächtnisstrukturen, Assoziationen) und einem kontrollierten Vorgehen (Prüfen, bewußte Einzelstrategien)" (ibid.: 29).[61]

Diese Aufwertung des intuitiven Aspekts bei der Übersetzung, der bis dato in den Übersetzungstheorien kaum thematisiert worden war, ausgenommen Wilss (1988), der von Stolze (1992) häufig und manchmal zu Unrecht kritisch angemerkt wird, führt auch dazu, daß der Kreativität als faktorisierbarer Größe eine wichtigere Rolle eingeräumt wird als bisher: „Wenn man das Übersetzen als Neuformulierung einer verstandenen Mitteilung auffaßt, dann ist „Übersetzungskreativität" keineswegs nur ein Abweichen von der wörtlichen Übersetzung, wie Wilss (1988, 116f.) offenbar meint. Sprachliche Kreativität äußert sich vielmehr im Finden sinnentsprechender Formulierungen in der Zielsprache" (Stolze 1992: 33-34).[62] Kreativität ist nach Stolze „zielgerichtet, wertorientiert, und somit stets

---

[61] Diese Auffassung wird durch die viel Aufsehen erregende Studie *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano* des renommierten portugiesischen Neurologen António R. Damásio (1995) anscheinend bestätigt (vgl. hierzu auch Hüsgen: 1995a).
Hönig, der immer wieder die Subjektivität des Verstehens hervorhebt, hat in seinen empirischen Untersuchungen feststellen können, daß die intuitive Sympathie bzw. Antipathie gegenüber einem Text das Übersetzerkonzept zu beeinflussen scheint: „Verstehen heißt, (Äußerungen) auf die eigene Erfahrungswelt beziehen. Deshalb lassen sich affektives und rationales Begreifen eines Textes nicht voneinander trennen, zumindest nicht in der Weise, daß nur das Entschlüsseln semantisch-syntaktischer *codes* als Verstehen bezeichnet wird." (Hönig 1988: 12).

[62] Wilss (1988) wird meiner Meinung nach an dieser Stelle falsch verstanden, denn er behauptet keineswegs, daß Übersetzungskreativität „nur ein Abweichen von der wörtlichen Übersetzung ist" (vgl. Stolze 1992: 33), sondern er stellt lediglich fest, daß unter übersetzungskreativem Aspekt die wörtliche Übersetzung „weniger aufwendig ist als die nichtwörtliche Übersetzung" (Wilss 1988: 116), d.h. also in den Worten Stolzes, daß das Finden sinnentsprechender Formulierungen in der Zielsprache durchaus einen unterschiedlichen Grad an Kreativität verlangen kann, nämlich je nach Grad der Ähnlichkeit zwischen ausgangssprachlichen und zielsprachlichen Elementen: „Je größer der Abstand kulturspezifischer Welten ist, desto mehr müssen bestimmte Realia adaptiert, implizit/explizit

wissens- und erfahrungsbasiert" (ibid.: 33) und ist ein Teil des Sprachbewußtseins, daß die Individualität des Sprachbenutzers ausmacht. Auf Gauger (1976) verweisend, argumentiert die Autorin, daß Sprache nicht von den Subjekten getrennt werden kann, die sie besitzen. Jeder Mensch habe nur ein Bewußtsein, in dem seine individuelle Sprache eingebunden ist. Dieses Bewußtsein sei eines unter vielen, und Sprache manifestiere sich in der Summe der Bewußtheiten der verschiedenen Sprachbenutzer. Aus diesem Verständnis heraus wird das Übersetzen von dem jeweiligen individuellen Sprachbewußtsein gesteuert. Da dieses Sprachbewußtsein von Individuum zu Individuum unterschiedlich ist, kann man nach Meinung der Autorin nicht von Übersetzungstechniken als kreativen Handlungen sprechen, wie Wilss behauptet, der „Übersetzungsmethodik und Übersetzungstechnik als zwei Formen kreativen Übersetzerverhaltens" (Wilss 1988: 124) bezeichnet: „Übersetzungstechniken als Routineverfahren haben eher wenig mit Kreativität zu tun, und Methoden können vornehmlich die zuerst kreativ gefundenen Übersetzungslösungen begründen oder verbessern helfen" (Stolze 1992: 34). Stolze unterscheidet eindeutig Technik von Kreativität. Ist auf der einen Seite Technik eine Frage der Methodik, dann ist Kreativität nach Stolze (1992) vielmehr eine Frage der Intuition, die in einem zweiten Schritt methodisch, d.h. rational hinterfragt werden kann.[63] Kreativität und Intuition sind in diesem Modell zwei zentrale Begriffe, die im Übersetzen als komplexes Sprachverhalten eine wichtige Rolle spielen, und es ist im Sinne Stolzes formuliert, was Fritz Paepcke in

---

erklärt oder verändert werden. Aber dies heißt nicht, daß der ganze Text nicht übersetzbar wäre. Allerdings werden bestimmte „Abweichungen" von der Textvorlage so auch begründbar" (Stolze 1992: 270-271).

[63] Vgl. hierzu auch Damásio (1995: 178-211).

der Einleitung zu seinem Sammelband *Im Übersetzen leben* (1986) über das hermeneutische Übersetzen schreibt: „Nicht die Einebnung der Unterschiede von Textvorlage und Übersetzung auf ein Mittelmaß, sondern die kreative Herausarbeitung verstandener Divergenzen zwischen Text und Übersetzung kennzeichnen das Textverstehen, das nicht einen absoluten, sondern einen möglichst hohen Grad der Teilhabe an der Textvorlage erreicht. Ohne diese Divergenz ist kein Übersetzen denkbar, denn die Divergenz gehört zum Lebendigen. In dieser Spannung von Konvergenz und Divergenz bedarf es der transzendentalen Einfühlung, die sich ebenso jeglicher Dogmatik widersetzt, wie sie dem Lebendigen der Lebenswelt entgegenkommt. (...) Logisch-systematische Darstellungen des Übersetzens gehen am Lebendigen vorbei, denn das Lebendige beim Übersetzen ist das Detail der Texte im Medium der Sprachen" (Paepcke 1986: XV).

3.5.2.1 Zusammenfassender Kommentar

Die Tatsache, daß die Hermeneutiker davon ausgehen, daß die Übersetzung nicht das Ergebnis einer direkten praktischen Anwendung eines theoretischen Wissens auf textueller Ebene ist und daß eine Übersetzung nie definitiv, sondern immer provisorisch ist, da der hermeneutische Prozeß, der Prozeß des Verstehens, nicht abgeschlossen werden kann, hat immer wieder zu dem Vorwurf (besonders von den Vertretern der linguistischen Ansätze) Anlaß gegeben, diese Perspektive kranke an fehlender Wissenschaftlichkeit. Dasgupta (1994) faßt die Schlüsselgedanken der „avant garde"-Theorien, so bezeichnet er die hermeneutischen Ansätze, wie folgt zusammen: Sie streitet der Linguistik

als positivistische Wissenschaft die Fähigkeit ab, sich angemessen über Phänomene der Kultur und Geschichte zu äußern, zu denen Texte ihrer Meinung nach gehören. Die Wissenschaft der Sprache ist demzufolge nicht in der Lage, diesem Bereich gerecht zu werden, weil sie die Subjektivität der humanwissenschaftlichen Domäne nicht in Rechnung stellt, indem sie die Objektivität zu ihrem Hauptziel erklärt. Hieraus entwickeln die „avant-gardisten" das Theorem der Unmöglichkeit, die vom Autor intendierten Bedeutungen herauszuinterpretieren. Der Text enthält nicht eine Bedeutung, vielmehr ist er die Summe vieler möglicher Bedeutungen, die sich in den verschiedenen möglichen Interpretationen zeigen. Es ist deshalb unmöglich, Anweisungen darüber zu geben, wie ein Text gelesen werden soll. In enger Beziehung zu diesem Theorem sieht Dasgupta (1994) das Theorem der (Un)treue, das besagt, daß es keine Treue oder Untreue in der Übersetzung gebe, da es nicht eine Lesart, sondern eben viele gleichwertige gibt.

An dieser Stelle setzt die Hauptkritik der Gegner einer hermeneutischen Theorie der Übersetzung an, die sie der Unwissenschaftlichkeit anklagen und ihr darüber hinaus vorwerfen, indem sie alle Übersetzungsprodukte in ihrer Wertigkeit relativiere und sich so der harten Wissenschaft bewußt entziehe, nicht zur Verbesserung der Übersetzungen beitrage. Stellvertretend für viele Kritiker aus dem Bereich der Sprachwissenschaften vertritt Dasgupta den Standpunkt, daß die Übersetzungswissenschaft die Unterstützung durch die Linguistik (spezifisch die Pragmatik) benötigt, um dem Praktiker die Möglichkeit zu eröffnen, frei und unabhängig von allen Zweigen des Wissens Gebrauch zu machen.

Snell-Hornby (1988) schreibt nicht zu Unrecht, daß die „unverstandene Übersetzung" der Leipziger Schule, wo sich die eigentliche Übersetzung oft nur auf Interlinearversionen stützte, ihre Glaubwürdigkeit weitgehend verloren hat. So haben die hermeneutischen Prinzipien in den meisten Theorien der 80er (und auch 90er) nie eine zentrale Beachtung finden können, weil sie zu vage formuliert sind: „the „unverstandene Übersetzung" envisaged in the 1960s by Gert Jäger as exponent of the Leipzig School has now been generally discarded, except for the limited and special case of machine translation. In most translation theory of the 1980s however, hermeneutic principles are not central, indeed, they are generally considered too vage to be a dependable basis for a theoretical approach" (ibid.: 43).

Der Vorzug der Monographie *Hermeneutisches Übersetzen* (1992) von Stolze besteht in dem Versuch, die übliche Kritik an den hermeneutischen Ansätzen mit ihren 'translatorischen Kategorien' und konkreten Textbeispielen zu überwinden. Sie bietet ein linguistisches Instrumentarium an, das „Entscheidungen begründet und überprüft" (Stolze 1994: 212). Darüber hinaus nähert sich Stolze (1992), wie sie selbst angibt, den funktionalen Translationstheorien in dem Postulat „zielsprachlich kohärente und kulturspezifisch adäquate" (Stolze 1994: 212) Übersetzungen gewinnen zu wollen. Trotz allem gibt die Autorin selbst zu, daß ihre Theorie schwieriger zu vermitteln ist, da „sich nicht leicht klare Schemata und feste Strategien festlegen lassen" (ibid.: 212).

Kritik kommt auch von einigen Autoren, die aus kulturanthropologischer Sicht die hermeneutischen und auch funktionalen Theorien, in dem, was sie

gemeinsam haben, nämlich die Adressatenorientierung, in Frage stellen. Die Kritiker sehen, wie z. B. Bandia (1995), spezifisch in Ladmirals Ansatz, der die Anpassung an die Zielkultur verlangt („la traduction cibliste"), eine ethnozentrische Weltanschauung. Dies hat besonders bei Übersetzungen aus einander weit entfernten Kulturkreisen sehr negative Konsequenzen, weil durch die zielkulturgerechte Übersetzung die Ausgangskultur überlagert und seiner Spezifik beraubt wird. Dadurch entstehe eine Art linguistischer „Kolonialisierung": „The targeteer's overall objective might seem more logical and more reasonable than the sourcerer's in Ladmiral's terms, but how effective an approach is it when it has to do with expressing the entire gamut of (socio-)linguistic and sociocultural characteristics of a people's literature from a distant, or non-related language culture? [...] By any measure, a targeteer-oriented translation of any piece of African literature into French or English will result in what I would prefer to call „literature about Africa and not African literature". Such „adaptions" can only serve to satisfy a Western audiance's craving for exotica" (ibid.: 492). Stolze (1992), die sich explizit auf Gadamer beruft und seinen Begriff der „Horizontverschmelzung" übernimmt, verficht in ihren Überlegungen ein Aufeinanderzugehen der Erfahrungshorizonte und entspricht so eher der Definition einer hermeneutischen Situation, wie sie Nouss (1994) in seiner Antwort auf die Kritik von Dasgupta (1994) gibt: „Il est cependant une instance dialogale proche de la scène discursive où nous nous tenons: la *situation herméneutique* telle que définie par Gadamer. On le sait, pour le philosophe, l'inscription de l'être humain dans le monde est placée sous les signes de la finitude, de l'histoire et de l'altérité et qu'en ce sens, être dans le monde signifie irrémédiablement devoir le déchiffrer, le comprendre.

L'existence appelle l'herméneutique" (Nouss 1994: 387). Mit einiger Berechtigung kann man behaupten, daß sich die Hermeneutik Stolzscher Prägung gerade in diesem Punkt von der radikaleren Positionen Ladmirals oder auch der Funktionalisten abhebt.

Einen wichtigen Beitrag bringt ihr Ansatz jedoch in der Hervorhebung der Intuition als zentralen Aspekt im Übersetzungsprozeß, der eng mit der Kreativität des Übersetzers verbunden ist. Dabei wird die Empathie, die ein Übersetzer einem bestimmten Originaltext entgegenbringt, als wesentlicher Faktor für Übersetzungsentscheidungen gesehen und für das Gelingen einer Übersetzung vorausgesetzt. Diese Annahme scheint durch neueste Untersuchungen im Bereich der Neurophysiologie und -pathologie bestätigt zu werden.

3.5.3 Der kognitive Ansatz

Ein Übersetzungswissenschaftler, dessen persönliche Entwicklung in der Theoriebildung parallel zu allgemeinen Tendenzen in der Übersetzungswissenschaft verläuft, ist Wolfram Wilss. In den 60er und 70er überwog zuerst die sprachenpaarbezogene, dann die textorientierte Betrachtung in seinen Schriften (vgl. hier Kap. 3.3.2; 3.4.3), bis er Ende der 80er den Übersetzer entdeckt und eine Monographie mit dem Titel *Kognition und Übersetzen* (1988) publiziert, wo er sich nach eigenen Worten daran macht, folgende Fragen zu erörtern: „1. Wie läuft Übersetzen als funktional bestimmte Transferprozedur ab und welche Rolle spielen dabei die zentralen Variablen des Übersetzungsprozesses, der

Ausgangstextsender und seine Mitteilungsabsicht, der Übersetzer und seine den Transfer steuernden Wissensbasen und Strategien, Methoden und Techniken, sowie der Zieltextempfänger und seine Bedürfnisse. 2. Inwieweit ist es möglich, diesen komplizierten Prozeß maschinell zu simulieren, d.h. die im Übersetzen sich manifestierenden mentalen Zustände und Prozeduren auf ein technisches Verfahren zu reduzieren, das von einem Rechner mit den ihm verfügbaren Mitteln und gemäß seinem Funktionsprinzip ausgeführt werden kann?" (Wilss 1988: Klappentext). Das Buch stellt einen Versuch dar, zu einer kognitiven Theorie und Praxis des Übersetzens neue Gedanken beizusteuern und Übersetzen als Zusammenspiel von systematischen Problemlösungsstrategien und Entscheidungsprozessen zu bestimmen, wobei der kognitive Ansatz bestimmte Grauzonen der Wissenschaft mit berücksichtigt, wie die in seinem Verständnis „definitorisch und methodisch schwer faßbaren Begriffe [ ] wie Kreativität und Intuition" (ibid.: IX). Gerade aus diesem Grund hält er dann auch die Übersetzung letztlich für „eine Grenzwissenschaft, die durch das oft problematische, gleichzeitig zentripetal und zentrifugal wirkende Kräftespiel zwischen objektiven und subjektiven Faktoren charakterisiert ist" (ibid.).

Gerade die subjektiven Faktoren übernehmen im Wilssschen Modell eine immer größere Bedeutung, zumal er von der modernen Übersetzungstheorie verlangt, „über die mentalen Grundlagen übersetzerischen Handelns nachzudenken, Reflexionen über das Wesen des Übersetzungsprozesses anzustellen, die Steuerung von übersetzerischen Denk-, Verstehens- und Formulierungsprozessen zu problematisieren, übersetzerisches Handeln nicht kausal, sondern

teleologisch zu erklären und die den übersetzerischen Handlungsentwürfen zugrundeliegenden Pläne zu erforschen" (ibid.: 20). So definiert Wilss den Übersetzungsprozeß handlungstheoretisch als „ein sowohl auf den Ausgangstext als auch auf den zs [zielsprachlichen] Leser gerichtetes Handeln, das funktionsbestimmt ist, bewußt, planmäßig und kontrollierbar abläuft und den Zweck verfolgt, Verständigung zwischen den Angehörigen verschiedener Sprach-, Kommunikations- und Kulturgemeinschaften zu ermöglichen" (ibid.: 33), wobei seiner Meinung nach die entscheidende Determinante übersetzerischen Handelns darin liegt, „auf der Basis einer 'komplexen Voraussetzungssituation' [(Wilss zitiert) Scherner 1984: 172] in einer analytisch-hermeneutisch und synthetisch bestimmten Verbindung von mentalen Operationen kommunikative Gemeinsamkeitsbedingungen zu schaffen" (ibid.).

Diese Vorgaben führen dazu, daß der Rolle des Übersetzers und den im Übersetzungsprozeß implizierten kognitiven Prozessen das Hauptinteresse dieses Modells gilt. Der Übersetzer steht so zwischen dem, was man das Eigenpsychische und das Fremdpsychische nennen kann, da Wilss im Gegensatz zu den Skopostheoretikern, denen er eine zu enge Sichtweise vorwirft, da sie das Verhalten des Übersetzers allein durch die Erwartung des zielsprachlichen Empfängers geleitet sehen, die Mitteilungsabsicht des as [Ausgangssprache] Textautors als Verhaltensdeterminante mindestens für genauso wichtig hält (vgl. ibid.: 43). Dabei kritisiert Wilss das z. B. von Holz-Mänttäri (1984) propagierte prinzipielle Mitbestimmungsrecht des Übersetzers als Experten (vgl. hier Kap. 3.5.1.3), das seiner Meinung nach dazu führt, daß der Eindruck erweckt werde, „der Übersetzer könne (und müsse) sich generell zum Richter über den zu übersetzenden Text

aufschwingen und eine Verhaltensweise praktizieren, die an Willkür grenzt" (Wilss 1988: 45). Wilss vertritt die klassische Maxime, der Übersetzer habe sich in erster Linie in den Dienst fremder Autoren zu stellen und solle, wie Heine es einmal formuliert hat, „in Ketten tanzen", da der Ausgangstext die Handlungsgrundlage für den Übersetzer bietet. Wilss räumt zwar ein, daß es schwierig ist, translatorisch vorauszubestimmen, wie der Übersetzer sich zu verhalten habe, wie die Diskussion über die Übersetzungsäquivalenz beweise, doch sei es keine Frage, daß „je klarer die von außen gesetzten kommunikativen Bezugspunkte sind, je niedriger die übersetzerischen Wahrnehmungsschwellen, desto höher ist die Handlungssicherheit des Übersetzers und die Chance intertextueller Konsensbildung" (ibid.: 49). Die Handlungssicherheit beruht dabei gleichermaßen auf einem umfassenden Textverstehen von seiten des Übersetzers, das durch historische, kulturelle und sozio-ökonomische Bedingtheit, die literarische Form und auch die psychologische Verfassung des Übersetzers mitbestimmt wird. Wilss verlangt vom Übersetzer eine „adaptive Flexibilität". Er übernimmt diesen Begriff von (Guilford/Hoepfner 1976), der es ihm ermöglicht, effizient zu übersetzen, weil er in der Lage ist, Handlungsperspektiven des Ausgangstextautors nachzuvollziehen und in der Zielsprache wiederzugeben (vgl. Wilss 1988: 50). Das systematische Vorgehen, d.h. eine übersetzungsbezogene Textanalyse aller übersetzungsrelevanten Dimensionen des Textes, ist dabei eine Grundvoraussetzung des Übersetzens als methodisch kontrollierter Prozeß. Doch ist diese Methodisierung nur bis zu einem gewissen Grad durchführbar, da diese systematische Handlungsperspektive durch einige Variablen wie Identität, Begabung und Selbsteinschätzung des Übersetzers, aber auch

Unzulänglichkeit der textuellen Beschreibung relativiert wird. Daraus folgt, daß der Übersetzungsprozeß nur bedingt methodisch festzulegen ist und daß bestimmte Textsorten (Fachtexte, institutionelle Texte) sich dafür eher eignen als andere.

Das erklärte Ziel dieses übersetzerischen Handelns sieht Wilss in der „Wirkungsgleichheit (Wirkungsähnlichkeit) zwischen Ausgangs- und Zieltext" (ibid.: 56), das ein „semantisches, funktionales und pragmatisches Gleichgewicht" (Wilss 1988: 56) verlangt, das „am Prinzip des 'tertium comparationis' festzumachen" ist (ibid.: 56). Um dieses Ziel zu erreichen, führt der Übersetzer eine Reihe von Problemlösungsoperationen durch, in denen er die Widerstände, die ihm der Text aufgibt, aufzuheben versucht, indem er unter möglichen Alternativen abwägt und Entscheidungen trifft, die von Faktoren wie mentale Verfassung des Übersetzers, übersetzerische Erfahrung, Fähigkeit, makro- und mikrotextuelle Entscheidungen zu treffen, Transferregularitäten zu erkennen, dispositionelle Konstanz, Anspruchsniveau, Kongenialität, Erkennen von Textnormen, Transferkompetenz, subjektive Kompetenzeinschätzung, Grad syntaktischer, lexikalischer und grammatischer Kontrastivität, Variabilität des Zielsprache-Ausdruckspotentials, Textkomplexität und Interaktion zwischen Motivation und Kognition abhängen (vgl. Wilss 1988: 57-58). Aus dieser enormen Menge von Variablen erklärt Wilss die uneinheitliche Natur des Übersetzungsprozesses, die auf eine Anzahl von subjektiven Faktoren zurückzuführen ist und die vom Übersetzer zwar ein rationales Handeln verlangt. Dieser methodologisch fundierte Handlungsrahmen kann ihm jedoch keine Gewähr für „den Status eines 'geschützten Axioms' " (ibid.: 58)

verleihen, da Methoden letztlich Erkenntnismittel und nicht Erkenntniszweck sind.

Die verschiedenen Problemlösungsverfahren, die beim Übersetzer einsetzen, führen zu Entscheidungsprozessen, die vom Übersetzer einen gewissen Grad an Bewußtsein der bestimmten Einflußfaktoren verlangen, damit er in einer Entscheidungssituation fähig ist, seine Lösungen zu fundamentieren (vgl. ibid.: 96). So muß eine entscheidungsorientierte Übersetzungswissenschaft nach Wilss (1988) heuristische Methoden zur Entscheidungsfindung heranziehen, wenn sie eine Theorie praktischen Wissens sein will, die, „aufbauend auf übersetzungsbezogenen Denkinhalten und Denkoperationen, zu einem entscheidungsfundierten Formulierungsresultat führt" (ibid.: 106).

Wilss (1988) mißt den verschiedenen Übersetzertypen, die ihren Ausschlag im Entscheidungsprozeß haben, eine große Bedeutung bei und versucht eine „Typologie des Übersetzerverhaltens in Entscheidungssituationen, wo er dem „prospektiven, zielorientierten Übersetzer den retrospektiven, unschlüssigen Übersetzer" (ibid.: 104) gegenüberstellt oder wo er vom „halsstarrigen, vom skeptischen, vom bedenklichen, vom geltungssüchtigen, vom empfindsamen, vom logischen, vom gehemmten und vom inkonsequenten Übersetzertyp" (ibid.: 105) spricht. Weil also der Übersetzungsprozeß so von individuellen Lebens- und Handlungsumständen gekennzeichnet ist, verlangt Wilss (1988) vom Übersetzer, daß er „von einer intuitiven zu einer reflexiven Übersetzungstätigkeit" (ibid.: 105) gelangt, da die Intuition chronologisch nach der Reflexion komme. Diese Argumentation ist implizit mit der immer

wiederkehrenden Aufforderung von Wilss (1988) verbunden, nicht in übersetzerischen Subjektivismus zu verfallen, wovor nur die Orientierung am Ausgangstext retten könne.[64]

In diesem Zusammenhang spielen dann auch die Kreativität und Intuition, denen Wilss (1988) jeweils ein ganzes Kapitel (VI. und VII.) widmet, eine wichtige Rolle. Wilss (1988) stellt zunächst einmal fest, daß zwar der Begriff der Kreativität in den letzten Jahren eine stetig wachsende Beachtung in der Linguistik erfahren hat, Kreativität dennoch „ein 'smoke-screen'-Begriff" (id: 108) geblieben ist. Gegenwärtiges Wissen über Kreativität zusammenfassend, kommt der Autor zu dem Ergebnis, daß Kreativität 1. etwas mit Intelligenz zu tun hat, 2. wie die Intuition auch immer wissens- und erfahrungsbasiert ist, ein bestimmtes Maß an Problemverständnis voraussetzt, 3. ziel- und wertorientiert ist, eine irrationale, nicht mechanisierbare Form der Rationalität ist, 4. die Fähigkeit zur 'innovatorischen', 'nicht-behaviouristischen' Kombination von bislang unverbundenen Ideen und Sachverhalten ausmacht.

Aus dieser Erkenntnis heraus entwickelt Wilss (1988) eine „texttypspezifische Differenzierung des Kreativitätsbegriffs" (ibid.: 112), die darauf hinausläuft, daß Kreativität je nach Texttyp differenziert verlangt wird. Stark 'normalisierte' Texte wie z. B. gebrauchssprachliche Texte, die wörtliche Übersetzungsprozeduren ermöglichen, sind seiner Meinung nach

---

[64] An diesem Punkt unterscheidet sich Wilss (1988) grundsätzlich von den anderen übersetzerorientierten Modellen, die alle, mehr oder weniger, sich vom Ausgangstext lösen und die Eigenverantwortung des Übersetzers als Experten gegenüber dem Zieltextempfänger vertreten. Vgl. zur Rolle des Übersetzers (Hönig / Kußmaul 1982: 19-41); (Reiß / Vermeer 1984: 19); (Holz-Mänttäri 1986: 362); (Stolze 1992: 265-273).

weniger kreativ. Sie sind überall da möglich, „wo zwischen AS [Ausgangssprache (T.H.)] und ZS [Zielsprache (T.H.)] ein struktureller (syntaktischer) Gleichgewichtszustand herrscht, der eine Quasi-Selbststeuerung des Übersetzungsprozesses bewirkt. Bei wörtlichen Übersetzungen reduziert sich der Transferaufwand auf die Aktualisierung von Verhaltensschemata. Wo wörtlich übersetzt wird, tritt die „Unidirektionalität" des Übersetzungsprozesses außer Kraft. Der Übersetzer braucht im Grunde nicht mehr zu leisten, als das betreffende Textsegment im Rahmen internalisierter, unreflektiert aufrufbarer, weitgehend voraussagbarer Standardoperationen substitutiv auf die ZS zu projizieren" (ibid.: 116).

Andererseits gibt es Texte, wie z. B. literarische Texte, die häufiger nicht-wörtliche Übersetzungsprozeduren verlangen, die „aus interlingualen Konfliktsituationen" (ibid.: 117) resultieren, wo also „as und zs Segmente [] syntaktisch, lexikalisch, idiomatisch oder soziokulturell divergent [sind]. (...) Dies ist immer dann der Fall, wenn aus sprachsystematischen oder gebrauchsnormativen Gründen eine Eins-zu-Eins-Entsprechung zwischen AS und ZS fehlt und eine wörtliche Übersetzung einen eindeutigen Verstoß gegen die syntaktischen, lexikalischen, idiomatischen und soziokulturellen Regelapparate der ZS zur Folge hätte" (ibid.). In diesen Fällen ist ein höheres Maß „an kreativer Energie und intertextueller Sprachhandlungskompetenz" (ibid.) gefragt. Jedoch weist Wilss (1988) ausdrücklich darauf hin, daß die „Übersetzung ein und desselben Textes durch verschiedene Übersetzer mit einem u.U. breiten Spektrum formal verschiedener, qualitativ aber (ungefähr) gleichrangiger zs Versionen rechnen muß" (ibid.: 118), was daran liegt, daß „es vermutlich kein

allgemeines Maß, keine allgemeine Norm für Übersetzungskreativität gibt, sondern daß man hier von Übersetzer zu Übersetzer, von Text(typ) zu Text(typ) und von Übersetzungssituation zu Übersetzungssituation unterscheiden muß" (ibid.: 120).

Der hier entwickelte Unterschied zeigt sich dann auch im Verständnis dieses Autors in den zwei möglichen makrokontextuell festgelegten Übersetzungsstrategien: die Übersetzungsmethode und die Übersetzungstechnik. Während die Übersetzungsmethode eine Konfliktlösungsstrategie bedeutet, die sich durch bestimmte „Textanalyse- und Texttransferprozeduren auf heuristischer Basis (...) schrittweise an ein optimales, qualitativ überprüfbares Übersetzungsresultat" (ibid.: 125) heranarbeitet, versteht Wilss unter Übersetzungstechnik die Routinearbeit, die sich automatisch vollzieht und als Ergebnis eines Lernprozesses zu übersetzerischem Routineverhalten wird: „Übersetzungstechniken repräsentieren eine spezifische Form standardisierter Informationsverarbeitung" (ibid.).

Da Wilss (1988), im Gegensatz zu Coseriu (1970), wie er meint, die Anschauung vertritt, daß die die Anwendung schon vorgegebener Dynamiken voraussetzende Übersetzungstätigkeit (Übersetzungstechnik) und die dieser Dynamik vorgreifende originalitätsbestimmte Übersetzungstätigkeit (Übersetzungsmethode) sich nicht in ihrem Kreativitätsanteil, sondern lediglich in der Art dieser Kreativität

unterscheiden[65], so wird Übersetzungskreativität im Übersetzungsprozeß auf zweierlei Weise ausschlaggebend: auf der einen Seite stiftet sie Ordnung und Stabilität im übersetzerischen Handeln und steht so „in engem Bezug zu Problemlösungsmethoden" (ibid.: 127), auf der anderen Seite setzt sie „Kräfte frei, durch die sich die Dynamik des Übersetzers außerhalb einer sozio-technischen Verhaltenspragmatik mit einer kollektivistischen Grundhaltung verwirklichen kann" (ibid.). So ist Kreativität gerade das, was den Menschen von der Maschine unterscheidet, denn im menschlichen Handeln spielen stabilisierende und innovative Strategien im Gegensatz zum Computer beim Übersetzen eine sich komplementierende Rolle.

Eine ähnlich sich ergänzende Beziehung sieht Wilss (1988) zwischen den analytischen Problemlösungsverfahren und der Intuition. Dabei geht er davon aus, daß der Übersetzer auf die intuitiven Fähigkeiten zurückgreift, wenn er „auf der Basis rationaler Problemlösungsstrategien zu keinem brauchbaren Ergebnis" (ibid.: 142) gelangt, d.h. m.a.W., daß Wilss die Intuition als Ersatzstrategie sieht, die besonders dann virulent wird, wenn die objektiven und bewußten Problemlösungsverfahren nicht greifen.[66]

---

[65] Stolze (1992) vertritt im Gegensatz zu Wilss (1988) die Meinung, daß die Begriffe 'Technik' und 'Methode' sich nicht mit dem Begriff der Kreativität vereinbaren lassen, da Intuition immer spontaner Natur ist (vgl. Stolze 1992: 34 und Kap.3.5.2: 137ff).

[66] Stolze (1992: 27f) kritisiert diese Anschauung als „fundamental falsches Verständnis von Intuition" (vgl. Kap. 3.5.2. zur Intuition bei Stolze). Auch scheinen psycholinguistische Untersuchungen wie von Hönig (1990) dieser Annahme zu widersprechen. Hönig entwickelt am Beispiel eines Werbetextes, der mit assonanten Wortkombinationen arbeitet, die Hypothese, daß der erfolgreiche Umgang mit der Intuition möglicherweise eine Frage der Ko-ordination intuitiver und kognitiver Prozesse ist, also daß intuitive und kognitive Prozesse nicht hermetisch voneinander abgeschlossen sind und auch nicht dem Prinzip der linearen Progression vom Kognitiven zum Intuitiven folgen, sondern eher umgekehrt intuitive Lösungen einer kognitiven Ratifizierung unterzogen werden. In einem weiteren Artikel mit dem Titel *Vom Selbst-Bewußtsein des Übersetzers* (1993) weist Hönig darauf hin, daß die mentalen Prozesse bei der Verarbeitung sprachlicher Daten simultan, vernetzt und holistisch ablaufen (vgl. ibid.: 79).

In einem Artikel mit dem Titel „Zur Praxisrelevanz der Übersetzungswissenschaft" (1991) skizziert Wilss auf eine etwas übersichtlichere Weise seine Vorstellung einer praxisrelevanten kognitiven Übersetzungstheorie, die auf den in Wilss (1988) vorgestellten Grundauffassungen aufbaut.[67] Wilss' Antwort auf eine Kritik Berglunds (1990), in der der alte Gegensatz zwischen Theorie und Praxis sichtbar wird, läuft darauf hinaus, auf der einen Seite der deutschen Übersetzungswissenschaft vorzuwerfen, sie gebe ein falsches Bild von der Bedeutung des Ausgangstextes und seiner Beziehung zum Übersetzer, und auf der anderen Seite sie spiegele eine irrige Auffassung von den Pflichten und Loyalitäten des Übersetzers und verkenne dabei die praktischen Voraussetzungen der eigentlichen Pflichten. Wilss (1991) vertritt in seiner Verteidigungsschrift das Prinzip der induktiven Wissenschaft, die die Idee vertritt, daß die Theorie eine Theorie der Praxis sein muß. Er sieht so für eine Übersetzungswissenschaft zwei Forschungsschwerpunkte: 1. Frage nach „Bedingungen, Möglichkeiten und Grenzen des Übersetzens als Prozeß der Reproduktion eines ausgangssprachlichen (as) Textes in einer anderen Sprache (Zielsprache (zs))" (1990: 2); 2. Frage nach „Kriterien, die für eine möglichst objektive Bewertung des Übersetzungsresultats von Belang sind" (Berglund 1990: 2). Für beide Forschungsbereiche sind wichtig: das kulturelle Umfeld des AT, seine Funktion, sein Adressatenkreis, Person des Übersetzers, sein kulturelles Umfeld, seine Wissensbasen, Funktion des Zieltextes und dessen Adressatenkreis. Den Übersetzer sieht

---

[67] Mit Recht wird Wilss (1988) vorgeworfen, daß er in dieser Monographie lediglich verschiedene Aspekte modernerer Forschungsarbeiten der Übersetzungswissenschaft zusammenträgt, doch zu keinem klaren, einheitlichen Bild findet, und dieses Werk letztlich nicht über eine „überblicksartige Zusammenstellung" (Stolze 1994) hinaus kommt.

Wilss „zwischen zwei Polen, die man als assimilatorischen und distanzhaltenden Umgang mit dem zu übersetzenden Text bezeichnen kann" (ibid.: 3). Dem Übersetzer ist es nicht überlassen, den Ausgangstext in „seinen wesentlichen Perspektiven" zu verändern, was allenfalls dem Initiator der Übersetzung vorbehalten ist. Mikrokontextuell (im syntaktischen, lexikalischen und syntagmatischen Bereich) kann man von einem Entscheidungsprozeß beim Übersetzen reden, was makrokontextuell (wie Levy 1969 behauptet) nicht der Fall ist. Der Übersetzer praktiziert „eine spezifische Form epistemischen (wissensverarbeitenden) Schreibens" (ibid.), nämlich er vermittelt fremdes Wissen aufgrund eigenen Wissens weiter. Jede Übersetzung gelingt nur in dem Maße, wie der Übersetzer eine konkrete Vorstellung von der jeweiligen Übersetzungssituation hat. Seiner Ansicht nach hat sich die Übersetzungstheorie es sich manchmal zu einfach gemacht, indem sie nur wortgetreue vs. freie Übersetzung gegenüberstellt hat. Neue Ansätze seien da vorsichtiger. Die Rolle des Übersetzers ist dynamisch, nicht immer genau bestimmbar zwischen Norm und Freiheit. Er befindet sich im Spannungsfeld zweier extremer Handlungsdispositionen: 1. „die Substitution von Sachverhalten im Kontext von kulturell (übereinzelsprachlich) gültigen Welten" (ibid.: 4); 2. „die Modifikation von as Welten im Kontext von as Welten durch die Transformation einzelsprachlich repräsentierter Welten im Kontext der zs Sprach-, Kommunikations- und Kulturgemeinschaft." (ibid.) Der Erfolg des Übersetzers beruht im Endeffekt auf „der Tragfähigkeit seines kognitiven Kalküls und seiner strategischen Fähigkeiten." (ibid.) Deswegen hat die Übersetzungswissenschaft die Aufgabe, „mit Hilfe von Begriffen der Informationsverarbeitung die dem Übersetzen zugrundeliegenden mentalen Prozesse ans Licht zu heben und

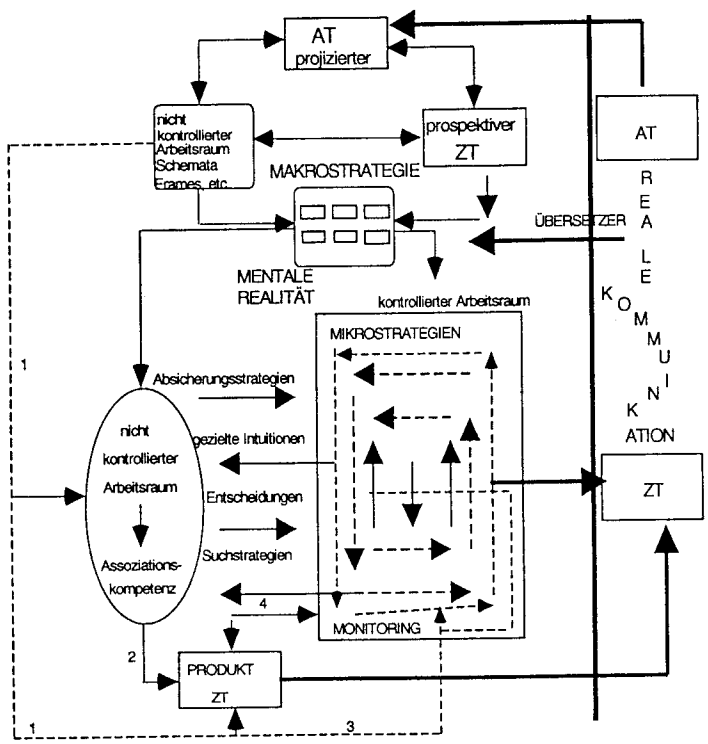
Übersetzen als eine komplexe Form der Sprachverwendung vorzuführen" (ibid.).[68] Die in der Geschichte der Übersetzung immer wiederkehrende Frage nach der Treue oder Freiheit der Übersetzung kann durch eine empirisch fundierte Übersetzungswissenschaft überwunden werden, „die es ermöglicht, Gemeinsamkeiten und Unterschiede von Einzeltexten und Textsorten aufzusuchen, ohne daß man zugleich auf Identität oder Verschiedenheit in jeder Hinsicht schließt" (ibid.: 5). Sie beantwortet die Frage nach den Voraussetzungen, Bedingungen und Möglichkeiten des Übersetzens und der Reparatur von defizitären AT auf eine möglichst objektive Weise. In diesem Zusammenhang wäre der Begriff der Äquivalenz zu überprüfen, der „unter Berücksichtigung angemessener Toleranzspielräume situations- und textspezifisch dynamisiert und gleichzeitig relativiert" (ibid.) werden müsse. Darüber hinaus muß das „persönlichkeitsbezogene Verständnis übersetzerischer Verhaltensweisen (...) mit der Erkenntnis der textuellen Bedingtheit des Übersetzerverhaltens

---

68 Ein psycholinguistischer Ansatz, der sich diese Forderung von Wilss zu seinem Forschungsvorhaben gemacht hat, ist unter dem Titel der von Krings veröffentlichten Monographie *Was in den Köpfen von Übersetzern vorgeht* (1986) bekannt geworden. Krings argumentiert aus psycholinguistischer Perspektive für die Existenz mentaler Strategien, die durch bestimmte Versuche, den sog. *talk-aloud protocolls*, erfaßt werden sollen. Es geht also letztlich darum zu klären, „wie die Prozesse des Verstehens kognitiv ablaufen" (Stolze 1994: 213). Im Gegensatz zu den funktionalen Theorien, die über die Beschreibung des Ziels einer jeden sprachlichen Operation auch Einsichten darüber gewinnen wollen, wie dieses Ziel erreicht wird, fordern diese spezifischen Untersuchungen erst einmal Einblicke in die Art der mentalen Operationen, die beim Übersetzen abgespult werden. Nicht die linguistische Deskription des Produkts soll dabei zur Klärung dieses Prozesses beitragen, sondern die Erhellung auf der Basis eines *information-processing* der in der 'black-box' durchlaufenden mentalen Strategien und Grundprozesse der Übersetzung.
Krings (1986, 1988) versteht Übersetzen wie Wilss als komplexe Art der Sprachverwendung, die psycholinguistisch zu untersuchen ist. Sein übersetzungswissenschaftlicher Ansatz ist deskriptiv und in seiner Methodik grundsätzlich empirisch-induktiv (vgl. Krings 1988: 394). Um diese Vorgaben zu erfüllen, wurden die o. g. *talk-aloud protocolls* eingesetzt, die zuerst mit fortgeschrittenen Fremdsprachenlernern (vgl. Krings 1986) und in einer zweiten Phase mit Berufsübersetzern durchgeführt wurden (vgl. Krings 1988). Es stellte sich dabei heraus, daß sich die Strategien der Berufsübersetzer in ihrer Rekursivität von denen der Nicht-Berufsübersetzer unterschied und daß erstere sich durch einen holistischen, assoziativ vorgehenden Formulierungsprozeß charakterisierte.

verbinden" (ibid.: 6). Es wäre daher wichtig, eine Typenbildung übersetzerischen Verhaltens zu erstellen, die auch den Begriff der Intuition systematisieren sollte, wobei die „subjektive Komponente (...) als konstitutives und unaufhebbares Element kommunikativer Interaktion" (ibid.: 7) akzeptiert werden muß.

Im Gegensatz zu Wilss (1988) versucht Hönig (1995) einerseits die hermetische Abgrenzung von Intuition und Kognition aufzuheben, und andererseits das Prinzip der linearen Progression vom Kognitiven zum Intuitiven, das vielen empirischen Studien obliegt (vgl. hierzu Krings 1986; Lörscher 1986; Königs 1987a u.a.) zu widerlegen. Vielmehr geht er davon aus, daß die kognitiven Suchstrategien dazu dienen, „der Intuition eine Chance zu geben" (Hönig 1995: 47) und dabei die „Kognition im Dienst der Intuition" (ibid.) steht. In diesem Sinne stellt er dem Flußdiagramm von Krings (1987) ein Modell gegenüber (vgl. Figur 6),



Figur 6

das der Komplexität des Übersetzungsprozesses gerechter werden soll, indem es einen Bereich des kontrollierten Arbeitsraumes, wo man bewußt mikrostrategisch handelt und durch ständiges 'Monitoring' die Ergebnisse der Denkprozesse überprüft, von einem unkontrollierten Arbeitsraum unterscheidet, wo alle unbewußten Prozesse stattfinden. Jedoch sind diese Bereiche nicht voneinander unabhängig, sondern sie greifen sich ergänzend und erweiternd in den Prozeß ein.

Ohne jetzt auf alle Einzelheiten dieses Modells eingehen zu wollen (vgl. hierzu Hönig 1995: 40-63) läßt sich feststellen, daß die mentalen Verarbeitungsprozesse beim Übersetzen in diesem Modell von Hönig in die o. g. Verarbeitungsräume, kontrolliert und unkontrolliert, aufgeteilt werden. In einer ersten Phase stellt sich der Übersetzer eine Makrostrategie zusammen, wo er folgende Fragen zu beantworten sucht: - welchen Zweck hat die Übersetzung? - welche Recherchen sind notwendig, um subjektive Assoziationen zu objektivieren und meine Sachkompetenz zu erweitern? - wie ist der Text aufgebaut und wie stehen die einzelnen Teile des Textes zu Thema, Autor und Medium? Von dieser Makrostrategie gesteuert, die der eigentlichen Übersetzungsphase vorausgeht, erfolgen in der Übersetzungsphase alle weiteren Verarbeitungsprozesse kontrollierter oder unkontrollierter Art, wobei die Assoziationskompetenz, von einigen Autoren auch 'angeborene Übersetzungskompetenz' genannt, die unkontrollierten Abläufe erweitert. Sprachliche Daten fließen so aus vier (im Modell mit Zahlen gekennzeichnet) verschiedenen Denkprozessen zusammen und führen so zu dem 'Produkt ZT'.

In der traditionellen Verwendung des Äquivalenzbegriffs sieht dann Hönig den Entlastungsversuch derjenigen, die die „Komplexität der mentalen Vorgänge beim Übersetzen" (ibid.: 57) zwar erleben, aber nicht durchschauen. Deshalb orientieren diese sich an der illusorischen Vorstellung „einer symmetrischen Abbildungsrelation zwischen AT und ZT" (ibid.). Seiner Meinung nach ist die Unterscheidung zwischen kontrollierten und unkontrollierten Arbeitsräumen fundamental, um diese Vereinfachung zu überwinden und zu zeigen, daß übersetzerisches Handeln gezieltes und auch routiniertes Expertenhandeln voraussetzen muß und daß „der Erwerb und die Umsetzung übersetzerischer Kompetenz [sich daran entscheidet], ob - und wie - Übersetzer gelernt haben, mit dem unkontrollierten und kontrollierten Arbeitsraum zu arbeiten, und ob sie in der Lage sind, die von diesen Aggregaten in Gang gebrachten Prozesse zu koordinieren" (Hönig 1995: 58). Die angeborene 'natürliche Assoziationskompetenz' muß demnach von einer Makrostrategie gesteuert werden, die den Übersetzungsprozeß gezielter und damit effizienter gestaltet. „Fehlt diese Makrostrategie, so werden die (objektiv bereits völlig akzeptablen) Produkte aus dem *unko. Ar.* [unkontrollierten Arbeitsraum, T.H.] grundsätzlich (und unnötigerweise) einem weiteren systemanalytischen Verarbeitungsprozeß zugeführt. Diese weitere Bearbeitung im *ko. Ar.* [kontrollierten Arbeitsraum, T.H.] führt in vielen Fällen zu Absicherungsstrategien bzw. Fehlervermeidungsstrategien, bei denen durch die Anwendung von Mikrostrategien (Rückgriff auf externe Hilfsmittel, Rekurrieren auf ZS-Normen) in einem inneren Dialog ein Beweisverfahren geführt wird, durch die das fehlende übersetzerische Selbst-Bewußtsein durch pseudo-wissenschaftliche Richtigkeitsnachweise ersetzt wird (ibid.: 62). Der „selbst-

bewußte Übersetzer" muß in der Lage sein, Möglichkeiten und Ziele der übersetzerischen Handlung zu definieren, um zu einer funktionierenden Übersetzung zu gelangen, die als „Resultat intelligenten Verhaltens bei der Vermittlung sprachgebundener kommunikativer Absichten aus einer Kultur in die andere" (ibid.: 116) auch das Ergebnis der verantwortungsbewußten Freiheit des Übersetzers ist.

3.5.3.1 Zusammenfassender Kommentar

Wilss „neuer Ansatz" ist ein klarer Hinweis darauf, in welche Richtung die moderne Übersetzungswissenschaft sich bewegen wird. Die Anerkennung der Individualität des Übersetzers, der sprachlich handelt und von seinem Verständnis ausgehend bestimmte Strategien bewußt oder unbewußt einsetzt, um Verständigung zu erreichen, hat mit der kognitiven Darstellung des Übersetzungsprozesses neue und entscheidende Impulse gewonnen. Daß diese Perspektive noch in den Anfängen steckt, liegt allerdings nicht nur daran, daß „es bisher keine erschöpfende Theorie der Bewußtseinsinhalte gibt" (Wilss 1988: VIII), sondern wahrscheinlich auch daran, daß die Implikationen eines solchen Ansatzes auch von deren Vertretern scheinbar noch nicht gänzlich übernommen wurden. So erkennt Wilss (1988) zwar die Bedeutung der Intuition und Kreativität an, bewertet sie jedoch als eher lästige Faktoren, die die Operationalisierbarkeit des Übersetzungsprozesses beeinträchtigen: „Daraus folgt, daß es vermutlich kein allgemeines Maß, keine allgemeine Norm für Übersetzungskreativität gibt, sondern daß man hier von Übersetzer zu Übersetzer, von Text(typ) zu Text(typ) und von Übersetzungssituation zu Übersetzungssituation

unterscheiden muß" (ibid.: 120). Das charakterisiert die Arbeit Wilss', der von der maschinellen Übersetzung kommt, der, wie Stolze (1994: 218) meiner Meinung nach richtig anmerkt, „im Grunde in seiner mechanistischen Vorstellung der „Transferprozeduren" stecken" geblieben ist, obwohl er Begriffe wie „Kreativität", „Entscheidung", „Intuition" in seine Argumentation mit einbezieht. Auf so eine Grundhaltung läßt die oben schon genannte irrige Auffassung von Intuition schließen, die von Damásio (1994) und Hönig (1990, 1995) u.a. widerlegt wurde. Intuition als Bestandteil der Kreativität wäre demnach nicht ein lästiges Nebenprodukt in einem sprachlichen Problemlösungsfall. Vielmehr sollte der Übersetzungsprozeß ganzheitlich betrachtet werden, in dem Intuition und Kognition ineinander greifen, wobei bei der Intuition ein assoziatives, holistisches Denken vorherrscht, das Textbezüge rasch synthetisiert, indem es verschiedene isolierte Aspekte in ein implizites Ganzes zu verwandeln imstande ist, während die Kognition die konkreten, bewußten Daten der Problemlösungssituation verarbeitet und sie rational zu ratifizieren sucht. (vgl. Hüsgen 1995a). Für die Didaktik bedeutete dies, daß man der Intuition oder m.a.W. den intuitiven Verfahren eine zentralere Rolle beimessen sollte, indem man sie produktiv nutzte und „rasche Bedeutungserfassung, Textverstehen und spontanes Formulieren" (Stolze 1994. 219) systematisch trainierte. Weniger erfolgversprechend scheint der Versuch, wie Wilss ihn unternimmt, den Übersetzungsprozeß über Übersetzungstechniken zu algorithmisieren. Daß Wilss letztlich noch an den Transferprozeduren hängt, beweist auch die Tatsache, daß er 1993 eine Monographie publizierte, die die Übersetzungsfertigkeit des Übersetzers zum Thema hat. Er sieht in der Fertigkeit eine in Standardsituationen zur Verfügung stehende Verhaltensweise, die ein

routiniertes Übersetzen ermöglicht. Aber gerade das unterscheidet den Übersetzer vom Computer, daß er auch in der Lage ist nicht-standartisierte Situationen zu lösen und auf (vor)ge*fertigte* Lösungsschemata zu verzichten. Der Computer wird erst dann in der Lage sein, den Übersetzer in seiner Tätigkeit abzulösen, wenn er es schafft, Lösungen zu finden, die nicht auf gespeicherten Datenbanken gelagert sind, sondern wenn er durch assoziative Analogieschlüsse das holistische Denken des Menschen nachvollziehen kann. Deswegen sollten die Übersetzungswissenschaftler sich nicht so sehr um den mechanischen Aspekt kümmern, sondern sich daran machen „die für das Übersetzen notwendigen vielfältigen kognitiven Leistungen hervorzuheben und den Untersuchungsgegenstand umfassend von seiner kreativen und dynamischen Seite zu betrachten" (Risku 1994: 237).

Hönigs (1995) Ansatz zeigt gerade in diesem Bereich große Vorteile, weil er Expertenwissen, also die „erworbene Übersetzungskompetenz" (ibid.: 62), von der angeborenen Assoziationskompetenz unterscheidet, sie jedoch nicht losgelöst voneinander betrachtet. Kognition und Intuition werden so zu verschiedenen Strategien, die sich gegenseitig stützend zusammenarbeiten, um eine Übersetzung möglich zu machen, die ihre Funktion erfüllt. Die „Subjektgebundenheit des Übersetzens" (ibid.: 64) wird bei Hönig nicht nur als reeller Faktor anerkannt, sondern für einen geglückten Übersetzungsprozeß vorausgesetzt.

Nach diesem Überblick über die repräsentativsten Ansätze in der Übersetzungswissenschaft wird es im folgenden darum gehen, vor dem Hintergrund dieser allgemeinen theoretischen Überlegungen die

verschiedenen übersetzungskritischen Modelle mit dem Ziel zu durchleuchten, die These der Notwendigkeit einer umfassenderen, eklektischen und integrierenden Sichtweise in der Übersetzungskritik zu untermauern.

3.6 Die übersetzungskritischen Modelle

Ein wichtiger Teilbereich der wissenschaftlichen Übersetzungstheorien beschäftigt sich mit der Bewertung von Übersetzungen. Ausgangspunkt dieses Wissenschaftsbereiches ist der Versuch, die mehr oder weniger impressionistischen Übersetzungskritiken in den Feuilletonseiten der größeren Tages- und Wochenzeitungen zu überwinden und ihnen eine systematische und wissenschaftlich fundierte Analyse gegenüberzustellen (vgl. hierzu Levy (1969: 13-17), Wilss (1977: 280-282), House (1981: 1-3), Stolze (1982: 321-323), Koller (1987: 242) u.a.). Es ist dabei interessant, daß die Übersetzungskritik als angewandte Übersetzungswissenschaft zum Experimentier- und Exemplifizierfeld der verschiedenen methodischen Ansätze geworden ist und daß die oben vorgestellten Theorien meist auch spezifische übersetzungskritische Modelle vertraten. Wie aktuell das Problem der wissenschaftlichen Übersetzungskritik heute noch ist, beweist der zuletzt Mitte der 90er im deutschsprachigen Raum ausgebrochene Streit um die deutsche Übersetzung von Norfolks Roman „Lemprière's Wörterbuch", der die alten Fronten zwischen Feuilletonisten und Übersetzungswissenschaftlern von Neuem aufflackern ließ (vgl. hierzu Zimmer (1993), Kemouri (1994: 1-5)). Das Grundproblem der Übersetzungskritik kam dabei immer wieder zum Vorschein, nämlich die

Frage nach den Kriterien der Bewertung einer Übersetzung von einem literarischen Text, die so vielfältig und gegensätzlich waren und sind, daß es notwendig erscheint, die verschiedenen Standpunkte erst einmal vorzustellen und einander zuzuordnen.

3.6.1 Die stilistische Übersetzungskritik

Wie in der Übersetzungstheorie, dominierte auch in den Anfängen eine sprachorientierte Übersetzungskritik die meisten Untersuchungen. Diese zeichneten sich besonders durch ihren ausgeprägten normativen Charakter aus, wo der Ausgangstext und seine Wirkung den alleinigen Maßstab für die Kritik abgab. Dazu waren ihre Methoden stark literaturwissenschaftlich geprägt.

Kloepfer (1967), der eine linguistische Übersetzungsanalyse ablehnt, geht bei seinen Studien, wie auch Friedrich (1965)[69], hauptsächlich von Stilfragen aus. Er faßt seine Stilauffassung jedoch etwas weiter als letzterer, indem er „das Problem der Sprachebenen, das Verhältnis von Wort und Wirklichkeit, das Verhältnis von Form und Tradition, sowie den Texten immanente Sprachreflexion mit den Stilbeobachtungen" (Apel 1983: 34) mit einbezieht. Für Kloepfer bedeutet die Übersetzung „das Ende eines Deutungsprozesses" (1967: 22), jedoch klärt er nicht die Bedingungen, unter denen sich dieser Prozeß vollzieht, und beschäftigt sich ausschließlich

---

[69] Nach Apel ist bei Friedrich (1965) die ästhetische Erfahrung eines Originals vor allem eine stilistische, wobei Friedrich den „Stellenwert einzelner Stilphänomene [ ] aus literarischen Traditionen heraus begründet" (Apel 1983: 33). Von einer Übersetzung verlangt

mit seinem Ergebnis. Er unterscheidet dabei die literarische von der nicht-literarischen Übersetzung, wobei er erstere eng an eine Theorie der Dichtkunst und der Hermeneutik anbindet. Die Grundfragen des Übersetzens seiner literarischen Übersetzungstheorie beschäftigen sich mit 1. der Übersetzung aus göttlicher in menschliche Sprache; 2. primitiver Wörtlichkeit (Interlinearversion); 3. freier Übersetzung (Cicero); 4. treuer Übersetzung, unter der er die doppelte „Verantwortung dem Original und dem Leser gegenüber" (ibid.: 16) versteht.

Kloepfer (1967) vertritt die Übersetzungsmethode einer „höheren Art von Wörtlichkeit" (ibid.: 78), die er in der Mittellinie zwischen den beiden entgegengesetzten Schleiermacherschen Alternativen vom „Verfremden" und „Verdeutschen" ansiedelt und die sich in erster Linie der Treue gegenüber dem Stil eines Kunstwerks verpflichtet fühlt: „Seine [des Übersetzers] Sprachwelt darf nicht irgendwie gegeben oder beliebig entwickelt sein, sondern muß im Ringen mit der Sprachwelt des Originals und nach deren Maßgabe im deutschen Wortlaut neu errichtet werden, gleichsam ein «Griechisch» im Bereich der deutschen Zunge" (ibid.: 75). In seinen Übersetzungsanalysen von Texten von Dante, Plautus und Rimbaud bespricht er die Übersetzungsmethoden der Übersetzer, um schließlich selbst Verbesserungsvorschläge anzubieten. Im letzten Kapitel kommt er zu dem Schluß, daß die Übersetzung immer nur eine „Art der Progression" (ibid.: 125) sein kann, die nicht abgeschlossen ist und damit gleichzeitig zur „Dichtung der Dichtung" (ibid.: 126) wird.

Friedrich in erster Linie „Stilangleichung", wobei die „Stilüberbietung" und „Stilunterbietung" als Abweichung von dieser Angleichung verstanden werden (vgl. Friedrich 1965: 20f.).

Ähnlich verhält es sich bei Stackelberg (1978). Im Vorwort zu einer Anthologie seiner vergleichenden Analysen setzt er sich das Ziel seiner Übersetzungskritik, nämlich „die Spreu vom Weizen zu trennen (...) [und] die Frage nach Charakter und Qualität, Vorzügen und Mängeln" (ibid.: 9) zu stellen. Auch er geht wie Friedrich (1965) und Kloepfer (1967) in seinen Analysen von Stilentsprechungen aus. Aus diesem Grund muß sich seiner Ansicht nach „der Übersetzungskritiker ein Urteil über das Original und seine künstlerisch stilistische Eigenart gebildet haben, ehe er die Frage nach der Qualität der Übersetzung stellt" (1978: 8). Eine weitere Voraussetzung für eine angemessene Übersetzungskritik seiner Meinung zufolge ist der direkte Vergleich zwischen Original und Übersetzung (wenn möglich verschiedene Übersetzungen), die dann „handfeste Fehler, Sinnentstellungen, Irrtümer schon im Verständnis des Ausgangstextes (...) Weglassungen, (...) Hinzufügungen, erklärende oder belehrende Erweiterungen" (ibid.) feststellen kann. Oberstes Kriterium für seine Bewertung von Übersetzungen sind „Treue, Adäquatheit - oder Äquivalenz" (ibid.), wobei Stackelberg verschiedene Begriffe in einen Topf wirft[70], die in der Übersetzungstheorie keinesfalls einheitliche Standpunkte definieren. Diese vage Formulierung entspricht dann auch seiner Definition seines Übersetzungsideals, das er negativ formuliert: „Die Zeit der verschönenden, ganz auf den jeweiligen Publikumsgeschmack ausgerichteten «belles infidèles» ist vorüber" (ibid.). Aus den konkreten Analysen wird ersichtlich, daß er immer wieder auf versuchte Stilentsprechungen in der ZS zurückkommt, die den Stileigenheiten des Originalautors entweder gerecht

---

70 Vgl. hierzu in dieser Arbeit die unterschiedlichen, manchmal sich widersprechenden Auffassungen von verschiedenen Autoren zu den drei genannten Begriffen.

werden oder nicht. Aus dieser Perspektive heraus kritisiert er die Übersetzungstypologie von Katharina Reiß (1971). Seiner Ansicht nach reicht es nicht aus festzustellen, „daß ein Epos anders übersetzt werden muß als ein Drama, ein Roman anders als ein Gedicht. Dante muß anders übersetzt werden als Baudelaire, Corneille anders als Molière, Voltaire anders als Flaubert" (1978: 8). Diese Art von Übersetzungskritik, die denen der Feuilletons sehr nahe stand, dominierte bis hin in die siebziger Jahre, als die Linguistik in Deutschland Fuß faßte.

3.6.2 Die strukturalistische Übersetzungskritik

Das bedeutende und bahnbrechende Werk *Die literarische Übersetzung. Theorie einer Kunstgattung* von Jiri Levy (1969) markiert Ende der sechziger Jahre den Übergang zu einer „wissenschaftlicheren" Form der Übersetzungskritik, die angeregt vom russischen Formalismus und vom tschechoslowakischen Strukturalismus der Prager Schule, die in die Literaturwissenschaft mathematisch-statistische Methoden einführte, „die herkömmliche Polarisierung des sprachlichen Kunstwerks in Stoff und Form" (ibid.: 10) zu überwinden suchte. Levy, der sich in seinen Arbeiten besonders mit dem „Verhältnis von ästhetischer und semantischer Bedeutung im Kunstwerk" (ibid.) beschäftigte, „konfrontierte [...] den Informationswert der formalen Elemente der Dichtung mit der Gestaltung der sachlichen Information" (ibid.) mit dem Ziel, die Übersetzung als Kunstgattung mit modernen Methoden systematisch zu bearbeiten.

Von der Dichotomie zwischen dem Allgemeinen und Einzelnen, dem Ganzen und dem Teil, dem Inhalt und der Form, dem Werk und der Übersetzung innerhalb der Nationalliteratur und innerhalb der Weltliteratur ausgehend, beschreibt Levy zwei mögliche Grundmethoden des Übersetzens: 1. die illusionistische Methode, die verlangt, „das Werk solle «aussehen wie die Vorlage, wie die Wirklichkeit». [...] Der illusionistische Übersetzer verbirgt sich hinter dem Original, das er gleichsam ohne Mittler dem Leser mit dem Ziel vorlegt, bei ihm eine übersetzerische Illusion zu wecken, die Illusion nämlich, daß er die Vorlage lese" (ibid.: 31). 2. die anti-illusionistische Methode, die „dem Publikum nur eine Nachbildung der Wirklichkeit" (ibid.: 32) anbietet. „Der Romanautor schweift von der epischen Illusion ab, spricht seinen Leser an und bespricht sich mit ihm, was er mit seiner Gestalt tun solle. Auch der Übersetzer kann von der übersetzerischen Illusion abschweifen, indem er seinen Beobachterstandpunkt enthüllt, nicht ein Originalwerk vortäuscht, sondern es kommentiert" (ibid.). Levy tritt für die illusionistische Methode ein, die sich „keineswegs um die Erhaltung des Werks an sich" (ibid.) bemüht, sondern „um die Wahrung seines Wertes für den Aufnehmenden (also der distinktiven bzw. soziologischen Funktionen seiner Elemente" (ibid.). Er begründet diese Methode mit der Besonderheit des Entstehungsprozesses der Übersetzung. Um den Vorgang des Übersetzens darstellen zu können, beschreibt Levy zuerst den Schaffensvorgang eines übersetzerischen Werkes. Er beginnt damit, daß er eine Kommunikationskette zwischen Autor-Übersetzer-Leser aufstellt, in der die Wirklichkeit Modell ist, von der der Autor eine Auswahl sprachlich formuliert, der Übersetzer diesen Text und diese neue Wirklichkeit übernimmt und seinerseits überträgt, die zuletzt

zum Leser gelangt, dessen Lektüre die Konkretisierung darstellt. Die Bedeutungsanalyse eines Kunstwerkes bezieht sich auf zwei Bereiche, den kommunikativen und repräsentativen. Der erste Aspekt sieht das Werk als eine durch einen Code verschlüsselte Mitteilung. Diese, auch Information genannt, muß durch die Übersetzung unverändert bleiben. Der zweite Aspekt befaßt sich mit der Beziehung, die das Werk mit der Wirklichkeit unterhält. Levy sieht in dem Kunstwerk eine subjektive Umgestaltung der objektiven Wirklichkeit, sozusagen Ergebnis eines Schöpfungsvorgangs, in dem ein bestimmter ideal-ästhetischer Inhalt durch die Sprache realisiert wird. Dem entspricht weitgehend die Dichotomie Form und Inhalt. Da nicht die objektive Wirklichkeit in das Kunstwerk eingeht, interessiert den Übersetzer in erster Linie die Interpretation der Wirklichkeit durch den Originalautor. Diese Interpretation ist die Information, die das Werk im engeren Sinne darstellt. Man muß unterscheiden zwischen Form, was Levy auch Text des Werkes nennt, und ideal-ästhetischem Inhalt, den er Werk im engeren Sinne nennt. Was der Übersetzer übertragen soll, ist die Information, während die Form nur dann bewahrt werden muß, wenn sie eine bestimmte semantische Funktion hat. Ausgangspunkt ist also nicht der Text des Werkes, sondern sein inhaltlich-ästhetischer Wert. Die zweite Etappe im Entstehungsprozeß der Übersetzung ist die Konkretisierung des Werkes. Sie ist die Umsetzung des objektiven Materials, das das Werk für den Leser darstellt. Die Verwirklichung von Inhalt und Form im Material der Sprache, die der Autor vornimmt, wird unterschieden von seiner Konkretisierung durch den Leser. Konkretisierung heißt dabei nicht die Interpretation des Materials im Sinne von Kritik und Klassifizierung, sondern Aufnahme des Werkes durch den Leser. Die Konkretisierung des

Übersetzers wird dadurch erweitert, daß sein Konzept sprachlich zum Ausdruck kommt, und so ein subjektiver Faktor ist, der wiederum auch zeitbedingt ist wie die Konzeption des Autors. Daß die Sprache eine wichtige Rolle in diesem Zusammenhang spielt, wird deutlich, wenn man bedenkt, daß die Sprache Ausdruck des Konzepts des Übersetzers ist und daher auch einen Einfluß auf den schöpferischen Akt hat, da sie der Träger, im Falle des Autors wie des Übersetzers, der Mitteilung ist.[71] Die Sprache formt die Gedanken materiell aus und leitet zu spezifischen Ausdrucksformen. Gleichzeitig öffnet die Zielsprache durch Assoziationen den Bedeutungsbereich der originellen Konzeption. Dies passiert z. B., wenn bestimmte Reimverbindungen Bedeutungskombinationen herstellen, die z. B. in einer anderen Sprache so nicht nachzuvollziehen sind. Im Englischen lassen sich solche Kombinationen z. B. zwischen *„womb-tomb"* und *„love-dove"* herstellen, die so natürlich in anderen Sprachen unmöglich sind. Der Einfluß, den die Sprache auf das Werk ausübt, ist von Autor zu Autor verschieden. Manche Autoren versuchen, die Grenze ihrer Sprache zu durchbrechen. Andere nutzen gerade die Besonderheiten der jeweiligen Sprache, um die spezifischen Möglichkeiten derselben auszukosten. In diesem Falle ist der Einfluß der Sprache besonders wichtig und die Übersetzung entsprechend schwer. Jedoch ist Levys Meinung nach der

---

[71] Hier trifft das zu, was Szondi bei der Untersuchung von Celans Übertragung von Shakespeares Sonett 105 feststellt, nämlich daß der Abstand von Original und Übersetzung auf unterschiedlichen Sprachkonzeptionen beruht (vgl. hierzu Fußnote 12). So kommt Szondi in seiner übersetzungskritischen Untersuchung zu dem Ergebnis, daß Celan konsequent alle die Stellen unübersetzt läßt, „in denen Shakespeare das eigene Gedicht, den eigenen Stil, das Ziel seines Dichtens beschreibt, oder er übersetzt so «frei», daß sie nicht mehr davon zu handeln scheinen" (Szondi 1978: 343). So hat Celan eine Übersetzung geschaffen, die „an die Stelle des traditionellen symbolistischen Gedichts, das von sich selber handelt, das sich selbst zum Gegenstand hat, ein Gedicht gesetzt, das von sich selbst nicht mehr handelt, sondern es ist" (ibid.: 344). Damit hat Celan „in der Nachfolge des

Text nicht das Endziel der Übersetzung, sondern diese bekommt ihren eigentlichen Wert bei der Lektüre durch einen Leser. Das ist der Moment, an dem ein drittes Konzept an das Werk tritt, und zwar die Auffassung des Lesers von der Übersetzung. Und weil des Übersetzers Ziel nicht der Text, sondern der Inhalt ist, muß er immer den Leser im Sinne haben. Dies wird in den Fällen deutlich, wo eine Übersetzung speziell für Kinder gedacht ist.

Zusammenfassend läßt sich im Sinne Levys behaupten, daß eine Übersetzung im Spannungsfeld dreier Komponenten entsteht, nämlich des objektiven Inhalts und der beiden Konkretisationen durch den Leser des Originals und den Leser der Übersetzung.

Funktion der Übersetzung ist es, die Unterschiede, die durch die verschiedenen Sprachen und Bewußtseinsinhalte der Leserkreise, so klein wie möglich zu halten. Drei Aspekte sind in diesem Zusammenhang wichtig für die Problematik des Übersetzens: 1. das Verhältnis Originalsprache - Übersetzung, 2. Inhalt - Form in Vorlage und Übersetzung, 3. Wirkungswert des Originals - Wirkungswert der Übersetzung. Levy teilt die Übersetzerarbeit in drei Phasen auf: 1. Erfassen der Vorlage; 2. Interpretation der Vorlage; 3. Umsetzung der Vorlage. Beim Erfassen der Vorlage durchläuft der Leser/Übersetzer drei Stufen. Die erste Stufe ist das wörtliche, philologische Erfassen des Textes, das von dem fachlichen Können des Übersetzers abhängt. Die Fähigkeit des Übersetzers den Worten, die er übersetzen muß, das möglichst korrekte Pendant in seiner Sprache zu finden, ohne Verwechslungen zu unterliegen oder falsche

---

späten Mallarmé wie als Zeitgenosse und aufmerksamer Beobachter der modernen Linguistik, Sprachphilosophie und Ästhetik die Konsequenz gezogen" (ibid.).

Deutungen zu bringen, ist damit angesprochen. Dazu gehört im Verständnis des Autors auch die Fähigkeit, die Absichten und die Poetik des Originalautors zu verstehen. Darüber hinaus muß der Übersetzer auch die stilistischen Werte des sprachlichen Ausdrucks zu interpretieren wissen, um das künstlerische Ganze, d.h. die enthaltenen Realitäten erkennen und wiedergeben zu können. Irrtümer entstehen dann, wenn die Übersetzer nicht in der Lage sind, sich die Wirklichkeit oder das spezifische Anliegen des Autors vorzustellen, oder wenn sie gar falsche Gedankenverbindungen knüpfen. Es ist daher für den Übersetzer von großer Bedeutung, daß er die wahre Wirklichkeit rekonstruiert, indem er eine Methodik der Rekonstruktion anwendet. Nur so gelingt es ihm, die Anordnung der Information des Originaltextes nicht zu durchbrechen und z. B. Informationen zu früh oder überhaupt nicht zu vermitteln. Der zweite Schritt, die Interpretation der Vorlage, ist mit dem wirklichkeitsbezogenen Erfassen des Originals verknüpft. Da die Inkongruenz der Sprachen eine Tatsache ist, muß der Übersetzer von seiner Auffassungsgabe ausgehen, um in seiner Sprache eine äquivalente Lösung zu finden. Der Autor soll möglichst die Wirklichkeit erfassen, während es die Aufgabe der Übersetzung sein muß, die Wirklichkeit des Originals nachzubilden. Der Übersetzer hat demnach die Aufgabe, den objektiven Sinn der Vorlage zu suchen, seinen Interpretationsstandpunkt zu definieren, um letztlich die objektiven Werte des Werkes durch die Interpretation umzuwerten. Nur wenn der Übersetzer den objektiven Wert findet und nicht verfälscht, behält die Übersetzung die Originalität der Vorlage bei. Subjektive Eingriffe von Seiten des Übersetzers sollten möglichst vermieden werden. Dabei kann der Übersetzer dem übersetzten Text, so Levy, durchaus eine neue Sicht verleihen - wenn er

sich seiner ideellen Grundlage bewußt ist (z. B. die marx.-lenin. Übersetzer, die die Elemente eines Werkes besonders dynamisch und verständlich übersetzten, die eine Sozialkritik ausdrückten) -, ohne daß die Vorlage dadurch verfälscht wird. Auch dem Übersetzer von Poesie räumt Levy durchaus die Freiheit ein, durch stilistische Veränderungen seine Auffassung deutlich zu machen. Nie dürfte er jedoch seine Eingriffe soweit gehen lassen, daß Kürzungen oder Ergänzungen am Original vorgenommen werden. Ist die Interpretation einmal abgeschlossen, kommt es zur Umsetzung der Vorlage, d.h. zur künstlerischen Umformulierung der Vorlage. In der nun auftretenden sprachlichen Problematik werden drei Punkte virulent: 1. das Verhältnis der beiden Sprachsysteme zueinander, 2. die Spuren der Originalsprache in der Übersetzung, 3. das Spannungsverhältnis der beiden Sprachsysteme im Stil der Übersetzung. Im Verhältnis der Sprachen zueinander muß man bedenken, daß sich die Bedeutungen und ästhetischen Werte der Sprachen nicht decken, so daß eine gute Übersetzung immer einen Kompromiß verlangt, bei dem der Übersetzer seine Möglichkeiten ausweitet, indem er die nicht-äquivalenten Ausdrücke zu kompensieren sucht und latente Werte der Sprache des Originalwerks mit seiner Sprache ausdrückt. Der Übersetzer ist damit zuweilen gezwungen, die Grenzen der heimischen Literatur(sprache) zu durchbrechen. Der Stil des Übersetzers ist so von der Vorlage gekennzeichnet, die die Übersetzung direkt oder indirekt zu beeinflussen vermag. Der direkte Einfluß wird durch fremde Konstruktionen in der Übersetzung sichtbar. Schwieriger zu erkennen ist der indirekte Einfluß, der immer da zutage tritt, wo der Übersetzer sich vom Stil der Vorlage entfernt, weil die Stileigenheiten der Vorlage seiner Ansicht nach irrelevant sind. Levy

weist in diesem Zusammenhang darauf hin, daß diese Vorgehensweise dazu führen kann, daß der Übersetzer auf diese Weise womöglich systematisch konkrete Ausdrucksmöglichkeiten einer Sprache meidet, die er vielleicht in einer eigenen Originalschöpfung stellenweise doch angewendet hätte.

Schließlich muß der Übersetzer sich bewußt sein, daß er einen Gedanken in einem Material formen muß, in dem er nicht geschaffen worden ist. Der sprachliche Ausdruck ist deswegen nicht absolut, sondern stellt immer nur eine konkretisierte Möglichkeit dar. Damit eine Übersetzung einen Gedanken reproduzieren kann, muß der Übersetzer zuweilen bestimmte Manipulationen durchführen, d.h. Kompromisse eingehen, um Konstruktionen wiederzugeben, die die übersetzende Sprache nicht bietet. Diese Tatsache wird dann zum Nachteil, wenn der Übersetzer aus Mangel an schöpferischer Begabung wiederholt dieselben Mittel anwendet, um solche Lücken zu füllen. Dies ist dann oft der Grund dafür, daß Übersetzungen schneller veralten als ihre Vorlagen. Die wahre Kunst der Übersetzung beginnt da, wo sich dem Übersetzer mehrere stilistische Möglichkeiten als Lösungen eröffnen, und er nach den Erfordernissen des Kontexts zwischen ihnen entscheiden kann. Die Kunst ist es, gerade die treffendste Lösung zu finden, ohne dabei den Bereich der Reproduktion zu verlassen. Würde ein Übersetzer das Originalwerk ganz genau und präzise erfassen, dann könnte der Kontext, die stilistische Absicht des Autors, die Auswahl der Wörter bzw. des komplizierteren Stilmittels eindeutig bestimmen helfen. Der Idealfall ist, und dessen ist sich Levy bewußt, schwierig zu realisieren. Mit Hilfe einer überaus ausgeprägten Vorstellungsgabe, einer ungewöhnlichen Fähigkeit zu objektivieren und

einer subtilen stilistischen Begabung könnte der Übersetzer diesem Ideal jedoch sehr nahe kommen. Der Grad dieser Eigenschaften macht für Levy letztlich die Qualität des Übersetzers aus.

Geht man nun an die Analyse einer Übersetzung, so sollte man nicht vergessen, daß sie „die Reproduktion eines fremden Werkes" (ibid.: 160) ist und deshalb die Beziehung zwischen Übersetzung und Vorlage grundlegend ist. Für besonders interessant hält Levy den „Weg zwischen Ausgangspunkt und Ergebnis des Entstehungsprozesses" (ibid.). Drei Schritte sollen das Verhältnis zwischen Original und Übersetzung analytisch sichtbar machen helfen: 1. Der Forscher sollte feststellen, „welcher Text dem Übersetzer überhaupt als Vorlage gedient hat" (ibid.), da es oft vorkommt, daß bestimmte Eigenheiten einer Übersetzung auf einer Vorlage beruhen, die selbst eine Übersetzung ist, d.h. daß „viele führende Autoren aus zweiter Hand übersetzen" (ibid.). In diesem Zusammenhang erwähnt Levy die kompilierten Übersetzungen, die sozusagen aus Kollagen von älteren Versionen entstanden sind und die theoretisch gesehen aufschlußreich sein können. 2. Nun kommt es zur Hauptaufgabe der Analyse, die darin besteht, die Grundsätze der Arbeitsmethode - Übersetzungsmethode und –konzeption - selbst des Übersetzers freizulegen, wobei die Abweichungen von der Vorlage wohl am besten darüber Auskunft geben können. Deshalb setzt Levy bei der Analyse einer Übersetzung einen „sorgfältigen Vergleich der übersetzten Version mit der Vorlage und einer sozusagen statistischen Aufnahme der Abweichungen in den Details" (ibid.: 163) voraus, da gerade diese Abweichungen abgesehen von den rein zufälligen „charakteristisch für das Verhältnis zwischen dem persönlichen Stil des Übersetzers und dem Stil seiner Epoche der Vorlage

und für das Verhältnis zwischen seiner Auffassung des Werks und dessen objektiver Idee" (ibid.) sind. Levy spricht von dem Blick in die „black box", bei dem der Forscher festzustellen versucht, was prozessual bei dem Weg von Original zu Übersetzung passiert ist. Aus den Auslassungen und Hinzufügungen semantischer Einheiten, deren Umgruppierung und Veränderung der strukturellen Beziehungen soll letztlich das Licht „auf den Urheber, d.h. auf die Struktur der literarischen Persönlichkeit des Übersetzers" (ibid.) fallen. Dabei sollte der Analytiker jedoch nicht übersehen, daß sich im übersetzerischen Werk eines Autors Entwicklungen feststellen lassen und „daß sich manchmal sein Stil, sein Geschick, seine übersetzerische Ästhetik und seine Ansichten über die übersetzte Literatur verändert haben" (ibid.: 168). Bei dieser Arbeit erweisen sich die Manuskripte zu den Übersetzungen meistens als hilfreiche Quellen, um unter möglichen Varianten die stilistischen Lösungen herauszuarbeiten, für die sich der Autor letztlich entschied. 3. *Last but not least* sollte eine Übersetzungsanalyse zusätzlich untersuchen, welche „Rolle die Übersetzung als Bestandteil der Nationalliteratur spielt" (ibid.: 169), weil auch sie Auskunft über den Grund für die Wahl des Werks und der eingesetzten übersetzerischen Mittel geben kann. Schließlich sieht Levy in der „Feststellung der Methoden der einzelnen Epochen und Schulen, der Beziehung der Übersetzungsmethode und -ästhetik zur Methode und Ästhetik der Originalliteratur in der betreffenden Epoche, und schließlich in der Periodisierung der Entwicklung der Übersetzungsmethoden und -theorien" (ibid.) das Hauptziel einer Übersetzungsanalyse.

Der Versuch sich von den impressionistischen Ansätzen zu distanzieren, und eine neue Objektivität in einen sicher nicht unumstrittenen

Forschungsbereich zu bringen, sind bei Levy nicht zu übersehen. So wird das Postulat der Objektivität einen Großteil der nachfolgenden Modelle thematisch und programmatisch beherrschen, zumal das Gewicht der strukturellen Linguistik die Sprachwissenschaft der siebziger Jahre prägen wird.

In diesem Sinne unterscheidet Wilss (1977a), dessen Modell schon von der Textlinguistik beeinflußt ist, den kontrastiven Übersetzungsvergleich von der Übersetzungskritik, indem er die Aufgabe der Kritik darin sieht, daß sie „eine Übersetzung in ihrer einzeltextspezifischen Gesamterscheinung auf ihre Qualität hin - unter Berücksichtigung positiver und negativer Faktoren - so objektiv wie möglich zu beurteilen" (ibid.: 279) hat. Die Aufgabe wird seiner Meinung nach jedoch dadurch erschwert, daß es noch an einem systematischen und methodisch stringenten übersetzungskritischen Modell ermangelt. Die „komplexe Heterogenität" (Wienold 1971: 37) der realen Texte verhindert eine idealtypische Übersetzungssituation, in der die Translation eine „Abfolge von mechanischen bzw. mechanisierbaren Substitutionsprozessen oberflächengebundener Textrekonstruktion [ ] (Kade 1968b)" (Wilss 1977a: 282) ist. Ganz im Sinne seines theoretischen Konstrukts (vgl. 3.3.2) sieht er in den fachsprachlichen Texten am ehesten die Möglichkeit einer Annäherung an diese Idealsituation, da sie „primär oder ausschließlich auf Inhaltswiedergabe" (ibid.: 282) abzielen. Obwohl er den ausgangssprachlichen Text und den Übersetzer selbst als die wichtigsten Faktoren bei der übersetzungskritischen Behandlung von Texten erklärt und die Aufgabe der Kritikers darin sieht, den einen Text (Ausgangstext) mit seiner Konkretisation in einer Zielsprache (Text des Übersetzers) „unter Berücksichtigung textfunktionaler, textkonstitutiver und

textrezeptiver Faktoren auf ihre qualitative Konvergenz" (ibid.: 286) zu überprüfen, erscheint ihm allein der Bereich der Gebrauchsnormen als entwicklungsfähig, da sich hier „im ausgangssprachlichen und im zielsprachlichen Raum eine sprachliche Interaktionsbasis, eingespielte sprachliche Verhaltensweisen und restriktive Regeln" (ibid.: 290) anbieten, die miteinander korrelierbar sind. Wilss schlägt ein Raster vor, in dem er Syntax, Semantik und Pragmatik unterscheidet, die einzeln einer Bewertungsskala unterzogen werden, die von „falsch" bis zu „angemessen" geht (vgl. ibid.: 295) und stellt abschließend drei Grundthesen auf:

1. man kann Übersetzungskritik betreiben;

2. linguistische Verfahren allein reichen nicht aus, um eine umfassende Beweisführung zu ermöglichen;

3. Linguistik bietet jedoch ein mögliches Instrument, dem Übersetzer Entscheidungshilfen zu vermitteln und dem Übersetzungskritiker eine Basis für die textlinguistische Strukturierung seiner Übersetzungskritik. (vgl. ibid.: 295-296).

So behauptet Koller (1987) mit Recht, „wenn sich die Übersetzungskritik auf Grund eines solchen Objektivitätsanspruchs auf den Sprachbereich der Gebrauchsnormen beschränkt (und damit auf Texte, die diesen Gebrauchsnormen genügen), dann schließt sie alle jene Texte aus, die in AS und ZS nicht >vorgeprägten sprachlichen Ausdrucksschemata< folgen - also gerade jene Texte, die der Übersetzungskritik ganz besonders bedürfen. Eine solche Übersetzungskritik beschäftigt sich nur mit in ihrer Syntax und ihrer Lexik stark normierten Texten, bei denen die

Übersetzungswahlmöglichkeiten gering sind. Die übersetzungskritischen Entscheidungen müßten letztlich - wenn man von Gebrauchsnormen und für bestimmte Textgattungen feststehenden Sprachnormen /Ausdrucksschemata ausgeht - ebenfalls in den Begriffen falsch/richtig oder im Begriff der Normabweichung faßbar sein; Übersetzungskritik in diesem Sinne versteht Koller vielmehr als Fehlerkritik (vgl. ibid.: 198). Wilss, der zwar einen textlinguistischen Ansatz zu vertreten scheint, stellt dann doch eher ein sprachlich-stilistisches Oberflächenstrukturanalysemodell vor, das zwar mit der Tradition der vergleichenden, philologischen Stilanalysen brechen will, aber zu guter Letzt durch ein allzu starr definiertes Objektivitätspostulat einen nur sehr eng begrenzten Bereich abdeckt. So führt das Postulat der Objektivität letztlich dazu, daß die Übersetzungskritik an einem übersetzten literarischen Text aus den Überlegungen ausgeschlossen wird.

Koller (1987), der diese Eingrenzung kritisiert, unterscheidet die Übersetzungskritik an sich von Vergleichen mit unterschiedlichen Zwecken. Da gibt es den literaturwissenschaftlich-komparatistischen Vergleich, bei dem es um die Übersetzung, Übersetzungsleistung und letztlich um die Übersetzerpersönlichkeit und dessen individuellen Stil- und Interpretationswillen geht. Eine andere Form stellt der linguistisch-sprachenpaarbezogene Vergleich dar, der die „Beschreibung von potentiellen Äquivalenten zwischen einer bestimmten AS und einer bestimmten ZS" zum Ziel hat. Beide Formen haben „keine übersetzungsrelevante Zielsetzung" (ibid.: 196), während die übersetzungswissenschaftlich verstandene Übersetzungskritik den Übersetzungsprozeß in den Mittelpunkt seiner Untersuchungen stellt und

immer von der Voraussetzung ausgehen muß, „daß es dem Übersetzer um eine möglichst 'genaue Wiedergabe' der Originalwerte zu tun ist, wobei Äquivalenzforderung und Werthierarchie des AS-Textes und der Übersetzungsbedingungen in der ZS erschlossen werden" (ibid.). Wissenschaftliche Übersetzungskritik hat nach Koller „zunächst keine spezifisch übersetzungsdidaktischen oder fehleranalytisch-konstruktiven Zielsetzungen" (ibid.: 210). Es geht dabei nicht in erster Linie um eine Bewertung in den Kategorien richtig/falsch, sondern „die Wertung einer Übersetzung als Ganzes ist nur ein Teil der Übersetzungskritik" (ibid.: 211), die über einen Übersetzungsvergleich mit Hilfe einer übersetzungsrelevanten Textanalyse eine Bewertung ermöglicht. Demnach besteht die wissenschaftliche Übersetzungskritik aus drei Teilen: 1. die übersetzungsrelevante Textanalyse, 2. der Übersetzungsvergleich, 3. die Übersetzungsbewertung. Die übersetzungsrelevante Textanalyse umfaßt in seinem Modell fünf Bereiche: 1. Untersuchung der Sprachfunktion, 2. die inhaltlichen Charakteristika, 3. die sprachlich-stilistischen Charakteristika, 4. die formal-ästhetischen Charakteristika, 5. die pragmatischen Charakteristika.

Was die Sprachfunktion angeht, so unterscheidet Koller im Anschluß an das Bühlersche Modell der Sprachfunktionen „(1) Texte, in denen die Darstellungsfunktion der Sprache (denotative Funktion) dominiert; (2) Texte, in denen - in unterschiedlichem Maße - Darstellungsfunktion und Ausdrucksfunktion (denotative und konnotative Funktion) beteiligt sind; (3) Texte, in denen die Appellfunktion dominiert" (ibid.: 212). Den literarischen Text ordnet Koller Punkt (2) zu, da, so Koller, in dieser Art von Texten denotative und konnotative Bedeutungen ineinander übergehen. Inhaltlich

differenziert der Autor vier Haupttexttypen: (1) Texte, die „im Rahmen eines bestimmten Fach- und Sachgebietes allgemein kommunizierbare Sachverhalte behandeln" (ibid.: 213), (z. B. wissenschaftlich-technische Texte); (2) Texte, die ein Wissen der AS-Lebenswelt voraussetzen (z. B. Heimatdichtung); (3) Texte, in denen AS-Lebenswelt im Text verständlich vermittelt wird (z. B. Reiseberichte); (4) Texte, in denen die Lebenswelt „mehr oder weniger" vollständig aus dem Textzusammenhang rekonstruiert werden kann (z. B. Literatur). Zu den sprachlich-stilistischen Charakteristika gehören der Wortschatz und die Phraseologie, die Syntax und Gebrauchsnormen und schließlich die individualstilistischen Merkmale des AS-Textes. Dabei sieht er den literarischen Text in der Gruppe von Texten, die „in hohem Maße sprachliche und stilistische Mittel verwenden, die spezifisch AS-gebunden sind" (ibid.). Bei den formal-ästhetischen Charakteristika unterscheidet er (1) Texte, die formal-ästhetische Mittel (Reim, Rhythmus etc.) einsetzen (Lyrik) und (2) die, die es nicht tun (Prosaliteratur). Bei der Beschreibung der pragmatischen Charakteristika geht Koller von Neuberts (1968: 30ff) Übersetzungstypen aus - (1) Der AS-Text ist nicht spezifisch an AS-Publikum gerichtet (wissenschaftlich - technische Texte), (2) spezifisch AS gerichteter Text (juristische Texte), (3) zugleich AS-gerichtete und auch nicht nur AS-gerichtet (Teil der schönen Literatur), (4) von vornherein ZS-gerichter AS-Text (touristische Prospekte). Der Autor unterscheidet noch eine sekundäre Pragmatik, „die dann vorliegt, wenn die Übersetzung den AS-Text im Interesse bestimmter Lesergruppen auf eine Weise bearbeitet" (Koller 1987: 214).

Der eigentliche Übersetzungsvergleich, der der Textanalyse nachfolgt, umfaßt in seinem Verständnis einen theoretischen und einen praktischen

Teil. Der theoretische Teil rekonstruiert die Äquivalenzforderungen bzw. die Hierarchie von Äquivalenzforderungen des Übersetzers. Dabei sind besonders Vor- oder Nachworte des Übersetzers zu beachten, wo er sein Vorverständnis und „seine Vorentscheidungen in prinzipieller [ ] und methodischer Hinsicht [ ]" (ibid.: 215) darstellt und die bei der Übersetzungsbewertung berücksichtigt werden müssen. Daß eine vergleichende Textanalyse der Ausgangspunkt jeder Übersetzungskritik sein muß, unterstreicht folgende Forderung des Autors: „Der theoretische Teil des Übersetzungsvergleichs wird abgeschlossen mit dem Vergleich der Äquivalenzforderungen, wie sie sich aus der übersetzungsrelevanten Textanalyse ergeben, mit der Rekonstruktion der Äquivalenzforderungen, wie sie in der betreffenden Übersetzung gelten" (ibid.: 216). Dem Übersetzerkonzept des Übersetzers wird sozusagen das Konzept des Originalautors in der Interpretation des Kritikers gegenübergestellt.

Im praktischen Teil dann müssen die von der übersetzungsrelevanten Textanalyse herausgearbeiteten Merkmale überprüft werden. Die Übersetzungsbewertung schließlich macht „Aussagen über die Adäquatheit der Übersetzerentscheidungen" (ibid.), wobei der „Begriff der Adäquatheit [...] immer auf die übersetzungsrelevanten Textmerkmale und die Äquivalenzforderungen" (ibid.) zu beziehen ist. Rankes (1989) Feststellung, daß „nach dieser Theorie der AS-Text die einzig ausschlaggebende Grundlage für die Entscheidungen im Übersetzungsprozeß und in der Übersetzungsbewertung ist" (ibid.: 77), ist sicherlich berechtigt und unterstreicht Kollers Festhalten an einem traditionellen Äquivalenzverständnis, das, wie schon in Kapitel 3.3.2 beschrieben, einen streng normativen Charakter hat. Hinzu kommt die äußerst ausgeprägte

Bedeutung der Textanalyse, die die übersetzungsrelevanten Aspekte an die Oberfläche bringen soll und die letztlich das Kriterium der Bewertung sein sollen.

3.6.3 Die funktionalistische Übersetzungskritik

Koller unterscheidet sich spezifisch von dem Reißschen Kritikmodell (1971), indem er gerade nicht versucht, einem Texttyp generell nur eine Methodik zuzuordnen. Er kritisiert bei Reiß die Tatsache, daß sie unter Übersetzungsmethode die Forderung an eine Übersetzung, z. B. Invarianz auf Inhaltsebene zu haben, versteht, während Methode doch eigentlich klären sollte, wie man Invarianz erreicht (vgl. Koller 1987: 203). Wie Wilss (1977a) wirft er Reiß (1971) vor, eigentlich doch nur Fehlerkritik zu betreiben, weil auch bei ihr die Bewertung richtig/falsch im Mittelpunkt steht.

Tatsächlich aber hebt die Autorin, wie schon in Kapitel 3.4.4 festgestellt wurde, die außersprachlichen Instruktionen eines Textes hervor, die diese Kritik von Koller widerlegen. Auch ihr geht es in ihren Ausführungen erst einmal darum „objektive Kriterien und sachgerechte Kategorien für die Beurteilung von Übersetzungen aller Art zu erarbeiten" (Reiß 1971: 7), was m.a.W. bedeutet, daß es darum geht, „objektiv - d.h. nachprüfbar festzustellen, ob und inwieweit der zu beurteilende Text in der Zielsprache wiedergibt, was der Text in der Ausgangssprache enthielt" (ibid.: 13). Diese Aussage ist im Zusammenhang mit der für Reiß wichtigen Richtlinie zu verstehen, der Übersetzer habe sich „dem Willen des Autors in jeder Hinsicht unterzuordnen" (ibid.: 23). Um diesen Willen herauszufinden und

zu verstehen, ist es für den Übersetzer wie auch für den Kritiker unumgänglich, den Ausgangstext einer Textanalyse zu unterziehen, die literarische, sprachliche und pragmatische Kategorien differenziert auf einen Text ansetzt. (vgl. ibid.: 23-24).

In der literarischen Kategorie geht es um die verschiedenen Texttypen. Den literarischen Text ordnet die Autorin den formbetonten Texten zu, bei denen es darauf ankommt, „wie der Autor etwas sagt" (ibid.: 38). Dem Bühlerschen Modell gemäß steht hier die Ausdrucksfunktion im Mittelpunkt, und die Übersetzung kann demnach als äquivalent angesehen werden, wenn die Analogie der Form einen gleichwertigen Eindruck gewährt (vgl. ibid.). Der Übersetzer bzw. Übersetzungskritiker sollte bei dieser Art von Texten der Bedeutung einzelner Laute, syntaktischer Mittel, einzelner Stil- und Reimwirkungen, vergleichender und bildlicher Redeweisen, Sprichwörtern, Metaphern usw. Beachtung schenken, um das oberste Ziel einer Übersetzung dieses Texttyps, nämlich die ästhetische Wirkung, abschätzen zu können. Äquivalenzen werden hierbei durch Nachformung des Ausgangsmaterials erreicht, womit die Autorin sehr deutlich darauf hinweist, daß dieser Texttyp eine ausgangssprachlich orientierte Methode verlangt, die den Text zwar entfremden, den Leser jedoch nicht befremden darf (vgl. ibid.: 40-44).

Über die Klassifikation des Texttyps hinaus bestimmen innersprachliche Instruktionen, zusammen mit außersprachlichen Determinanten, die zu treffende Auswahl zwischen den potentiellen Äquivalenten, die sich im Laufe des Übersetzungsprozesses einstellen. Diese geben die sprachlichen und pragmatischen Kriterien ab, die „für den Kritiker eine Basis für die

Beurteilung" (ibid.: 57) schaffen. Jeder Text gibt auf semantischer, lexikalischer, stilistischer und grammatischer Ebene Instruktionen auf, die sprachliche Einheiten kontextualisieren und somit genauer zu bestimmen helfen. In den Bereich der semantischen Instruktionen fällt die Frage nach der Behandlung der Polysemien und Homonymien, der Deckungsgleichheit von Übersetzungseinheiten in AT und ZT, Falschinterpretationen oder gar Änderungen am Original durch unzulässige Zusätze oder Auslassungen.

Während für die semantischen Instruktionen „die volle Äquivalenz das Kriterium der Beurteilung bildet" (ibid.: 61), so gilt für die lexikalischen Instruktionen das Prinzip der Adäquatheit. Die Wort-für-Wort-Übersetzung also, die Reiß für die semantische Dimension verlangt, wird zu einer lexikalischen Gleichwertigkeit umfunktioniert, da „die Lexik zweier Sprachen - je unterschiedlicher ihre Strukturen und Vorstellungswelten sind - sich nicht decken kann" (ibid.: 62). Der Kritiker beschäftigt sich in diesem Bereich mit Problemen der Fachterminologien und Sondersprachen, den „faux amis", den Homonymen, den unübersetzbaren Wörtern, den Namen, den Metaphern, den Wortspielen, idiomatischen Redewendungen und Sprichwörtern.[72]

Um die Korrektheit geht es bei den grammatischen Instruktionen. Morphologie und Syntax der Zielsprache sind hier hauptsächlich der Gegenstand der Untersuchung seitens des Kritikers, der sicherstellen muß, daß „die Übersetzung zielsprachlich korrekt gestaltet ist und die semantisch

---

[72] In diesen Bereich fallen z. B. die Probleme, die von Zohn (1993) bezüglich seiner eigenen Übersetzungen satirischer Texte ins Englische beschrieben werden. Gerade die Satire, wo Wortspiele, Andeutungen und Redensarten einer speziellen Kultur von entscheidender

und stilistisch relevanten Aspekte der ausgangssprachlichen grammatischen Strukturen richtig erkannt und adäquat wiedergegeben sind" (ibid.: 64).

Der letzte Untersuchungsgegenstand der innersprachlichen Instruktionen gehört in den Bereich der Stilistik. Der Kritiker überprüft in diesem Fall die Korrespondenzbeziehungen zwischen Ausgangs- und Zieltext. Reiß hebt besonders Fragen des Sprachregisters hervor, wenn sie vom Kritiker verlangt herauszufinden, „ob die Übersetzung die im Original angelegten Unterschiede zwischen der Umgangs- und der Schrift- bzw. Hochsprache beachtet und dabei den von Sprache zu Sprache unterschiedlichen Grad der Durchlässigkeit der Sprachebenen berücksichtigt hat" (ibid.: 66). Eindeutig stellt sich letztlich hier auch die Frage nach dem spezifischen Stil des Autors, der, so Reiß, bei formbetonten Texten vom Übersetzer „weder stilistische noch andere Mängel" (ibid.: 68) aufhebende Eingriffe zu erfahren hat.

Das Gewicht der einzelnen Instruktionen ist bei den verschiedenen Texttypen unterschiedlich, und beim formbetonten literarischen Texttypus ist „dem Stil in seinen phonetischen, syntaktischen und lexikalischen Elementen besonderes Gewicht beizumessen" (ibid.: 69). Kurz formuliert geht das richtige Verständnis einer Vorlage bei Reiß über das umfassende Verstehen der innersprachlichen Instruktionen, die die Bereiche der Äquivalenz (Semantik), Adäquatheit (Lexik), Korrektheit (Grammatik) und

---

Bedeutung sind, verlangt vom Übersetzer die Fähigkeit, Lücken zu füllen, um Verständnis überhaupt möglich zu machen.

Korrespondenz (Stilistik) beinhaltet und das zentrale Problem des Übersetzens darstellen.

Die kritische Untersuchung eines Zieltextes erschöpft sich jedoch keineswegs in sprachlichen Kategorien. Zu den innersprachlichen Instruktionen kommt die pragmatische Kategorie der außersprachlichen Determinanten, „die sowohl die sprachliche Gestaltung des Originals als auch die der zielsprachlichen Version entscheidend mitbestimmen" (ibid.) und „erst die Entscheidung darüber ermöglichen, ob die gefundenen Äquivalente nicht nur potentieller, sondern optimaler Art sind" (ibid.).

Ein Punkt, den Reiß hierzu aufführt, ist der engere Situationskontext einzelner Passagen eines Textes, der die Entscheidungen des Übersetzers mitbestimmen muß. Dazu gehört die richtige Behandlung von Interjektionen, Anspielungen oder auch verkürzten Formen von Redewendungen, denen der Übersetzer nur unter Berücksichtigung der speziellen Situation gerecht werden kann. Ein anderer Aspekt, der für die sprachliche Gestaltung einer Übersetzung relevant wird, ist der Sachbezug, der vor allem bei Fachtexten mit spezifischen Terminologien und Phraseologien virulent wird. Dabei ist es für den Übersetzer von großer Bedeutung, daß er über ein ausreichendes Fachwissen verfügt, das so weit geht, daß er nicht nur die Wörter, sondern auch die Dinge kennt, die hinter den Wörtern stehen. Auch der spezifische Zeitbezug kann für eine Übersetzerentscheidung determinant sein, besonders wenn „ein gegebener Text der Sprache einer bestimmten Epoche stark verhaftet ist" (ibid.: 74). Der Übersetzer muß dann entscheiden, ob er sich eng an die Vorlage hält oder nicht, während der Kritiker nicht nur diese Entscheidungen bewerten muß, sondern auch

bedenken sollte, ob Lösungen, die ihm auf den ersten Blick nicht ideal erscheinen, im Lichte des Zeitbezugs eine andere Gestalt annehmen. Ähnlich verhält es sich mit dem Ortsbezug, wo es vor allem um Realia und Eigenarten geht, die den Schauplatz eines geschilderten Geschehens mit seinen Gegenständen, Einrichtungen, Bräuchen und Sitten verstehen lassen. Besonders schwierig wird es in diesem Bereich, wenn es keine direkten Entsprechungen auf diesen Gebieten zwischen den Sprachen gibt. Zur Überwindung dieser Lücken bietet Reiß die Entlehnung, die Lehnübersetzung, die Übernahme des fremdsprachlichen Ausdrucks und entsprechende Fußnote oder eine erklärende Übersetzung an. Diese vier Möglichkeiten sollten jedoch „nicht undifferenziert genutzt, sondern den Erfordernissen des vorliegenden Texttyps untergeordnet und darüber hinaus der jeweiligen Textart angepaßt werden" (ibid.: 79). Für den formbetonten Text bedeutet das vorzugsweise die Verwendung der erklärenden Übersetzung, da „dem zielsprachlichen Leser unter Beibehaltung der fremden Bezeichnung mit Hilfe eines kurzen appositionellen Zusatzes eine Zuordnung zu ihm bekannten Begriffen" (ibid.) ermöglicht wird.

Auch der Empfängerbezug wird in diesem Modell berücksichtigt, der die Determinanten einbezieht, „die den Autor des Originals im Blick auf die Leser, die *er* ansprechen will, veranlassen, den ausgangssprachlichen Text so zu gestalten, wie er es tut und nicht anders" (ibid.: 81). Diese Determinanten äußern sich hauptsächlich in idiomatischen Redewendungen, Zitaten, Sprichwörtern und sprachlichen Metaphern, die im Regelfall „durch eine Umkodierung" (ibid.) in der Zielsprache realisiert werden müssen, um zu gewährleisten, „daß der zielsprachliche Leser den

Text in seinen eigenen kulturellen Kontext einbauen und daher verstehen kann" (ibid.). Der Sender selbst unterliegt außersprachlichen Faktoren, die seine Sprache und die seiner Geschöpfe prägt. Auch sie müssen bedacht werden, denn bei formbetonten Texten „sind sie nicht nur bestimmend für den individuellen Stil eines Autors, sofern dieser durch seine Herkunft, seine Bildung, die Epoche, in der er lebt, seine Zugehörigkeit zu einer bestimmten literarischen Schule oder Strömung usw. (...) sie sind auch ausschlaggebend wichtig für die sprachliche Typisierung der „Personen" eines Autors" (ibid.: 84). Schließlich nennt Reiß noch die affektiven Implikationen eines Textes als Analysekriterium eines Kritikers. Dieser muß dabei prüfen müssen, ob „etwa Humor oder Ironie, Verachtung oder Sarkasmus, Erregtheit oder Emphase (...) vom Übersetzer richtig erkannt, interpretiert und mit den Mitteln der Zielsprache äquivalent nachgestaltet wurden" (ibid.: 85). Hierbei handelt es sich besonders um Probleme der Übersetzung von Diminutiva, Schimpfwörtern und Ausrufen. Erschwert wird diese Arbeit durch den relativ niedrigen Grad an objektiver Argumentationsfähigkeit auf diesem Gebiet, wo man letztlich eher intuitiv bewertet.

Nun setzt die Autorin der Übersetzungskritik konkrete Grenzen, die die Übersetzungsbewertung nach den bisher dargestellten Kategorien relativiert. In diesem Zusammenhang kommen funktionale und personale Gesichtspunkte zur Geltung. Veränderungen unter funktionalen Gesichtspunkten umfassen alle die Fälle, wo die Übersetzung einen anderen Zweck erfüllen soll als die Vorlage. Während in ihrem frühen Werk sie davon ausgeht, daß es sich bei „Adaptationen, Paraphrasen, mehr oder weniger freien Bearbeitungen, Resumées, Inhaltsangaben u. dgl. mehr"

(ibid.: 91) um Übertragungen handelt, relativiert sie diese Ansicht später, wie Ranke (1984) richtig feststellt. Der Funktionswechsel zwischen Ausgangstext und Zieltext wird nicht mehr als Sonderfall betrachtet, sondern auch jene Texte werden als Übersetzungen anerkannt, „die ein adäquates Realisat einer anderen, neuen Funktion darstellen" (ibid.: 84).[73]

Eine andere Form der Abweichung beruht auf personalen Gesichtspunkten, d.h. sie sind auf die Person des Übersetzers zurückzuführen und sind somit subjektiv begründete Abweichungen, die entweder von der Interpretationsfähigkeit des Übersetzers bedingt sind oder aber in seiner Persönlichkeitstruktur ihren Ursprung finden. Dieser Faktor spielt wohl bei der Übersetzung jedes Texttyps eine Rolle, jedoch verweist Reiß darauf, daß sie „am folgenschwersten beim Übersetzen dichterischer Texte, zumal bei der Übertragung von Poesie, ins Gewicht fallen, weil das andersgeartete „künstlerische Temperament" eines Übersetzers zu oft sehr nachhaltigen Abweichungen vom originalen Kunstwerk führt. Bei der Übersetzung dichterischer Kunstwerke sollte man daher auch besser von Nachdichtungen als von Übersetzungen sprechen" (Reiß 1971: 92). Subjektiv bedingte Abweichungen sind entsprechend bei der Untersuchung literarischer Texte besonders in Rechnung zu stellen, und es „gilt daher zusätzlich zu ergründen, aus welchen Motiven sich der Übersetzer von Form oder Inhalt des Originals entfernt hat und welche Folgen das für die zielsprachliche Version mit sich bringt. Wenn nicht der jeweilige Übersetzer selbst seine Motive - etwa in einem Vor- oder Nachwort - eigens dargelegt

---

[73] Obwohl dies sicher ein Novum in den übersetzungskritischen Betrachtungen bis dato bedeutet, heißt das bei Reiß noch nicht, daß der Ausgangstext als oberstes Kriterium der

hat, muß der Kritiker sie aufzuspüren suchen; denn nur dann wird seine Kritik Anspruch auf ein höchstmögliches Maß an Objektivität erheben können" (ibid.: 93).

Schließlich kommt die Autorin zu dem Ergebnis, daß eine Übersetzungskritik sachgerecht ist, (1) wenn sie die drei Grundkategorien - Übersetzungstyp, innersprachliche Instruktionen und außersprachliche Determinanten - berücksichtigt, (2) wenn bei Übertragungen, die eine zieladäquate Übersetzungsmethode erfordern, funktionale Kriterien in Anwendung kommen, (3) wenn beide Übersetzungsarten im Bewußtsein der subjektiven Einflüsse, denen Übersetzer wie auch Kritiker ausgesetzt sind, behandelt werden.

Der in diesem Modell schon angedeutete Funktionalismus wird von Juliane House (1981) weiter entwickelt. Die Autorin baut ihr Modell auf den pragmatischen Theorien des Sprachgebrauchs auf. Houses Hauptkritikpunkt gegenüber dem Reißschen Modell (1971), aber auch gegenüber dem Kollerschen (1974) ist, daß beide noch nicht genügend praktische Anwendung finden können, da Koller noch allzu generell formuliert und Reiß keine präzise Methode angibt, die die Textfunktion und die Texttypen unzweifelhaft bestimmen lassen. Houses Translationsdefinition führt zu der Feststellung, daß für die Übersetzung entscheidend ist, daß Funktionsadäquatheit zwischen Ausgangs- und Zieltext besteht und daß bei einem (im Gegensatz zu Reiß) ausnahmsweise notwendigen Funktionswechsel ausgangstextspezifische Faktoren relevant

---

translatorischen Strategie abgelöst wird, wie Ranke (1989: 84) es glauben machen möchte (vgl. Reiß 1990).

sind (vgl. House 1981: 30ff). Ihr Modell will ein Textprofil entwickeln helfen, das dem Übersetzer ermöglicht, die Funktion des Ausgangstextes genau zu bestimmen, die die Norm für eine übersetzungskritische Analyse vorgibt (vgl. ibid.: 49-50).

Der Ausgangspunkt ist die Kommunikationssituation, in der ein Text auftritt. Das Modell von Crystal und Davy (1969: 66) wird von House aufgenommen und gestrafft, indem sie ihre Analyse in zwei Sub-Kategorien, Sprachbenutzer (geographischer Ursprung, soziale Schicht, Zeit) und Sprachgebrauch (Medium, Kontakt, soziale Rollenverteilung, kommunikative Nähe, Fachbereich) aufteilt (House 1981: 42). Der Ausgangstext wird einer Analyse unterzogen, die die Kommunikationssituation mit linguistischen (syntaktischen, lexikalischen, semantischen) Mitteln untersucht und ein Textprofil ermittelt, das die Funktion des Textes bestimmt. Dasselbe passiert mit dem Zieltext, der daraufhin mit dem Ausgangstext verglichen wird, wobei zwei Arten von Inkongruenzen unterschieden werden: Fehler bezüglich der textspezifischen Kategorien (covertly erroneous errors) und Fehler im Bereich der denotativen Bedeutung oder im Bereich der Zielsprachennorm (overtly erroneous errors). Eine abschließende Bewertung bringt dann die erarbeiteten Fehlleistungen mit den Verstößen gegen die kommunikative Dimension in Beziehung.

House unterscheidet dabei zwei Übersetzungsmethoden. Die 'overt translation', die einen kulturellen Transfer verlangt, wird von einem kulturspezifischen Ausgangstext verlangt. Diese Methode verlangt vom Übersetzer die Fähigkeit zur Anwendung eines kulturellen Filters, um z. B. den wichtigen kulturellen Präsuppositionen gerecht werden zu können. Die

übrigen Texte benötigen dagegen eher eine 'covert translation', wobei diese Art der Übersetzung es alleine möglich macht, eine identische Funktion zu erreichen.

Während in den bisher vorgestellten funktionalistischen Ansätzen die Anbindung an den Ausgangstext noch mehr oder weniger stark ausgebildet ist, gibt es besonders im Laufe der 80er einige Vertreter dieser Schule, die sich endgültig vom Ausgangstext lösen und ihr Hauptgewicht auf den Rezeptor verlagern. Dies wird am konsequentesten von Vermeer (1986c, 1990b, 1994a), Ammann (1990, 1993), Ammann/Vermeer (1991), Vermeer/Witte (1990) in der Übersetzungskritik vertreten.[74]

Vermeer, der den Übersetzer als Experten transkultureller Kommunikation versteht, kritisiert die Auffassung anderer kritischer Ansätze, daß die Übersetzung dasselbe Angebot schaffen muß wie der Originaltext, da er in Frage stellt, „ob 'dasselbe' Angebot in einer anderen Kultur überhaupt erreicht werden kann" (1994b: 75) und überhaupt erreicht werden soll. In einer Rezension der schwedischen und norwegischen Übersetzungen Hölderlins *Hälfte des Lebens* widerspricht er entsprechend der Vorgabe der Übersetzer, daß die Übersetzung „dem Rezipienten möglichst ähnliche Interpretationsmöglichkeiten bieten soll wie das Original" (ibid.) und daher „einen Zieltext mit demselben 'Angebot' wie der Ausgangstext schaffen" (ibid.) müsse. Vermeer hält dagegen, daß ein übersetztes Gedicht „allenfalls und unabwendbar Hölderlin +x" (ibid.: 77)

---

[74] Reiß, die zusammen mit Vermeer (1984) das grundlegende Werk zur Skopostheorie veröffentlicht hat, distanziert sich gerade im Bereich der Übersetzungskritik von ihrem Ko-Autor, da sie die Bedeutung des Ausgangstextes gerade in der Übersetzungskritik völlig anders bewertet (vgl. hierzu Kap. 3.5.1.2: 107-108, Reiß 1990).

sein kann, da „Hölderlin und seine Übersetzer je verschiedene Menschen in je verschiedenen 'Kontinua möglicher Welten' waren" (ibid.).

Vermeer führt auch in der Übersetzungskritik die „Entthronung des Originaltextes" weiter, indem er gegen die häufig verwendete Metapher angeht, der literarische Übersetzer habe „in die Haut des Autors" zu schlüpfen (vgl. Vermeer 1986c). Dem stellt er eine subjektive Perspektive gegenüber, in der die Übersetzung eine mögliche Interpretation einer „fremden Welt" ist und Translation als Sondersorte der Kommunikation als ganzheitliche Handlung aus Tun und Denken verstanden wird. Er vergleicht den Übersetzer allgemein mit dem Schauspieler und Regisseur, die ein Werk so interpretieren, daß es für einen Rezipienten / Rezipientengruppe 'funktioniert'. Der Übersetzer ist in diesem Modell, das den „Adressatenbezug als 'Orientierungsgröße' für jede Art translatorischen Handelns" (Ammann 1990: 209) postuliert, dem Autor gleichgestellt, um ihm die Eigenständigkeit gegenüber diesem zu garantieren, da das Translat in erster Linie „von der Rezipientensituation (genauer: den Erwartungen über diese), damit der Z-Kultur und -Sprache bestimmt wird" (Reiß/Vermeer 1984: 87). Vermeer geht es um Kommunikation, und entsprechend ist Verständlichkeit bzw. Verstehen eine wichtige Voraussetzung für das Gelingen dieser Kommunikation. Folgerichtig verlangt deshalb Vermeer auch vom Übersetzer, einen in sich kohärenten Text zu schaffen. Diese intratextuelle Kohärenz des Translats nimmt im Vermeerschen Bewertungskriterium dann auch den Vorrang vor der intertextuellen Kohärenz ein, deren Untersuchung die Beziehungen zwischen Ausgangs- und Zieltext eruiert. In diesem Zusammenhang fordert Vermeer von den

Übersetzern, daß sie sich zu ihren Übersetzungen äußern (Vor-, Nachwort), um eine gerechte und gerechtfertigte Übersetzungskritik zu ermöglichen.

So umfaßt Vermeers ursprüngliches übersetzungskritisches Modell, das später von Ammann (1990), Ammann/Vermeer (1991), Vermeer/Witte (1990) weiterentwickelt wird, fünf Phasen, wobei die zentralen Fragen um die Textrezeption (Textanalyse), Textproduktion, spezifische Relation zwischen Translat und Ausgangstext kreisen. Die einzelnen Kritikschritte sind: 1. Feststellung der Translatfunktion (bei literarischen Texten meistens - ein literarischer Text zu sein); 2. Feststellung einer intratextuellen Translatkohärenz; 3. Feststellung der Funktion des Ausgangstextes; 4. Feststellung der intratextuellen Kohärenz des Ausgangstextes; 5. Feststellung einer intertextuellen Kohärenz zwischen Translat und Ausgangstext. (vgl. Ammann 1990: 212). Dieses Modell soll eine Erneuerung der Übersetzungskritik bewirken, die sich bis dahin nur mit dem Vergleich einzelner Wörter beschäftigte, den Ausgangstext nicht kannte und zwischen Ausgangstextfunktion und Zieltextfunktion keinen Unterschied machte (vgl. ibid.: 213). Die in diesem Prozeß der Kritik durchaus anerkannten subjektiven Momente einer konkreten Texterfahrung finden ihre Relativierung in den theoretischen Prämissen, die der Kritik unterliegen, und in ihrer methodischen Begründung. Wie eine so aufgebaute Kritik in der Praxis aussehen kann, zeigen einige Übersetzungskritiken von Margret Ammann.

In einem Aufsatz, in dem die Autorin eine Übersetzungskritik ausgehend von der „Skopostheorie und dem Modell für eine Übersetzungskritik von Vermeer" (ibid.: 209) versucht, stellt sie für den literarischen Text einmal

fest, „daß gerade die 'Treue' zur Ausgangstextoberfläche einen völlig anderen Text entstehen läßt" (ibid.: 216), da dieses Treuepostulat nicht berücksichtigt, daß die Rezeptionsbedingungen von Ausgangstext und Zieltext unterschiedlich sind. Aus diesem Grund sollte sich der Kritiker genau darüber im Klaren sein, welcher 'Modelleser', im Sinne Ecos, des Translats anvisiert ist. Dieser Modelleser ist jener Leser, der mit einem bestimmten Wissen an einen Text geht und in der Lage ist, mittels einer Lesestrategie ein Gesamtverständnis eines Textes zu erlangen, die nach der Scenes-and-frames-Theorie von Fillmore (1977) auf dem Aufbau einer Gesamtscene beruht. Diese Theorie gewinnt in der adressatenorientierten Übersetzungskritik eine wichtige Rolle, da sie methodologisch es ermöglicht, Leseerwartung und Leserwissen modellhaft zu operationalisieren (vgl. zu Scenes-and-frames-Theorie von Fillmore, hier Kap. 3.4.6: 91-92). Dem Übersetzungskritiker wird es dadurch ermöglicht, „die unterschiedlichen Lesererwartungen der jeweiligen „impliziten" Leser [zu] unterscheiden und gegeneinander in Beziehung setzen [zu] können" (Ammann 1990: 228).

Konkretisiert wird dieses übersetzungskritische Modell an einem Text von Elias Canetti *Die gerettete Zunge* und seiner Übersetzung ins Portugiesische von Kurt Jahn, und an einem Text von Kafka *Das nächste Dorf,* gleichfalls ins Portugiesische übersetzt von José Paulo Paes. An der Kurzgeschichte Kafkas versucht Ammann zu zeigen, wie dieses Modell an einem ganzen Text aussehen könnte, während an Canettis Textbeispiel exemplifiziert werden soll, wie die „scenes-and-frames semantics" für die Feststellung möglicher Relationen zwischen Sinn und Form herangezogen werden kann" (ibid.: 231). Wir wollen uns hier hauptsächlich mit der

Exemplifizierung an Kafkas Text beschäftigen, da sie einen umfassenderen Einblick in eine funktionalistische Übersetzungskritik bietet.

Zuerst wird nach einer kurzen Vorstellung des Übersetzers und seines Werks festgestellt, daß dem Translat von Paes eine literarische Funktion zukommen soll. Darauf folgt anhand eines Textbeispiels, ohne daß dieses durch zusätzliche Angaben kontextualisiert wird, die Überprüfung der intratextuellen Translatkohärenz mittels der scenes-and-frames Analyse. Der Autorin geht es dabei darum zu zeigen, inwiefern das Translat eine in sich schlüssige Scene aufbaut. In diesem Zielttextausschnitt geht es um die Aussage des Großvaters über die Vergänglichkeit des Lebens, die sich ihm dadurch offenbart, daß er nun im Alter sich überhaupt nicht mehr vorstellen kann, „wie ein junger Mensch sich entschließen kann, ins nächste Dorf zu reiten, ohne zu fürchten, daß (...) schon die Zeit des gewöhnlichen, glücklich ablaufenden Lebens für einen solchen Ritt bei weitem nicht ausreicht" (Kafka zitiert nach ibid.: 242). Über die Übersetzung eines Passus schreibt Ammann: „In beiden Fällen kann der Leser davon ausgehen, daß die Reise Gefahren mit sich bringt, weil sie in unwegsames, wenn nicht gar unerschlossenes Gebiet führt. Wenn der Leser nun soweit ist, eine Szenerie (vgl. hierzu die „sceneggiature" (Szenographie) Ecos [1985 passim]) aufgebaut zu haben, in der ein junger Mann sich aufmacht, mit dem Pferd eine längere Reise zu unternehmen, dann fügt er *aldeia* dieser Szenerie entsprechend ein. (...) verfügt der Leser über minimale Kenntnisse über den Autor und seine Umgebung (Kenntnisse, die in Bezug auf Kafka bei einem brasilianischen Modell-Leser vorausgesetzt werden können), dann wird er - aufgrund der bereits erfolgten Ausführungen - davon ausgehen, daß die *aldeia* vom Ausgangspunkt des Reisenden sehr weit entfernt liegen muß"

(ibid.: 241). Die inhaltliche Kohärenz ist also durch diese 'scene' gewährleistet, wobei die Autorin feststellen muß, daß „die Aussage des *avô* [ ] sich für den brasilianischen Leser als relativ banal [darstellt]" (ibid.). Die wahre literarische Qualität des Translats zeigt sich dann auch im Verstehen der Kritikerin auf der stilistischen Ebene, wo der Übersetzer nicht alltägliches sprachliches Material aussucht. So kommt sie zu dem Ergebnis, daß „die stilistische Ausgefeiltheit [ ] der Erwartung eines brasilianischen Modell-Lesers an einen Text Kafkas entgegen [kommt]. (...) Auf eine kurze Formel gebracht (die Überspitzung ist gewollt): Inhaltlich unbedeutend, von der Form her gekonnt. Dies kann der literarischen Erwartung an einen Text durchaus entsprechen und bedeutet somit für den Autor kein Negativurteil" (ibid.: 242).

Im dritten Schritt stellt die Autorin fest, daß „Kafka-Texte im allgemeinen als literarisch rezipiert werden" (ibid.).

Darauf folgt die Untersuchung der intratextuellen Kohärenz des Ausgangstextes. Ammann untersucht denselben Textausschnitt, der vorher in der Zielsprache behandelt wurde, nun in der Ausgangssprache. Das Ergebnis ist eine Interpretation dieses Textausschnitts: „Das Bild des Großvaters rundet sich: Seine Aussage erscheint mehr als nur eine (erwartete und aus diesem Grund banale) Mahnung eines Älteren gegenüber dem Jüngeren. Es wird eine philosophische Sentenz (die Kürze des Lebensglücks) beschworen" (ibid.: 244).

In der abschließenden Betrachtung der intertextuellen Kohärenz zwischen Translat und Ausgangstext stellt Ammann fest, daß beide Texte die Funktion eines literarischen Textes auf verschiedene Weise erfüllen.

Während das 'Literarische' des Translats „in der gewählten sprachlichen Form" (ibid.) zum Ausdruck kommt, und der Inhalt dabei in den Hintergrund gerät, ist beim Ausgangstext „die Verbindung zwischen Form und Inhalt ausgeglichener; beide sind (gleich) wichtig. Das Translat bietet dem brasilianischen Rezipienten einen anderen „Kafka" als der Ausgangstext einem deutschen Rezipienten, weil das Translat eine - unübliche - Interpretation Kafkas darstellt" (ibid.: 244-245). Letztlich ringt sich die Kritikerin zu keinem eindeutigen Urteil durch, da sie auf der einen Seite feststellt, daß sie die Interpretation des Übersetzers nicht teilen kann, da sie die „Spannung zwischen Form und Inhalt im Ausgangstext" (ibid.: 245) vorziehe, auf der anderen Seite räumt sie ein, daß vom rein Translatorischen her „das Translat über intratextuelle Kohärenz verfügt und die Funktion, „literarischer Text" zu sein, durchaus erfüllt" (ibid.). Der Rezipient dieser Kritik kennt nun den Standpunkt des Kritikers und kann nun entscheiden, ob er dem zustimmt oder nicht.

Diese Übersetzungskritik von Ammann ist daher so interessant, weil sie eine programmatische Kritik bedeutet, die das Postulat der Skopostheorie konsequent in der Übersetzungskritik einsetzt. Dieses doch sehr schematische Vorgehen wird in einer späteren Kritik ein wenig gelockert. In einem 1993 erschienenen Artikel führt Ammann einen übersetzungskritischen Textvergleich durch, in dem sie zu zeigen versucht, warum ihrer Meinung nach das Translat (die deutsche Übersetzung von Ilse Losa der portugiesischen Erzählung *Seara de vento* von Manuel da Fonseca) dramatischer und lebendiger wirkt als das Original. Ihrer Ansicht nach arbeitet Fonseca mit einem Alentejo-Klischee, während Losas Übersetzung ein Portugal-Klischee benutzt. Während der neo-realistische

Stil die Distanz des Ausgangstextes markiert, kommt im deutschen Text das Mitgefühl zum Ausdruck. Mit diesem Aufsatz will sie die „unterschiedliche Funktion und Wirkung stilistischer Mittel verdeutlichen" (Ammann 1993: 77). Auch soll „der translatorische Prozeß wie auch der Leseakt selbst" (ibid.: 77-78) als durch Vor(aus)urteile geprägt und gesteuert angesehen werden.

Auch hat sich strukturell etwas geändert. Wurde in der o. g. Untersuchung das Vermeersche Schema wortwörtlich übernommen, so geht Ammann hier einen neuen Weg, obwohl sie dem funktionalkritischen Grundsatz, „eine nachvollziehbare Grundlage für eine subjektive Entscheidung" (ibid.: 64) erarbeiten zu wollen, treu bleibt. Zuerst wird der portugiesische Autor und sein Werk vorgestellt. Dann wird der Klappentext und die allgemeine Aufmachung der Übersetzung beschrieben, ohne daß ein Wort über die Übersetzerin verloren wird. Einer kurzen Übersicht über die Handlung des Romans folgt der Vergleich zwischen dem Stil des Ausgangstextes und des Zieltextes anhand von ausgewählten Beispielen. Zuletzt werden noch einmal alle Ergebnisse zusammengefaßt, jedoch auf eine eindeutige Bewertung wird verzichtet. Man erkennt, daß die frühere Haltung, den Zieltext zuerst einmal an sich losgelöst von dem Ausgangstext zu betrachten, überwunden wird und der Ausgangstext als Orientierung ins Zentrum des Interesses gerückt wird.

Zu eindeutigeren Bewertungsergebnissen kommt Nord (1988), die auch funktionalistisch argumentiert. Sie beschreibt, wie ihr Textanalysemodell (vgl. Kap. 3.5.1.4) zu einer Übersetzungskritik beitragen könnte. Eine wichtige Form der Übersetzungskritik ist ihrer Meinung nach die Translationskritik, bei der Ausgangs- und Zieltext vergleichend analysiert

werden, um „Aufschluß einerseits über Strukturähnlichkeiten und -verschiedenheiten von AS und ZS, andererseits über den individuellen Übersetzungsvorgang und drittens über die vom Übersetzer zugrunde gelegte Übersetzungsstrategie und deren Adäquatheit in bezug auf die vorliegende Übersetzungsaufgabe" (ibid.: 193) zu geben. Damit dieser Vergleich jedoch nicht reiner Sprachvergleich bleibt, sollten dabei die Bedingungen des Übersetzens, die intendierte Zieltextfunktion und die Übersetzungsmethode des Übersetzers mit berücksichtigt werden, da sie die Übersetzung nicht als reinen Umkodierungsprozeß versteht (vgl ibid.: 194). Die vergleichende Übersetzungskritik (Translationskritik) wie auch die „Beurteilung der Funktionsgerechtigkeit des ZT für einen gegebenen Zweck" (ibid.) ergeben zusammen eine sinnvolle didaktische Übersetzungskritik.

Wichtige Aufgabe der Übersetzungskritik ist es demnach, die Übersetzungsprinzipien des Übersetzers mittels der von ihr vorgeschlagenen Textanalyse zu rekonstruieren, falls diese nicht selbst von dem Übersetzer in einem Vor- oder Nachwort dargestellt wurden, und sie dann zu bewerten.

So versucht der Übersetzungskritiker unter Anwendung einer Analysemethode über das Übersetzungsresultat Rückschlüsse auf den Übersetzungsprozeß zu gewinnen. Methodisch schlägt Nord ihr Analyseschema (vgl. ibid.: 168) vor, das eine Analyse des ZT-in-Situation vorsieht. Die Analyseergebnisse dieser Situation werden in die rechte Spalte (siehe Figur 7) eingetragen. Für sich alleine wären diese Ergebnisse Bestandteil einer „Translatanalyse", wie Nord definiert, die den Zieltext ohne Vergleich mit dem Ausgangstext behandelt und konsequenterweise mit dem

Ausfüllen der rechten Seite abgeschlossen ist. Bei der Translationskritik kommen die Ergebnisse der Ausgangstextanalyse dazu, die in die linke Spalte eingetragen werden .

	AT	ÜBERSETZUNGSPROBLEME ÜBERSETZUNGSVERFAHREN	ZT
	A. TEXTEXTERNE FAKTOREN		
S.			
IN.			
E.			
O.			
Z.			
A.			
TF.			
	B. TEXTINTERNE FAKTOREN		
T.			
INH.			
P.			
AU.			
n.E.			
L.			
SY.			
s.M.			
	C. WIRKUNG		
W.			

Figur 7

Hat der Übersetzer selbst Angaben zu seiner Übersetzungsstrategie gegeben, so sind diese in die mittlere Spalte einzutragen. Hat er dies nicht getan, ergeben sich diese Erkenntnisse aus dem Vergleichen zwischen Ausgangstext und Zieltext. Ist die mittlere Spalte durch die Angaben des Übersetzers vorher schon gefüllt, dann sind besonders die Ausgangstext-

Aspekte interessant, die sich bei der Zieltext-Analyse als problematisch erwiesen haben, z. B. mangelnde inhaltliche Konsequenz, inkonsequente Terminologie usw.. Dieses Analyseverfahren ergibt das Zieltext-Profil, von dem auch House (1981) spricht. Sollte dem Übersetzungskritiker der konkrete Übersetzungsauftrag bekannt sein, dann kann er das Zieltext-Profil aus den im Auftrag enthaltenen Angaben ableiten. In beiden Fällen „besteht die eigentliche Übersetzungskritik im Vergleich von Zieltext-Profil und Zieltext. Wenn die Zieltext-Vorgaben mit dem tatsächlichen Zieltext-Befund übereinstimmen, kann die Übersetzung als funktionsgerecht betrachtet werden" (Nord 1988: 198). Hält der Übersetzungskritiker eine andere Methode für angemessener als die des Übersetzers, so kann er das Translat nicht an seiner Methode messen, sondern „muß gewissermaßen einen „Methodenvergleich" durchführen" (ibid.), der die Adäquatheit einer gewählten Methode für das Erreichen einer vorgegebenen Zieltext-Funktion nachweist. Die Übersetzungseinheiten wären dabei „weder Wörter noch Sätze, sondern übersetzungsrelevante Merkmale des Texts" (ibid.: 200). Dies könnten Isotopieebenen oder auch einzelne Grapheme sein.

Der Prozeß der Übersetzungskritik geht entweder vom Ausgangstext aus, wenn der Übersetzer keine Angaben zu seiner Methode gegeben hat und diese vom Kritiker aus dem Vergleich von Ausgangstext und Zieltext erschlossen werden muß, oder vom Zieltext, wenn diese Angaben explizit sind (vgl. ibid.: 199).

Der Übersetzungsfehler wird funktional definiert, d.h. er wird „jeweils aus der für die Übersetzung vorgegebenen Zielfunktion" (ibid.: 200-201) abgeleitet, die sich aus dem Übersetzungsauftrag ergibt. „Ein

Übersetzungsfehler ist also jede „Nicht-Erfüllung" des Übersetzungsauftrages" (ibid.: 201). Dabei sind die textexternen Faktoren in der Gewichtung der Fehler von größerer Bedeutung als die textinternen, da sie „primär die Erwartung des Z-Empfängers" (ibid.: 203) steuern. Die Hierarchisierung der textinternen Fehler hängt auch vom Übersetzungsauftrag ab, der bestimmt, ob die „Lexik" wichtiger ist als die „Syntax" oder als die suprasegmentalen Elemente.

Ein diesem Verfahren verwandtes Modell, das jedoch dem funktionalen Aspekt der Übersetzung weniger Bedeutung beimißt, ist das übersetzungskritische Modell linguistischer Prägung von Gerzymisch-Arbogast (1994). Ihr Ansatz beruht auf dem ASPEKTRA-Modell von Mudersbach, das einen Text systematisch unter verschiedenen Aspekten untersucht. Die systematischen und einheitlichen Kriterien sollen „eine wissenschaftlich durchgeführte Übersetzungskritik von der Methodik her" (ibid.: 21) möglich machen, wobei Übersetzen im Spannungsfeld zwischen makrostrukturellen (Texttyp, Textverständnis, Generalstrategie des Übersetzers, Kulturspezifik, Funktion der Übersetzung, AT-abhängige Äquivalenzforderungen (Bezugsrahmen der Ü-kritik)) und mikrostrukturellen (lexikalisch-semantische Probleme, syntaktische Probleme) Entscheidungen gesehen wird. Die ASPEKTRA- Methode erfolgt in fünf Schrittfolgen: 1. Notieren von Auffälligkeiten (inhaltlich + formal), 2. aufstellen der Aspektliste, 3. Aspektives Lesen: jede Textstelle wird unter jedem Aspekt (z. B. Erzählperspektive) gelesen und Werten (z. B. Ich-Erzähler) zugeordnet, 4. übersetzungsbezogenes Lesen: ermittelte Aspekte werden je nach Übersetzungsziel gewichtet (Prioritätenliste), 5. aspektives Übersetzen:

unter verschiedenen Varianten wird diejenige ausgesucht, die der Prioritätenliste am nächsten kommt (Programm des Übersetzers).

Gerzymisch-Arbogast setzt folgende Faktoren für eine sachliche Übersetzungskritik voraus: 1. der bewertete Textausschnitt muß explizit angegeben werden, 2. klare, einheitliche Kriterien müssen in Anwendung gebracht werden, 3. diese Kriterien müssen auf alle Textstellen bezogen werden, 4. die Prädikate (gut, schlecht usw.) müssen offengelegt werden. Darüber hinaus sollte der Übersetzer seine Gestaltungsprinzipien selbst angeben und eindeutig erklären, welche Aspekte er vorrangig beibehalten hat. Die Autorin tritt so für eine literarische Übersetzungskritik ein, die nicht ein zufallgeleitetes Spiel „unkontrollierbar subjektiver Individualität ist, sondern auch ein wissenschaftliches - und das heißt hier methodengeleitetes, transparentes und damit intersubjektiv nachprüfbares - Kooperationsspiel werden kann ..." (ibid.: 152).[75]

In der o. g. Auseinandersetzung um die deutsche Übersetzung von Norfolks *Lemprière's Wörterbuch* wird die funktionalistische

---

[75] Gerzymisch-Arbogast (1994) setzt folgende Aspektmatrix bei der vergleichenden Textanalyse von Ausgangs- und Zieltext ein:
1 **Konnotationsgehalt**, 1.1 historisch, 1.2 andere; **2 Informationsmenge**, 2.1 Zusätze, 2.2 Defizite; **3 Verfremdungseffekte**, 3.1 phonetisch, 3.2 lexikalisch, 3.3 syntaktisch, 3.4 graphemisch; **4 Lautmalerische Effekte**, 4.1 nicht-lexikalische Ebene, 4.2 deskriptive Ebene; **5 Denotatdifferenzen**, 5.1 lexikalische Ebene, 5.2 syntaktische Ebene; **6 Erzählperspektive**, 6.1 ikonische Darstellungsform, 6.2 Betrachterperspektive, 6.3 Erzählerfigur - Außenperspektiven, 6.4 Erzählerfigur - Innenperspektiven, 6.5 statisch-lokale Perspektive, 6.6 richtungsweisende Perspektive; **7 Textkohärenz/Referenz**, 7.1 Insel, 7.2 mehrfacher Proformbezug, 7.3 mehrfacher lexikalischer Bezug, 7.4 unklarer syntaktischer Bezug, 7.5 definite Referenz, 7.6 possessive Referenz; **8 Thema-Rhema-Gliederung**, 8.1 satzinterne Wortstelle, 8.2 satzübergreifende Anschlüsse, 8.3 Modus, 8.4 Hervorhebung; **9 Idiomatikverstoß**, 9.1 lexikalische Ebene, 9.2 syntaktische Ebene, 9.3 Kollokationen, 9.4 feste Fügungen; **10 Sprachebene**, 10.1 unmarkiert, 10.2 poetisch, 10.3 regionale Färbung, 10.4 fachlich; **11 Differenzierung der Kultursysteme**, 11.1 Überdifferenzierung, 11.2 Unterdifferenzierung.

Übersetzungskritik besonders von Kemuri (1995) und Hönig (1995) vertreten. Kemuri geht in diesem Zusammenhang sogar soweit vom Übersetzungskritiker zu verlangen, sich nicht nur Gedanken darüber zu machen, für wen die Übersetzung eigentlich geschrieben ist und welche Funktion sie hat, sondern darüber hinaus mit zu berücksichtigen, für welchen Leser die Kritik eigentlich gedacht ist. Die Übersetzungskritik an sich wird selbst auch adressatenabhängig gemacht. Er unterscheidet im folgenden drei verschiedene Leser- und entsprechend auch Kritiktypen: Typ A, der sich „am Zieltext Interessierten (ohne Kenntnisse der Originalsprache)" (Kemuri 1995: 2) orientiert. Typ B, der „für den am Zieltext Interessierten (mit Kenntnis der Originalsprache)" (ibid.) gedacht ist, und Typ C, der die Übersetzung „aus dem Blickwinkel des Übersetzers" (ibid.) betrachtet und „für den an der Übersetzung qua Übersetzung interessierten Leser" (ibid.: 3) ist. Es ist dann auch dieser Typ der „mit dem Kontrollblick, ob auch alles in der Übersetzung gestaltet ist, was die Zielsprache und Zielkultur zu gestalten gestatten" (ibid.: 2), an die Übersetzung geht.

Drei Schritte vollzieht diese Kritik: 1. Man betrachtet zuerst die Übersetzung und fragt sich nach deren Wirkung auf den Leser, der den AT nicht kennt, wobei er „wiederkehrende Auffälligkeiten nach Möglichkeit schon unter dafür geeignete Aspekte" (ibid.: 3) ordnet. Es ist festzustellen, ob „diese Ungereimtheiten (oder auch positive Auffälligkeiten) in bestimmten Aspekten gehäuft vorkommen" (ibid.). 2. Der Kritiker untersucht, ob die Auffälligkeiten auf der Übersetzung beruhen, oder vom Ausgangstext ausgehen. Die bereits existierende Liste (Schritt 1) wird „um die Angaben zum Original" (ibid.) erweitert. 3. „Überprüfung derjenigen Aspekte, die bislang nicht auffällig geworden sind" (ibid.), d.h. man geht jetzt von einer

Gesamtlektüre des Originaltextes aus und analysiert konsequent die ausgewählten Ausschnitte nach einem Aspekt , d.h. „man beurteilt jede geeignete Textstelle unter diesem Aspekt, indem man ihr einen der vorab festgelegten Aspektwerte zuordnet, und zwar getrennt für Original und Übersetzung" (ibid.). So bekommt man zwei Listen mit den jeweiligen Bewertungen, die man dann gegenüberstellen und anhand deren man die Übersetzungsentscheidungen bewerten kann. Im Falle eines Vorwortes seitens des Übersetzers kann der Kritiker den vorgestellten Standpunkt kritisch beleuchten, sollte er fehlen, kann er ihn analytisch nachvollziehen und kritisch bewerten. Seiner Ansicht nach ist es darüber hinaus wichtig festzustellen, ob bestimmte Aspekte häufig vorzufinden sind und so die Übersetzung mit prägen, oder ob sie nur vereinzelt auftreten. Auch sollte man vermeiden, „zugunsten des Originals Abstriche in der Beurteilung der „Geläufigkeit" des zielsprachlichen Ausdrucks zu machen" (ibid.: 4). Er plädiert also für eine gute Lesbarkeit der Übersetzung, auch wenn diese im Originaltext nicht gegeben ist. Dieses Modell läuft demnach eindeutig auf eine Übersetzungsmethode hinaus, die zu einer Werk-zum-Leser-Übersetzung führen soll, die im Grunde auch von Vermeer und Ammann vertreten wird und bei der der Markt letztlich die Methode bestimmt. An dieser Stelle nun und aus der dargestellten Perspektive stellt sich die alte Machtfrage - also Vorherrschaft des Originals oder des Übersetzungsexperten. Hönig (1992) geht auf diesen Punkt ausführlich ein, als er in einem offenen Brief an Holz-Mänttäri gegen die Ansätze polemisiert, die den Autor des Ausgangstextes zum alleinigen Herrscher

über sein Werk machen. Die Systemlinguisten und eine Gruppe von Psycholinguisten (Krings u.a.) stützen diese Situation, die den Übersetzer zum Diener des „heiligen Originals" werden läßt und ihn zum Äquivalenzen-Hersteller degradiert, ein Begriff, den Hönig ablehnt. Daher stellt sich ihm die Vertrauensfrage. Der Übersetzer ist ein Experte, der sein quantitatives Wissen, seine qualitativen Strukturen, seine frames, mappings und scenes in den Dienst seiner Bedarfsträger stellt. Hönig verlangt den „selbstbewußten Übersetzer".

Im Übersetzerstreit um die deutsche Fassung von *Lemprière's Dictionary* äußert sich Hönig (1995) konkret zu dem Ziel einer angemessenen Übersetzungskritik, von der er verlangt, daß sie immer klar zu diagnostizieren habe, „welche Wirkung der übersetzte Text in seinem Umfeld und für seine Rezipienten hat" (ibid.: 123). Die Bewertung der Übersetzung richtet sich dann ganz danach, ob die Wirkung im Interesse des Rezipienten und auch des Verfassers des Ausgangstextes ist oder nicht. Hönig betont ausdrücklich, daß eine unbrauchbare Übersetzung sinngemäß nicht immer auf mangelnden Sprachkenntnissen beruht, sondern auf falschen Strategien. Übersetzungsfehler sind seiner Ansicht nach dann in erster Linie „nachweisbare Störungen der (zuvor definierten) kommunikativen Funktion der Übersetzung" (ibid.: 129, vgl. hierzu auch Hönig/Kußmaul 1982: 120-134). Interessant ist dabei, daß Hönig in seiner Argumentation gegen korrigierende Eingriffe von Seiten des Übersetzers in den Ausgangstext vom verantwortungsbewußten Übersetzungsexperten verlangt, daß er für den Fall, daß ihm der zu übersetzende Text nicht gefällt, den Auftrag ablehnen sollte (Hönig 1995: 126). Auch räumt er ein, daß bei literarisch wertvollen Texten die Funktionsdominanz hinsichtlich der

sprachlich-ästhetischen Aspekte eines Textes relativiert werden müsse, da diese Merkmale „konstitutiv für das Textgenre" (ibid.: 133) seien. Das bedeutet im Grunde für den literarischen Text, daß der Ausgangstext hier sprachlich eine andere Bedeutung hat als der Gebrauchstext und die Entthronung des Originaltextes sich hauptsächlich auf nicht-literarische Texte bezieht.

3.6.4 Die historisch-komparatistische Übersetzungskritik

Eine andere Spielart einer Zieltext- und Zielleser- orientierten Methode ist die historisch-komparatistische Übersetzungskritik, die sich auf die Systemtheorien berufend im Gegensatz zur funktionalen Perspektive ausschließlich mit literarischen Texten beschäftigt. Ein Beispiel für so eine übersetzungskritische Untersuchung gibt der Aufsatz von Elisabeth Arend-Schwarz (1992) „Übersetzungsgeschichte als Rezeptionsgeschichte: Carlo Goldonis Werk im deutschen Sprachraum". In ihrem rezeptionstheoretischen Ansatz geht die Autorin von einem Doppelcharakter, gleichermaßen einer rezeptiven und produktiven Form der Übersetzung aus, der „nach einer Koppelung von produktions- und rezeptionsästhetischer Perspektive" (ibid.: 125) verlangt. Sie hebt die Tatsache hervor, daß jeder Übersetzer zugleich Leser (fiktiver wie realer) und Autor ist. Von dem Luhmannschen Systembegriff ausgehend, wo Systeme nicht als ontologische Entitäten verstanden werden, sondern als Konstrukte, um sprachliches und literarisches Handeln auf den verschiedenen Ebenen beschreibbar zu machen, wird postuliert, daß es im System zeitgebundene und der Veränderung unterliegende Normen gibt.

Das heißt in bezug auf die literarische Übersetzung, daß man untersuchen muß, welche Faktoren den Übersetzungsprozeß bedingen, ihn auslösen oder nicht auslösen, welche Normen oder Erwartungen der literarischen Systeme darin umgesetzt oder angesprochen werden (vgl. ibid.). Dabei gibt es für sie einen Schlüsselbegriff, den Erwartungshorizont. „Wenn die äußeren Bedingungen für eine Rezeption, das heißt eine Übersetzung gegeben sind, sind es stets bestimmte, im historischen Rezeptionsprozeß sich wandelnde Erwartungshorizonte, die das Übersetzen selbst ebenso wie die Selektion der zu übersetzenden Texte ausmachen (ibid.: 126). Die Autorin spricht von einer Systemerwartung, in der „die verschiedenen Ebenen, die im Rezeptionsprozeß zum Tragen kommen, in einem Bezugssystem" (ibid.: 127) gesehen werden: „die historische, die gesellschaftliche, die der literarischen und ästhetischen Normen einer bestimmten Zeit, der Erwartungen an die Gattungen sowie die Bedürfnisse sowohl nach Innovation des eigenen literarischen Systems durch Übersetzungen als auch nach Variation literarischer Strukturen" (ibid.). Methodisch geht das über „die Auswertung aller zur Verfügung stehenden Rezeptionsquellen [ ], d.h. von Äußerungen der Literaturkritik und -geschichte, von Theaterkritiken und von Vorreden der jeweiligen Übersetzungen. Das Studium der Texte selbst, die vergleichende Analyse von Original und Übersetzung bzw. der Vergleich von verschiedenen Übersetzungen ist die primäre Quelle. Dabei ist zu untersuchen, ob bzw. wo Kürzungen, Änderungen in der Übersetzung vorgenommen worden sind, ob und wie sprachlich-stilistische Merkmale differieren, ob und wie z. B. ein Lokalkolorit übernommen wurde" (ibid.: 127-128).

Unter diesen Vorgaben untersucht die Autorin das Werk Goldonis im deutschen Sprachraum und gelangt zu dem Ergebnis, daß „bei der Betrachtung der Übersetzungen eines dramatischen Autors die Bühnenpraxis eine entscheidende Rolle spielt. [...] Die isolierte Betrachtung [...] allein der übersetzten Texte verstellt den Blick in die Komplexität rezeptionsgeschichtlicher Zusammenhänge, wie dies auch am Beispiel der Systemerwartung des 19. Jahrhunderts deutlich wurde, die als Negativerwartung das Übersetzen geradezu verhindert hat" (ibid.: 142).

In Untersuchungen dieser Art wird die Distanzierung zu rein sprachlich normativen Ansätzen deutlich, von der Correia (1989a) spricht. Die Rezeptionsästhetik, die den Übersetzer als Rezeptor versteht und die Übersetzung als rezeptive Produktion, die Begriffe des Polysystems und des Metatextes (vgl. Kap. 3.4.5), sie alle bieten neue Rahmenbedingungen für die Übersetzungskritik. So vertritt Correia (ibid.) in Anlehnung an van den Broeck (1981) erstens eine komparative Analyse des Ausgangstextes und des Zieltextes auf 3 Ebenen: a) textemische Analyse, b) Vergleich der Texteme in bezug auf Verschiebungen (obligatorische, optionale (bewußt, übersetzerbedingt) und akzidentelle (unbewußt, übersetzerbedingt), c) generalisierende Beschreibung der Ergebnisse. Zweitens die Einordnung der Übersetzung in das System der Zielsprache-Literatur und drittens die Notwendigkeit der Gegenüberstellung von seiten des Kritikers seiner eigenen kritischen Normen mit den gegebenen translatorischen Normen.

Diesem systemischen Ansatz, der sich in seinen Untersuchungen auf die Funktion der Übersetzungen innerhalb eines literarischen Systems konzentriert, zu dem sie gehören, wird oft vorgeworfen, daß diese

Übersetzungsbeschreibungen eher in den Bereich der Literaturgeschichten oder der Rezeptionstheorien gehören als zu den übersetzungskritischen Analysen der Übersetzungswissenschaft.

Naaijkens (1992) weist in seinem Artikel darauf hin, daß die Theorie des Polysystems dazu geführt hat, daß man zu sehr auf die Einflüsse und Wirkungen des Übersetzungsproduktes, also der Übersetzung im Polysystem der Zielsprache, geachtet hat und den eigentlichen Prozeß, der das Ergebnis einer bestimmten Interpretation ist, vernachlässigt hat (vgl. hierzu auch Bassnett (1991), van Leuven-Zwart (1991). So ist er der Meinung, daß im Sinne des „New Historicism" Geschichte nicht eine Aneinanderreihung von historischen Ereignissen ist, sondern die Erinnerung dieser Ereignisse dokumentiert. So reicht es dann auch nicht mehr aus, einen übersetzten Text in einem Polysystem zu identifizieren, indem man seine Funktion im Polysystem bestimmt. Notwendig erscheint es, den übersetzten Text im Spannungsfeld seiner spezifischen Bedeutung ('specific meaning') und seiner historischen Beziehungen ('historical interrelationships') zu behandeln (vgl. Naaijkens 1992: 230). Eine Übersetzung kann also nicht länger als neutrale Wirklichkeit angesehen werden. Sie ist datiert und unterschrieben und bedeutet eine spezifische Interpretation eines datierten und unterschriebenen Originals. Naaijkens schlußfolgert also, daß die Analyse auf der Basis der Polysystemtheorie eine kritische Gegenüberstellung des Ausgangstextes mit dem Zieltext einbeziehen sollte, und verweist als methodologisches Instrumentarium auf die Vorschläge von Toury (1980) und van Leuven-Zwart (1984), um drei Mängel der Polysystemtheorie in der Übersetzungswissenschaft zu vermeiden:

1. die Unfähigkeit, die Qualitäten einer Übersetzung zu besprechen;

2. die Gefahr, zu einer sogenannten externen Übersetzungspoetik (external translation poetics (Gillaerts (1988, 130)) zu werden und

3. die Reduktion der Geschichte der Übersetzung auf die Geschichte der Nationalliteratur.

Aus diesem Grund unterstützt Naaijkens, die von Theo Hermans in einem Artikel zu Ezra Pounds Liu Ch'e vertretene These, daß erst eine vergleichende Interpretation des poetischen Produkts und seines metapoetischen Kommentars es möglich mache, die Stellung des Textes in der literarischen Entwicklung zu bewerten.

Letztlich geht es bei diesem Ansatz um den Konflikt der individuellen und kulturellen Normen, die bei den Übersetzungen besonders deutlich werden. Dabei kann ein Übersetzer zwei Positionen einnehmen: entweder er paßt sein Translat der gängigen Literaturnorm zu einem bestimmten Zeitpunkt an, oder er versucht, über die Übersetzung die bestehende Norm zu verändern. Eine Reihe von Untersuchungen systemischer Prägung haben sich deshalb das Ziel gesetzt, übersetzungskritisch vergleichend festzustellen, zu welcher Art jeweils eine behandelte Übersetzung gehört. So untersucht Lambert (1992) im Rahmen einer historisch-deskriptiven Übersetzungstheorie, welche Grundmuster in den Übersetzerstrategien zu einem bestimmten historischen Zeitpunkt zu erkennen sind. Seine Arbeit, die er selbst als eine methodologische Übung konzipiert, untersucht übersetzungskritisch die französische Übersetzung des *Othello* von Shakespeare und kommt zu dem Ergebnis, daß der französische

Übersetzer Alfred de Vigny bestimmte Genreerwartungen seines Publikums, seine eigene romantische Auffassung von der Tragödie und moralische Aspekte des Sprachgebrauchs zum Kriterium der Veränderung benutzte. Der Übersetzer setzt die literarische Norm und sein moralisches Empfinden über das Primat der Treue und findet darin auch seine Rechtfertigung. Lambert stellt sich die Frage, warum Vigny diesen Text übersetzen wollte, und stellt fest, daß er den französischen Bühnen eine moderne Tragödie bieten wollte und anstatt selbst eine zu schreiben, er sich dazu entschied, Shakespeare zu adaptieren. Er übersetzte also im Sinne der Erneuerung, die er als Vertreter einer bestimmten literarischen Strömung durchführte. Deshalb sieht Lambert in dieser Übersetzung auch das Ergebnis einer kollektiven Übersetzungsstrategie einer bestimmten Zeit. Da dies seiner Meinung nach allgemein so ist, sollte ein Forscher bei der Untersuchung der individuellen Übersetzungsstrategien stets darauf achten, daß er den kollektiven Rahmen, in dem sich die Individualübersetzung selbst versteht, überschaut. Dieser Rahmen manifestiere sich auf allen Ebenen (Sprache, Literatur, Genre, Moral, Kultur). Der systemische Ansatz bietet Lambert ein geeignetes Instrumentarium, um überindividuelle Charakteristiken in konkreten Übersetzungsbeispielen ausfindig zu machen. In ihnen sollen Normen und Modelle einer Zeit detailliert nachgewiesen werden können.[76]

Es besteht kein Zweifel, daß dieser übersetzungskritische Ansatz den Vorteil gegenüber anderen bietet, daß er die Übersetzung als Vehikel des literarischen Wandels nicht nur mit berücksichtigt, sondern zum

---

[76] Es sei jedoch darauf hingewiesen, daß das Drama im Vergleich zu den anderen Gattungen gerade auf dem Gebiet der Akzeptation besonderen Regeln unterliegt (vgl. hierzu Turk (1990); Fischer-Lichte (1990); W. Ranke (1992) u.a.).

Ausgangspunkt seiner Analysen macht. Die Frage, inwieweit eine 'individuell' erscheinende Strategie positiv oder negativ der Ausdruck eines Zeitgeistes, also einer kollektiven Strategie ist, führt zu einer weiteren wünschenswerten Differenzierung der Bewertungskriterien einer Übersetzungskritik.

3.6.5 Die hermeneutische Übersetzungskritik

Daß eine Übersetzungsstrategie letztlich von dem Persönlichkeitsprofil des Übersetzers abhängt, davon geht die hermeneutische Übersetzungskritik aus, bei der das Gewicht zunehmend auf das individuelle Sprachbewußtsein, die subjektive Sprachkreativität und die persönliche Beziehung eines Übersetzers zu einem konkreten Text gelegt wird. Ein repräsentatives Beispiel für diese Art von Übersetzungskritik bietet Stolze (1982).

Die Autorin verlangt für eine sachgerechte Übersetzungskritik Kriterien, die vergleichbar mit dem Postulat Reiß' (1971) vom Allgemeinen zum Speziellen verlaufen, d.h. m.a.W. daß allgemeine Kriterien aufgebaut werden sollten, die auf verschiedene Texte angewendet werden können. Die folgenden allgemeinen Prinzipien, die die Übersetzungskritik leiten sollten, müßten eine objektive Kritik ermöglichen, deren Beurteilung begründet und belegt werden sollte. Darüber hinaus sollte sie sachgerecht sein, indem sie nicht den Originaltextverfasser zu bewerten sucht, sondern den Zieltext im Vergleich mit dem Originaltext - also keine Kritik ohne Vergleich. Auch sollten besondere Maßstäbe angelegt werden, wenn sich

der Zieltext an ein besonderes Publikum wenden oder spezielle Funktionen eine Rolle spielen sollten. Der Texttyp bestimmt die Methode. In der übersetzungskritischen Diskussion kommt jedoch der translatorischen Kompetenz bei Stolze eine zentralere Bedeutung zu als bei Reiß, da der Übersetzer in ihre Überlegungen nicht nur mit einbezogen wird, sondern als Individuum in den Mittelpunkt der Betrachtungen gerät. Dabei geht es um die rezeptive und reproduktive Kompetenz des Übersetzers. Stolze schlägt vor, die Textanalyse (des Übersetzers) und die Übersetzungskritik voneinander zu trennen, um die Vermischung von hermeneutischen und stilistischen Aspekten (wie sie ihrer Meinung nach bei Wilss 1977a passiert) zwecks einer jeweilig genaueren Beschreibung zu vermeiden: „So kann der Übersetzungskritiker durchaus das Gleiche verstehen und sich dennoch stilistisch anders entscheiden, weil er eine glücklichere Formulierung gefunden hat" (Stolze 1982: 324). Diesbezüglich kritisiert Stolze Kollers „Methodik der wissenschaftlichen Übersetzungskritik" (1979: 210), wo er sich von Wilss' (1977) reiner Sprachkritik distanzieren möchte. In Kollers Drei-Schritt-Schema (vgl. Kap. 3.6.2: 180) akzeptiert Stolze die Vorgabe nicht, „daß eine Übersetzung danach zu bewerten sei, inwieweit jeweils eine Übersetzungseinheit in jedem der herausgearbeiteten Merkmale optimale Äquivalenz erzielt" (Stolze 1982: 325). Stolze lehnt nämlich den hier verstandenen Äquivalenzbegriff „aufgrund der Individualität und Übersummativität von Texten" (ibid.) ab. Sie setzt dem entgegen, daß Übersetzen ein kreativer Prozeß ist, in dem ein Vorgehen 'von Einheit zu Einheit' das eigentliche Problem des Übersetzens als ganzheitlicher Übertragung eines Textes verkannt wird: „Nicht die Identität von Einzelphänomenen ist entscheidend, sondern die Stimmigkeit der

Gesamttextkomposition" (ibid.: 325-326). Die Bedeutung der Übersummativität für das Übersetzen erwächst aus der Erkenntnis, daß „die Intuition des Übersetzers und sein Stilvermögen" (ibid.: 334) den Übersetzungsvorgang regieren und nicht „die Parallelen oder Lücken im System zweier Sprachen" (ibid.). Ihrer Meinung nach beruhen gelungene Übersetzungsentscheidungen „nicht auf der mechanischen Anwendung von Übersetzungsverfahren, sondern auf der Interpretation des Textes und stellen die Neuformulierung eines verstandenen Sinns dar" (ibid.: 335).[77]

Im literarischen Text wird auf besondere Weise die Individualität realisiert, „denn der Schriftsteller und Dichter teilt seine subjektive Weltsicht mit" (ibid.: 350). Gerade bei der Übersetzung poetischer Texte neigt der Übersetzer dazu, „durch Konkretisierung der Abstraktionen und Banalisierung der Bildkraft bestimmter Textstellen" (ibid.: 355) ihr Ziel zu verfehlen. Diese Gefahr liegt in der rezeptiven Kompetenz des Übersetzers, der dazu tendiert, bestimmte Textstellen, die ihm zu abstrakt erscheinen, weil er sie z. B. nicht richtig verstanden hat, zu konkretisieren, zu spezialisieren.

Hier offenbart sich das hermeneutische Problem der Reflexion von Vorurteilen. Stolze meint dann auch, daß die literarische Übersetzung

---

[77] Ähnlich argumentiert Sixel (1994) aus kommunikationstheoretischer Perspektive. Er akzeptiert die Subjektivität beim Übersetzen und sieht in der Spontanität und Kreativität die wichtigste Kriterien der Qualität einer Übersetzung, d.h. daß der Übersetzer von seiner Aufgabe überzeugt sein muß und einen spontanen Willen hat, einen Autor zu vermitteln (also im Grunde eine bestimmte Empathie verspürt). Jedoch sollte der Übersetzer auch objektive Informationen zu einem Text sammeln, wie z. B. Kontextualisierung des AT, Informationen über den Autor und seine Idiosynkrasie etc. Der Übersetzer muß also die Synthese aus objektiven und subjektiven Motivationen suchen, die ihm die Möglichkeit zur Freiheit gewähren, die ihm die Kreativität bietet. „Where the translator truly desires to make sense of the original, spontaneous freedom is celebrated. If such a celebration is not seen

dreierlei erfüllen sollte (nach Tytler in Dedecius (1981: 100)): 1. Übersetzung sollte den ganzen Inhalt des Ausgangstextes wiedergeben; 2. Form und Art sollen denselben Charakter haben wie der Ausgangstext; 3. Die Übersetzung sollte die Freiheit der Ausgangstextkomposition haben. Der Übersetzer sollte entsprechend „die unspezifische Genauigkeit" (im Sinne H. Domins (1968))[78] versuchen, zielsprachlich zu realisieren. Wie de Beaugrande hält Stolze die „thematische Kohärenz" als eine der wichtigsten Kriterien für die literarische Übersetzung, wobei das spezifische Problem der literarischen Übersetzung im Gleichgewicht zwischen Freiheit und Zwang liegt. „Am Ende tragen beim Übersetzen von Dichtung nur noch die „Kategorien des geglückten Übersetzens" (Paepcke 1981), die etwas mit kreativer Intuition, mit schöpferischem Spiel, mit verstehendem Mitvollzug zu tun haben" (Stolze 1982: 357). Deutlich tritt die Bedeutung der Empathie und Intuition in diesem Modell der literarischen Übersetzung zutage. Mit dem Lesen von Dichtung ist eine Empfindung, ein Gefühl, eine leibhafte Erfahrung verbunden, also muß „diese gedeutete Erfahrung mit den Mitteln einer anderen Sprache" (ibid.: 366) zu gestalten möglich sein. So stimmt Stolze (ibid.: 243) Cerny (1991)[79] zu, der in der Übersetzung den

---

as a form of freedom then there is something wrong, not only with our views of freedom, but also with our ideas on the existence of human thought and human speech" (ibid.: 361).

[78] Paepcke (1989: 10) zitiert Domin (1968: 138): „Die *spezifische Genauigkeit* beschreibt, analysiert, subsumiert den Einzelfall, bis in jede Verästelung des Besonderen hinein. Immer feinere Unterschiede macht sie im Verlauf der Spezialisierung (...) Die *spezifische Genauigkeit* ist hinter dem Einzelfall her mit immer neuen Etiketten. (...) Demgegenüber bedient sich der Lyriker der *unspezifischen Genauigkeit,* die heute zum immer Unspezifischeren hin unterwegs scheint, in einer Art Grundbewegung, einem Korrelat zum Spezialisationsprozeß des den Wissenschaften überantworteten Lebensbereichs (...) Die *unspezifische Genauigkeit* sucht im Sonderfall den Kern, den exakten, haarscharf zu treffenden Punkt, um den - in der Art konzentrischer oder fast konzentrischer Kreise - entsprechende multiforme Einzelfälle anzuschließen geeignet sind".

[79] Cernys (1991) Ansicht nach obliegt es dem Übersetzungskritiker die „Art von Äquivalenz zwischen AT und ZT" zu eruieren und nach der Meinung des Übersetzers über den Autor, nach seiner Übersetzungskonzeption und Sprachauffassung zu fragen" und „nicht zuletzt

Individualstil eines Ausgangstextes erkennen will und sich daher gegen eine Eindeutschung eines Werkes stellt.

Zusammenfassend ist festzustellen, daß Stolze den Standpunkt vertritt, daß jede Methode zu gebrauchen ist, „weil verschiedene Ansatzpunkte jeweils einen Beitrag zum Ganzen leisten" (Stolze 1982: 380). Im hermeneutischen Ansatz Gadamerscher Prägung sieht sie jedoch schwerwiegende Vorteile, da für sie „das Verstehen eines Textes die notwendigste Voraussetzung für das Übersetzen" (ibid.) ist. „Textverstehen heißt dann Hindurchblicken durch inner- und außersprachliche Zusammenhänge mit ihren variablen und konstanten Komponenten auf das Gemeinte des Textes, das mit den zur Verfügung stehenden Mitteln einer Einzelsprache ausgedrückt wird" (ibid.: 380-381). Verstehen wird „an Strukturen auf der Textebene aufgewiesen (ibid.: 381), wozu „linguistische Verfahren und Methoden" in Anwendung gebracht werden - so kommt die Verbindung zwischen Hermeneutik und Textlinguistik zustande. Darüber hinaus ist die Semantik ein wesentlicher Forschungsbereich, weil die Textlinguistik, die die grundlegenden Bedingungen der Textkonstitution erforscht, für die übersetzungsorientierte Beschreibung konkreter Einzeltexte nicht ausreicht. Der Sinn von Texten wird nicht aus der Summe der Bedeutungsmerkmale seiner Elemente konstituiert, sondern „aus der komplexen Integration der flexiblen Bedeutungen als übersummative Gesamtorientierung" (ibid.).

---

nach der literarischen Affinität zwischen Übersetzer und Autor" zu forschen. Cerny mutmaßt, daß die bestehende Affinität zwischen Arno Schmidt und E.A. Poe zu seiner abbildenden Übersetzungstrategie führte. Schmidts abbildende Übersetzungsmethode zeigt sich auf der Ebene der Syntax und Rhythmen, der Semantik und des Klangs, und er weicht von dem Postulat der Abbildung nur ab, wenn er überpräzisiert, um etwas hervorzuheben, wenn er „habitualisierte Assoziationen" vermeiden , oder die historische Distanz betonen will.

3.6.6 Die literarische Übersetzungskritik als Möglichkeit der Gegenüberstellung von text- und kontextabhängigen Übersetzerkonzepten

Diese ausgewählte Übersicht von übersetzungskritischen Modellen der letzten dreißig Jahre läßt eine durchgehende Entwicklung erkennen. Der Gedanke, daß sich die Übersetzungskritik ausschließlich mit dem sprachlichen Vergleich eines Ausgangstextes und des entsprechenden Zieltextes beschäftigt, ist zunehmend einer komplexeren Betrachtungsweise gewichen. Im Anschluß an die Kommunikationsmodelle kristallisierten sich die drei Hauptbereiche Sender-Text-Empfänger heraus. Zwar gewichtet je nach theoretischem Ansatz jedes Modell einen der drei Hauptfaktoren - Originalautor (Übersetzer) / Ausgangs- und Zieltext / Leser (Übersetzer) - z.T. recht unterschiedlich, doch werden zunehmend alle Faktoren in die Betrachtungen mit einbezogen.

So scheint für ein übersetzungskritisches Modell literarischer Texte, wie es hier entwickelt werden soll und das die Interpretation eines Übersetzers von einem bestimmten Werk und zu einem bestimmten Zeitpunkt im Ganzen seiner Übersetzungsarbeit rekonstruieren will, besonders erfolgversprechend, wenn dieses Modell in der Lage ist, eklektisch die Erkenntnisse aus verschiedenen Erkenntnisbereichen zu integrieren, um praktisch den von allen erhobenen Anspruch auf Wissenschaftlichkeit zu erfüllen. Dabei will unter Wissenschaftlichkeit an dieser Stelle nicht vornehmlich eine wertungsneutrale Objektivität verstanden sein, sondern vielmehr die Nachvollziehbarkeit der Prozesse. Um dies zu gewährleisten, muß der Kritiker zunächst einmal seiner eigenen Perspektive bewußt sein und sie klar und verständlich offenlegen, bevor er sie in der Praxis an

Texten umsetzt. Es ist daher durchaus sinnvoll, die Übersetzungskritik in theoretische und praktische Teilbereiche aufzuspalten.

Die theoretischen Ausführungen sollen dabei nicht nur zur Information ihrer Leser dienen, sondern das Bewußtsein des Kritikers für seinen eigenen Standpunkt schärfen. Die Übersetzung braucht über den selbst-bewußten Übersetzer (vgl. Hönig 1995: 116, hier Kap. 3.5.3: 158f) hinaus auch den selbst-bewußten Übersetzungskritiker. Qualität und wissenschaftliche Seriösität ist nur dann gewährleistet, wenn in den theoretischen Ausführungen der Kritiker verbindlich darstellen kann, von welchen Prämissen er geleitet wird, welche Kriterien er für seine Übersetzungskritik heranzieht, welches Ziel er mit seiner Untersuchung verfolgt und für wen er seine Kritik schreibt. Erst wenn diese Fragen geklärt sind, sollte der praktische Teil folgen, in dem das in der Theorie vertretene Modell seine konkrete Anwendung findet, m.a.W. ist es von entscheidender Bedeutung, daß der Kritiker nicht nur in der empirisch ausgelegten Textkonfrontation (als Gegenüberstellung verstanden) nachvollziehbar argumentiert, sondern daß seine Ergebnisse im Lichte seiner theoretischen Überlegungen und Zielvorgaben durch den Leser verstanden werden können. Übersetzungskritiker, die sich herausnehmen, die komplexe und mühsame Übersetzungsarbeit eines anderen leichtfertig, wenn es hoch kommt, an z. T. wahllos und unzusammenhängend herausgepickten Textbeispielen zu loben oder, was meist häufiger vorkommt, zu verreißen, haben wohl auch dazu beigetragen, daß die Übersetzungskritik in Verruf geraten ist und i. d. R. nur als philologischer Zeitvertreib angesehen wird.

In diesem Sinne setzt die eigentlich praktische Phase der Übersetzungskritik anschließend mit der Beschäftigung mit einem oder ggf. mehreren Texten ein, wobei die drei o. g. Bereiche (Originalautor (Übersetzer) / Ausgangs- und Zieltext / Leser (Übersetzer)) einer eingehenden Untersuchung unterzogen werden.

Zweifellos ist die Beschäftigung des Kritikers mit dem Autor des Originalwerkes eine unabdingbare Voraussetzung für eine dem Originalwerk angemessene Beschreibung. Letztlich sind die Angaben zu der Biographie des Autors, seiner Zuordnung zu bestimmten literarischen Epochen oder Bewegungen, seinem Stellenwert innerhalb der eigenen nationalen Literatur bzw. der Weltliteratur sichere Wegweiser für eine autorengerechte Auseinandersetzung mit dem Werk und für das Verständnis seiner Poetik (vgl. Kap. 3.6.2 zu Levy: 168f). Der Originalwerkautor ist Bestandteil eines Literatursystems, in dem er durch sein Schaffen aus verschiedenen Motivationen heraus gewirkt hat und dessen Wirken sich in bestimmte Schaffensperioden einteilen läßt, die sich voneinander oft nicht nur eindeutig unterscheiden lassen, sondern zueinander in krassem Widerspruch stehen können. Der Kritiker sollte daher in der Lage sein, ein bestimmtes Werk einer bestimmten Schaffensperiode zuordnen zu können. Gleiches gilt für den Übersetzer, wobei in seinem Fall dazu kommt, daß bei zeitlich auseinander liegenden Schaffensprozessen die sich wandelnden Rezeptionsbedingungen mit ausschlaggebend sind und die Mitberücksichtigung dieses Wandels dem Kritiker entscheidende Hinweise für die Motivation von durchgreifenden und konsequent durchgeführten Abweichungen von dem ursprünglichen Textprofil (vgl. House 1981: 30ff, Nord 1988: 198ff, Almeida Flor 1995: 177ff) liefern. Spätestens hier wird

deutlich, daß die literarische Übersetzung „ein sowohl sprachlicher als auch ein literarischer Prozeß" (Arend-Schwarz 1992: 124) ist, der aus produktions- und rezeptionsästhetischer Perspektive betrachtet werden muß, da jeder literarische Übersetzer zugleich Leser und Autor ist. Es ist also in bezug auf Autor und Übersetzer zu klären, von welchem „Erwartungshorizont" sie ausgehen konnten, auf welche Normen und Erwartungen der literarischen Systeme sie sich bezogen.

Neben diesen allgemeineren Aspekten zu Autor und Übersetzer hat sich der Kritiker auch mit ihren Äußerungen zu dem konkret vorliegenden Text zu beschäftigen. Besonders wichtig wird dies für das Verständnis der persönlichen Strategie des Übersetzers, der sie zuweilen in Vor- oder Nachworten beschreibt und rechtfertigt. Dem Kritiker bieten diese Angaben neben den expliziten (und impliziten) Hinweisen auf das Übersetzungskonzept auch eine wertvolle Orientierungshilfe auf der Suche nach dem Empathieverhältnis zwischen dem Ausgangstext- und dem Zieltextautor, das im direkten Vergleich der Äußerungen des einen und des anderen zum gleichen Text durchscheinen mag. Zusätzlich sollte der Kritiker in diesem Bereich klären, was dem Übersetzer als Vorlage für seine Übersetzung gedient hat und ob er überhaupt aus der Originalssprache übersetzt hat oder nicht.

Diese einführende Untersuchung unterscheidet sich von der spezifischeren Analyse der konkreten Ausgangs- und Zieltexte darin, daß erstere zunächst einmal die Bedingungen und Idiosynkrasien beider textformenden Persönlichkeiten herauszuarbeiten sucht, die in den Produkten ihres Schaffens womöglich ihren Niederschlag gefunden

haben.[80] Als mögliche Quellen bieten sich für diese Arbeit Literaturkritiken und Literaturgeschichten, Biographien, so wie o. g. Vor- und Nachworte zu den Übersetzungen an. Welche Auswirkungen diese Erkenntnisse in Ausgangs- und Zieltext gefunden haben, muß dann die eigentliche Textkonfrontation ergeben.

Wie schon gezeigt, bieten sich innerhalb der Übersetzungswissenschaft eine ganze Reihe von Textanalysemodellen und Vergleichsmethoden an. So haben die vorausgehenden Kapitel über die verschiedenen Theorien und Modelle ihre Daseinsberechtigung vornehmlich darin, daß sie dazu beitragen sollen, die hier gewählten Optionen zu kontextualisieren. Es kommt dabei darauf an zu zeigen, daß diese Optionen in direktem Zusammenhang mit grundlegenden Fragen innerhalb Geschichte der Übersetzungswissenschaft stehen und daß das hier vorgestellte Modell u.a. auch der Versuch ist, z. T. vielversprechende Ansätze in einem umfassenderen Modell zu integrieren. In einer Übersetzungskritik, die versucht, die Arbeit eines Übersetzers zu beschreiben, indem sie sein Übersetzungskonzept entwickelt, das ihn dabei geleitet hat, kommt man nicht umhin, den Ausgangstext als *sine qua non* des Kritikers zu verstehen. Letztlich geht es um die Frage, wie ein Text, der eine Vielzahl von Interpretationsmöglichkeiten eröffnet, von einem Leser/Übersetzer aufgenommen und reproduziert wurde. Daß es dabei nicht nur um

---

[80] Was Sixel (1994) vom Übersetzer verlangt, gilt natürlich auch für den Kritiker, nämlich daß er objektive Informationen zu einem Text wie z. B. Kontextualisierung des Ausgangstextes im Werk des Autors, Informationen über den Autor und seine Idiosynkrasie etc. zu sammeln hat. Aus übersetzungskritischer Sicht ist daher besonders wichtig, daß die Äußerungen des Übersetzers zu dem Originaltextautor untersucht werden, um festzustellen, inwiefern er sich mit dem Autor auseinandergesetzt hat und welche Motivationen ihn geleitet haben (vgl. hierzu Fußnote 77).

Werturteile wie „schlecht“ und „gut” gehen kann, macht die Unmöglichkeit der Kanonisierung einer Interpretation deutlich. Um so mehr muß die Textkonfrontation sich zum Ziel machen, Wege zu öffnen, die Interpretation des Übersetzers zum Vorschein zu bringen, indem sie methodisch die Gegenüberstellung der Interpretation des Kritikers und derjenigen des Übersetzers gewährleistet. Damit die Interpretation des Kritikers nicht zu sehr eine rein subjektive Ansicht von dem Text spiegelt, ist es jedoch sinnvoll, wenn er bei seiner Interpretation auf die repräsentative Sekundärliteratur zu dem spezifischen Originalwerk zurückgreifen kann. Darüber hinaus muß eine Methodik dem Kritiker das nötige Instrumentarium bereitstellen, das es ihm ermöglicht, Aspekte, die auf die Verschiedenheit der Systeme zurückzuführen sind, sichtbar zu machen.[81]

Der eigenen Textexegese stellt nun der Kritiker die des Übersetzers gegenüber, die er wie o. g. aus den Zusatzinformationen der Rahmenbedingungen (vgl. Stolze 1994: 197) erschlossen hat und aus der Textkonfrontation zwischen AT und ZT, wo sich das explizite bzw. implizite Übersetzungskonzept des Übersetzers in den verschiedenen Analysebereichen offenbart. Grundsätzlich ist der analytische Ansatz, den Levy für das Sichtbarmachen der Beziehung zwischen Original und Übersetzung vorschlägt (vgl. Kap. 3.6.2: 175), für den Übersetzungskritiker fruchtbringend. Die Hauptaufgabe der vergleichenden Textanalyse muß

---

[81] Auch Wilss (1977a) erkennt zutreffend, daß die Verschiedenheit der Sprachsysteme nur ein Aspekt des Problems ist, als er betont, daß linguistische Verfahren zwar allein nicht ausreichen, um eine umfassende Beweisführung in der Übersetzungskritik zu ermöglichen, sie jedoch ein mögliches Instrument bieten, dem Übersetzer einerseits Entscheidungshilfen zu vermitteln und dem Übersetzungskritiker andererseits eine Basis für die textlinguistische Strukturierung seiner Übersetzungskritik sein können (vgl. ibid.: 295-296).

demnach sein, die Arbeitsmethode des Übersetzers am Text freizulegen, die an den Abweichungen welcher Art auch immer am deutlichsten wird, und schließlich muß auch die Wirkung der Übersetzung im System der Zielkultur untersucht werden und ggf. mit der Wirkung des Originaltextes verglichen werden. Voneinander stark abweichende Auffassungen, insbesondere stilistischer Aspekte in der AT- und ZT-Rezeption, sind nicht selten auf die spezifische Übersetzungsmethode zurückzuführen.

Reiß' Textanalysemodell nimmt diese Gedanken auf und führt sie weiter, indem sie literarische, sprachliche und pragmatische Kategorien differenziert und auf einen Text ansetzt. Das Analyseraster, das die Autorin für den literarischen Text vorschlägt, hat gegenüber vergleichbaren Modellen (vgl. House 1981, Nord 1988, Arbogast 1994 u.a.) den Vorteil, durch seine relative Flexibilität - Reiß (1971) gibt kein starres Raster vor, sondern vielmehr Richtlinien - für den literarischen Text am geeignetsten zu sein.

So stellt sie für den Texttyp „literarischer Text" fest, daß hier wohl entscheidend ist, „wie der Autor etwas sagt" (ibid.: 38). Das bedeutet, daß unter den verschiedenen Aspekten der Textkonfrontation gerade die in ihrer Bedeutung herausragen, die sich in erster Linie auf den spezifischen Stil eines Autors beziehen. Der Tatsache, daß der literarische Ausdruck in erster Linie Ausdruck einer Persönlichkeit ist, gibt Fleischer (1992) eine plausible Erklärung. Seiner Meinung nach liegt es am Grundcharakter des literarischen Ausdrucks, wo sich die „Umfunktionierung der Redundanz, die für ästhetische Zwecke ausgenutzt wird" (ibid.: 123), vollzieht. Dabei meidet der Schriftsteller den automatisierten Ausdruck und versucht den

ungewohnten, nur **ihm eigenen** aktualisierten Ausdruck. Gerade „im Prägen neuer Benennungen, in der kühnen Konstruktion ungewohnter und unerwarteter Kombinationen und Wortbindungen" (ibid.) findet die Realisierung der ästhetischen Funktion des Textes statt, die „nicht nur auf den Verstand, sondern auf das Gefühl des Lesers gerichtet ist" (vgl. ibid.: 124). Demnach ist der funktionale Stiltyp der schönen Literatur der Bereich, der die weiteste Auswahl der sprachlichen Mittel erlaubt, die nur der jeweiligen künstlerischen Absicht untergeordnet sind. Dieser funktionale Stiltyp „läßt die stärksten Möglichkeiten individueller Gestaltung - bis zum Durchbrechen bestimmter semantisch-grammatischer Normen - nicht nur zu, sondern sie sind mit seinen Hauptfunktionen als Wesenselement verknüpft" (ibid.: 126).[82] Der literarische Text unterscheidet sich von anderen Gestaltungsformen in einer deutlich wahrnehmbaren „Andersartigkeit" sprachlicher Konstruktionen (= Automatisation und Aktualisierung / Deautomatisierung der russischen Formalisten) - m.a.W. im Grad seiner Expressivität. Eine Besonderheit der Sprache ist es nun, daß sich die Individualisierung innerhalb einer allgemeinen Übereinstimmung abspielen muß - Sprache muß allgemeinen Konventionen gehorchen, um

---

[82] Fleischer (1992) versteht die Sprache als System, das eine bestimmte Funktion (z. B. Bewußtseinsentwicklung, Erkenntnis, Kommunikation) erfüllt. Entsprechend der jeweiligen Funktion und Realisationsformen ändert sich auch die lautliche und grammatische Struktur wie auch der Wortschatz. Die fakultativen Möglichkeiten für die Auswahl der sprachlichen Mittel zur Darstellung eines bestimmten Sachverhalts mit einer bestimmten Kommunikationsabsicht machen den Stil aus - er spricht daher von funktionalen Stiltypen. Diese sprachlichen Äußerungen müssen sich im Rahmen gesellschaftlicher Anwendungsnormen bewegen. Die funktionalen Stiltypen werden am meisten von der lexikalischen Auswahl geprägt, während die Syntax eine Sonderstellung einnimmt, da die syntaktischen Strukturen erst durch die unterschiedliche lexikalische Füllung relevant werden. Es gibt eine Hierarchie der stilbildenden Faktoren, wobei Spontaneität/Nichtspontaneität allen anderen übergeordnet ist. Der funktionale Stiltyp der schönen Literatur gehört in den Bereich der nicht-spontanen Texte, der „die stärksten Möglichkeiten individueller Gestaltung" zuläßt (vgl. ibid.: 118-131).

eine Form der Kommunikation zu gewährleisten. Der schöpferische Umgang mit Sprache, der sich nicht an eine Sprachnorm hält, sondern sie zu durchbrechen sucht, indem er sie verändert, nicht aber aufhebt, ist in seiner Wirkung zeitlich bedingt, wie z. B. der Werdegang einer originellen Metapher zeigt, die letztlich lexikalisiert wird und so in den allgemeinen Sprachgebrauch eingeht. Durch diese Aneignung gewinnt der allgemeine Wortschatz, die Metapher jedoch verliert die Marke ihrer Originalität. Der Versuch, die verlorene Expressivität zu erneuern und in eine Zielkultur zu übertragen, ist die große Herausforderung, der sich der Übersetzer ausgesetzt sieht.

So sind die funktionalen Perspektiven, die sich schwerpunktmäßig am Zielpublikum orientieren und sich fragen, was dieses Publikum akzeptiert, wahrscheinlich nicht die geeignetsten, um literarische Texte zu behandeln. Gerade solche Übersetzungen, die sich zu sehr dem Zielpublikum anpassen und die wenigsten „Widerstände" leisten, tendieren dazu, schneller zu altern als die Originale. So ist bei literarischen Texten (anders als bei Gebrauchstexten) davon auszugehen, daß der Leser sich autororientiert verhält, also an der spezifischen Andersartigkeit dieses Autors interessiert ist. In der Erfüllung dieser Lesererwartung offenbart sich der schöpferische Aspekt der literarischen Übersetzung. Dabei kommt nun dem Kritiker die besondere Aufgabe zu, festzustellen, auf welche Weise zwei „Expressivitäten" aufeinanderstoßen und wie sie sich letztlich gemeinsam in einem „dritten Text" wiederfinden. Die Tatsache, daß zwei Stiltypen, im weiten Sinne, gleichzeitig auch auf zwei mehr oder weniger unterschiedlichen Persönlichkeiten beruhen und nicht nur auf unterschiedlichen Sprachsystemen, erweitert den Horizont der Aussage

einer Textkonfrontation[83] und bedeutet keinesfalls eine Grenze der Übersetzungskritik (vgl. hierzu Reiß (1971), auch Kap. 3.6.3: 189ff). Sie unterstreicht die Notwendigkeit einer Übersetzungskritik, die dem Leser verständlich machen will, unter welchen „Vorzeichen" eine Übersetzung stehen kann. Nun läßt sich das, was „die spezifische Ungenauigkeit" eines literarischen Textes ausmacht, nicht kognitiv und analytisch dingfest machen.[84] Übersetzung von Literatur geht über das methodisch Erfassbare

---

[83] So zeigt z. B. Febel (1992) in ihrem Aufsatz, wie das Konzept des Übersetzers, in diesem Falle Celans, die Rezeption des Originalautors, hier René Char, in Deutschland beeinflußt und im Vergleich zu Frankreich verändert hat. So stellt sie fest: „Celan hat als Übersetzer verschiedener Autoren aus dem Französischen im wesentlichen zwei Übersetzungsverfahren angewandt: Bei metrischen und reimgebundenen Gedichten wie Rimbaud oder Valéry gelingen ihm freie Nachdichtungen [ ], während er bei Char, Michaux und Bouchet eher eine textnahe Übersetzung sucht", wobei „Tendenzen der Celanschen Anverwandlung" bei den Char-Übersetzungen deutlich zu erkennen sind (vgl. ibid.: 185). An einigen Beispielen zeigt die Autorin, daß bei Celan besonders „die poetische Syntagmatik bisweilen vollständig die Syntax" (Febel 1992: 186) ersetzt. „Anstelle des fließenden Prosatextes im Französischen, der eher eine existentielle Feststellung trifft, tritt bei Celan die Denkpause" (ibid.: 187). Febel führt dieses Vorgehen darauf zurück, daß Celan aus seinen persönlichen Erfahrungen heraus „das Leidensambiente akzentuiert und die Agensstrukturen - die in der Ästhetik als einer Ethik des Handelns bei René Char nicht einfach Prosastil, sondern vielmehr eben dieses Vertrauen auf das letztendlich mögliche und nötige Handeln verbürgen - diese Agensformen einschränkt oder ausfallen läßt" (ibid.: 189). Die Autorin vertritt den Standpunkt, daß die thematischen Verschiebungen ausschlaggebender für die Rezeption sind als die Anpassung der Charschen Sprache an den eigenen poetischen Ausdruck (vgl. ibid.: 190-191). Darüber hinaus weist die Autorin den Einfluß Chars im eigenen Werk Celans nach und kommt zu dem Schluß, daß „die Wirkung [auf das deutsche Leserpublikum] auf dem indirekten Weg der Rezeption des Dichter-Übersetzers [Einfluß des franz. Autors auf das Werk Celans] wesentlich weitreichender war" (ibid.: 203). Auch Delille (1996) kommt zu dem Ergebnis, daß Celans Übersetzungsverfahren „als frei bezeichnet werden [darf] in dem Sinne, daß die originalen Ausdrucksstrukturen einer z. T. tiefgreifenden Veränderung unterzogen werden, in Übereinstimmung mit den Erfordernissen des deutschen Sprachgebrauchs und der deutschen Sprachkultur wie auch – dies ein charakteristischer Zug seiner Übertragungen – den sprachlich-stilistischen Eigenheiten des Dichters Paul Celan." (ibid.: 713-714). Ohne hiermit vorgreifen zu wollen, so kommt tatsächlich auch in den Pessoa-Übersetzungen die Celan typische Syntax „der Zerspaltung einheitlicher syntaktisch-rhythmischer Gefüge" (ibid.: 717) zutage. So scheint denn Celans ausgeprägte Dichterpersönlichkeit immer wieder den fremden Text bei der Übertragung zu durchdringen, auch wenn er bei Prosatexten ein wörtlicheres Verfahren vorzieht. Beide Aufsätze erhärten die These, daß die Übersetzungskritik die Aufgabe haben muß, Übersetzungen mit ihren Vorzeichen zu erkennen zu geben, um u. U. verschiedene Rezeptionen in Ausgangskultur und Zielkultur zu erklären oder zumindest deutlich zu machen, daß das Zielpublikum eine Übersetzung eines bestimmten Übersetzers liest, mit individuellen Charakteristiken desselben und nicht das Originalwerk.

[84] Die Übersetzerin von Hildesheimers Mozart Biographie ins Englische, Marion Faber, zeigt in einem Aufsatz, wie sich die „spezifische Ungenauigkeit" eines literarischen Textes dem Übersetzer offenbart. Sie berichtet, daß auf Anfrage der Autor selbst zuweilen

hinaus. So gewinnt die Intuition als fester Faktor der literarischen Übersetzung an Bedeutung (vgl. Hüsgen 1995a) und unterstreicht für die literarische Übersetzung die Notwendigkeit einer Affinität der ästhetischen Wertvorstellungen. Diese Voraussetzung verlangt vom Übersetzer ein besonderes Verantwortungsbewußtsein, das von ihm u. U. auch verlangt, ggf. einen Übersetzungsauftrag abzulehnen. Hieraus erwächst auch die Verantwortung des Kritikers, der bei der bloßen Beschreibung nicht stehen bleiben sollte. Die totale Relativierung von Übersetzungsleistungen dient weder Leser noch Übersetzer. Doch sollte diese Bewertung in erster Linie eine Bewertung des Konzeptes sein und nicht eines Textes, denn letztlich geht es um die Strategie einer Übersetzung und nicht um ihre Umsetzung. So liegt der Wert der eigentlichen Textkonfrontation im Nachweis der Übersetzerkonzeption und in der Hauptsache nicht im Nachweis der Sprachkompetenz.

Als Bewertungskriterium schlägt Reiß (1971) für die innersprachlichen Instruktionen den Grad der Äquivalenz (Semantik), der Adäquatheit (Lexik), der Korrektheit (Grammatik) und der Korrespondenz (Stilistik) vor. Diese z.T. mehrfach unter verschiedenen Vorzeichen gebrauchten Begriffe führten nicht nur in den letzten Jahren immer wieder zu mißverständlichen

---

Übersetzer offenbart. Sie berichtet, daß auf Anfrage der Autor selbst zuweilen Schwierigkeiten hatte, einem Satz eine genaue Bedeutung zuzumessen. Die Sprache scheint sich zu verselbständigen, und der Übersetzer, der zu sehr auf Klarheit bedacht ist, gerät ins Stutzen, da er so vielleicht Ungenauigkeiten aufdeckt, die oft dadurch entstehen, daß die Ungenauigkeit besser klingt als die Genauigkeit. Sie täuscht etwas vor. So meint Faber, der Übersetzer sollte ruhig die Ungenauigkeit gelten lassen und nicht das schlechte Gewissen des zur Rationalität gezwungenen Originalautors provozieren. Der Leser baut sich letztlich die innere Kohärenz selbst auf, wie es auch der AT-Leser getan hat und vielleicht auch gerade diese Stelle als besonders gut formuliert aufgefaßt hat. Während für einen Übersetzer, auch psychologisch, es sehr schwer ist, etwas zu übersetzen, was er nicht genau verstanden hat, opfert der 'befreite' Schriftsteller das Verständnis schon einmal der Laune seines Stiftes (vgl. Faber 1993: 175-183).

Auseinandersetzungen. Um dies zu umgehen und weitere spitzfindige Differenzierungsdefinitionen zu vermeiden, bietet sich Hönig und Kußmauls (1982) „notwendiger Grad der Differenzierung" (vgl. Kap. 3.5.1.1) an, der hier jedoch nicht nur funktional verstanden wird, sondern in Beziehung zu den Ergebnissen der Textexegese - der Suche des Gemeinten im Gesagten. Während besonders bei nicht-literarischen Texten situationsbedingte Faktoren wie die Funktion der Übersetzung, der Übersetzungsauftrag und die Lesererwartung eine entscheidende Rolle spielen (vgl. Hönig/Kußmaul 1982: 58-63), verlagert sich bei literarischen Texten das Gewicht von leserorientierten Vorgehensweisen auf autorseitiges Sinnerfassen, wo der Übersetzer versuchen sollte, weder Original noch Leserschaft zu bevormunden, weder die ästhetische Dynamik des Ausgangstextes zugunsten einer illusionierenden Verständlichkeit zu neutralisieren, noch die Lernfähigkeit der Leserschaft zu unterschätzen (vgl. Kohlmayer 1988).

Eng mit dem Gedanken des „notwendigen Grades der Differenzierung" ist die scenes-and-frames-Theorie von Fillmore verbunden, in deren Zusammenhang sich besonders klar argumentieren läßt. Der Übersetzer muß insoweit eine genügend differenzierende Lösung finden, die imstande ist, eine Szene beim impliziten Leser aufzubauen, die die notwendigen, aus der Textexegese entsprungenen Elemente beinhaltet. In diesem Sinne ist auch die literarische Übersetzung adressatenorientiert. In Fragen der Semantik und Stilistik scheint diese Perspektive am fruchtbringendsten zu sein.

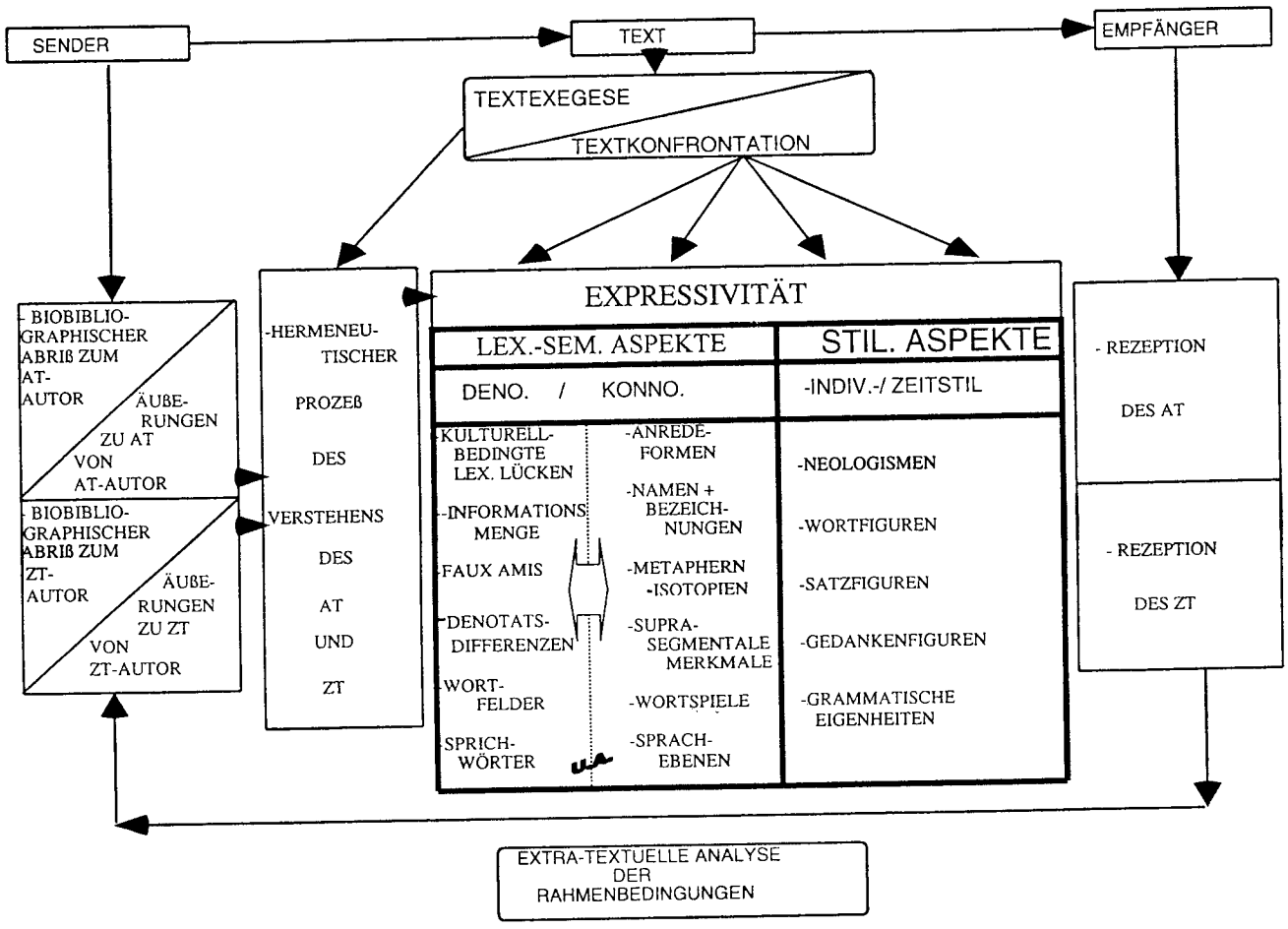
Im Bereich der sprachlichen Kompetenz, dem, wie schon erwähnt, keine überragende Rolle in der Übersetzungskritik zufallen sollte, geht es darum, auf Fehler hinzuweisen, die auf fehlende Sprachkenntnisse (auch in der Muttersprache) schließen lassen. In diesen Fällen sollte die Fehlleistung nachvollziehbar erläutert und durch eine Lösung von Seiten des Kritikers behoben werden. Hierbei geht es entsprechend um Fehler im lexikalischen (vorwiegend: Denotation) und grammatischen Bereich. Auch in diesem Bereich, der im Gegensatz zu den Fragen des notwendigen Grades der Differenzierung hauptsächlich wortorientiert ist, wird der Textzusammenhang mitberücksichtigt, da denotative Fehler durchaus die Akzeptabilität oder auch die Kohärenz u. a. eines Textes mitbestimmen. Je weitreichender also die textlinguistische Auswirkung einer Fehlleistung ist, desto schwerwiegender der Fehler.[85]

Schließlich muß sich die Übersetzungskritik noch einem weiteren Problem stellen. Wenn es bei der Übersetzungskritik letzten Endes um Übersetzerkonzepte geht, dann wird die Frage virulent, ob denn dieses Konzept auch autorenabhängig ist, m.a.W. könnte es sein, daß ein Übersetzer auf verschiedene Autoren oder gar auf verschiedene Texte ein und desselben Autors unterschiedliche Konzepte ansetzt. Wenn ja, warum? Antworten auf diese Fragen würden vielleicht den Blick in die „black box" der übersetzerischen Entscheidungsprozesse und deren Bedingungen weiter erhellen helfen. So hat es sich diese Untersuchung zur Aufgabe gemacht, die Ergebnisse dieser Übersetzungskritik nach dem hier vorgestellten

---

[85] Die Beschreibung und Rechtfertigung der Bereiche LEXIKALISCH-SEMANTISCHE und STILISTISCHE ASPEKTE und deren Unterpunkte erfolgt im Sinne einer besseren Lesbarkeit im Unterkapitel 4.1.2.1.1 bzw. 4.1.2.1.2 der Textkonfrontation.

Modell (vgl. Figur 8) mit Ergebnissen einer früheren Arbeit (vgl. Hüsgen 1991) zu vergleichen, in der es um die Lindsche Übersetzung des Romans *A Sibila* der portugiesischen Autorin Agustina Bessa Luís ging, um diesbezüglich etwaige Rückschlüsse ziehen zu können.

Figur 8

UNTERSUCHUNGSEBENEN
EINER
LITERARISCHEN ÜBERSETZUNGSKRITIK